

Graça Caldas
Fabiano Ormaneze
Margarethe Steinberger-Elias
(Organizadores)

POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL

Sentidos da crise humanitária dos Yanomami



Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

PARECER E REVISÃO POR PARES
Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos
para avaliação e revisados por pares.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C145p Caldas, Graça; Ormanze, Fabiano; Steinberger-Elias, Margarethe (org.).
Povos originários do Brasil: sentidos da crise humanitária dos Yanomami /
Organizadores: Graça Caldas, Fabiano Ormanze e Margarethe Steinberger-Elias;
Prefácio de Neusa Kunhã Takuá. –
1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2023.

ISBN 978-65-5637-948-7.

1. Indígenas. 2. Políticas Públicas. 3. Saúde Pública. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Grupos indígenas. 306.089
2. Saúde pública como problema social. 362.1
3. Saúde pública. 614

**Graça Caldas
Fabiano Ormaneze
Margarethe Steinberger-Elias
(Organizadores)**

POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL

Sentidos da crise humanitária dos Yanomami

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Copyright © 2023 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: ACESSA Design
Revisão: Luisana Gontijo
Edição: Graça Caldas e Fabiano Ormaneze
Criação - Mapa página 6: Gabriel Mataveli

Conselho Editorial:

Angela B. Kleiman
(Unicamp – Campinas)
Clarissa Menezes Jordão
(UFPR – Curitiba)
Edleise Mendes
(UFBA – Salvador)
Eliana Merlin Deganutti de Barros
(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)
Eni Puccinelli Orlandi
(Unicamp – Campinas)
Glaís Sales Cordeiro
(Université de Genève - Suisse)
José Carlos Paes de Almeida Filho
(UnB – Brasília)
Maria Luisa Ortiz Alvarez
(UnB – Brasília)
Rogério Tilio
(UFRJ – Rio de Janeiro)
Suzete Silva
(UEL – Londrina)
Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva
(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES
Rua Dr. Miguel Penteadó, 1038 - Jd. Chapadão
Campinas - SP - 13070-118
Fone 19 3252.6011
ponteseditores@ponteseditores.com.br
www.ponteseditores.com.br

2023 - Impresso no Brasil



TERRA YANOMAMI NO NORTE DO BRASIL E FRONTEIRA COM A VENEZUELA



“Temos de reflorestar nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética da urbanidade que devolva a potência da vida.”

Ailton Krenak

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
VISIBILIDADE INDÍGENA E PROTAGONISMO	11
Neusa Kunhã Takuá	
CONSTRUÇÃO COLETIVA	15
Reescrevendo a história dos Povos Originários	16
Graça Caldas	
Sentidos sobre a história e o presente indígenas.....	19
Fabiano Ormaneze	
Comunicando crises no espaço midiático	21
Margarethe Steinberger-Elias	
ESTRUTURA DO LIVRO.....	25
CAPÍTULO 1 - NÓS JÁ ESTÁVAMOS AQUI: A história contada pelos Povos Originários	29
Fernando Silva Magali Lameira	
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO E CULTURA CIENTÍFICA: Das formas tradicionais de saber aos novos paradigmas de inclusão	61
Mariana Vicente Zilli Pedro Augusto dos Santos	
CAPÍTULO 3 - COBERTURA DA MÍDIA SOBRE OS YANOMAMI: A resistência do jornalismo frente à crise indígena	81
Caroline Neves Fernanda Quaglio Katia Marchena Letícia Naísa	

CAPÍTULO 4 - CONECTANDO COMUNIDADES: Redes sociais e mídias digitais como ferramentas para a mobilização indígena	133
Andressa Cristiani Piconi	
Jhonatan Dias Gonzaga	
CAPÍTULO 5 - A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): A ausência dos indígenas.....	161
Murilo Ferreira de Sant'Anna	
Valentina Melgar Bermúdez	
Vanessa Lourenço de Souza	
CAPÍTULO 6 - DA CRISE HUMANITÁRIA AOS AVANÇOS POLÍTICOS: Reflexões para o futuro.....	197
Letícia Larieira	
Thaís Popets	
CAPÍTULO 7 - CUIDANDO DA VIDA, PRESERVANDO A FLORESTA E OS SABERES ORIGINÁRIOS: As ações dos Expedicionários da Saúde em Terra Yanomami (Entrevista a Fabiano Ormaneze e Graça Caldas)	215
CAPÍTULO 8 - ANCESTRALIDADE, PRESENTE! : A universidade contra o apagamento da cultura indígena	225
Juliana Sangion	
CAPÍTULO 9 - YANOMAMI E A FOTOGRAFIA: Em busca da imagem identitária.....	241
Celso Bodstein	
SOBRE OS ORGANIZADORES	249
SOBRE OS AUTORES	251
SOBRE OS AUTORES CONVIDADOS	255

PREFÁCIO

VISIBILIDADE INDÍGENA E PROTAGONISMO

Neusa Kunhã Takuá¹

Os povos indígenas foram os primeiros habitantes do território brasileiro, bem antes da colonização pelos portugueses. Atualmente, existem 266 povos indígenas, de diferentes idiomas, culturas, tradições e crenças, sendo que 1,7 milhão de indígenas habitam o território do Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2022.

Em grande parte das vezes, a sociedade ainda se refere aos povos indígenas, genericamente, como “índios”. Isso porque, o senso comum, produzido pelo imaginário popular e a falta de conhecimento, leva a nos resumir a uma só figura, apesar da diversidade de povos e diferentes culturas.

Devido à profunda conexão e conhecimento tradicional da fauna e flora, nós, povos indígenas, desempenhamos um papel crucial na preservação do meio ambiente no Brasil, seja na Mata Atlântica, no Cerrado, na Caatinga, na Amazônia, no Pantanal e nos Pampas. E, através das reivindicações de demarcações de terras indígenas, ainda estamos sobrevivendo a uma batalha contra o capitalismo, expressa em atividades como mineração, especulação imobiliária, extração de madeira, monocultura, pecuária, entre outras práticas de exploração predatórias, que colocam em risco a integridade e a cultura do meu povo, que reivindica uma área de 2.370 hectares no município de Paraty, no Rio de Janeiro.

A natureza é um ser vivo, com o qual mantemos uma relação recíproca e reconhecemos a importância de protegê-la para as gerações futuras. Esse entendimento nos levou a desenvolver práticas que priorizam a conser-

¹ Neusa Kunhã Takuá é ativista pelos direitos dos povos indígenas e vice-cacique da aldeia Tekohá Djé'y, da etnia Guarani Nandewa, localizada em Rio Pequeno, em Paraty (RJ).

vação e restauração do ambiente natural. Respeitando e trabalhando com a natureza, temos mostrado que é possível preservar a biodiversidade, manter os serviços ecossistêmicos e mitigar os efeitos das mudanças climáticas. No geral, as nossas contribuições são essenciais para o bem-estar contínuo dos ecossistemas brasileiros e para a luta global contra a degradação ambiental.

Há quase 30 anos, a educação para nós povos indígenas esteve submetida à imposição da colonização ocidental europeia, desvalorizando o conhecimento, a língua e as especificidades do conhecimento tradicional. Só a partir de 1990 que foi garantida a implantação das escolas de ensino bilíngue, com processos próprios de aprendizagem indígena, assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) foi quem começou a realizar convênios com as instituições públicas para viabilizar o que estava proposto na Constituição, e o acesso à universidade foi ampliado com a Convenção nº 169 e a Lei de Cotas para o Ensino Superior (nº 12.711, de 2012).

Acesso às universidades

O acesso ao Ensino Superior, para nós, povos indígenas, possui significados diversos, entre eles: garantir os direitos sociais, exercer a cidadania, buscar justiça, fazer com que a sociedade entenda que apenas queremos o reconhecimento da nossa existência como povos indígenas, seja em territórios ou em qualquer lugar.

*“Quando a gente entra na universidade pública,
a gente não entra por nós mesmos.
Não é um indivíduo, é um coletivo, é um povo.
A gente está representando o nosso povo
e o local de onde a gente veio.”*

Ressalto a importância da formação acadêmica aos povos indígenas, seja na Saúde, Educação ou advocacia, representando nosso povo nos espaços públicos, na busca da visibilidade indígena e protagonismo. Hoje, a gente já vê indígenas odontólogos, advogados, enfermeiros, professores,

pedagogos, em diversas áreas. Depois da formação, voltamos para as aldeias para trabalhar com nosso povo pela saúde e pela educação escolar indígena. E alguns também trabalham fora, indo buscar seus espaços.

A tendência, no entanto, é que o conhecimento acadêmico e a sabedoria tradicional se ajudem, e, para isso, políticas públicas de inclusão foram de fundamental importância. Todos os direitos indígenas até aqui conquistados foram de forma longa, foram anos de construção para que hoje tenhamos acesso a esses direitos constitucionais, respeitando as especificidades de cada povo.

A luta indígena é pela preservação do nosso modo de vida e existência. A sociedade não indígena não consegue compreender isso porque tanto o governo como outras pessoas defendem que nós temos que nos integrar à sociedade branca da forma como eles querem, e, se isso acontecer, será o nosso fim.

CONSTRUÇÃO COLETIVA

Já é um lugar-comum que o conhecimento é uma construção coletiva e que todo indivíduo pode contribuir para a reflexão dos processos sociais, desde que adote uma postura crítica e aberta à aprendizagem. Este livro nasceu a partir dessa certeza, reunindo professores, pesquisadores convidados e estudantes. Cada um, a seu modo, lançou um olhar analítico envolvendo diferentes posições teóricas e reflexões sobre um tema que, embora já seja alvo de diversos relatos jornalísticos, documentais, literários e históricos, ganhou nova dimensão na sociedade brasileira a partir de 2023: a crise dos Yanomami¹.

Capitaneada por três professores organizadores, esta obra tem a proposta de ser um livro de divulgação científica e cultural, com finalidades paradidáticas. Esperamos que professores e estudantes, em diferentes níveis de ensino, possam aproveitar os textos para, na linha de uma construção coletiva do conhecimento, levantar também novas hipóteses, posições e reflexões sobre tema tão essencial à compreensão da realidade brasileira, tanto quando se aborda o passado quanto o presente e o futuro. Que sociedade queremos? Qual o papel da educação, da política, da ciência e da comunicação na construção dessa nova realidade? São algumas perguntas para as quais queremos propor reflexões aqui.

Como se trata de uma construção coletiva, cada um dos organizadores deixa registradas, a seguir, suas percepções sobre esta obra e o processo de construção:

1 Neste livro, optamos pela grafia de acordo com a orientação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que utiliza inicial maiúscula e mantém o nome invariável, não admitindo, portanto, o plural. A justificativa para isso é a própria origem indígena do termo, cujo sentido está atrelado à ideia de “seres humanos”. Os Yanomami não usam o plural, por entenderem que há um sentido de unidade no nome que designa o povo.

Reescrevendo a história dos Povos Originários

Graça Caldas

A tragédia humanitária dos Povos Originários não é recente... Em janeiro de 2023, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou os indígenas Yanomami, em Roraima, prometeu ações emergenciais e tratar os indígenas como questão de Estado, levando ajuda médica e combate ao garimpo ilegal na região. A situação emergencial desvelou /escancarou ao Brasil e ao mundo a situação dramática vivida pelos Yanomami. O quadro geral era de desnutrição aguda, infecções respiratórias, malária, entre outras doenças que atingiam crianças, jovens, adultos e idosos.

Quando isso aconteceu, no Programa de Pós-Graduação do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), estávamos prestes a iniciar a disciplina “Linguagem, Jornalismo, Ciência e Tecnologia”, que ofereço há vários anos. Em 2015, a tragédia de Mariana, ocorrida em 5 de novembro daquele ano, foi o tema do livro elaborado como trabalho final, unindo teoria e prática. Como resultado, organizei o livro Vozes e Silenciamentos em Mariana: Crise ou Desastre Ambiental². Na edição final, contei com a parceria da aluna e jornalista Adriana Menezes. O livro foi recheado de histórias e 350 fotos, organizadas pela design Fabiana Grassano, também aluna, e responsável pela produção editorial

Trabalhar com alunos em tarefas dessa natureza não é fácil. Mas o desafio do processo de produção e os resultados apresentados no livro de Mariana mostram que era e é possível. Como falar em jornalismo investigativo, ativista, político, de denúncias sem colocar a mão na massa? Como debater jornalismo em sala de aula sem discutir o papel social e político dessa profissão? Como falar em jornalismo objetivo, quando a realidade retratada é subjetiva, multifacetada e permeada por linguagem e sentidos que provocam/aguçam o imaginário social?

2 Disponível em: https://www.labjor.unicamp.br/wp-content/uploads/2018/04/2a_edicao_digital_vozes_e_silenciamentos_em_Mariana_06042018_LABJOR_09-04.pdf.

Convidada e provocada pelo então coordenador do Programa de Divulgação Científica e Cultura do Labjor, Marcos Barbai, para retomar a disciplina e fazer novo produto-livro com alunos, à la Mariana, aceitei o desafio. Mas, desta vez, com a participação de dois colegas e amigos, os jornalistas Fabiano Ormanez e Margarethe Steinberger- Elias. Em comum, além do jornalismo, a preocupação com a linguagem, o discurso, o dito e o não dito, os efeitos de sentidos... Era a oportunidade de inserir novos olhares no processo de produção coletiva. O desafio foi ainda maior, porém, não menos gratificante.

Em fevereiro de 2023, unidos pela crise anunciada dos Yanomami, resolvemos fazer dela o nosso tema do livro. Antes, porém, revisamos o conteúdo da disciplina, fizemos alguns ajustes/alterações, adendos para compor o olhar dos três professores-pesquisadores, na sala de aula e na produção do livro. Produzimos um sumário provisório sobre o conteúdo dos capítulos. A proposta, desde o início, era rever o imaginário social sobre os indígenas, muitas vezes, estereotipados e idealizados, até mesmo em livros didáticos, e tentar (re) construir/recontar uma nova história, em que a realidade e a identidade dos indígenas possam ser revistas e entendidas pela sociedade brasileira.

Por acreditarmos que o processo de construção do conhecimento é também um ato político, de envolvimento e engajamento com o tema, mostramos aos alunos nosso projeto, no primeiro dia de aula, em março de 2023. Os pós-graduandos, de diferentes formações - Jornalismo, Direito, Biologia, Química, Educação Física e Design Gráfico -, aderiram ao projeto, que foi se aperfeiçoando a cada aula, com a participação de todos, professores e estudantes, além da Érica Mariosa, que havia participado da produção do livro Mariana, como aluna, e atuou, agora, como professora-assistente.

Assim, ao longo do semestre, a teoria e a prática se fundiram na concepção e produção do livro. Os eixos temáticos da teoria foram três: Mídia e Sociedade: cenários e perspectivas; Mídia e Linguagem: a produção de sentidos; e Mídia, Educação e Ciência. Teoria e prática foram tecidas em conjunto, lado a lado. Foi um trabalho de aprendizado e aperfeiçoamento contínuo. Finalmente, convidamos também indígenas e pesquisadores da área para fazerem alguns artigos/ensaios, para compor a edição do livro. Assim, o trabalho foi verdadeiramente coletivo: alunos, professores e pesquisadores-convidados.

Nosso objetivo, certamente, não era ter a palavra final sobre a temática indígena, e, dos Yanomami, em particular. Queríamos oferecer, à sociedade, numa perspectiva paradidática, nossos múltiplos olhares sobre os temas que

compõem o universo dos povos originários, sua história e cultura. Mostrar os desafios dos indígenas que hoje ocupam um novo lugar nas universidades, na literatura, sem abrir mão de sua ancestralidade e da terra que habitam há séculos. Um aprendizado mútuo. Uma nova voz que ecoa na sociedade e, que, ao lado de tantas outras vozes, mostra a diversidade e a riqueza de uma miscigenação de saberes.

Massacrados e humilhados, ao longo de séculos, o fato é que os povos indígenas não aceitam mais ser tratados como marginais da história brasileira. Não por acaso, vários líderes indígenas, entre eles, o cacique Raoni Metuktire, da etnia Caiapó, também conhecido internacionalmente por sua defesa da Amazônia, subiu a rampa do Planalto na posse do presidente Lula, mostrando o protagonismo assumido pelos povos originários.

Outros líderes indígenas, como a Sonia Guajajara, do povo Guajajara/Tenthar (MA), primeira e atual ministra dos Povos dos Povos Indígenas; Ailton Krenak, da etnia Krenak (MG), empossado recentemente na Academia Brasileira de Letras (ABL); e Davi Kopenawa, povo Yanomami, presidente da Hutukara Associação Yanomami, também escritor e ativista pelas causas indígenas, estão reescrevendo a história dos povos originários.

Com educação bilíngue, para manterem suas origens culturais e, ao mesmo tempo, integrarem-se definitivamente à sociedade brasileira, e também defenderem seus direitos adquiridos na Constituição de 1988. Muitas mudanças em curso. Até mesmo o tradicional Dia do Índio, 19 de abril, agora é Dia dos Povos Indígenas.

Sentidos sobre a história e o presente indígenas

Fabiano Ormaneze

Quando fui convidado pela amiga Graça Caldas para este trabalho, logo pensei que o desafio seria imenso e, confesso, fiquei um pouco receoso, não pela atividade em si, mas pela complexidade do assunto e pelo lugar que ocupo: não sou indígena, estou a milhares de quilômetros da área dos Yanomami, tinha pouco contato com pessoas que lá estiveram ou estudaram a fundo o assunto. Refleti muito sobre essas questões e se, de fato, um livro com essa temática poderia ser organizado dessa posição que ocupávamos.

Embora fosse uma preocupação legítima (afinal, como jornalista, também aprendi que é necessário apuração de qualidade, pesquisa in loco e muita entrevista para garantir um relato apropriado de fatos), aos poucos, fui convencido de que seria um erro nos calarmos diante de uma situação tão devastadora, desumana e, por tudo isso, extremamente triste, que os Yanomami enfrentavam e ainda enfrentam. Seria como nos silenciarmos no papel privilegiado que temos como docentes em uma das maiores universidades do mundo.

Assim, entendo esse desafio e o produto que agora temos em mão desta maneira: como um grito de resistência, uma forma de nos posicionarmos diante de uma das maiores tragédias humanitárias vividas no Brasil e que não tem ainda merecido a devida atenção, embora alguns passos tenham sido dados. Nas orientações aos alunos, no processo de organização e edição do livro, sempre tive em mente que é necessário falar sobre os sentidos que produzimos, mesmo inconscientemente, sobre os indígenas, o espaço e a luta dos povos originários. Tão importante quanto reconhecer que existe uma desigualdade, é posicionar-se diante dela e verificar de que maneira os diferentes agentes sociais – como a política, a mídia e a educação – agem ou se omitem, mas, sobretudo, como deveriam e podem agir.

Falar sobre os indígenas é uma forma de repensar sentidos e colocar novas perspectivas em circulação. Lembro-me que, ao longo da Educação Básica,

sempre recebi dos livros didáticos uma imagem estereotipada dos indígenas, a mesma que ainda hoje persiste em muitos grupos, escolas e comemorações: o indígena visto com o olhar de exotismo, do diferente, do incivilizado.

Romper com essa tradição de sentido é uma tarefa difícil, pois ela é consolidada na forma de estereótipos e, além disso, é útil a várias instâncias de poder. No momento em que se discute o marco temporal, que delimita espaços (e sentidos, reforço) para os povos originários, fazer prevalecer a imagem estereotipada do indígena como incivilizado seria útil na defesa daqueles que auguram espaços cada vez mais reduzidos para essas etnias. Daí a razão pela qual não podemos nos calar dos espaços que temos e construímos!

Aos novos sentidos possíveis, este livro serve como um passo e uma expectativa! Nessa luta, estamos todos!

Comunicando crises no espaço midiático

Margarethe Steinberger-Elias

Comunicação de crises. No século XXI, a palavra “crise” faz parte de nosso jargão diário. É estratégico o papel da comunicação para tentar descrever, explicar os cenários de crise que a cada dia se multiplicam. Acordei dia 21 de fevereiro de 2022 com a notícia de que a Rússia tinha invadido a Ucrânia. Agora, mais recentemente, veio o ataque do Hamas contra civis israelenses, em 7 de outubro de 2023. E isso tudo depois de três anos de pandemia mundial pelo novo coronavírus.

São cenários globais e midiaticizados de crise ecoando nas notícias cotidianas. Mas nosso cotidiano brasileiro é também povoado por crises aparentemente apenas de âmbito regional e doméstico, que pouca repercussão alcançam na grande mídia e no cenário internacional. Este livro dedica-se a uma delas, a crise humanitária que se abate sobre nossas comunidades indígenas, e, mais especificamente, a dos Yanomami no território amazônico de Roraima, Norte do Brasil.

Na comunicação de crises, em geral, não há apenas uma única crise, há várias. São crises ambientais, humanitárias, sanitárias e outras que se entrelaçam. São várias crises que se superpõem e ou se sequenciam no tempo e no espaço. Com uma cronologia de final indeterminado, há crises que se tornam crônicas e alojam-se em espaços geográficos mutantes, deslocando-se ora para aqui e ora para ali, adensando-se agora e atenuando-se mais tarde. Problemas resolvidos aqui ressurgem ali, denotando a precariedade das soluções imediatistas e das políticas de arremedo.

A crise Yanomami atravessa uma extensão turbulenta de terra, uma extensão de gente sofrida, um aglomerado de dor social. Como descrever até onde os veios dessa crise conseguem (ou não) chegar a formar tecidos comunicativos que se possam traduzir em linguagem jornalística nas redes midiáticas?

Desde o início, saltou aos nossos olhos que as representações colonialistas e estereotipadas sobre os indígenas eram um obstáculo importante a transpor. Tentamos desconstruir esses discursos desde a primeira aula e buscamos substituí-los por imagens de indígenas universitários, indígenas ativistas, indígenas empoderados que fossem capazes de assumir suas próprias vozes e as vozes de seu povo.

A busca pela palavra indígena, nessas circunstâncias alheias a estereótipos, não é fácil. Tratamos de recolher depoimentos dos próprios indígenas, sempre que possível, ou de reverberar fontes em canais midiáticos e jornalísticos que tivessem tradição e credibilidade junto às comunidades. Nesse intuito, acabamos esbarrando em nossos próprios discursos comprometidos com a militância e a exaltação das causas indígenas. Como escapar a um discurso fortemente argumentativo e favorável aos povos indígenas e em defesa de seus direitos, quando é tão clamoroso o silêncio da sociedade diante de suas lutas? Nas metas de sustentabilidade das Nações Unidas para o segundo milênio, por exemplo, nenhuma palavra foi dita sobre as comunidades indígenas, integradas justamente dentre aquelas que mais defendem a proteção da natureza e da biodiversidade.

E a busca pela palavra e pela imagem indígenas, para longe dos estereótipos românticos, rejeita tanto literatos brasileiros como o indigenista José de Alencar, como também a filmografia hollywoodiana recente, que resgata povos originários norte-americanos em representações glamourizadas. Rejeita tais estereótipos em troca de quê? Como alcançar uma visão mais realista e fidedigna das lutas desses povos quando, por vezes, seus próprios representantes, no intuito de serem melhor entendidos, se obrigam a adotar também os registros da linguagem colonizada? E como os jornalistas, na busca sincera de respostas, podem receber em troca apenas os silêncios ancestrais desses povos sobre sua condição e suas lutas?

Compilamos dados disponíveis, anotamos as falas em discursos indígenas empoderados. Mas fica a pergunta ainda no ar: Do que é que os Yanomami não falam? Como eles lidam com os bebês cuja chance de sobrevivência é altamente duvidosa? Como eles lidam com os ferimentos e as doenças? Como eles sobrevivem, tendo que lidar com garimpeiros, fazendeiros, militares, políticos, ongueiros, religiosos, sanitaristas, tantos interesses em jogo dilacerando seu território?

Entre os silêncios deles, povos originários, e os nossos, povos preocupados com a sobrevivência global, ficou evidente que o projeto do livro teria que ser mesmo lacunar. Renunciamos de bom grado aos ideais de completude discursiva e curvamo-nos ao imperativo da fragmentação, convidando o leitor a juntar-se a nós na defesa desta causa.

ESTRUTURA DO LIVRO

O **capítulo 1**, *Nós já estávamos aqui: A história contada pelos Povos Originários*, os autores Fernando Silva e Magali Lameira apresentam as lutas indígenas como guerras culturais, ressaltando a importância da adoção de políticas linguísticas inclusivas que promovam a educação bilíngue e as escolas interculturais. Só assim esses povos serão preservados e a diversidade de suas línguas, história e tradições será reconhecida. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, havia mais de 266 etnias indígenas no Brasil, sendo que a população indígena dobrou nos últimos anos, passando a 1.652.876 cidadãos. Os povos Yanomami destacam-se por ser os mais distantes dos centros urbanos.

No **capítulo 2**, *Educação e cultura científica*, Mariana Vicente Zilli e Pedro Augusto relatam a história da invasão da América, apresentada como invasão de um “território mental”, como uma ação de colonização das mentes que iria atingir, inclusive, as dos povos indígenas, que passaram a incorporar a perspectiva do colonizador como se fosse salvadora. Um intenso debate religioso nas metrópoles, concluindo em favor da posição de que os “índios” seriam humanos e que teriam alma, abriu caminho para ferozes processos “civilizatórios” e de catequese.

A cobertura dos meios de comunicação sobre os Yanomami é o tema do **capítulo 3**, *Cobertura da mídia sobre os Yanomami*, no qual Caroline Neves, Fernanda Quaglio, Katia Marchen, Letícia Naísa abordam, sobretudo, a dimensão política. Explora em especial o tratamento dado pelo governo Bolsonaro às comunidades indígenas durante a pandemia e os efeitos de sua recusa em adotar as políticas de vacinação coletiva indiferenciada. Um grande volume de materiais foi examinado pelo grupo de alunas que se encarregou desse tema. Elas constataram que houve grande diversidade nas formas de apresentação do tema e se

perguntaram se o jornalismo, afinal, tem o poder de (re)construir a própria realidade.

O tema das mediações tecnológicas adotadas para representar as comunidades indígenas e também os limites e condições de acesso dos indígenas a tais mediações é o objeto tratado no **capítulo 4**, *Conectando comunidades: redes sociais e mídias digitais como ferramentas para a mobilização indígena*: por Andressa Cristiani Piconi e Jhonatan Dias Gonzaga.

Já no **capítulo 5**, *A Agenda 2030 e os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)*, Murilo Ferreira de Sant’Anna, Valentina Melgar Bermúdez e Vanessa Lourenço de Souza fazem uma entrevista com Neusa Martina Kanhã Takuá, vice-cacique da comunidade indígena de Rio Pequeno, município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, em que ela denuncia a exclusão dos povos indígenas das metas de sustentabilidade das Nações Unidas para o Milênio. Em discurso proferido na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a indígena diz que as comunidades são citadas apenas pelas “beiradas” nos documentos oficiais.

No **capítulo 6**, *Da crise humanitária aos avanços políticos da causa indígena: reflexões para o futuro*, Letícia Larieira e Thaís Popets concentram-se no tema dos Direitos Humanos e discutem os conceitos de “genocídio” e de “crise humanitária”, tentando esclarecer como o direito à diferença compatibiliza com direitos à igualdade social no tratamento de temas como saúde e educação.

Como **capítulo 7**, *Cuidando da vida, preservando a floresta: as ações dos Expedicionários da Saúde em terra Yanomami*, Fabiano Ormaneze e Graça Caldas entrevistam Ricardo Affonso, médico ortopedista, radicado em Campinas (SP), que se dedica há décadas à ONG que fundou. Em 2023, em mais uma expedição realizada à Amazônia para levar saúde aos indígenas, ele presenciou a crise dos Yanomami e as relações construídas com os garimpeiros.

Dando continuidade à obra, temos os textos de convidados. Juliana Sangion, professora universitária na área de Jornalismo Audiovisual e assessora de comunicação da Comissão Permanente para o Vestibular da Unicamp, é autora do relato *Ancestralidade, presente! A universidade contra o apagamento da cultura indígena*, em que narra o processo de construção dos vestibulares indígenas na universidade, bem como

a chegada dos primeiros alunos vindos dessas etnias. Juliana também está à frente da produção de um documentário sobre esse processo, que ouvirá depoimentos de indígenas a respeito da chegada ao ambiente universitário, a relação com os familiares, professores, amigos e colegas indígenas e não indígenas.

Fechando este livro, Celso Bodstein, em *Yanomami e a fotografia: em busca da imagem identitária*, reflete sobre a relação dos indígenas dessa etnia com as fotos que, apesar de serem indesejadas por eles, tornam-se necessárias no contexto da resistência política e para chamar atenção à crise que enfrentam. O texto de Bodstein, de certa forma, também levou os organizadores deste livro a tomarem várias decisões importantes ao longo do processo de edição, como o cuidado com a escolha das imagens. Nesse sentido, este livro é composto por poucas fotografias, sendo também uma forma de nos posicionarmos, de maneira ética e, ao mesmo tempo, reflexiva, sobre os processos identitários e de resistência indígena.

Na arena midiática, a crise humanitária

Um apanhado geral do resultado de todo este esforço coletivo dispendido no livro sugere que as mídias desempenham ainda hoje o papel de arena onde se desenrolam as lutas simbólicas para construir as representações do que irá prevalecer socialmente.

A luta das comunidades indígenas, em geral, e, dos Yanomami, em particular, coloca-se, a partir dos cenários cultural, histórico, político, tecnológico, ambiental e de Direitos Humanos aqui abordados, como uma guerra de disputa territorial. Mas não apenas a disputa por um território medido em quilômetros e em florestas, mas por um território medido em bits no espaço midiático.

O espaço midiático, hoje cada vez mais complexo e digital, confunde-se com o espaço público. É nesse espaço público que os povos indígenas são interpelados a atuar, o que por si só já pode constituir uma contravenção e uma contradição em relação a seus discursos ancestrais.

Para o leitor disposto a atravessar os capítulos do livro, que sua leitura busque responder à seguinte pergunta: A crise humanitária Yanomami,

que vem se estendendo há décadas, tornou-se crônica e irreversível ou, com as políticas públicas recentemente implementadas, caminha para um desenlace, se não feliz, pelo menos, sustentável?

Agradecemos a todos que contribuíram para a produção deste livro. Primeiramente, ao coordenador do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do LabJor, Marcos Barbai, que nos desafiou a mais esta produção conjunta com alunos e colaboradores; à doutoranda Érica Mariosa, que atuou como PED - professora colaboradora - durante a disciplina que originou esta obra, trazendo sua experiência e energia ao novos alunos; aos autores convidados, aos entrevistados; aos jornalistas, aos indígenas e aos que cederam suas fotos; e, finalmente, à Margareth Graciano, da Editora Pontes, que nos apoiou em todos os momentos, durante a edição e editoração.

CAPÍTULO 1

NÓS JÁ ESTÁVAMOS AQUI: A história contada pelos Povos Originários

Fernando Silva
Magali Lameira

Figura 1 - Cacique Raoni Metuktire, da etnia Caiapó



Fonte: Fábio Gallacci, 2014.

Introdução

Basta sair às ruas no dia 19 de abril para se deparar com crianças usando cocares na cabeça e com o rosto pintado. É o Dia dos Povos Indígenas, que traz à tona a lembrança de uma população que habitava essas terras muito antes do início da colonização do Brasil pelos portugueses, em 1500, com a escravização dos indígenas e dos africanos. Entretanto, para muitos,

os indígenas são vistos apenas como parte do folclore nacional, em vez de serem reconhecidos como uma população existente e integrante deste vasto país chamado Brasil.

Quando começamos a desenvolver este capítulo, percebemos o quanto estamos distantes de conhecer, verdadeiramente, a história dos povos indígenas brasileiros, ou melhor, o quanto estamos distantes de entender nossa própria história. Somos parte desses povos, somos eles, mas fomos afastados de nossa herança cultura ancestral. Infelizmente, nós, colonizados, desconhecemos a nossa própria história.

Kerexu Yxapyry, liderança do povo Guarani, no documentário “Povos Indígenas no Brasil” (ISA, 2022), traz essa reflexão: “A sociedade indígena viveu um engano desde 1500, com a história do descobrimento do Brasil (...). Foi muita morte, foi muito massacre, foi muito roubo, foi muita devastação” (Yxapyry, 2022).

Nosso objetivo é lançar um olhar sobre essas pessoas marginalizadas, esquecidas e abandonadas pela nossa história colonizada. E, um pouco mais além, como elas lutam para recuperar a nossa própria origem histórica para que seja compreendida e devidamente respeitada. A colonização sempre buscou esconder essa parte rica da nossa história, mas agora buscamos resgatá-la, reconstruí-la, a partir do ponto de vista de seus próprios atores: os povos indígenas. Normalmente, o que conhecíamos era a partir de pesquisas e narrativas de antropólogos ou pelos indigenistas, profissionais que trabalham em instituições como a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967.

Mesmo diante da existência, hoje, de políticas públicas para os indígenas, elas são insuficientes para atender às necessidades desses povos. O que se observava, até agora, quase sempre, era um abandono e descaso do Estado, que foi muito intensificado entre 2019-2022, com um governo negacionista e predador. Com a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas, comandado por Sonia Guajajara, da etnia Guajajara, há uma expectativa de melhora. Entretanto, os próprios indígenas nos informaram em depoimentos que eles continuam lutando incansavelmente, enfrentando dor, fome e sofrimento.

Há muito a fazer para atender às suas necessidades e garantir a permanência de sua rica diversidade cultural. Os primeiros passos são a educação bilíngue, mantendo suas línguas e aprendendo o idioma português. A ida

para as universidades, para a formação em diferentes áreas do conhecimento, e a participação ativa no Legislativo brasileiro, para garantirem seus direitos ancestrais às terras que ocupam, são apenas passos iniciais para que suas vozes sejam ouvidas e possam ecoar com mais projeção em nossa sociedade. O cacique Raoni¹ foi uma das primeiras vozes em defesa dos povos indígenas. Hoje sua voz se multiplicou e já ocupa alguns desses espaços, porém, de forma ainda muito incipiente, se olharmos para todo o tempo que foi perdido e os poucos espaços ocupados.

Podemos sentir a determinação, a resistência e a perseverança dos povos indígenas no texto do indígena Nalbert Barreto, da etnia Baré, um jovem estudante de história da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), vindo da comunidade de São Gabriel da Cachoeira, município do Estado do Amazonas. Nessa região amazonense, onde são faladas mais de 20 línguas diferentes e que abriga mais de 23 etnias indígenas, ele, Nalbert, representa a força e a diversidade desses povos:

Enquanto escrevo este texto, três parentes Yanomami foram alvejados por garimpeiros em Roraima, enquanto escrevo, mais um parente tirou sua vida, pois não aguentou viver em um mundo que não correspondia mais à sua natureza, enquanto escrevo, há um parente que está crescendo longe de sua cultura, por questões impostas pelo Estado, enquanto escrevo, um parente Guaraní está em confronto com um fazendeiro, enquanto escrevo, o Céu pode cair a qualquer momento.²

Vivemos em um cenário de apagamento em relação à história dos povos originários, e isso se deve em grande parte à falta de representatividade desses povos nos cargos de liderança e na condução do país, reforçada por Nalbert. Ele salienta essa necessidade de ocupação de espaços pelos indígenas, para promover uma mudança social real, além de conquistar respeito e conhecimento em relação às comunidades indígenas no Brasil.

É fundamental, portanto, reconhecer a importância da representatividade dos povos indígenas nos espaços de poder e decisão. Essa presença é crucial para garantir que suas vozes sejam ouvidas, as demandas atendidas e os direitos respeitados. A ocupação desses espaços contribui para

1 Raoni Metuktire é líder indígena brasileiro da etnia Caiapó. Conhecido internacionalmente pela luta na preservação da Amazônia e Povos Indígenas.

2 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

aumentar a conscientização e a valorização das culturas indígenas. Além disso, possibilita uma visão mais abrangente e inclusiva da sociedade brasileira. É o que reforça Nalbert Barreto:

Para ser representado, você precisa de representantes, certo? Há quantos professores universitários indígenas? Deputados? No governo? Nas instituições? Na ATL (Acampamento Terra Livre) de 2023, uma das grandes críticas foi a questão da representatividade, existe uma grande diferença entre estar representando uma comunidade indígena e estar no governo, não são ‘eles’ que nos representam, somos nós que deveríamos ser representados por eles, é uma leve diferença no emprego da frase, mas que faz uma grande confusão e conflitos de interesses que deveriam viabilizar a causa indígena pelo país.

Em razão disso, a fala da liderança do povo Ye'kwana, Maurício Ye'kwana, no documentário “Povos Indígenas no Brasil”, faz tanto sentido: “O povo brasileiro esqueceu quem são os povos indígenas, a riqueza dos povos indígenas e o valor grande que tem isso, né?” (ISA, 2022).

Queremos mostrar quem somos, as nossas origens, que não são apenas europeias ou africanas, mas também são indígenas, o que faz de nós um povo miscigenado, com culturas híbridas. Queremos resgatar dos povos indígenas tudo aquilo que foi esquecido ao longo do tempo: as línguas, as regiões, os rituais, o cotidiano nas comunidades e o respeito à terra. Não se trata apenas de uma simples homenagem aos nossos ancestrais, mas sim de uma singela tentativa de reparação histórica. Buscamos recuperar o tempo que perdemos tentando apagar o passado e mostrar a todos a importância de conhecer e preservar a nossa própria história.

Figura 2 - Indígena fotografada em comunidade



Fonte: Fábio Gallacci, 2014.

Não devemos encarar a nossa história indígena como mero folclore ou fantasia, mas sim como parte essencial de nossa identidade como sociedade que foi colonizada. É importante ressaltarmos o nosso olhar para além do colonizador e nos orgulharmos de quem fomos e ainda somos. Precisamos relembrar e recuperar esse autoconhecimento, pois conhecer a história dos povos originários do Brasil é nos reconhecemos na biodiversidade deste mundo. É reconhecer a diversidade cultural que nos constitui e valorizar nossas raízes ancestrais.

É de extrema importância destacar que a construção deste capítulo é baseada nos relatos e experiências dos próprios povos indígenas, aqui representados por entrevistas com alunos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que possuem um conhecimento profundo sobre o cotidiano de suas comunidades, suas histórias, vivências e perspectivas. O nosso objetivo é apresentar as suas narrativas, a partir do ponto de vista deles, de dentro de seus espaços para fora e de fora para dentro, dando voz a esses protagonistas que vivenciam a realidade das comunidades indígenas.

Não pretendemos impor o nosso olhar, o olhar de quem foi colonizado e, às vezes, tem dificuldade em compreender algumas escolhas, algumas tradições e estilo de vida dos povos originários nesta narrativa, pois reconhecemos que essa história pertence àqueles que a vivem. Valorizamos seus relatos como fonte primordial para compreender as lutas, os sofrimentos e as conquistas dessas comunidades. Dessa forma,

buscamos proporcionar uma visão mais autêntica e inclusiva, respeitando a perspectiva e o conhecimento dos povos indígenas em relação às suas próprias vidas e trajetórias.

População e comunidade

De fato, ao reconhecermos a nossa falta de proximidade e de conhecimento em relação aos povos indígenas que habitam o Brasil, e como essa lacuna nos induz à falta de respeito em relação à sua cultura, as terras e seus modos de organizações, faz-se necessária uma abordagem sobre essas questões para que seja possível desenvolvermos um maior entendimento e reconhecimento de quem são, onde e como vivem.

Uma das entrevistadas para este capítulo, Kellen Natalice Vilharva³, da etnia Guarani Kaiowá, tem 23 anos e é da Aldeia de Jaguapiru, localizada no município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. A entrevistada destaca o olhar externo como permeado pelo preconceito, trazendo apenas atraso para o desenvolvimento dos povos originários, tanto para suas tradições como para seus avanços dentro das terras e da comunidade. Suas palavras evidenciam como a falta de conhecimento cultural e social, e a visão estigmatizada sobre os povos indígenas têm um impacto negativo e impedem um verdadeiro reconhecimento social e cultural das comunidades espalhadas por todo o Brasil.

Ao propormos o debate sobre essas questões, buscamos ampliar a compreensão e promover um maior respeito à diversidade cultural dos povos indígenas, superando estereótipos e preconceitos. É por meio do conhecimento e do diálogo que podemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, reconhecendo o valor e a importância das comunidades indígenas para a identidade e o desenvolvimento do Brasil.

A veiculação de notícias em relação aos Guarani Kaiowá é bem preconceituosa e a gente tem muito problema em relação a conflito territorial. O povo está no processo de retomada das terras ancestrais, e a imprensa, a mídia, divulga como invasão, dá sua imagem e muitas vezes conta muitas mentiras sobre o meu povo, chamando-o de invasor, então, é bem difícil, não atende a realidade da comunidade” (Vilharva, 2023)

3 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

Cada povo indígena possui sua própria história, sua língua, suas tradições e formas de organização social. Reconhecer essa diversidade é essencial para evitar estereótipos e preconceitos, promovendo um olhar mais respeitoso e amplo à pluralidade existente entre os povos indígenas do Brasil. Ao compreender a individualidade e características de cada grupo, podemos valorizar suas contribuições culturais, promover o respeito aos seus direitos e fortalecer a luta pela preservação de suas terras e identidades. Fica muito claro no relato de Kelen, da etnia Guaraní Kaiowá, a falta de respeito e de atenção ao seu povo e às terras que sempre foram deles, que agora são colocados como os invasores dessas mesmas terras. Uma contradição dentro desta luta histórica.

A primeira enciclopédia elaborada pelo Instituto Socioambiental (ISA) é de 1980, época em que esse trabalho de reconhecimento, entendimento e desenvolvimento dos povos originários é compartilhada com todos os cidadãos brasileiros. Esses materiais estão disponíveis no site do ISA⁴ e são uma fonte valiosa para entender a presença dos povos indígenas no Brasil desde o período do “descobrimento”, em 1500, até os dias de hoje. É notável que há mais de quatro décadas o ISA ressalta a resistência da população indígena e que, apesar dos desafios políticos e das adversidades enfrentadas, se reflete atualmente com o crescimento contínuo dessa população.

Essa constatação da retomada do crescimento indígena revela a resiliência e a força dos povos indígenas, que, ao longo dos séculos, têm resistido às pressões e às tentativas de apagamento de suas culturas e de roubo de seus territórios.

Apesar dos problemas políticos como a luta atual pelo marco temporal, tema que também será abordado no subcapítulo Projetos de Lei, e das dificuldades enfrentadas, a população indígena tem conseguido se manter e, em alguns casos, até mesmo aumentar em número, como podemos observar na tabela dos três últimos censos feitos pelo IBGE até 2010. O último Censo, em 2022, com dados preliminares divulgados em 2023, indica que a população indígena dobrou nos últimos 12 anos (IBGE, 2022).

4 https://acervo.socioambiental.org/adv-search?content_type=publicacoes_isa.

Figura 3 – Tabela com dados dos últimos três censos demográficos

	1991	2000	2010	2022 (dados preliminares)
Indígena	294.131	734.127	817.963	1.652.876

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1991 a 2022 – elaborado pelos autores.

Esse crescimento demográfico contínuo, nas três últimas décadas, é um testemunho da resistência indígena diante dos desafios históricos e contemporâneos, além de políticas públicas indígenas pós-Constituição de 1988, descontinuadas no governo Bolsonaro. É um lembrete poderoso de que a luta pelos direitos indígenas não se limita apenas ao presente, mas é uma continuação da resistência ancestral que tem se mantido ao longo do tempo.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer e valorizar a história e a cultura dos povos indígenas, bem como apoiar suas reivindicações por direitos, autodeterminação e preservação de seus territórios. A enciclopédia do ISA e outras iniciativas que registram e documentam a presença indígena são instrumentos importantes para fortalecer o conhecimento e a conscientização sobre a diversidade e a importância desses povos em nossa sociedade.

Ao contrário do que muita gente pensa, e deseja, os índios não vão desaparecer. O exemplo histórico de alguns povos indígenas no Brasil (Xavante, Guaraní, Terena, entre outros) indica que, passado o impacto inicial do contato, os grupos desenvolvem mecanismos de antidefesa ativa, que viabilizam sua convivência com a sociedade nacional. E mais: a população desses grupos está aumentando. Não vão desaparecer e não vão deixar de ser índios (ISA, 1980).

Segundo informações obtidas no site do governo federal, foi identificada uma queda significativa no número de indígenas no Brasil desde o período da colonização até a década de 1970 (Funai, 2020). No entanto, a partir do primeiro censo que incluiu a população indígena na pesquisa, realizado em 1991, já foi possível observar uma retomada de crescimento dessa população, conforme demonstrado anteriormente na tabela. Esses dados evidenciam a importância de se considerar o contexto histórico e as mudanças nas políticas de inclusão e reconheci-

mento dos povos indígenas, ao analisar a evolução demográfica dessas comunidades no Brasil.

Hoje, os povos originários estão presentes em todos os estados do Brasil, sendo que as etnias mais populosas são Guarani, Ticuna e Kaingang, que juntas representam quase 1/4 da população indígena do país (ISA, 2020). Esses números destacam a diversidade e a amplitude da presença indígena em nosso território, reforçando a necessidade de reconhecer e valorizar a riqueza cultural e os direitos dessas comunidades. É indiscutível a urgência de se promover políticas e ações que garantam a preservação de suas terras, a promoção do respeito às suas tradições e a inclusão social desses povos.

Dos quase 1,7 milhão de indígenas que vivem no Brasil atualmente, de acordo com o Censo de 2022, grande parte dos indígenas (44,48%) vive na região Norte. O segundo maior contingente está no Nordeste, onde estão 31,22% dos indígenas do país. No Centro-Oeste, vivem 11,80%; no Sudeste, 7,28% e, no Sul, são 5,20%.

Os indígenas que vivem em comunidades no Brasil enfrentam diariamente desafios e lutam pela preservação de suas terras, pelo cuidado com o meio ambiente e por sua própria sobrevivência. Essa realidade é evidenciada por meio dos relatos dos indígenas, que compartilham suas experiências e visões no livro e no documentário do Instituto Socioambiental. Tem sido, também, referência obrigatória em diversas pesquisas ao longo do tempo.

Os relatos nas obras do ISA citadas revelam a grande importância das terras indígenas como fonte de subsistência, da conexão com a natureza e do fortalecimento de suas identidades culturais. Os indígenas são guardiões dos conhecimentos tradicionais e protagonistas na defesa das florestas, do meio ambiente e da biodiversidade, contribuindo para a sustentabilidade e a preservação do patrimônio natural do país.

Ao ter acesso a esses relatos, podemos compreender melhor as lutas e os desafios enfrentados pelos povos indígenas, bem como reconhecer o quanto é relevante apoiar suas reivindicações por direitos, autonomia e respeito. É necessário que essas vozes sejam ouvidas e valorizadas, promovendo a conscientização e ações concretas em prol da garantia dos direitos indígenas e da preservação de suas terras e culturas.

Ainda no mesmo documentário, Angela Kaxuyana, líder da TI (Terra Indígena) Kaxuyana-Tunayana, ressalta a importância das terras, das florestas para os povos indígenas, que, segundo ela, são indissociáveis: “Não tem como separar essa existência do território das nossas existências enquanto povo, ela está interligada. Se você não garante o território, você não está garantido a vida das pessoas”.

Compreender, respeitar e garantir direitos aos povos indígenas envolve o estabelecimento de políticas públicas efetivas e de qualidade, que atendam às reais necessidades das comunidades indígenas, levando em consideração suas demandas e ouvindo seus líderes.

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 231 deixa clara a importância de respeitar e garantir o direito a esses espaços, costumes e à cultura indígena:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988, *on-line*).

Mesmo em face das dificuldades constatadas ao longo desses anos em se fazer cumprir a Constituição, com base nos relatos apresentados aqui, é imprescindível destacar também a necessidade de promover a participação ativa dos líderes indígenas nas decisões que afetam suas terras, recursos naturais e direitos, em geral. Dessa forma, é possível criar um diálogo construtivo e inclusivo, em que suas vozes sejam ouvidas e levadas em consideração.

Além disso, é necessário implementar políticas públicas que respeitem e garantam o acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, infraestrutura e segurança, de forma culturalmente adequada, respeitando a autonomia e características individuais de cada comunidade indígena.

Figura 4 - Indígena vendendo produtos naturais



Fonte: Kellen Vilharva, 2023.

A valorização e o respeito aos povos indígenas devem ocorrer sem que eles precisem se isolar para serem respeitados. Vivendo em suas terras ou entre nós, independentemente da escolha que façam, esse é um ponto crucial que é preciso destacar. É necessário promover uma sociedade inclusiva, livre de preconceitos e que valorize a diversidade cultural, reconhecendo a importância dos povos indígenas na construção e preservação da identidade do Brasil. Como explica Angela Kaxuyana, no documentário Povos Indígenas do Brasil:

A gente reflete muito sobre essa motivação de se isolar. Em muitos casos, ela é ocasionada justamente por essa pressão, né, por essa violência que não é de hoje, mas que tem aí um vestígio na história de violência contra os povos indígenas. O que protege, de fato, é a permanência dos povos indígenas no território, é o monitoramento diário, é a proteção dos territórios, são as expedições de proteção. É a forma de gestão do território que protege, né. E quem faz isso somos nós, os povos indígenas, quem vive nos territórios somos nós” (Kaxuyana, 2022).

Vale ressaltar que o ano de 2023 trouxe uma grande esperança para os povos indígenas, após um período de intensa luta pela manutenção de suas terras e de enfrentamento de invasões e assassinatos. A criação do Ministério dos Povos Indígenas deu maior visibilidade e expectativa de reconhecimento e apoio às causas indígenas. Até então, apesar de vivência de um dos períodos mais cruéis, foi também marcado pela resiliência, resistência e mobilização das comunidades indígenas (ISA, 2020).

Mesmo com as adversidades enfrentadas, os povos indígenas têm se mantido firmes na defesa de seus territórios, culturas e direitos. A luta pela demarcação e proteção das terras indígenas prevista na Constituição de 1988, mas pouco executada, continua sendo uma pauta essencial, visando garantir a preservação ambiental, a autonomia das comunidades e a perpetuação de suas tradições ancestrais.

Um outro ponto intrínseco a isso é o reconhecimento da violência e das dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas, fundamental para a conscientização e o apoio às suas lutas. É necessário que a sociedade civil e as autoridades se mobilizem para combater as violações de direitos, promover a justiça e criar condições para que os povos indígenas possam viver com dignidade e segurança em seus territórios.

A resistência indígena é um exemplo inspirador de coragem e perseverança, e é imprescindível apoiar e amplificar suas vozes, contribuindo para a construção de um país mais justo, igualitário e respeitoso com as diversidades culturais e étnicas que o compõem.

Línguas indígenas, quase 300 - Saberes ancestrais

Conforme o recenseamento de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram identificadas 274 línguas indígenas faladas no Brasil. Ao compararmos esse número com a quantidade de línguas presentes durante o período de colonização, estimadas em cerca de 1.500 línguas indígenas (EBC, 2016), fica evidente a significativa diminuição no total de línguas indígenas existentes ao longo dos anos, proporcional à dizimação dos povos originários.

Essa constatação ressalta a perda de diversidade linguística que ocorreu ao longo dos séculos de contato entre os povos indígenas e os

colonizadores. Podemos pensar em diversos fatores, como o processo de colonização, a imposição da língua portuguesa, a violência e a marginalização dos povos indígenas, que acabaram contribuindo para o declínio das línguas indígenas e o consequente predomínio do português.

É importante destacar que as línguas indígenas são parte integrante da diversidade cultural do Brasil e carregam conhecimentos, tradições e perspectivas únicas desses povos. O processo de declínio dessas línguas representa também a perda de saberes ancestrais e de uma rica herança cultural, como colocado por Tania Souza:

O desenho das palavras de que fala Davi Yanomani se refere à invenção da escrita, traço historicamente estranho ao seu mundo. Um mundo preservado pela memória guardada na oralidade. A falta desse traço tem sido parâmetro para se dizer que as línguas desse mundo sem “desenho de palavra” são ágrafas, ou orais. E as suas sociedades sem memória. (Souza, 2016, p. 37).

A falta de dados atualizados dificulta a análise e o monitoramento da situação linguística dos povos indígenas, bem como a implementação de medidas adequadas de proteção e revitalização linguística.

Infelizmente, o período pandêmico vivido recentemente - devido à Covid-19 -, também causou diversas perdas entre os povos originários, afetando severamente os guardiões das línguas indígenas. Muitos membros dessas comunidades perderam suas vidas para a doença, resultando em uma lacuna irreparável de conhecimentos e saberes linguísticos.

No contexto da preservação das línguas indígenas, esses danos à cultura indígena representam um risco imenso para a perpetuação desse conhecimento, pois são os falantes nativos que mantêm viva a tradição oral e transmitem o idioma de geração em geração. Com a partida desses falantes, existe o risco real de que certas línguas sejam perdidas para sempre.

É urgente reconhecer a relevância dessas línguas como parte essencial do patrimônio cultural e linguístico do Brasil. Medidas eficazes devem ser tomadas para proteger e revitalizar as línguas indígenas, garantindo o apoio às comunidades afetadas pela pandemia da Covid-19, promovendo iniciativas que fortaleçam a continuidade do uso e ensino dessas línguas.

Além disso, é necessário promover a conscientização e o respeito à diversidade linguística e cultural do país, valorizando e reconhecendo o papel crucial das línguas indígenas na construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. A preservação e a revitalização dessas línguas são essenciais para garantir a diversidade e a riqueza cultural do Brasil.

Guardiões da língua levados pela Covid 19 (ISA, 2017-2022):

- Aldenor Félix – Tikuna
- Higino Pimentel Tenório – Tuyuka
- Laureano Cordeiro – Wa'ikhana
- Enedina e Gumercindo – Karitiana.
- Aritana, Mataryua e Nhapukalo – Yawalapiti
- Hilário Ab Reta Awe Predzaw – Xavante
- Bàytum e Bepkraxpo – Kayapó
- Aracy Matchua – Kadiweu
- Ixariri, Kuaxiru, Hawakati, Hureari, Wareni – Karajá
- Eufrásia Ferreira – Guató
- Kokama (dos dois lados da fronteira Brasil-Colômbia):
- José Conceição de Souza Cajueiro (Manaus/Aldeia Karuara)
- Augustinho Rodrigues Samias (Sapotat/Tabatinga)
- Maria Gerônimo Souza (Benjamin Constant)

A fala de Angela Kaxuyana, líder da Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana, no documentário Povos Indígenas Brasil (2017-2022), evidencia o imensurável prejuízo que a ausência das línguas indígenas representa para as comunidades e para a herança cultural do país. Ela destaca o quanto essas línguas são importantes como veículos de transmissão da cultura, dos saberes ancestrais e da identidade dos povos indígenas.

Sua colocação nos convida a refletir sobre as consequências profundas que a perda dos representantes indígenas acarreta para as comunidades, evidenciando a urgência de ações concretas para proteger e promover as comunidades.

Não só de perdas de vidas, mas também de perdas de muitas culturas, de perdas de muitas essências, de perdas de muita existência de pertencimento enquanto povos, enquanto histórias, enquanto línguas, né. Pessoas que se foram nesse contexto a gente nunca mais vai poder resgatar. Nem a sua história nem sua existência

enquanto povo, porque morreram pessoas que eram os últimos sobreviventes do seu povo (Kaxuyana, 2022).

O simpósio internacional Viva Língua Viva, realizado no Rio de Janeiro em 2019, organizado pelos membros do programa de pós-graduação na área de linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), proporcionou uma plataforma importante para que indígenas pudessem expressar suas preocupações e defesas em relação às suas línguas. Nesse evento, eles destacaram a grande importância de preservar e manter vivas as línguas indígenas, em meio a um cenário de crescente esquecimento e negligência vividos ao longo dos anos.

Os participantes do simpósio ressaltaram que as línguas indígenas carregam consigo não apenas palavras e gramáticas, mas todo um universo de conhecimentos, valores culturais, histórias e formas de pensar únicas. Essas línguas são veículos de identidade, pertencimento e resistência para as comunidades indígenas.

A luta pela continuidade das línguas indígenas é uma batalha pela preservação de uma parte fundamental da diversidade linguística e cultural do Brasil. Os indígenas enfatizaram a importância de políticas públicas efetivas e de investimentos para a revitalização e fortalecimento das línguas indígenas, incluindo a valorização dos falantes nativos, a criação de materiais educacionais adequados e o estímulo ao uso cotidiano dessas línguas nas comunidades.

Esse simpósio internacional contribuiu para ampliar a conscientização sobre a importância das línguas indígenas e reforçou a necessidade de ações concretas para sua preservação. Foi um espaço de empoderamento e intercâmbio de experiências entre diferentes povos indígenas, acadêmicos, ativistas e organizações comprometidas com a causa.

Separamos aqui alguns dos relatos que fizeram parte do encerramento do evento colocados no livro Povos indígenas do Brasil 2017-2022 e que mostram a importância da preservação da língua:

Quando se diz que uma língua está extinta, estamos matando a nossa escrita... vamos descolonizar começando pela escrita.
– Anari Pataxó, 2022.

Vou falar para meus parentes aqui, vamos falar para nossos filhos continuarem aprendendo a nossa língua. – Wendi Wapichana, 2022.

Cada vez que morre um parente, a língua morre, gradativamente; a língua fica viva quando tem falantes. – Adriana Karajá, 2022.

Meu sonho, meu pensamento, é que o povo Puruborá volte a falar nossa língua... os Puruborá resistiram para existir. – Mario Puruborá

Este é o meu sonho, ver todo um povo Kariri-Xocó falando nossa língua de tradição. – Idiane Kariri-Xocó, 2022.

Na entrevista concedida para este capítulo pelo indígena Nalbert, da Comunidade de São Gabriel da Cachoeira, etnia Baré, ele compartilhou conosco valiosas informações sobre o processo de ensino das línguas indígenas nas comunidades. Abordou diversas realidades e destacou a falta de preparo das universidades brasileiras para receber alunos indígenas que, muitas vezes, não foram alfabetizados na língua portuguesa.

Nalbert ressaltou a importância do ensino da língua indígena dentro das próprias comunidades, onde os conhecimentos são transmitidos oralmente de geração em geração. Ele destacou que, para preservar a língua e a cultura, é indispensável que as crianças e jovens tenham acesso a esse ensinamento desde cedo.

No entanto, ele também mencionou os desafios enfrentados pelas comunidades indígenas quando alguns jovens decidem buscar educação formal em universidades. Muitas vezes, esses estudantes chegam despreparados devido à falta de um ensino adequado da língua portuguesa em suas comunidades. Isso os coloca em desvantagem no sistema de Ensino Superior, no qual o idioma predominante é o português.

A necessidade de políticas públicas que promovam uma educação bilíngue e intercultural, que valorize e fortaleça as línguas indígenas, ao mesmo tempo em que ofereça suporte para que os estudantes indígenas possam se adaptar e ter sucesso nas instituições de ensino superior foram algumas das desvantagens educacionais pontuadas por Nalbert.

Mencionou, ainda, a importância de as universidades repensarem suas estruturas e métodos de ensino, a fim de acolher e valorizar a diversidade

linguística e cultural dos alunos indígenas, que se dedicam a trilhar o caminho da educação não indígena. Isso inclui a oferta de programas de formação específicos para esses estudantes, bem como a criação de espaços de diálogo e troca de conhecimentos entre as comunidades indígenas e a academia.

O relato de Nalbert nos alerta para a necessidade de promover uma educação mais inclusiva, sensível às necessidades e realidades dos povos indígenas. Ao reconhecer e valorizar suas línguas e culturas, podemos garantir uma educação mais justa e igualitária, que respeite e fortaleça a identidade indígena dentro e fora das universidades.

Em comunidades indígenas, existem as escolas interculturais, que são um projeto da Constituição de 1988 que torna lei o ensino bilíngue (línguas maternas) em comunidades indígenas. Apesar do pouco investimento pelo Estado em contemplar essas leis, ainda sim existem muitos professores que exercem essa nobre função. A língua em si é aprendida desde cedo com ajuda dos pais, então há muitos indígenas que têm a sua língua materna como primeira língua, e a portuguesa como segunda, ou até terceira, e outros que nem aprendem. (...) Há povos que carregam a língua em sua essência e o português como língua arbitrária, como no caso dos povos do Sul do Amazonas, os Ticuna carregam isso fortemente, com um tronco linguístico único, é a língua mais falada do Brasil, já os Matis, se atentam a falar mais de três línguas de sua região (matis, marubo, maryunna, ticuna), além do mais, todos eles entram em contatos com outros, em especial, povos do Peru e Venezuela. (Barreto, 2023)

Faz-se indispensável e urgente, portanto, refletir sobre a importância das línguas indígenas e seu significado para a cultura e história do Brasil. Não podemos conceber um Brasil sem sua herança ancestral, sem a diversidade de línguas e culturas que tornam o país um lugar plural, repleto de etnias e conhecimentos diversos.

Vale ressaltar que existem inúmeros estudos e pesquisadores da área que buscam a divulgação, compreensão e visibilidade das línguas indígenas no Brasil. Nomes como o do pesquisador Aryon Rodrigues, do Instituto de Estudos e Linguagem (IEL) da Unicamp, contribuíram muito com o entendimento dessas línguas, dados e divulgação. Como colocado pelo

pesquisador Wilmar da Rocha D'Angelis, que dá continuidade ao legado deixado por Aryon e que escreveu um artigo dedicado ao pesquisador e seu olhar vasto a todas as contribuições feitas às línguas indígenas:

Registre-se, também, que Aryon é autor da mais importante obra de divulgação sobre línguas indígenas brasileiras, o famoso “livrinho verde de Aryon”: Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas. E foi ele, também, o único a produzir uma estimativa sobre o número de línguas indígenas existentes no (atual) território brasileiro, quando da tomada de posse dessas terras pela coroa portuguesa, em 1500. Em um artigo igualmente primoroso, de divulgação científica, Aryon estimou esse número em 1.175 línguas, concluindo, então, pelo desaparecimento de mais de 1.000 línguas indígenas no Brasil nos primeiros 500 anos após o chamado “descobrimento” (D'Angelis, 2014 *apud* Rodrigues, 1993, *on-line*).

As línguas indígenas desempenham um papel central na preservação da identidade cultural. Elas carregam consigo sabedorias milenares, conhecimentos tradicionais e uma visão de mundo única, enriquecendo a diversidade linguística e cultural da nação, e é preciso valorizar também esses estudiosos que lutam pela continuidade e valorização dessas línguas.

Ao valorizarmos as línguas indígenas, estamos também reconhecendo a importância dos povos originários como guardiões de um patrimônio cultural e linguístico fundamental para a formação do Brasil. Suas línguas são expressões vivas da pluralidade e diversidade que caracterizam o país.

Preservar e promover as línguas indígenas é um ato de respeito e reconhecimento para com os direitos desses povos, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e suas culturas preservadas. Além disso, ao valorizar as línguas indígenas, fortalecemos nossa própria identidade nacional, pois a história do Brasil não pode ser contada sem considerar a contribuição dos seus povos originários.

É essencial, portanto, promover políticas linguísticas inclusivas, que valorizem e apoiem o ensino e o uso das línguas indígenas nas comunidades e nas escolas. Dessa forma, contribuiremos para a revitalização e o fortalecimento dessas línguas, permitindo sua transmissão às futuras gerações.

Ao garantir a diversidade linguística, estamos rompendo com a lógica de dominação cultural e garantindo espaços de expressão para os povos indígenas. Reconhecer e respeitar as línguas indígenas é um passo importante na construção de uma sociedade mais inclusiva, que valoriza a pluralidade de saberes e perspectivas. Portanto, a preservação e a difusão dessas línguas não são apenas um compromisso histórico e cultural, são também uma necessidade para a construção de um Brasil verdadeiramente plural, onde todas as culturas e identidades têm seu espaço de valorização e respeito.

Ritos e tradições

A riqueza cultural dos povos indígenas brasileiros está profundamente enraizada em seus ritos e tradições ancestrais. Essas práticas são essenciais para a comunidade, pois trazem consigo conhecimentos milenares, expressões artísticas, valores e uma profunda conexão com a natureza e os espíritos.

Os ritos indígenas desempenham um papel central na vida das comunidades, envolvendo cerimônias sagradas, danças, cantos, pinturas corporais, música e narrativas transmitidas oralmente. Cada povo e cada região tem suas próprias tradições específicas, refletindo a diversidade cultural presente no país.

Além disso, os ritos indígenas estão intrinsecamente ligados e mantêm relação com o território e a proteção do meio ambiente. Muitos povos possuem práticas de cuidado e preservação da natureza, baseadas em uma vivência harmoniosa com o ecossistema em que estão inseridos. Essa relação íntima com a terra e os elementos naturais é essencial para a sobrevivência e a sustentabilidade das comunidades indígenas.

Por isso, separamos o relato completo do nosso entrevistado Nalberth, de São Gabriel da Cachoeira, etnia Baré, no qual ele faz um apanhado cultural sobre os ritos e tradições dos povos indígenas brasileiros:

O dia a dia de uma comunidade pode variar de acordo com determinada região, o que pode gerar dúvidas, pois, enquanto há indígenas que vivem próximos de grandes metrópoles, como no caso dos Guarani, Kaingang, Terena etc., há aqueles que se situam em regiões mais distantes dos meios urbanos, como os Yanomami.

No município mais indígena do Brasil (São Gabriel da Cachoeira) o dia a dia é logrado de acordo com as necessidades de cada família. Há aquelas que se situam em roças, comunidades, e meio urbano, no entanto, as três se intercalam, não à toa, não é nenhum exagero dizer que SGC seja uma ‘Grande’ comunidade. As atividades são bem variadas, assim como os homens, as mulheres têm o papel primordial dentro de uma comunidade, desde trabalhos em lojas até caça, por exemplo, eu tenho um tio que é tenente na cidade, mas que aos finais de semana ia para roça, ou parentes que vivem em comunidades mais distantes do município, mas que, recebidos certos auxílios governamentais, se deslocavam para São Gabriel para comprar determinados produtos. Então, você percebe que há esse paralelo entre as atividades mais primárias de uma comunidade em contato com as mais provenientes da urbanização e influência do Estado.

A seguir, ainda a partir do relato de Nalbert, foram criados diferentes tópicos sobre a cultura indígena:

- **Rituais:** Assim são os ritos, as comemorações e os ensinamentos religiosos e escolares, na maioria das vezes, têm uma certa influência do Estado (para não chamar de colonização). Em comunidades mais distantes, ainda é bem comum os jovens fazerem seus rituais de iniciação. Exemplos são o Kariamã (dos homens) e de Moça (mulheres), rituais esses que preparam o indivíduo para a vida adulta e perpassam conhecimentos da comunidade e benzimento. No Sul do Amazonas temos os Matis, que também passam por algo semelhante. Eles carregam consigo linhas na bochecha, se tornando os homens “cara de onça”, ou você também pode citar dos Yanomami, com o pó de yâkõana. São inúmeras formas ritualísticas que cada povo tem, assim como os grafismos, que são usados tanto em cerimônias ritualísticas, ou para preparação de guerras (como no caso dos Yanomami, que é semelhante aos Xavante).

- **Bancada do cocar:** Atualmente existe a bancada do cocar no meio político. O cocar simboliza o conhecimento, e é usado por muitos caciques, como uma colega citou certa vez, que seu avô lhe botou um cocar na cabeça, e, ela, confusa com a situação, lhe perguntou se não era errado, e seu avô respondeu que o cocar simbolizava o conhecimento, e que, ela estudando fora e representando o seu povo diante do ‘mundo’, já seria digna de usar, devido aos seus conhecimentos, que se equivaleriam aos dele.

- **Festas/Comemorações:** Em Rio Negro, de forma mais tradicional, há o dabucuri, que há inestimáveis anos é praticado. Uma das festas mais populares é a festa de santo, ou divino, que tem influência católica bastante forte, e isso se estende por grande parte do país, festa do boi no Sul do Amazonas, festa junina. Nisso nota-se a atribuição de outras culturas para a sua, (outro exemplo são muitas etnias do Nordeste, que, com a presença massiva negra na região, fez com que esses povos compartilhassem suas culturas). Além do mais, com o ciclo da borracha, a Região Norte sofreu uma grande influência da cultura nordestina. Infelizmente, com a chegada dos salesianos e missionários, muitas culturas se perderam e suas línguas, como no caso dos Baré, e outros que tiveram que assimilar outras línguas de outras etnias para a sua. Assim, essa gama cultural se mistura, seja em ritos, usando adereços ou grafismos, seja em comemorações provenientes de influência católica. Para tentar entender como funcionam esses esquemas, é preciso vivenciá-los.

- **Estereótipos:** No ano de 2022, Daniel Munduruku problematizou dizendo que era ‘normal’ pessoas usarem fantasias e adereços estereotipados de povos indígenas, afirmando que é uma data comemorativa no carnaval e que não tinha problema, gerando fortes controvérsias e debates. Creio que, pra quem já vive em meio urbano, seja algo normal mesmo, mas pra quem veio de comunidades, ver usos de adereços ou até produtos como carpi (ayahuasca) e rapé se torna algo de se incomodar os olhos, pois traz aquela ideia de folclore, de mito. Eu lembro que, em São Paulo, estava com umas colegas indígenas, e, na nossa frente, havia uma mulher branca alta, com uma tatuagem de um rosto de uma mulher indígena com cocar, em sua panturrilha. Aquilo gerou uma situação icônica de se pensar, eu até brinquei: Olha amiga, aquela mulher desenhou o seu rosto.

- **Alimentação:** Então é uma questão de conhecer, sabe, muita gente come mandioca, tapioca, sem saber suas origens, a cultura, ela está viva, os povos originários estão vivos, apesar do genocídio. Então, ter consciência do que se usa é o mínimo, tudo tem significado, os colares, o cocar, não são meros ‘acessórios’ para branco usar, posando para o Instagram em Sapucaí.

Outro relato importante é o da indígena Kellen Vilharva, etnia Guaraní Kaiowá, da comunidade de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul. Ela nos concedeu entrevista para a elaboração deste capítulo do livro e nos trouxe um outro olhar sobre os ritos e tradições na comunidade em que vive.

- **Religião:** A religião, os ritos sagrados, como eles acontecem? Às vezes, tem batismo do milho, não me lembro quando é, batismo do milho sagrado, a gente tem milho sagrado e tem uma comemoração que geralmente são três, cinco dias que acontece. Sobre as festividades, existem algumas datas, por exemplo, Dia dos Povos Indígenas, dia 19 de abril, que é bem comemorado, não só dentro da escola, mas na comunidade. Há momentos em que cada família comemora as suas festividades.

- **Pinturas corporais:** Em relação às pinturas corporais e adereços, a gente não usa no dia a dia, a gente usa em datas específicas, como eu falei, no dia 19 de abril, em eventos ou em alguma necessidade de movimento.

- **Apropriação da cultura:** A apropriação da cultura por pessoas que desconhecem e acabam utilizando acontece desde 1500. É a apropriação dos saberes. Na minha área, de plantas medicinais, existem muitos medicamentos que foram feitos a partir do conhecimento tradicional indígena e hoje não têm nenhum reconhecimento e nenhum repasse de benefícios para as comunidades e isso vai para a indústria de cosméticos e de alimentos.

Ao compartilhar esses relatos dos entrevistados, é possível compreender a grandeza e a relevância das tradições dos povos indígenas para o Brasil.

Aqui, podemos relembrar as concepções desenvolvidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo ele, as representações sociais são profundamente influenciadas pelas ideias, valores, crenças e ideologias preexistentes em uma sociedade (Bourdieu, 2010). O sociólogo afirma que essas representações estão presentes na linguagem que utilizamos para nos comunicar, nas práticas religiosas e no senso comum que compõem o *habitus*, que é como ele define essas maneiras de continuidade de cada indivíduo que moldam as nossas percepções de forma inconsciente. Além disso, Bourdieu destaca a importância das concepções que circulam entre os participantes dos campos sociais, grupos profissionais e classes sociais e que acabam influenciando as representações sociais e moldam a forma como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor (Bourdieu, 2010).

Seguindo o pensamento do sociólogo, essa abordagem ressalta a importância das estruturas sociais, das relações de poder e das lutas simbólicas na construção das representações e significados presentes em uma sociedade. O que bate diretamente com essa construção ritualística que

é parte das tradições indígenas, do *habitus* das comunidades e dessa luta simbólica de manutenção das culturas e tradições indígenas.

Essas tradições não apenas enriquecem a nossa história e identidade como nação, mas também nos ensinam lições valiosas sobre a importância do respeito à diversidade, da preservação ambiental e do fortalecimento das relações comunitárias.

É fundamental que valorizemos e protejamos essas tradições, garantindo o respeito e o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Ao fazer isso, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente de sua pluralidade cultural.

Direitos indígenas e Projetos de Lei

Ao optarmos por abordar a história dos povos originários a partir da visão deles, não imaginávamos os desafios que existiriam para encontrar indígenas dispostos a conversar e nos contar essa visão diversa da que a nossa sociedade se acostumou a propagar constantemente, quando o tema se refere aos indígenas. Em seus relatos, percebemos o quanto nossas percepções e narrativas são distintas e distantes em relação à realidade dos povos originários. Se, no passado, a exploração e o extermínio faziam parte da realidade desses povos que decidiram se afastar dos europeus e colonizados, atualmente, não houve muita mudança.

Figura 5 - Manifestação indígena em defesa da demarcação de terras



Fonte: Kellen Vilharva, 2023.

Mesmo depois de pouco mais de 500 anos da chegada dos primeiros europeus ao que se tornaria o Brasil, os povos originários dessas terras ainda precisam lidar com todos os tipos de violência, exploração, expropriação e o conflito entre eles mesmos sobre se devem se manter afastados da sociedade não indígena, ou se, de alguma forma, devem tentar uma aproximação, ainda que seja para lutarem por reconhecimento ao que é originalmente deles, na resistência de sua cultura, língua e identidade.

A comunidade de Neusa Tekoha Djé'y, indígena ativista da etnia Guaraní, do Rio de Janeiro, passa por um violento processo de demarcação e nos permite visualizar a rotina de terror em que os povos originários estão inseridos, quase expulsos de suas terras. Além disso, é uma constante luta para manter a cultura, a identidade e as terras, diante dos avanços da nossa sociedade não indígena.

Assim como na comunidade de Neusa, algumas outras procuram uma aproximação com a nossa sociedade para compartilhar conhecimento, experiência e visões de mundo, com a abertura da comunidade para visita em eventos e alguns rituais promovidos pelos indígenas, para que, de alguma forma, encerremos os preconceitos e injustiças e encontremos uma forma de conviver em harmonia com nossas diversidades.

As pessoas procuram muito isso, principalmente, nos momentos de cura. A gente organiza uma quantidade de pessoas que a gente vai receber e realiza vários rituais de cura, de dança, tem vários. Cada ano a gente realiza assim, e é superimportante e a gente traz essa vivência cultural, né. E é onde eles passam, inclusive, uma noite dentro do nosso território, até três dias, pra, por exemplo, uma delas é batismo de criança, outras a gente realiza o uso de bebidas tradicionais (Djé'y, 2023)⁵.

Se anteriormente destacamos a riqueza cultural dos povos indígenas e como suas práticas culturais são fundamentais para que toda a comunidade possa reafirmar suas origens e ligação com a própria terra, por outro lado, há uma questão que se tornou complexa e necessária de abordagem. Ela influencia diretamente a existência dos povos originários e tramita no Congresso Nacional em diversos projetos de lei.

5 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

Ministério dos Povos Indígenas

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 2022, e a criação do Ministério dos Povos Originários, comandado por uma indígena, Sonia Bone de Sousa Silva Santos - mais conhecida como Sonia Guajajara -, da etnia Guajajara/Tentehar, há esperança de dias melhores.

Assim, nas primeiras semanas do governo Lula, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e com a atenção dada à crise humanitária do povo indígena Yanomami, reforçou-se o compromisso prometido inicialmente pelo governo aos povos indígenas. Entretanto, os financiadores das práticas de mineração, do latifúndio e do agro-negócio, grandes opositores às causas dos povos originários, também se articularam junto ao Poder Legislativo, ainda nos primeiros meses do novo governo, para barrar o avanço dos direitos indígenas sobre a terra. Nesse conflito de interesses, encontra-se o debate sobre o Marco Temporal⁶, que demarca a posse das terras indígenas depois da Constituição de 1988 (PL 490/07).

Atualmente, a demarcação de terras indígenas é realizada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), por meio de procedimento administrativo que envolve critérios técnicos e legais, tais como a verificação por um antropólogo da demanda apresentada pelo povo indígena; estudos de delimitação; o contraditório administrativo, para que outros interessados na área possam se manifestar; e a aprovação e o registro da demarcação. A aprovação cabe ao presidente da República, por meio de decreto, e, em seguida, ocorre a retirada dos ocupantes não indígenas e o pagamento de indenização pela Funai (Souza, 2007).

Apesar da participação dos indígenas na política brasileira e com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, o Parlamento brasileiro continua dividido face à causa indígena.

⁶ **Marco Temporal** - Diretriz jurídica que estabelece que os territórios indígenas devem ser reconhecidos somente para aqueles já ocupados antes de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal (Câmara, 2023). **PL 490/2007** e seus 15 apensados (projetos que tramitam em conjunto e que tratam desse mesmo tema) – propõe transferir a competência de demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Poder Legislativo (Câmara, 2007).

Outros olhares

Mesmo com todas as dificuldades que encontramos para falar com os indígenas, pessoalmente ou pelas redes sociais, principalmente do povo Yanomami, observamos disposição e interesse deles em contar suas histórias. Assim, conseguimos relatos riquíssimos e diversos ao que conhecemos enquanto sociedade não indígena. São relatos que compõem esse outro lado de uma história que começou muito antes de 1500, mas que, de alguma forma, se perdeu ou foi reconstruída e recontada pelos colonizadores.

Lamas, Vicente, Mayrink (2016) argumentam sobre essa imagem construída dos povos originários pelos colonizadores, que se tornou predominante até os dias atuais. Eles mostram como a nossa visão foi construída e mantida por meio de narrativas ideológicas dominantes, propagadas pelos meios de comunicação para corroborar com os discursos necessários a cada ocasião, sem, de fato, questionar ou dar aos indígenas a oportunidade de se apresentarem devidamente como gostariam:

De um modo geral, quando o assunto são os índios, eles ainda são percebidos como bons, inocentes, mas, ao mesmo tempo, preguiçosos e violentos, especialmente quando são apresentados como obstáculo ao progresso e ao desenvolvimento do país. Nos meios de comunicação, a presença indígena é apresentada ora como um obstáculo ao progresso, especialmente em relação à abertura de novas áreas, seja para a atividade pecuarista ou para a construção de estradas e hidroelétricas, ora como os verdadeiros protetores da natureza. Em outras palavras, a forma de apresentação dos povos indígenas continua condicionada à motivação do colonizador/conquistador. Em outros termos, essa ideologia dominante mantém um discurso de caráter eurocêntrico que acaba por negar as múltiplas identidades nacionais, em especial as identidades étnicas indígena e negra. (Lamas, Vicente, Mayrink, 2016, p. 125-126).

Além dos depoimentos indígenas, tivemos os relatos da vivência do jornalista Fábio Gallacci⁷, com experiências baseadas em duas expedições de que participou para comunidades indígenas distintas. Uma delas para a comunidade Ikpeng, no Médio Xingu, no Estado do Pará, acompanhando um grupo de médicos campineiros de diversas especialidades; e, a outra,

7 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, em Manaus, no Amazonas, com um grupo de pesquisadores e alunos da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas, para o projeto Biotupé⁸.

Um dos relatos do jornalista serve para embasar a ideia principal deste capítulo, sobre como os indígenas são retratados na nossa cultura e imaginário, a maneira como os vemos e, principalmente, como eles realmente são. Fica claro, no depoimento do jornalista, que os próprios indígenas já perceberam as diferenças existentes nessas visões estereotipadas e constantemente precisam se ‘travestir’ de um modelo idealizado pelos não indígenas, para fazerem suas próprias reivindicações fora de sua comunidade de origem, conforme o relato a seguir.

A gente estava lá na reserva do Tupé, perto de Manaus, no Amazonas, às margens do Rio Negro, e eu estava acompanhando um grupo da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de pesquisadores e alunos. Eu vi um homem com uma camisa de botão, uma calça assim meio social, relógio e tal e uma maleta. E eu perguntei o que ele estava fazendo ali. Ele estava entrando numa canoa e indo em direção a Manaus. Ele abriu a maleta e tirou o cocar e algumas coisas. Ele tirou a camisa, colocou o cocar... E eu falei, mas, por que isso? Ele falou assim: ‘Olha, é a minha roupa de indígena, né?’. Eu falei: ‘pô, mas como assim roupa de indígena? Por que você está de camisa de botão e tal?’ Ele falou que estava indo à sede da Funai, lá em Manaus, e disse que, se fosse como um indígena, seria proibido de entrar. Então, ele teria que se vestir como um ‘homem branco’, vamos dizer assim, entre aspas. Para poder ser aceito no lugar que o representa.

Essa visão folclórica que a nossa sociedade construiu sobre os indígenas se tornou um problema complexo, que, além de prejudicial, descaracteriza suas histórias, seus corpos e suas memórias, não nos permite compreender o real significado de cada uma dessas comunidades e a pluralidade de suas histórias. Nossa compreensão limitada sobre nossos ancestrais generaliza a diversidade de comunidades, línguas, costumes, ritos e até mesmo de lutas para continuar existindo, em personagens idealizados pelos colonizadores europeus.

8 Projeto Biotupé é um grupo multidisciplinar e multi-institucional de pesquisa de longo prazo. Seu objetivo geral é “O estudo do meio físico, da diversidade biológica e sociocultural da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé”. Disponível em: <http://biotupe.org/site/node/1>. Acesso em: 08 jan. 2024.

Divergências entre gerações: conflitos ou direitos?

Além disso, também ignoramos o fato de que, entre eles mesmos, existem diversos problemas, como conflitos geracionais: entre os mais velhos, que buscam manter a sua cultura sem a interferência dos não indígenas, entre os mais jovens, que não querem se manter isolados e desejam, de alguma forma, aproximar-se da nossa sociedade. Há também aqueles que buscam um equilíbrio entre manter a sua cultura, se aproximar da nossa sociedade e fazer uso das tecnologias disponíveis para, engajados, se tornarem porta-vozes de seus costumes, histórias e resistência, diante dos avanços da devastação do meio ambiente e do abandono dos seus povos, como visto nos últimos anos.

Durante a sua participação na expedição à comunidade Ikpeng, no Pará, Gallacci compreendeu melhor esse embate de gerações, marcado, principalmente, pelo acesso às tecnologias, pelo interesse de manter os costumes e se permanecer isolados, e pela vontade de aproximação entre os povos, sem a perda de identidade, conforme o seu relato.

A gente foi numa comunidade Ikpeng. Eu estou lá fotografando uma dança, e aparecem os indígenas, principalmente jovens, com telefones muito mais modernos do que a minha câmera. Eles já tinham iPhone. Então, o pessoal acha que o indígena tem que ficar isolado, tem que manter a sua cultura. Sim, ele tem que manter a sua cultura. Mas muitos indígenas não querem ficar isolados, eles querem viver em sintonia com o resto da sociedade brasileira. A questão é encontrar esse equilíbrio. Eles usam roupa da Nike, Adidas. Eu vi muitos jovens indígenas com boné para trás, um boné para o lado, tipo de meio *rapper*.

Gallacci também destacou a temática da tecnologia inserida no contexto desses jovens e como isso influencia não apenas a relação social entre a comunidade indígena e não indígena, mas também o empoderamento dessas novas gerações, defendendo as questões indígenas e compartilhando a sua visão de mundo, sua cultura e história, por meio da tecnologia e dialogando diretamente com outras culturas pelas redes sociais.

É lógico que muita dessa tecnologia também é usada para manter a tradição. Eu conversei com pessoas que fazem pequenos documentários, assim, vídeos sobre a vida na comunidade. Isso é legal, porque você perpetua histórias que antes eram apenas orais, passadas pelos mais velhos. Eles estão usando tecnologia para manter isso.

Nós estamos aqui!

Reconhecemos que é um desafio estabelecer contato com indígenas que vivem em regiões mais distantes e têm pouco ou nenhum contato com pessoas não indígenas. No entanto, conseguimos estabelecer comunicação com indígenas envolvidos em projetos sociais, políticos e universitários, para a construção deste capítulo.

Embora essa abordagem possa ser considerada insuficiente em relação à vasta diversidade e complexidade das realidades indígenas, é uma tentativa importante de ampliar a visibilidade e dar voz àqueles indígenas que estão lutando por respeito, cidadania e dignidade em suas comunidades.

É fundamental reconhecer que existem múltiplas vozes e perspectivas dentro das comunidades indígenas, e cada uma delas contribui para uma compreensão mais abrangente da realidade indígena. Embora a abordagem possa ser limitada, ela representa um primeiro passo para aumentar a conscientização sobre sua cultura, as línguas, a diversidade e as lutas dos povos indígenas.

No entanto, é necessário complementar essa percepção com esforços contínuos para promover o diálogo e a participação direta dos povos indígenas em todas as etapas do processo de construção de conhecimento e implementação de políticas públicas. Isso implica em buscar maneiras de acessar e valorizar as vozes das comunidades mais remotas e marginalizadas, respeitando seus modos de vida, tradições e formas de organização social.

A busca pela inclusão e pela representatividade plena dos povos indígenas é um compromisso constante, que requer sensibilidade cultural, respeito e o reconhecimento de que a luta pelos direitos indígenas é uma causa de todos nós. Devemos continuar trabalhando para ampliar as vozes indígenas, proporcionar visibilidade às suas experiências e assegurar que suas demandas sejam ouvidas e atendidas de maneira justa e equitativa.

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Como descendentes de escravos e de senhores de escravos, seremos sempre marcados pelo exercício da brutalidade sobre aqueles homens, mulheres e crianças. Essa é a mais terrível de nossas heranças. Mas nossa crescente indignação contra essa herança maldita nos dará forças para, amanhã, conter os possesores e criar aqui, neste país, uma sociedade solidária. (Ribeiro, 1995, p. 107)

Figura 6 - Crianças indígenas brincando em árvore



Fonte: Fábio Gallacci, 2014.

Referências

ABRALIN. **Simpósio Viva Língua Viva**. Revitalização das línguas indígenas em debate, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://viva.abralin.org/>. Acesso em: 04/07/2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/seguranca_alimentar/_doc/leis/1988/Lei%20-%20Os%20indios%20na%20Constituicao%20Federal%20de%201988.pdf>. Acesso em 03/07/2023.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CÂMARA. O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>>. Acesso: 28 maio 2023.

CÂMARA. PDL 177/2021. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2279486>>. Acesso em: 28 maio 2023.

CÂMARA. PL 191/2020. Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236765>>. Acesso em: 28 maio 2023.

CÂMARA. PL 2.933/2022. Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2341444>>. Acesso em: 28 maio 2023.

CÂMARA. PL 490/2007. Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345311>>. Acesso em: 28 maio 2023.

CÂMARA. PL 5.467/2019. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2224664>>. Acesso em: 28 maio 2023.

CAMINHO DE PEABIRU. **Fala, kaiová/Ñandeva/Mbya**. Campo Mourão-Pr; 2017; “Disponível em: < <https://www.caminhodepeabiru.com.br/>>”; Acesso em: 20 maio 2023.

CONGRESSO NACIONAL. Projeto de Lei Nº 2.633/2020, 2020. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-bicamerais/-/ver/pl-2633-2020?>>. Acesso em: 28 maio 2023.

D'ANGELIS, W. **Aryon Rodrigues**: 70 anos dedicados à Linguística e às Línguas Indígenas. Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-445019423428624035>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

ELEIÇÕES 2022. Leia a íntegra do discurso de Lula na avenida Paulista. **UOL**, 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/31/leia-a-integra-do-discurso-de-lula-na-avenida-paulista.htm>>. Acesso em: 28 maio 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Brasília. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 1 jul. 2023.

LAMAS, F.; VICENTE, G.; MAYRINK, N. **Os indígenas nos livros didáticos**: uma abordagem crítica. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife. v.2, n.1, p. 124-139, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14973/17808>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MARCO TEMPORAL: PL, União e PP são partidos com mais votos a favor; PT vota 100% contra. G1, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/30/marco-temporal-pl-uniao-e-pp-sao-partidos-com-mais-votos-a-favor-pt-vota-100percent-contraghtml>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GOVERNO. Diário Oficial da União. GOV, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/dpt/pdf/instrucao-normativa-09.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

MELITO, L. Quase 90% línguas indígenas brasileiras foram extintas e as que restam estão ameaçadas. **Portal ABC**, Brasília, 19/04/2016. “Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2016/04/de-1500-linguas-indigenas-no-descobrimento-restaram-181-todas-ameacadas-aponta>. Acesso em: 25 maio 2023.

MPF. Nota Técnica Nº 02/2018-6CCR. Ministério Público Federal, 2018. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/publicacoes/nota-tecnica/2018/nt02_2018.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

RAMALHO, J. R. **Povos Indígenas no Brasil, 1980**. São Paulo: Cedi, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1981.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro** - A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICARDO, F. P; KLEIN, T; SANTOS, T.M. **Povos Indígenas no Brasil, 2017-2022**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2023. <<https://socioambiental.org/noticiassocioambientais/filme-povos-indigenas-no-brasil-convida-um-mergulho-na-luta-ancestral-dos>>. Acesso em: 07 abr. 2023.

RODRIGUES, A. D. **Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas**. Delta: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, [S. l.], v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>>. Acesso em: 4 jul. 2023.

SENADO. Projeto de Lei Nº 2.159, de 2021. Senado Federal, 2021. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148785>>, Acesso em: 28 maio 2023.

SIQUEIRA, C. Câmara pode votar marco temporal de terras indígenas e alterações em ministério do governo Lula. **Câmara**, 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/966316-camara-pode-votar-marco-temporal-de-terras-indigenas-e-alteracoes-em-ministerios-do-governo-lula>>. Acesso em: 28 maio 2023.

SOUZA, M. Projeto transfere ao Poder Legislativo a competência para demarcar terras indígenas. **Câmara**, 2007. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/109190-congresso-podera-decidir-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 28 maio 2023.

SOUZA, T. Línguas Indígenas: Memória, Arquivo e Oralidade. **Policromias**, Rio de Janeiro, Ano 1, P.36 – p.54, dezembro, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/index>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministro Alexandre de Moraes vota contra marco temporal para demarcação de terras indígenas. **STF**, 2023. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=508605&ori=1>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E CULTURA CIENTÍFICA: Das formas tradicionais de saber aos novos paradigmas de inclusão

Mariana Vicente Zilli
Pedro Augusto dos Santos

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.”

Tierno Bokar

Introdução

Já pensou como seria se você tivesse que guardar todo o seu conhecimento na memória? Se não houvesse internet, computadores nem livros? Como se todo o saber da sua cultura de como se fazem as coisas, as histórias que vestem o funcionamento do mundo e das relações entre os seres, como se constroem moradias, produzem alimentos e sua genealogia, origem e cultura fossem transmitidos apenas de forma oral na repetição fiel dos ensinamentos? Pois é, essa possibilidade parece distante e mínima para quem é colonizado. A oralidade, ou seja, o processo de armazenamento e tráfego de informações por meio da memória e da fala, é a mais antiga e a mais subjugada.

Contudo, estamos aqui, agora, nos encontrando pela escrita, que tem como suporte este livro. O motivo da reunião destes capítulos: a crise hu-

manitária, o extermínio e o garimpo devastador em território Yanomami, que se agravou no governo Bolsonaro e ainda permanece.

A escolarização é o processo colonizador que produz a repetição da epistemologia supremacista branca. Existe um documentário chamado “Escarlarizando o mundo – o último fardo do homem branco” (2010, dirigido por Carol Black), que pode gerar ótimos questionamentos e complementar a leitura deste capítulo. Você pode assisti-lo no *YouTube* pelo *QR Code*:



A escolarização como dispositivo de poder valida o subjugamento das formas de existir e o massacre de mulheres, homens e crianças indígenas nativos da América, África e outros lugares do mundo, onde a expansão europeia plantou os pés, impondo a cristianização e o capitalismo. Cesaire (1978) afirma que “a Europa é indefensável” (p. 13).

O conhecimento e a forma de pensar majoritariamente europeia elegeram a morte física e espiritual dos indígenas como política. A mercantilização dos seres e do saber imprime a aniquilação de etnias e o poder racial a partir da educação. O esforço para a produção de uma literatura europeia que justificasse a expansão da sua miserabilidade humana produziu um imaginário que localiza o colonizador branco salvador no centro e o colonizado racializado ignorante na periferia. Periferia aqui não é um conceito restrito ao urbanismo, pois abrange formas de conhecer o mundo e viver. Dessa forma, trazemos à tona a disputa e a ocupação do território institucional da educação, a fim de provocar câimbras em sua musculatura.

O lugar que (re)ocupamos

Para nos colocarmos em um lugar que nos possibilita dar voz às palavras e histórias de um determinado ponto de vista histórico social, precisamos, antes de tudo, ouvir. Ouvir pessoas. Ouvir livros. Ouvir artigos. Ouvir ciência. Ouvir palavras.

A comunicação, assim como a ciência, busca entender o porquê dos fatos. Mas, para além disso, busca entender como se chegou a esse porquê. Ao longo deste capítulo, vamos abordar alguns conceitos que nos possibilitem entender os porquês que nos foram ditos e os porquês que nos são concedidos no contexto histórico-social que ocupamos e vivenciamos hoje.

Aqui, vamos pegar algumas ideias trazidas por diferentes pensadores, pesquisadores, professores, historiadores e jornalistas. Buscamos trabalhar com a pluralidade e com a experiência que cada indivíduo carrega consigo e perpassa seu corpo e sua história.

Tendo como ponto de partida o que Martín-Barbero (1998) nos diz sobre a interligação entre a estética e a comunicação que emergem suas dimensões práticas nestes pontos: o comunicador como mediador entre o trabalho do historiador e o do escritor (1998).

Vamos ser escritores, historiadores e comunicadores.

Colonização

A colonização e a mentalidade exploratória levaram à morte de milhões de pessoas, abrindo as veias da América Latina (Galeano, 1971). Por isso, faz-se importante destacar alguns de seus dispositivos, para, adiante, entrarmos mais a fundo na questão indígena.

Há muitas teses que se aplicam à tentativa de explicar características mais ou menos gerais sobre o processo de invasão da América, do tráfico negreiro, da expropriação da força de trabalho, das riquezas naturais e intelectuais e seus desdobramentos. No entanto, é importante ressaltar que podemos reuni-las em dois grupos principais: um econômico e outro epistêmico.

Economicamente, o sistema colonial inaugurou uma rota comercial triangular que transferia recursos entre a Europa (onde a matéria-prima era transformada em produto para ser comercializado e onde se concentravam-se os rendimentos exploratórios), a América (território plural, habitado por não menos que 70 milhões de pessoas no século XVI, com largo desenvolvimento científico e cultural integrado à natureza, transformado em sítio exploratório estatal, privado e do clero) e a África (vasto território,

composto por centenas de etnias centenárias, expropriado em recursos demográficos e intelectuais).

A economia colonial latino-americana contou com a concentração de uma força de trabalho jamais vista na história, o que tornou possível uma concentração de riqueza desconhecida por qualquer civilização.

Chegaram à América, durante os três séculos de escravidão, cerca de 10 milhões de pessoas transportadas e nomeadas como *peças*, vindas do continente africano, além dos descartados ao mar por motivos de resgate de apólices de seguro. Um século e meio depois da chegada dos primeiros colonizadores, o número de habitantes da América despencou de 70 milhões para 3,5 milhões.

Toda essa concentração de mão de obra servia aos cofres dos impérios europeus e da Igreja, que expandia sua doutrina lucrando em almas e acumulando bens. O extenso exército de trabalhadores transformou a paisagem em *plantation*, um cenário que antes era habitado por uma diversidade de fauna e flora, dando lugar à monocultura extensiva, cárcere privado e a diversas formas de violências físicas e psicológicas. A exploração de vidas humanas, o desenfreado extrativismo mineral e o intensivo cultivo de cana-de-açúcar e café, entre outras espécies, levaram ao esfacelamento dos povos originários e negros que foram escravizados.

A violenta maré de cobiça e horror provocou o matricídio de um território sagrado de vários povos e impérios. O trabalho incessante de negros e indígenas sustentava a Coroa. O usufruto dos senhores sobre os trabalhadores estendia-se por toda a vida, alcançando seus descendentes, ou seja, os filhos dos senhores continuavam sendo donos dos filhos de seus escravos.

O território americano inicialmente foi repartido e concedido às coroas espanhola e portuguesa. A Inglaterra, por sua vez, passou a controlar o trânsito marítimo, vender seguros para companhias de tráfico negreiro, além de receber boa parte do que era produzido nas colônias. Por meio do processo industrial, os ingleses distribuíam a produção em larga escala. Esses produtos voltavam para a América por um valor maior do que quando saíram, gerando um déficit à colônia e lucro aos empresários ingleses (consequentemente, à Coroa Britânica), além de serem negociados na costa africana com mercadores de escravos.

A singularidade da colonização está diretamente ligada à sua proporção econômica, em valores demográficos, metabólicos e financeiros, que, por sua vez, está apoiada em equilíbrio com uma visão de mundo especificamente exploratória e salvatória.

O principal argumento teórico que justificava a invasão, saque, sequestro, estupro e assassinato era o da superioridade racial. O estabelecimento das raças na modernidade criou uma escala de humanidade, que visava a aumentar o poderio europeu a partir da ideia de superioridade racial, inclusive, apoiada por diversos agentes sociais, como a Igreja Católica.

Essas identidades raciais serviram à estratificação da sociedade, definindo os lugares sociais a partir dos interesses da supremacia branca. Junto do colonizador, em seu aspecto dialógico, surgiu o colonizado. O colonizado é racializado, enquanto o colonizador, não. A raça é a marca da colonização no colonizado. Porém, a perversidade desse sistema é uma faca de dois gumes.

A proposta de *ser humano* branco-europeia não se estende integralmente aos indígenas, negros ou qualquer outra etnia. A supremacia branca dedica adjetivos como *primitivo*, *infantil*, *selvagem* para dezenas de povos que possivelmente chegaram a graus de desenvolvimento cultural e científico mais elevados que a Europa insalubre recém-saída da Idade Média. A proposta cultural hierarquizada coloca a brancura modelo no centro do universo, que, por sua vez, está ao seu dispor e serviço. Essa epistemologia etnocentrista, que subjuga o outro a partir de si próprio, é imbecil.

A partir do momento em que você não reconhece a humanidade do outro, você se torna menos humano, não o contrário. Portanto, o que queremos dizer é que existe um efeito ricochete no colonizador, ao passo que ele desempenha sua função. Imagine um chicote que, ao ser tracionado para atingir determinado ponto, atinge sua extensão limite e retorna em direção ao eixo com velocidade próxima à inicial. Esse movimento de volta é o ricochete. Assim, quando o colonizador lança seu chicote desumanizador, ele retorna em direção contrária com o mesmo caráter desumanizador. Assumindo, assim, um grau de desenvolvimento humano curto, restrito e ignorante.

A geopolítica colonial se desresponsabiliza pela consequência de seus atos. De todo modo, essa relação de desumanização incute no colonizado

e ideia de que ele é colonizado, fazendo brotar também o desejo de ser branco. Isso gera um estado psicológico no colonizado em que ele se entende na posição subalterna, adquire uma identidade racial (que só passa a existir e fazer sentido no contexto da modernidade em contato com o colonizador) e, conseqüentemente, um desejo de ser branco, tentando alcançar a brancura inalcançável para tornar-se humano.

Imagens de controle

Aqui, nos aprofundaremos sobre os aspectos mentais da colonização, em seus efeitos subjetivos e coletivos de dominação. Portanto, entraremos nos argumentos epistemológicos que se propõem a revelar os impactos da colonialidade na forma de conhecer a si e ao mundo.

O estabelecimento das raças a partir do etnocentrismo dedicou à Europa o protagonismo. Para cumprir a missão cristã de conversão, sua missão civilizatória de salvar o mundo, era preciso posicionar os povos conquistados como selvagens, primitivos e infantis, definindo o lugar específico que deveriam ocupar na sociedade colonial. O estabelecimento racial inicialmente foi geográfico, sua raça era definida a partir da sua origem geográfica. Com o desenvolvimento do sistema colonial ao longo da América, a racialização adquiriu características específicas em cada contexto.

À medida que o domínio sobre a vida dos colonizados foi se desenvolvendo, observou-se que a colonização não tratava somente de um processo de invasão e expropriação de recursos materiais. O território mental também deveria ser conquistado. A mudança de língua, religião e território causaram um descarrilamento do processo civilizacional de centenas de etnias.

A sustentação da relação senhor/escravo prevê a dependência um do outro, portanto, o senhor precisa afirmar constantemente sua superioridade por meio do uso da força e da arte. Os castigos físicos e a restrição de liberdade eram as principais ferramentas no uso da força. A arte, por sua vez, criava o imaginário necessário para justificar toda forma de violência e submissão. Literatura, pintura, arquitetura e, mais tarde, o cinema foram de suma importância para tal.

Aqui, quando falamos “imagem” não estamos restritos ao sentido estético do termo. Incluímos também a construção das identidades e suas inter-relações. Portanto, todo o imaginário construído nos últimos séculos a favor da supremacia branca define mentalmente os limites de nossas existências. É como se cada grupo social tivesse sobre si uma constelação de imagens que determinam como você deve se comportar, sentir e pensar.

Entre as estrelas da constelação das imagens de controle do colonizador, por exemplo, estão a responsabilidade pela salvação do outro, a liderança e a superioridade étnica, espiritual, intelectual e uma imensa necessidade de autoafirmação. Ao passo que as imagens destinadas aos conquistados, em geral, derivam da anti-intelectualidade, do primitivismo e da subalternidade.

É importante compreender como a colonização das mentes propõe um domínio mais profundo, porque atinge o entendimento do ser sobre si próprio. O reforço dessas imagens é feito pelas instituições estabelecidas justamente sob esses pilares econômico e epistêmico colonial. O uso jurídico, artístico e pedagógico para o reforço das imagens de controle será desenvolvido mais à frente no capítulo.

Antes de encerrar este tópico, convidamos quem nos lê a resgatar a imagem (no sentido amplo, que inclui estética, identidade e comportamento) dos povos indígenas. São todos iguais? Qual tipo de relação eles mantêm entre si e com o Estado? Quais estratégias de resistência foram e são utilizadas? Quem conta suas histórias? Qual seu patrimônio material e imaterial? Como a produção de conhecimento hoje reproduz a lógica da monocultura extensiva das *plantations*?

A visibilidade dos povos indígenas no Brasil

Para começar a explicar a (re)construção histórica da visibilidade dos povos indígenas no Brasil, trazemos algumas falas e pensamentos do Edson Kayapó, ambientalista, doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e do programa de pós-graduação de Ensino e Relações Étnico-Raciais na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Durante sua palestra no Seminário de pesquisa no Centro de Me-

mória da Unicamp: História & Memória, na qual falou sobre “*A Construção histórica da invisibilidade dos povos indígenas no Brasil*”, afirmou:

Nós estamos conquistando espaços. Nós estamos mais do que nunca protagonizando as nossas histórias e, para nós, é fundamental pensarmos nos nossos projetos societários, na nossa autodeterminação, conquistados, muitas vezes, à revelia do Estado, que quer manter as costas viradas para os nossos direitos e manter uma política de violação de direitos. Nós temos avançado, especialmente, nos últimos meses, e o objetivo é nos mantermos assim, nessa linha de resistência e de avanços.

Hoje, os povos indígenas se veem em um contexto político com conquistas significativas, principalmente, após a criação do Ministério dos Povos Originários, em 11 de janeiro de 2023, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e liderado pela ativista indígena Sônia Guajajara. A pasta tem como objetivo:

atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem-viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e acordos e tratados internacionais, em especial a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, quando relacionados aos povos indígenas (BRASIL, 2023).

Entretanto, é preciso entender que nenhuma conquista pode ser considerada definitiva quando ela não é voltada para quem está no topo da pirâmide social, pois a qualquer momento direitos - mesmo após muita luta, muita pressão e muito sangue para serem conquistados - podem ser tirados.

Durante séculos, o Estado Brasileiro silenciou sobre os direitos indígenas. A Constituição de 1988 é considerada um marco no estabelecimento de novos paradigmas para as relações entre Estado, sociedade e povos originários.

A invisibilidade indígena no país começou quando as primeiras embarcações atracaram na costa litorânea brasileira. No início do século XVI, quando os europeus tiveram os primeiros contatos com os povos originários, havia uma ideia de que os indígenas não tinham fé e que, portanto, não tinham alma e não eram humanos.

Os europeus tinham uma visão de que os povos indígenas eram como animais, não racionais. As coisas só foram mudar - um pouco, ou melhor, bem pouco - em 1537, quando o Papa Paulo III decretou, por meio de uma bula papal, que os indígenas eram humanos e, a partir disso, foi determinado que deveriam ser catequizados e “civilizados”. Se, por um lado, houve o reconhecimento do caráter humano, por outro, não se reconheceram seus direitos, a cultura e a identidade desses povos.

Os primeiros grupos de jesuítas que chegaram ao Brasil, liderados pelo sacerdote jesuíta português Manoel da Nóbrega, desembarcaram nas praias com essa determinação e, por meio dessa imposição social religiosa e de uma série de argumentos cristãos desqualificadores e desumanizadores, começaram a ser disseminados. Assim, resulta a ideia das guerras “justas” contra os povos indígenas. Uma guerra de extermínio é instaurada contra aqueles que já estavam aqui.

Durante um período muito curto de tempo, quase aconteceu um extermínio dos povos indígenas. Muitos indígenas só foram poupados porque se renderam à fé cristã e às ordens da Coroa Portuguesa. Contudo, vale ressaltar que ser súdito e, portanto, ser poupado significava quase sempre a escravidão. Houve também as epidemias, causadas por doenças trazidas pelos colonizadores.

Diante disso, Kayapó, ainda na palestra mencionada, traz uma reflexão sobre os artifícios ideológicos e os argumentos presentes na história, que precisam ser desmontados: a ideia de que os indígenas não serviam como escravos, que esses foram escravizados apenas no período da chegada dos portugueses e depois foram libertos em decorrência da chegada dos escravos africanos. “Um dos desdobramentos desses artifícios ideológicos sobre a escravidão é dizer que os indígenas não serviram como escravos por serem muito preguiçosos, indolentes, eram muito fujões. Mas, (com) os africanos, deu tudo certo, porque eles eram trabalhadores”, explica Kayapó.

Da literatura à ciência

O Estado brasileiro, criado em 1822, vai ser o responsável por construir um silenciamento político e social em relação aos povos indígenas.

Do ponto de vista artístico e literário, os povos originários estão presentes em uma vertente do Romantismo. O escritor brasileiro José de Alencar é um dos principais responsáveis pela romantização do sofrimento indígena. O romancista constrói uma narrativa, em sua principal obra, “Iracema”, de 1865, na qual o homem branco, exemplo de civilidade, conhecimento e poder, é apresentado como salvador.

Uma parte significativa da ciência está falando de um extermínio, de um inexorável desaparecimento dos povos indígenas. Grandes pensadores, como Francisco Adolfo de Varnhagen, um dos mais renomados intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dizia que os povos indígenas não tinham história e que seriam extintos por uma ação da natureza. No século XIX, afirmavam que o último indígena viveria até o ano 2000. Mais de duas décadas depois, observamos movimentos crescentes de resistência indígena, que adquirem voz e se inserem na sociedade, cursando universidade, ocupando espaço no Poder Legislativo para defender seus direitos. Cada conquista, além de ser comemorada, é uma dívida a menos com os povos originários.

A criação do Ministério dos Povos Originários e a conquista por Ailton Krenak de uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras (ABL), é uma demonstração inequívoca de uma mudança fundamental nas relações entre os indígenas e a sociedade civil no Brasil.

A historiografia construída no final do século XIX e início do século XX, e sua repercussão no ensino de história, por meio dos livros didáticos, fez com que prevalecesse um pensamento distorcido no imaginário social, uma ideia de que os povos indígenas não têm história e de que seriam extintos. Por consequência, foi criada uma ideia de que os povos indígenas deveriam ser estudados exclusivamente pela Antropologia e pela Arqueologia, em função da ausência de registros formais. Essa ideia é o maior exemplo do etnocentrismo acadêmico.

Para além do que nos foi apresentado, exploramos a seguir alguns pontos do meio acadêmico ensinados quando entramos em contato com

a formação histórica por meio da cultura escrita. Afinal, por que há um choque de sentidos quando apresentamos a história tradicional e a que está sendo contada ou melhor (re)construída neste livro?

Livros didáticos

Se desde o início do século XIX a construção do imaginário indígena é baseada em estereótipos, o que os livros didáticos atuais falam sobre esses povos? Como eles são retratados na construção de sua história e imagem na constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o que todos os alunos devem aprender ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)?

A partir de 1943, com a criação Dia do Índio, em 19 de abril, por decreto presidencial de Getúlio Vargas, em seu primeiro mandato, a data começou a ser festejada nas escolas. Agora, a data é conhecida como Dia dos Povos Indígenas. As escolas, por excelência, começaram a desenvolver uma prática de lembrar dos povos indígenas e o tempo todo falam de herança. Historicamente, o currículo escolar se estabeleceu nesse formato e com o estereótipo de que o indígena é preguiçoso, mentiroso, atrasado, responsável por atrapalhar o progresso nacional. E, além de tudo, essa configuração imaginária vem da tradição europeia. A escola tem transmitido isso com muita força e a análise desse processo nos ajuda a entender de uma maneira bem evidente como e por que foi criado esse processo de invisibilidade dos povos indígenas.

Para contextualizar melhor esse assunto, analisamos como a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, *on-line*).

Fica claro, portanto, que, aos olhos do Estado, a educação é um dos pilares fundamentais para o indivíduo exercer seu papel de cidadão. No

entanto, apenas em 2014, quase três décadas depois, foi promulgada a Lei nº 13.005/2014, em que o Plano Nacional de Educação (PNE) passa a ser implementado nas diretrizes pedagógicas para a Educação Básica. A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) reitera a necessidade de estabelecer e implantar práticas pedagógicas de respeito à diversidade.

A BNCC, em sua apresentação, mostra o compromisso com a educação integral e:

Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BRASIL, 2017, *on-line*)

Aqui, gostaríamos de destacar e refletir juntos, após toda a explicação e inquietação que estamos levantando, se realmente a escola pode ser vista e entendida como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, que deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BRASIL, 2017), como é citado no texto da BNCC.

Desde 2017, a BNCC está em vigor nas redes de ensino da Educação Básica brasileira. O documento foi analisado para entendermos como os povos indígenas são abordados e retratados na principal proposta pedagógica do país.

Nas 600 páginas, a palavra “*povos indígenas*” aparece 18 vezes. Em 17 delas, refere-se ao Ensino Fundamental, nas propostas de Ciências Humanas (Geografia e História), Linguagens e Artes. O termo aparece uma única vez no documento referindo-se ao Ensino Médio, etapa final da Educação Básica.

O termo está presente na descrição das habilidades da competência específica número 6:

Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade: Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país (BRASIL, 2017, p. 579).

Em contrapartida, no documento também aparece que é finalidade do Ensino Médio a construção de uma sociedade mais justa, por meio de um espaço que permita aos estudantes:

- compreender que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas, e que em conjunto constroem, na nação brasileira, sua história; [...]
- combater estereótipos, discriminações de qualquer natureza e violações de direitos de pessoas ou grupos sociais, favorecendo o convívio com a diferença (BRASIL, 2017, p. 466-467).

Essa dicotomia presente no texto da BNCC faz os sentidos irem a direções contrárias e contraditórias. Desse modo, podemos entender que há a construção de um dispositivo ideológico que se produz no espaço da relação linguagem/mundo (Orlandi, 2004).

Além disso, podemos observar que, ao excluir as palavras “povos originários”, há um apagamento institucionalizado e um silenciamento discursivo. Aqui, vemos a dimensão política do silêncio em ação, em que uma palavra silenciada é responsável por apagar uma população inteira. Visto que o silêncio tem um papel fundamental mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento (Orlandi, 2007), quando não há palavra, não há sentido e tampouco história.

Divulgação dos saberes e o vestibular indígena da Unicamp

São Gabriel da Cachoeira é um município brasileiro no Estado do Amazonas, Região Norte do país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma área territorial de 109.192,562 km², sendo o terceiro maior município brasileiro em extensão territorial. Está a 3.330 quilômetros de distância da cidade de Campinas, município brasileiro no Estado de São Paulo, Região Sudeste do país. Segundo o IBGE, Campinas possui uma área territorial de 794,571 km². Apesar da distância territorial, essas duas cidades passaram a contar uma nova história.

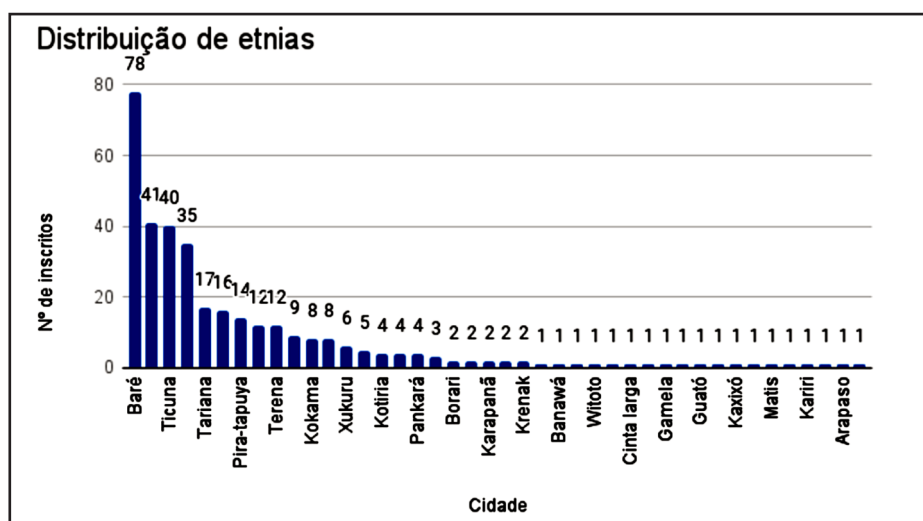
Desde 2018, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por meio da sua Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), trabalha com a aplicação do vestibular indígena na cidade. Foi a primeira universidade estadual paulista a realizar um vestibular específico para povos indígenas e a segunda do país - a pioneira é a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), também em São Paulo, que, desde 2008, reserva parte das vagas a estudantes que comprovem ser de uma etnia indígena.

A partir de 2022, houve uma unificação do vestibular indígena entre as duas universidades, sendo oferecidas 130 vagas em todos os cursos na Unicamp e 130 vagas na UFSCar, resultando em um aumento de 24,1% no número de inscritos, de acordo com dados da Comvest.

Em 2024, foram 3.840 inscritos. Esse número demonstra o crescimento do acesso dos povos originários à universidade, uma vez que, na primeira edição, foram apenas 611 candidatos. Os inscritos nas duas universidades para as vagas destinadas aos indígenas vêm, principalmente, das seguintes cidades: Bauru (SP), Campinas (SP), Dourados (MS), Recife (PE), Manaus (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tabatinga (AM). As três últimas representam mais de 75% do total de participantes.

No momento da escrita deste capítulo, a Unicamp contava com 438 alunos indígenas. São alunos de vários cantos do Brasil, de mais de 20 etnias diferentes, que vieram para uma cidade do interior de São Paulo exercer sua cidadania por meio da educação, e para quebrar estereótipos, fazer ciência e ocupar.

Figura 2 - Indígenas matriculados na Unicamp, por etnias, até 2022



Fonte: Divulgação/Comvest Unicamp.

Para entender como funciona a entrada dos jovens estudantes na universidade, conversamos com Juliana Sangion¹, assessora de comunicação da Comvest, jornalista da Unicamp e coordenadora do *podcast*, voltado para a divulgação científica e cultural indígena – *Ecoa Maloca*.

Nos últimos anos, o número de vagas oferecidas no vestibular indígena dobrou. Além disso, houve um crescimento exponencial no número de inscritos. Um dos fatores apontados pela Comvest é o lugar e a maneira como a prova é aplicada, principalmente, onde nenhuma instituição de Ensino Superior chegava, como é o caso da cidade de São Gabriel da Cachoeira. E, apesar desse aumento no número de inscritos, a abstenção no vestibular indígena já é maior se comparada à do vestibular tradicional, em decorrência do deslocamento físico que deve ser enfrentado por esses candidatos.

Apesar do número de estudantes indígenas na universidade ainda ser pequeno, se comparado com o número geral, a presença deles, vindos de diversas etnias e locais do Brasil, trouxe um outro olhar para a produção de ciência, para o estudo e pesquisa, mesclando os saberes ancestrais, o jeito de entender a ciência dos povos tradicionais originários na academia. Por outro lado, esses alunos trazem a vivência para dentro da universidade e acabam impactando o modo de produzir ciência e de divulgar ciência.

1 Entrevista concedida aos autores.

A presença desses alunos, com sua cultura específica, está contribuindo para subverter a lógica do pensamento não indígena, aponta Juliana. Isso porque, no convívio diário entre os saberes, a presença indígena agrega um outro tipo de conhecimento em pesquisa, no processo de produção de conhecimento científico. Agrega outros saberes ancestrais, ao acolher outras maneiras de pensar o científico e o cultural. Até então, os pesquisadores iam a campo estudar os indígenas em seus ambientes naturais. Agora, os estudantes indígenas entram nas universidades trazendo seus saberes, percepções próprias de mundo, contribuindo para novas reflexões sobre o conhecimento.

Desse modo, a universidade também passa a desempenhar outra função, além da produção de conhecimento: a extensão. A relação com a comunidade mudou com a chegada dos estudantes na Unicamp, houve um impacto tanto na cidade de Campinas quanto na região. Novos modos de viver, de ser.

Para Juliana, apesar das conquistas no meio acadêmico, apenas a chegada dos alunos indígenas não basta, ainda há muito a mudar, visto que, com o quinto ingresso no vestibular indígena, já é possível fazer um balanço e perceber os próximos desafios.

Diante da nova realidade, com diversidade de saberes e vivências que variam de acordo com as etnias, foram criados grupos e subgrupos de trabalho para estudar, provocados na comunidade universitária com a presença dos estudantes indígenas. “Há um impacto grande no ambiente acadêmico, mas há um longo caminho a ser percorrido em relação a essa convivência com o diferente, com a diversidade que eles trazem. Ainda há muitos estereótipos, muito preconceito”, observa Juliana Sangion.

A partir do momento em que a universidade abre espaço para os indígenas, as mudanças já podem ser observadas. E qual a importância realmente de se ocuparem esses espaços?

“O importante de estar inserido nos espaços é demonstrar para o sistema, não só acadêmico, mas o sistema social, também, que a gente tem potencial de estar no meio de qualquer pessoa”, responde Naldo Tukano, estudante de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Unicamp, pesquisador de línguas indígenas e divulgador científico. “A gente quebra o conceito de todos os sistemas que fazem parte da academia para

dizer: Nós estamos aqui e agora é nossa vez de debater a nossa própria epistemologia em vários conceitos”.

O sistema de permanência dos povos indígenas dentro da universidade é uma questão a ser abordada e trabalhada com todo o meio acadêmico e comunitário. Nesse sentido, há também o debate relacionado à moradia. A democratização do acesso às universidades públicas de pessoas de baixa renda – sejam indígenas ou não – gera uma demanda de serviços, como moradia e bolsa de estudos, que nem sempre são integralmente oferecidos pelas universidades.

Aos poucos, os alunos indígenas vão conseguindo se inserir na comunidade acadêmica. Contudo, as dificuldades existem, inclusive, com a forma de aprendizado que valoriza a escrita e o papel, em contrapartida ao aprendizado oral, com vivências e experiências próprias dos indígenas. “A partir do momento em que a universidade entrega um papel para nós, a partir desse ponto, ela dá aval para quebrarmos qualquer conceito, qualquer teoria”, explica Tukano.

Então, ele observa: “A academia não é importante para nós, nós é que somos importantes para a academia, na verdade. A gente é importante, para isso academia é importante. Nós estamos aqui. A gente não vai sair daqui. A academia precisa entender que não existe ciência não tradicional. A academia precisa entender que existem outros meios de fazer ciência”.

Referências

BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 09 de junho de 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm>. Acesso em: 09 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: O Ensino Médio no Contexto da Educação Básica**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

BRASIL. **Ministério dos Povos Indígenas**. Disponível em: <<https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> . Acesso em: 24 de julho de 2023.

BÂ, A. H. **A tradição viva**. In: J. KI-ZERBO (São Carlos). Unesco (Ed.). História geral da África: Metodologia e pré-história da África. São Carlos: Unesco, 2010. Cap. 8. p. 167-212.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CESAIRE, A. **Discurso sobre colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento**. São Paulo: Boitempo. 2019.

FANON, F. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EduFBA, 2008.

FERDINAND, M. **Uma ecologia colonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2023.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: Campinas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/campinas.html>> Acesso em: 08 de junho de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados: São Gabriel da Cachoeira. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/sao-gabriel-da-cachoeira.html>> Acesso em: 08 de junho de 2023.

KILOBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORLANI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed. Campinas: SP. Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do tratamento simbólico**. 4ª ed. Campinas: SP. Pontes, 2004.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2008.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas: SP. Autores Associados, 2011.

Vídeos

KAIAPÓ, E. *A construção histórica da invisibilidade dos povos indígenas no Brasil*. Seminário de pesquisa Centro de Memórias da Unicamp: História & Memória. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Iv9gjOPHeRk>>. Acesso em: 05 de maio de 2023.

Escolarizando o mundo – O último fardo do homem branco https://www.youtube.com/watch?v=6t_HN95-Urs&t=209s

CAPÍTULO 3

COBERTURA DA MÍDIA SOBRE OS YANOMAMI: A resistência do jornalismo frente à crise indígena

Caroline Neves
Fernanda Quaglio
Katia Marchena
Letícia Naísa

“A informação é uma flecha forte.”
Junior Hekurari, líder Yanomami

Introdução

Para examinar a cobertura da imprensa sobre a crise dos Yanomami, decidimos olhar primeiro para o papel da imprensa e de quem a faz. Desde os primeiros indícios de jornalismo na civilização, muito antes da era industrial e da invenção da prensa por Johann Gutenberg (por volta de 1450), a informação tornou-se essencial. Hoje, com a disseminação em massa e a monetização de notícias falsas, essa importância se torna ainda mais evidente. A comunicação tem papel fundamental no desenvolvimento do mundo, desde a evolução do ser humano até as revoluções (sejam culturais, políticas, industriais, sociais) e o aprimoramento da tecnologia. Desde o momento em que nascemos, a comunicação faz parte da própria natureza do homem, integrando-o a todos os setores da vida, inclusive, à subsistência.

E é nesse ponto que traçamos uma relação entre comunicação e jornalismo, que talvez não aconteça em paralelo, mas sim em simbiose. Isso

pode levar o leitor a questionar: “Tudo é jornalismo?” Respondemos: Claro que não! Em um país como o Brasil, onde a obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista foi extinta em 2009, onde a ditadura militar (1964-1985) silenciou jornalistas e fechou jornais e, mais recentemente, o governo Bolsonaro (2018 a 2022) incentivou fortemente o ataque à imprensa, o ofício desempenha papel fundamental para garantir a democracia, atuando como fiscalizador dos poderes e da sociedade. Importante lembrar que as diferentes mídias, sejam tradicionais, alternativas ou em redes sociais digitais, têm seus próprios interesses, orientações editoriais, e as notícias devem ser sempre objeto de reflexões, em seus diferentes contextos históricos e sociais.

Nas páginas da história da humanidade, o jornalismo tem um papel essencial na garantia de direitos. Aliás, o jornalismo também é a mão que escreve a história:

Compreender o jornal não como um veículo passivo e neutro de informação, mas também como um sistema capaz de produzir e difundir discursos e instaurar um processo de comunicação que nada tem de neutro, é fundamental para termos a devida consciência da função dos jornais como agentes e instrumentos capazes de interferir na história (Barros, 2019, p. 9).

A comunicação deu um salto na última década, com as redes sociais, além da disseminação das *fake news*, servindo como manobra de distração, capaz de desviar a atenção do cidadão de questões importantes como a vacinação e a luta contra o fascismo e o genocídio. Nesse cenário, perguntamos a nós mesmas: É o jornalismo que desempenha um papel primordial em informar o mais próximo possível da verdade?

Na narrativa jornalística construída sempre há, implícita ou explicitamente, uma interpretação. Tal narrativa jornalística só é possível, portanto, através da intervenção de um sujeito interpretante, o jornalista, que tem como tarefa [...] a observação do notável num mundo em perpétua mudança. [...] E, mesmo sem que o procure, pode acontecer que a sua informação tenha por efeito influir no curso dos acontecimentos (Cornu, 1999, p. 331-332).

A imprensa mudou nas últimas décadas e continuará se transformando nos próximos anos. A desconstrução do jornalismo está na pauta de todos os governos autoritários, em várias partes do mundo. Ataques à credibilidade, à integridade física e o uso frequente da desinformação são armas que criam dúvidas em relação ao presente e ao futuro da profissão. Durante nossa pesquisa, entrevistamos jornalistas que estiveram nas comunidades Yanomami em plena crise e todos nos contaram sobre ameaças que sofreram e sofrem de garimpeiros, que vão de perseguição e exibição de armas na cintura, até ameaças de morte a eles e suas famílias, inclusive utilizando para isso as redes sociais.

O jornalismo vem se tornando uma profissão de risco no Brasil, com mais intensidade nos últimos anos. Teve que criar caminhos para cumprir seu papel nos anos recentes de regime autoritário, trabalhando com dados manipulados (como foi o caso do número de mortes pela Covid-19), informações omitidas e negativas de respostas a questionamentos em órgãos oficiais. Mas resistiu e continua resistindo, quando repórteres passam dias adentrando as florestas, navegando por horas em barcos em busca de uma notícia, de uma reportagem. Há casos em que jornalistas foram assassinados, como Dom Philips, ao lado do indigenista Bruno Pereira, no Vale do Javari (AM), em junho de 2022.

A história retratada não começa ou termina quando a matéria vai ao ar ou é publicada, mas ganha reconhecimento e visibilidade quando vira notícia e circula pela sociedade em suas diferentes versões e perspectivas. No caso da crise dos Yanomami – que já pediam socorro há tempos, o assunto apenas foi manchete quando o presidente Lula e os jornalistas chegaram às comunidades e registraram o abandono da região pelo Estado, agravada pela ação predatória dos garimpeiros. Comunidades inteiras sem remédios, sem médicos, sem vacinas, enfrentando o avanço do garimpo, que levou à violência, à fome, à sede, à contaminação e à morte dos indígenas e da floresta, com a conivência do Estado.

Mergulhamos na crise humanitária dos Yanomami por meio dos depoimentos dos jornalistas que cobriram a história e tivemos um papel privilegiado em conhecer os bastidores dessas reportagens, que afetaram também o jornalista enquanto cidadão. É o que se nota, por exemplo, no depoimento a seguir, da jornalista Sônia Bridi, repórter da *TV Globo*, que esteve em Roraima em janeiro de 2023:

Tínhamos acabado de filmar a distribuição de alimentos numa comunidade e íamos voltar, quando um militar falou, se dirigindo a uma criança: “Esse a gente tem que levar, senão, vai morrer”. O que mais me chocou foi a passividade daqueles indígenas. As pessoas diziam “vamos, vamos que a gente vai levar vocês” e elas entraram [nos carros], não resistiram, elas não reagiram a isso de maneira nenhuma. Elas estavam catatônicas de fraqueza. Uma das crianças, que nunca me viu na frente, um tipo completamente diferente do biotipo deles, vem e se aconchega no meu colo¹.

Segundo dados do Ministério da Saúde, as mortes dos indígenas por desnutrição aumentaram 331% nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro. Pelo menos 570 crianças indígenas morreram de causas evitáveis, ou seja, por doenças como a malária e a pneumonia. A situação era tão drástica que, mesmo com intervenção da força-tarefa do governo federal, as mortes dos Yanomami não declinaram. Em junho de 2023, por exemplo, elas se mantinham no mesmo patamar.

A principal causa das mortes continua sendo a malária, doença para a qual há vacina, mas que não chega em quantidade suficiente à comunidade indígena. A tardia retirada dos garimpeiros foi um dos principais fatores de mortes dos indígenas, além da falta de hospitais e remédios em 2023. Os hospitais de campanha e a emergência impediram mais mortes, mas não aconteceu na velocidade necessária.

A cobertura desse abanono resultou em uma denúncia sobre um plano de genocídio do governo Bolsonaro para eliminar uma etnia em prol do garimpo ilegal, da extração ilegal de madeira e do desmatamento. A história ainda está em curso, a crise humanitária ainda não havia acabado até o fechamento deste livro e não sabemos quais serão os resultados da desnutrição severa, da malária, das verminoses, da contaminação por mercúrio, dos estupros e das mortes para a história dessa etnia.

O jornalista ambiental Fabiano Maisonnave, que trabalha em Manaus, expressou bem: “Toda vitória ambiental é provisória e toda derrota, permanente”². É importante compreender o quanto essa derrota custou

1 Entrevista concedida às autoras do capítulo. Todas os depoimentos da jornalista, caso explicitado diferentemente, referem-se a essa entrevista.

2 Entrevista concedida às autoras do capítulo. Todas os depoimentos da jornalista, caso explicitado diferentemente, referem-se a essa entrevista.

aos nossos povos originários e a nós mesmos. Mas, uma coisa é certa: a cobertura da imprensa poupou vidas.

Como bem disse Junior Hekurari, presidente do Conselho de Saúde Indígena Yanomami em Roraima, responsável pela ponte entre jornalistas e os indígenas: “Quando a imprensa chegou, a vida dos Yanomami estava na UTI, agora, está na enfermaria”³.

Neste capítulo, apresentamos uma análise das manchetes, matérias e coberturas jornalísticas dessa crise em diferentes mídias. Escolhemos os principais veículos de imprensa com cobertura nacional e os principais jornais regionais da Amazônia. Nosso recorte se deu no período entre 21 de janeiro de 2023, data em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em Roraima, o que foi noticiado por toda a imprensa, até o dia 21 de março de 2023, permitindo a análise da cobertura da mídia sobre o tema ao longo desses dois meses. A proposta foi verificar como cada veículo cobriu a crise envolvendo os Yanomami, por meio da localização da reportagem nas capas – no caso dos telejornais, nas escaladas e blocos, e na *homepage*, nos sites –, mas nossa curiosidade de pesquisadoras nos fez ir além.

Mídias analisadas

Para esta pesquisa, por critérios de audiência, circulação e diversidade, escolhemos os seguintes veículos: na televisão, o *Jornal Nacional*, da TV Globo; e o *Jornal da Record*, da TV Record; nas revistas *Veja* e *Carta Capital*; nos jornais nacionais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*; nos jornais regionais *A Crítica* e *A Folha de Boa Vista*; nos sites de notícias *G1*, do Grupo Globo; e *UOL*, do Grupo Folha. Vale lembrar que, segundo o *Digital News Reporting* de 2023, as redes *on-line*, tanto sites de notícias quanto redes sociais digitais, vêm sendo, há uma década, o primeiro canal de consumo de notícias (79%), seguido da televisão (51%) e, por fim, dos jornais impressos (12%).

Nos veículos analisados, destacamos as quantidades de publicações encontradas: o *Jornal Nacional* apresentou 37 chamadas com o tema, sendo a chamada principal de nove edições. No *Jornal da Record*, foram dez chamadas. Entre as revistas, a *Carta Capital* apresentou duas capas e 12 matérias, enquanto a *Veja* publicou três matérias - nenhuma delas como

3 Entrevista concedida às autoras do capítulo. Todas os depoimentos da jornalista, caso explicitado diferentemente, referem-se a essa entrevista.

capa. Já nos jornais, a *Folha de S. Paulo* apresentou 34 chamadas de capa e três manchetes, enquanto *O Globo* teve quatro manchetes e 21 chamadas. Entre os veículos locais, o jornal *A Crítica* apresentou quatro manchetes e nove chamadas, e a *Folha de Boa Vista* contou com 21 manchetes e 13 chamadas. Por último, nos sites de notícia, o *G1* publicou 44 chamadas, entre elas, quatro eram manchetes. Já o *UOL* publicou 80 chamadas, entre elas, nove manchetes.

Estudar a cobertura da imprensa na crise dos Yanomami dá a nós a certeza de que o jornalismo resiste. Resiste quando matérias que denunciam um ataque sistemático aos Yanomami trazem o olhar das autoridades e da sociedade para a questão, atraem a atenção internacional para dentro da floresta e fortalecem dezenas de organizações humanitárias, responsáveis pelas primeiras denúncias. Essas matérias também geram ações públicas em benefício das comunidades, como saúde, vacinas, comida, água e segurança. O jornalismo não é o grande herói, longe de nós passar esse atestado; o jornalismo, na verdade, tem um pouco de médico e monstro.

O distanciamento habitual da imprensa desse assunto e a falta de notícias frequentes sobre a preservação dos povos originários e do meio ambiente revelam o lado menos comprometido das *hard news*, como se essas pautas não tivessem relevância factual. Assim, é possível apontar que os próprios valores que guiam a construção da notícia impedem a emergência de um jornalismo comprometido com a percepção dos riscos, fato esse que dificulta o enfrentamento:

Em oposição a esta situação, os aportes do Jornalismo Ambiental tornam-se uma possibilidade de transformação das práticas que vigoram, através da incorporação da complexidade e da incorporação de saberes até então ignorados. Contudo, este deve extravasar o espaço de uma especialidade, tentando ser um aspecto de interesse de todos os setores (Beling Loose; Camana; Villar Belmonte; 2017, p. 14).

Sonia Bridi também defendeu a importância de pautas frequentes sobre mudanças climáticas e meio ambiente, que impactam a sociedade, em geral e, em particular, os povos originários:

Não informar sobre mudanças climáticas está negando às pessoas um direito que elas têm de saber o que vai acontecer, se elas continuarem vivendo como estão vivendo, se continuarem votando do jeito que estão votando, sem prestar atenção no que o político vai fazer com relação a essa questão tão importante, tão urgente.

Já para veículos independentes, aqueles que não estão atrelados à publicidade e a patrocínios de governo, não se trata apenas de audiência, *likes*, visualizações ou sensacionalismo. A imprensa alternativa, que sobrevive de assinaturas e doações, em função do perfil editorial independente que apresenta, ganha cada vez mais credibilidade. Ao trabalhar mais distante da necessidade de audiência, tem se diversificado nos últimos anos. Esse fato demonstra uma necessidade do consumidor: a pluralidade de meios e de notícias, com uma imprensa mais independente.

Veículos de comunicação como a *Amazônia Real*, que mantêm constantemente denúncias de garimpo e exploração de madeira na floresta, diferentemente de jornais locais, não participam de licitações públicas de publicidade, pois pretendem preservar a autonomia das pautas, sem interferência política. Mas, deveria ser assim para todos os veículos de imprensa. Por outro lado, a denominada imprensa tradicional também presta um papel importante na divulgação e análise dos fatos. Conviver com os diversos formatos e plataformas é essencial para uma pluralidade de cobertura e leitura crítica da realidade.

Questionamos os jornais regionais sobre o motivo da falta da cobertura *in loco* sobre a crise dos Yanomami e a resposta que obtivemos foi sobre o alto custo de deslocamento até as comunidades. Segundo os jornalistas que cobrem a região, além da questão financeira, que envolve o custeio de barcos e helicóptero, para acessar a reserva Yanomami, em Roraima, demora-se entre três e quatro dias até a central Surucucu⁴; já para chegar às regiões mais afastadas, são mais três ou quatro dias por transporte fluvial, isso porque o avião não consegue pousar além de Surucucu.

Segundo o repórter Alexandre Hisayasu, da *TV Globo*, o primeiro jornalista a chegar a essas comunidades em novembro de 2021, no ápice das mortes, foi necessário desembolsar o orçamento inicial de US\$ 85 mil, valor que muitas empresas de jornalismo não aprovam.

4 A central, com diversos serviços, fica na parte Noroeste do Estado de Roraima, em terras dos Yanomami. É onde fica localizado o aeródromo da região.

Esse custo também é medido pelas empresas de comunicação por meio do interesse do público no assunto. Aruana Brianezi⁵, diretora de conteúdo do jornal *A Crítica*, de Boa Vista, analisado neste trabalho, disse que o veículo não envia um repórter às comunidades há mais de 10 anos e que notícias sobre os Yanomami, de um modo geral, não são de interesse do público do jornal.

É cultural, as pessoas não se identificam com os indígenas. Falta empatia, por não se enxergarem naquelas pessoas (comunidades indígenas). A visão do “índio” como inimigo é comum. É uma construção social que foi implantada nos livros de escola, que os indígenas eram selvagens (Brianezi, 2023).

A falta de recursos da mídia regional e o desinteresse do público em geral nesses assuntos é, no mínimo, preocupante. Não seria papel da mídia despertar o interesse do público pelos Yanomami, pela floresta e pelo meio ambiente? É também responsabilidade do jornalista formar a opinião pública com uma cobertura independente, que inclua as controvérsias existentes em qualquer assunto. Educar, sem dúvida, é um dos efeitos do trabalho da imprensa, mas falta esse entendimento por alguns veículos e jornalistas.

Outro lado perverso do jornalismo é a descontinuidade de pautas que tratam um assunto como a crise Yanomami. Com menos de um mês, desde o *boom* de notícias sobre a tragédia, já eram raras as reportagens nos veículos pesquisados e a crise ainda estava em curso. Ações prometidas pelo atual governo, como o envio de remédios, ainda não haviam sido cumpridas e o garimpo permanecia no local, mesmo que em menor número, segundo os jornalistas que cobrem a região. Era necessária a continuidade das reportagens, para pressionar as autoridades, como alerta o jornalista Alexandre Hisayasu, repórter da *TV Globo* na região amazônica: “Se o Estado não assumir agora a região, não vencerá o garimpo e as comunidades logo voltarão a ser ameaçadas”.

5 Entrevista concedida às autoras do capítulo. Todas os depoimentos da jornalista, caso explicitado diferentemente, referem-se a essa entrevista.

O site *Fiquem Sabendo* e a agenda do governo

Se a crise dos Yanomami está na imprensa, também está na agenda do governo. Segundo o site *Fiquem Sabendo*, que divulga dados e documentos diretos da base de dados dos governos, por meio da Lei de Acesso à Informação, desde janeiro de 2023 ocorreram 89 reuniões e compromissos públicos voltados à discussão da crise. A maioria deles (37, no total) foi em fevereiro, logo após a mídia nacional e internacional se envolver no assunto.

Normalmente, todo assunto tem um pico, porque outros temas tomam conta das pautas. No entanto, temos que cobrar o novo governo sobre ações que foram prometidas e ainda não aconteceram ou não tiveram a continuidade necessária. À medida que a imprensa se cala, a agenda pública se afasta do assunto.

A perspectiva do sociólogo Pierre Bourdieu (1996) encaixa-se perfeitamente na análise das relações da mídia e das ações do poder público. De acordo com o autor, a mídia não é um espaço neutro, mas ali atuam várias forças sociais, econômicas e políticas, em lutas e estratégias de poder.

Para o autor, a mídia não é apenas um canal imparcial de informação, mas sim um espaço onde ocorrem disputas e negociações de poder entre diferentes atores. Entender a mídia – seja internacional, nacional, regional ou local – como um campo social onde interesses, influências e relações de poder estão em jogo, inclusive, no contexto da relação com o poder público, é essencial.

Muitos veículos têm comprometimento com políticos e acabam negligenciando temas importantes como a crise dos Yanomami, por conta dos interesses de garimpeiros. Katia Brasil⁶, da *Amazônia Real*, explicou que a capital de Roraima, “Boa Vista, foi construída em cima do garimpo”. Ou seja, recursos do garimpo e influência de empresas de extração participaram da construção da principal cidade do estado.

Como nossa análise foi realizada por meio de matérias e coberturas de vários veículos de imprensa, nosso estudo concluiu que o jornalismo resiste em cada matéria veiculada sobre o assunto e que resultou em preservação de vidas. Como afirma Caldas (2023), o exercício do jornalismo é um ato político, de resistência.

⁶ Entrevista concedida às autoras do capítulo. Todas os depoimentos da jornalista, caso explicitado diferentemente, referem-se a essa entrevista.

O jornalismo resiste quando matérias como as que denunciaram um ataque sistemático aos Yanomami atraem o olhar de várias fontes, além das autoridades e dos olhares internacionais para a Floresta Amazônica. Só assim podem surgir ações públicas para as comunidades indígenas, com melhorias para a saúde, alimentação e necessidades básicas de sobrevivência humana, além de ações de segurança.

Telejornais: *Jornal Nacional* e *Jornal da Record*

A televisão continua sendo o veículo de comunicação com maior alcance nacional. Segundo uma pesquisa de 2023, do Instituto Kantar Ibope Media, cerca de 79% dos brasileiros consomem conteúdo de TVs (abertas e pagas). De acordo com o estudo, cerca de 51% dos lares consomem conteúdo das TVs lineares⁷, podendo atingir cerca de 91% dos espectadores durante o mês. A liderança das TVs abertas também acontece porque cerca de 36 milhões de pessoas no país não tiveram acesso à internet em 2022, aponta estudo do TIC Domicílios do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, órgão mantido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (Unesco).

Escolhemos os dois telejornais diários com maior audiência na televisão brasileira e de cobertura nacional. São eles: *Jornal Nacional*, da *TV Globo*; e *Jornal da Record*, transmitido pela *TV Record*. Analisamos os dados do Instituto Kantar Ibope Mídia, que mede a audiência consolidada das televisões abertas no país, levando em conta a data entre 16 de janeiro a 22 de janeiro, em 15 praças de transmissão. Entre as quatro emissoras com telejornais, cuja edição transmite notícias de todo o Brasil em horário nobre, o *Jornal Nacional* lidera a audiência, com 22,8 pontos⁸. Em segundo lugar está o *Jornal da Record*, com 7 pontos, seguido do *SBT Brasil*, com 4,3, e, em quarto lugar, o *Jornal da Band*, com 2,6 pontos⁹.

O *Jornal Nacional* existe desde 1969. Exibido de segunda a sábado, tem 45 minutos de duração, com quatro blocos, transmitidos em rede nacional para todo o país. Já o *Jornal da Record* é transmitido desde 1974, possui

7 Em oposição à atual tendência do *streaming*, TV linear é aquela que exibe programação com horários definidos (grade).

8 De acordo com a metodologia adotada para medição de audiência de TV, cada ponto equivale a 517.553 pessoas.

9 Fonte. PNT de 16/01/2023 a 22/01/2023. Universo: 26.808 domicílios e 71.709 indivíduos. Um ponto de audiência corresponde a 1% desses respectivos universos.

quatro blocos, uma hora de duração, de segunda a sábado, e chega a 98% do território nacional. Ambos são veiculados em horário nobre, termo designado para classificar a faixa e horário de maior audiência, portanto, de maior visibilidade, geralmente, entre 18h e 23h, o que coincide com o retorno da maioria das pessoas para casa após o trabalho. O horário nobre é o de maior audiência, portanto, de maior valor comercial-publicitário.

Em televisão, as notícias com maior importância estão na escalada do jornal, que são aquelas manchetes rápidas, anunciadas pelos dois apresentadores com entonação de voz marcante, o que indica uma certa urgência e seriedade do assunto. O objetivo é criar expectativa e atrair a atenção do público para os próximos blocos do jornal, a fim de mantê-lo assistindo a todo o noticiário.

No jornalismo televisivo, acompanhando o padrão do jornalismo da *TV Globo*, adaptou-se a apresentar as notícias no início do jornal, logo após a vinheta, que é um recurso sonoro e de vídeo que identifica um programa. A vinheta do “Plantão do JN” é tão conhecida que muitas pessoas relatam que o coração chega a disparar ao ouvi-la, porque o som está relacionado a uma notícia séria ou grave que será apresentada. Tudo isso compõe a identidade do telejornal.

No caso do *Jornal da Record*, a escalada entra depois de uma ou duas matérias. Seguindo o padrão americano de telejornalismo, eles abrem o jornal com matérias de violência. Aliás, esse telejornal destina mais espaços em outros blocos para matérias de violência.

Assistimos com olhar analítico como se deu a cobertura jornalística sobre a crise Yanomami em ambos os telejornais, a todas as edições. Em cada emissora de televisão foram examinadas 52 edições de cada jornal, num total de 104 edições analisadas. De modo quantitativo e descritivo, verificamos os seguintes aspectos: espelhamento da matéria (localização ao longo do programa), tempo, praça onde foi produzida e gênero (reportagem ou nota coberta¹⁰).

Observamos o distanciamento e a aproximação de cada jornal com dois temas: a crise humanitária dos Yanomami e o meio ambiente. Para o estudo, consideramos qualquer notícia envolvendo os Yanomami, ainda

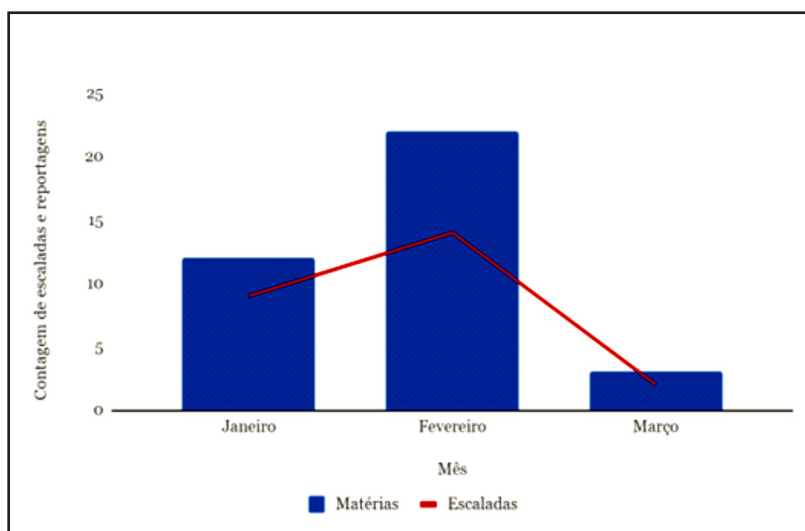
10 As notas cobertas são notícias lidas pelos apresentadores a partir de imagens do fato. Elas têm duração e profundidades menores do que as reportagens, que contam com a atuação de um repórter no local do fato tratado.

que não fosse o foco da reportagem. Para delimitar esse corpus, examinamos a matéria em que a palavra Yanomami tenha sido mencionada na reportagem ou na escalada:

Compreende-se por edição o processo que organiza as imagens e o som dentro de um material audiovisual, bem como o mantém em conexão com o todo (programa e espaço midiático) no qual está inserido. Sendo assim, ao se propor a analisar a função discursiva da edição no interior da reportagem, vai se dedicar também a observar os outros espaços nos quais a edição se faz presente e, por fim, compreender quais funções, nessas diferentes etapas, a edição assume no discurso televisivo (Halo, 2015, p. 72).

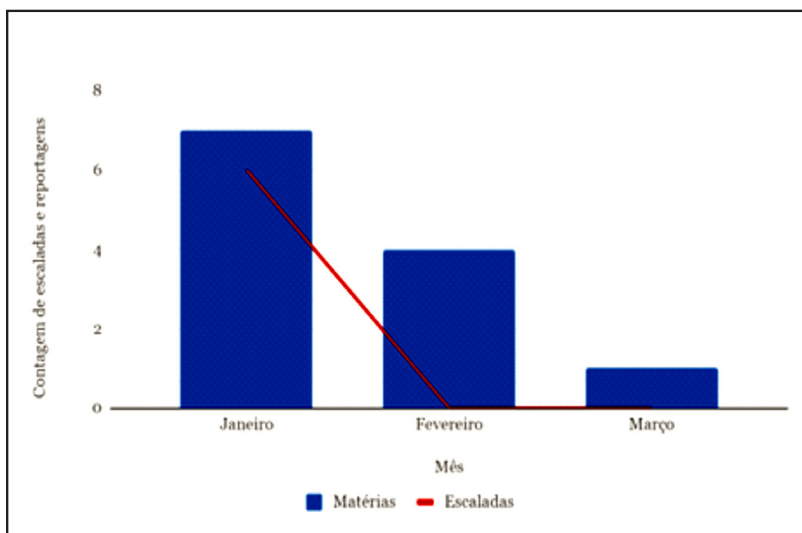
Identificamos que o *Jornal Nacional* apresentou 24 escaladas com menções à crise Yanomami; enquanto no *Jornal da Record* houve apenas seis menções, nos dois meses analisados. A crise Yanomami abriu as escaladas por nove vezes no *Jornal Nacional*, enquanto o *Jornal da Record* não usou o tema para abrir as escaladas. O *Jornal Nacional* apresentou 37 matérias sobre o assunto, enquanto o *Jornal da Record* apresentou dez, como mostram os gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de reportagens sobre Yanomami no JN



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Gráfico 2 – Quantidade de reportagens sobre os Yanomami no *Jornal da Record*



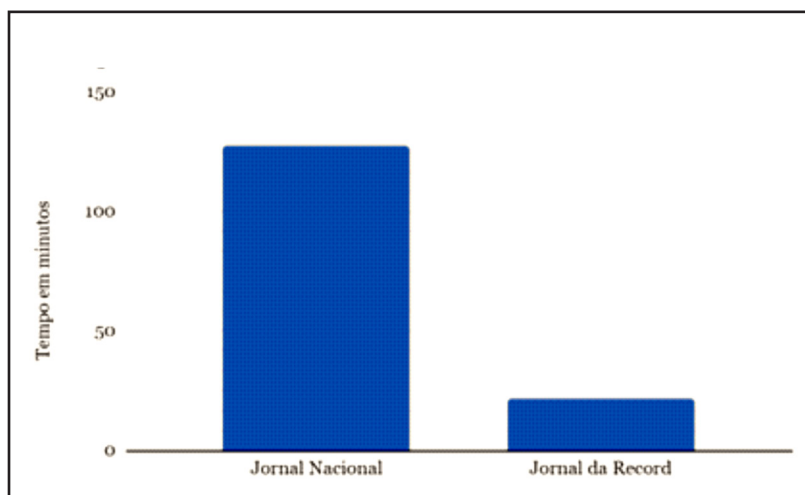
Fonte: Elaborada pelas autoras.

O *Jornal Nacional* abriu as edições com nove matérias sobre a crise, enquanto o *Jornal da Record* não abriu nenhuma das 52 edições com VTs sobre a tragédia indígena. Em sete edições do JN, a crise esteve espelhada no primeiro bloco, enquanto no JR os editores não a espalheram nesse bloco em nenhuma das edições, preferindo colocá-las nos penúltimos ou últimos blocos, o que demonstra uma importância diferente dada por cada jornal ao tema.

Em cinco edições, o *Jornal Nacional* publicou duas matérias sequenciais sobre a crise Yanomami. Em três dias, foram apresentadas três matérias sobre o assunto. Já o *Jornal da Record* apresentou em apenas um dia duas matérias relacionadas à crise. O *Jornal Nacional* destinou ao assunto, nas 52 edições analisadas, cerca de 127 minutos e 26 segundos, entre matérias, notas cobertas, entradas ao vivo e cabeças de matéria¹¹. Já o *Jornal da Record*, considerando o mesmo período e métricas, destinou 21 minutos e 8 segundos ao tema.

11 Cabeça de matéria é o texto lido por um dos apresentadores do telejornal, introduzindo a reportagem.

Gráfico 3 – Tempo destinado à crise dos Yanomami no *Jornal Nacional* e no *Jornal da Record*



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Entre os dias 21 e 26 de janeiro, o *Jornal da Record* usou como recurso de edição as mesmas fotos de crianças desnutridas, respeitando a identidade do menor, como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O primeiro VT produzido e gravado em Roraima pelo *JR* foi apresentado apenas na edição do dia 30 de janeiro. A maior parte dos VTs sobre a crise foi produzida em Brasília (DF). Em algumas edições, o assunto foi veiculado em entradas de repórteres ao vivo do DF, com cobertura de imagens de arquivo. Houve, na maioria das matérias e *links*, o uso de imagens repetidas da crise. O *JR* também usou imagens cedidas pela Força Aérea Brasileira (FAB) e, em oito reportagens, o *lead* foi a assistência do Exército ao povo Yanomami, colocando em primeiro plano o trabalho militar no socorro aos indígenas.

A participação do Exército nos trabalhos emergenciais aos Yanomami aparece desvinculada do governo federal, como se a assistência aos indígenas estivesse isolada das ações governamentais. O jornalista Perseu Abramo, citado por Christofolletti (2017, p. 65), descreve como “ocultação” o primeiro padrão de manipulação da imprensa brasileira. Abramo (2003) descreve os cinco modelos para modelação informativa no jornalismo: ocultação, fragmentação, inversão, indução e globalização. A ocultação, segundo o autor, é um “deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade”, que se dá na programação ou na execução das matérias.

Já o *Jornal Nacional* produziu mais de uma dúzia de reportagens *in loco*, na sua maioria, com o repórter Alexandre Hisayasu, da *TV Globo* do Amazonas. O jornalista de São Paulo foi deslocado para a afiliada amazonense para padronizar estilos de reportagens investigativas na região. A reportagem *in loco* tende a ser mais precisa à realidade, porque trabalha com fontes primárias. Quando repórter, produtor de reportagem e editor trabalham na mesma editoria e no mesmo assunto, eles passam a ter mais conhecimento dos fatos, criando mais vínculo com as fontes que permeiam a notícia, tendo um olhar mais crítico, objetivo e apurado, além de uma visão mais abrangente do que deve ser contemplado na cobertura seguinte.

O *Jornal da Record*, por sua vez, produziu notícias sobre os Yanomami em cinco notas cobertas, enquanto o *Jornal Nacional* usou o assunto em apenas uma nota coberta, preferindo destinar mais tempo a reportagens maiores, como mostramos acima.

A título de comparação, tanto o *Jornal Nacional* quanto o *Jornal da Record* destinaram mais tempo e destaque, nas 52 edições examinadas, a assuntos como as inundações no litoral Norte de São Paulo. O *JR* abriu seis edições com as enchentes no litoral paulista, todas as demais edições foram abertas com reportagens sobre violência como golpes diversos, mortes por acidentes, assassinatos, sequestros e prisões, totalizando 45 edições.

A crise dos Yanomami esteve em destaque na agenda da imprensa nacional, nos 30 primeiros dias, incluindo o período de carnaval. No entanto, o *Jornal Nacional* deu maior cobertura às festas carnavalescas pelo país no período, reduzindo a cobertura sobre a crise. Apesar de menos tempo, o *Jornal da Record* também deu ênfase ao Carnaval durante a festa.

Considerações sobre a cobertura na TV

Debruçar-nos sobre os dois telejornais mais vistos pelos brasileiros nos trouxe clareza das diferenças gigantescas de editorial e produção jornalística entre os dois veículos, que, em tese, disputam a mesma audiência, passando pela ideologia política refletida em como se deu a cobertura da crise Yanomami. Em alguns momentos, percebemos que a linha editorial do *JR* se preocupou em manter o assunto na agenda.

Já o *Jornal Nacional* fez uma cobertura ampla, tentando cobrir vários desdobramentos levados pelo abandono do governo aos povos indígenas e com ênfase à responsabilidade do governo Jair Bolsonaro, inclusive, com menções, em muitas matérias, à possibilidade de ele ser responsabilizado por genocídio. O *JN* deu voz a instituições e a autoridades do governo federal e mostrou a ação militar de assistência às comunidades como medida emergencial do atual governo Lula, enquanto o *JR* deu maior visibilidade ao trabalho de assistência dos militares.

Fica claro, ao longo do último mês analisado, que o *JN* deixou “esfriar” a tragédia que se abateu sobre os Yanomami, colocando-a mais afastada da pauta do seu jornalismo, embora a crise ainda estivesse em curso. Vale ressaltar que o jornal destinou espaço para matérias referentes ao meio ambiente, ligadas ou não aos Yanomami, em 49 das 52 edições analisadas.

Assim, nossa conclusão sobre os telejornais é que a crise humanitária envolvendo os Yanomami ainda poderia permear por mais tempo a agenda dos telejornais, principalmente, do *Jornal da Record*, que reservou um espaço muito pequeno, se comparado a outros temas, como, por exemplo, às chuvas no litoral Norte de São Paulo.

Dada a gravidade que a crise Yanomami representa para a etnia, para o país e para o mundo, a pauta requeria mais tempo, mais imagens, mais depoimentos, mais cobranças aos órgãos públicos. Além disso, o tema da crise dos Yanomami possui características que o classifica como possibilidade de interesse jornalístico, por conter três elementos essenciais a uma reportagem, segundo Alsima (2009): a consonância, a frequência e a continuidade. De acordo com o primeiro elemento, a matéria é de interesse público, já que crianças estavam morrendo de fome e por doenças. Em termos de frequência, há uma lógica temporal, que pode ser utilizada para contar a história. Por fim, sobre o terceiro elemento, a continuidade, o assunto apresentado ainda estava e está em curso.

Pela nossa análise, foi possível perceber que os termos em destaque e o agendamento das notícias são flutuantes, sem que exista um acompanhamento contínuo dos temas importantes. Embora recorrentes, dependem da perspectiva editorial de cada veículo e da opinião pública.

Revistas: *Veja* e *Carta Capital*

Dentro do contexto jornalístico, as revistas representam uma cobertura para além dos fatos imediatos. Sua periodicidade abrange um intervalo de tempo maior - com publicações semanais, por exemplo -, o que permite que as informações apuradas tenham um maior nível de profundidade (Ferreira, 2017). São análises capazes de contemplar o leitor com informações que buscam maior solidez sobre determinado assunto.

Segundo Scalzo (2004), as revistas cobrem funções “mais complexas que a simples transmissão de notícias. Entretanto, trazem análise, reflexão, concentração e experiência de leitura” (*apud* Schwaab; Tavares, 2009, p. 182). Além disso, trazem, historicamente, um retrato dos temas que mais mobilizaram a sociedade ao longo do tempo (Azubel, 2013). As revistas são, portanto, uma importante fonte de análise para se estudar como a cobertura jornalística se organizou para levar ao público retratos e debates mais estruturados sobre a crise Yanomami.

Aqui, analisamos o comportamento de duas das maiores e mais influentes revistas do Brasil, *Veja* e *Carta Capital* (Moraes, 2015). Além de seu alcance, os veículos compreendem perfis ideológicos opostos, trazendo uma análise diversa. A ideia é compreender o espaço e o tratamento dados à questão Yanomami pelos dois veículos em suas respectivas capas, no período de análise determinado, além de obter uma visão quantitativa das matérias gerais sobre o tema presentes no conteúdo das revistas. A seguir, os dados de cada publicação examinada.

Carta Capital

Foram levantadas oito edições de cada uma das revistas, durante o intervalo de tempo de análise. A seguir, encontram-se as capas relacionadas à crise Yanomami dentro da amostra na *Carta Capital*.

Tabela 1 – Comparação das publicações das revistas em relação à crise dos Yanomami

Data	Edição	Título na capa	Subtítulo/Linha Fina	Título da matéria	Editoria
26/01/2023	1244	“Genocídio”	-	“Povo Yanomâmi: Sim, é genocídio”	Opinião
02/02/2023	1245	“Circuito da morte”	“De mineradoras multinacionais a bancos políticos, quem lucra com os negócios do garimpo ilegal.”	“Genocídio banhado a ouro”	Política

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Veja

Foram coletadas oito edições da revista no período de análise estabelecido. Na amostra, não encontramos nenhuma capa relacionada à questão Yanomami.

Análise dos dados

É notável a relevância e o destaque reservados à cobertura da crise Yanomami e seus desdobramentos na revista *Carta Capital*, em comparação com a *Veja*, que preferiu abordar o assunto apenas nas páginas internas, sem destaque. Para exemplificar, das oito edições analisadas da *Carta Capital*, duas apresentaram o assunto como tema de capa, representando $\frac{1}{4}$ da amostra e garantindo uma cobertura em destaque por duas semanas seguidas. Além das capas, foram encontradas mais 12 matérias sobre o tema ao longo dos exemplares, presentes em sete das oito edições analisadas. O número é expressivo: mais da metade das edições trouxe duas ou mais reportagens. No dia 2 de fevereiro, por exemplo, encontramos três matérias tratando dos povos indígenas e do garimpo, além da capa.

Para Alexandre Hisayasu, jornalista que cobre e acompanha a questão indígena, a importância da cobertura jornalística se dá pela gravidade do tema: “A pauta Yanomami é muito mais do que uma pauta, é uma questão

humanitária. Vai além do jornalismo de denunciar e cobrar. É uma questão humanitária, tem que ser acompanhada dia a dia” (Hisayasu, 2023).

A única edição da *Carta Capital* que não trouxe textos relacionados à crise foi a do dia 15 de fevereiro – cujo destaque foi a guerra da Ucrânia, que completava um ano naquela semana. Além disso, o pico de publicações sobre o tema foi no mês de fevereiro, apresentando uma queda em março, o que indica a falta de continuidade da imprensa ao tratar da questão.

Ao olhar individualmente para as capas levantadas, podemos fazer importantes inferências sobre a cobertura da revista em relação à crise. A primeira capa veiculada relacionada aos Yanomami apareceu em 26 de janeiro, cinco dias após a visita de Lula a Roraima, coincidindo com o período em que toda a imprensa se voltou ao assunto. A capa foi ilustrada pela fotografia de um indígena Yanomami desnutrido sendo socorrido por profissionais da saúde, uma imagem que representa o essencial do acontecimento (Sousa, 2002), ao mesmo tempo que comove e mobiliza os sentimentos do público. Nas capas de revistas, a imagem é o discurso predominante, operando como geradora de sentidos e transmitindo, muito mais do que títulos e textos, um retrato fiel de barbaridades (Ferreira de Cerqueira, 2007), como a crise humanitária dos Yanomami.

Figura 1 – Capa da revista *Carta Capital* de 26 de janeiro de 2023



A foto que ilustra a capa da edição, seguida da palavra “Genocídio”, elucida bem a situação dramática dos Yanomami: fome e morte. Tem potencial para impactar a opinião pública para a crise humanitária dos indígenas. A palavra “genocídio” aparece em destaque, em letras grandes e sem a presença de subtítulos/linhas finas. Imagem e texto curto desvelam tudo. A atrocidade encontrada nas terras dos povos originários é retratada para escancarar a brutal realidade.

O conjunto da fotografia com o título fornece, portanto, uma imagem da tragédia que os Yanomami passavam naquele momento. Esse fato é novamente apoiado ao se olhar para o título da matéria, no interior da revista, “Povo Yanomâmi¹²: Sim, é genocídio”, que reafirma a tragédia.

Além disso, junto aos elementos da capa, esse título denota o posicionamento político do veículo: a revista apresenta uma resposta em relação à suspeita de genocídio por parte do governo Bolsonaro e aos questionamentos sobre o uso do termo (Justino, 2023). Assim, destaca que a tragédia dos povos Yanomami vem de um descaso proposital do governo com os indígenas e o reconhecimento de suas terras. A matéria em questão é um texto opinativo: o fato de uma coluna de opinião ocupar uma capa também denota o posicionamento do veículo (Longhi, 2006). O texto é de autoria de Pedro Serrano, jurista e professor de Direito Constitucional, posições que lhe garantem autoridade para comentar sobre a questão do genocídio.

O subtítulo/linha fina, “O extermínio dos Yanomâmis”, relaciona-se diretamente ao argumento presente no texto de que “além dos ataques à democracia e aos poderes da República, o bolsonarismo inoculou a barbárie em vários âmbitos da vida civilizada” (*Carta Capital*, 26 jan. 2023, *on-line*). Podemos notar o enquadramento político e jurídico do acontecimento. Ao mencionar a democracia, a República e o bolsonarismo, a matéria traz o lado político da crise dos Yanomami, construindo dualidades. De um lado, os Yanomami estão relacionados a palavras como “extermínio”, enquanto o bolsonarismo está ligado a termos como “ataques” e “barbárie”. Nesse sentido, a cobertura da revista foca na crise Yanomami como um dos muitos desdobramentos do governo Bolsonaro na esfera pública.

Já a segunda capa aparece em 2 de fevereiro, na semana seguinte, garantindo continuidade à cobertura da crise, que, de fato, se mantinha. A edição trouxe o título e subtítulo/linha fina “Circuito da morte - de mi-

12 Foi mantida, aqui, a grafia utilizada pela revista.

neradoras nacionais a banco e políticos, quem lucra com os negócios do garimpo ilegal”. A capa foi ilustrada pela figura de um crânio, recoberto por ouro e portando um cocar, fazendo alusão às consequências do garimpo para os povos indígenas. Assim, a revista trouxe uma cobertura mais reflexiva, aprofundada e imersiva sobre os problemas atrelados à crise dos Yanomami, com uma edição onde o garimpo – um dos principais fatores responsáveis pela tragédia – é destaque.

Figura 2 – Capa da revista *Carta Capital* de 2 de fevereiro de 2023



O subtítulo/linha fina da matéria de capa traz, novamente, um foco político: “Bem estruturado e fartamente financiado, o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomâmi¹³ teve alta explosiva nos governos Temer e Bolsonaro”. Aqui, podemos ver a associação do garimpo às gestões passadas, novamente, numa abordagem política da crise. Dentre os agentes citados e que pautam o acontecimento, temos os garimpeiros, os indígenas Yanomami e os e governantes do Brasil.

¹³ Nas situações em que são transcritos trechos de outros autores e/ou reportagens, optou-se por reproduzir a grafia encontrada. A grafia “Yanomâmi” trazida por *Carta Capital* não está presente no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), que, por sua vez, preconiza o uso de “ianomâmi” como correto.

Ao contrário do destaque recebido em *Carta Capital*, a cobertura sobre a crise dos Yanomami na *Veja* é marcada pela ausência de destaque, mesmo nas páginas internas. Das oito edições da *Veja*, nenhuma apresentou uma matéria de capa relacionada à questão - mesmo após a denúncia ter ganhado visibilidade e destaque em todo o território nacional e internacional.

No interior da revista, foram encontradas apenas três reportagens relacionadas aos Yanomami no período analisado, todas na edição do dia 2 de fevereiro. As matérias foram as seguintes: “Apuração da PF sobre crise ianomâmi pode chegar a Bolsonaro e ex-ministros”; “Murillo de Aragão: A desnutrição dos ianomâmis envergonha o país” e “José Casado: Uma rede de cumplicidades no morticínio dos ianomâmis”.

Considerações da cobertura nas revistas

Diante desse cenário de invisibilidade, a (falta de) cobertura da *Veja* dialoga com Orlandi (1993): dentro da cobertura jornalística, o silêncio também diz, é uma forma de apagar sentidos. Na visão de Abramo (2003), esse fenômeno é um dos padrões de manipulação utilizados pela imprensa brasileira, a ocultação, quando determinado fato é ignorado pelo veículo. Assim, a realidade sob a ótica da *Veja* é refratada de tal maneira que a emergência dos povos Yanomami é apagada para o leitor - o sentido produzido pela ausência é o silenciamento.

Esse fenômeno se torna ainda mais preocupante ao se considerar a Teoria do Agendamento, que indica o papel da mídia em contribuir para pautar a opinião pública. A cobertura escassa, portanto, afasta a crise dos Yanomami do debate público e, consequentemente, do poder público. Também podemos refletir sobre o papel do Newsmaking: as notícias são fabricadas em diferentes dimensões. Nesse caso, *Veja* não considera que seu leitor se interesse por uma crise envolvendo povos indígenas, nem que a questão seja relevante para contemplar seus interesses políticos. A respeito do silenciamento da pauta indígena na imprensa, a jornalista Sônia Bridi, que cobriu a questão Yanomami de perto, reflete: “O nosso papel como jornalistas não é informar o que as pessoas querem saber, o que as pessoas querem ouvir. Mas o que elas precisam saber, o que elas precisam ouvir para poder tomar decisões informadas sobre o futuro delas” (Bridi, 2023).

A cobertura de duas das revistas de maior circulação do país, no que se refere à crise humanitária e de saúde dos Yanomami, apresentou diferentes padrões. Enquanto a *Carta Capital* trouxe uma cobertura crítica, extensa e em destaque, contemplando diversos aspectos relacionados à crise e dedicando espaço ao tema em quase todas as edições analisadas, a *Veja* abordou o assunto de forma escassa e superficial.

Além disso, de maneira geral, foi possível ver que o foco das matérias publicadas sobre o tema era, sobretudo, político, trazendo diferentes agentes relacionados à esfera política e sua relação e responsabilidade com a tragédia. Nesse sentido, o jornalismo da *Carta Capital* atuou como importante instrumento de vigilância do poder público, contribuindo para a cobrança de uma resposta a esse poder - papel em que outros veículos, como a *Veja*, falharam.

Jornais da Região Sudeste com abrangência nacional: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*

Os jornais impressos são veículos de comunicação de massa que atuam como importantes fontes de informação à população. Sua periodicidade diária possibilita o acompanhamento cotidiano sobre os principais acontecimentos do país e do mundo. Ao relatar e analisar notícias, os jornais têm a capacidade de construir e modificar realidades, estabelecendo o que entra no conhecimento público e como (Moreira, 2006). Além disso, as capas de jornais apresentam ao leitor uma vitrine dos assuntos mais relevantes do dia, sendo as manchetes um dos elementos de maior visibilidade nas publicações (Feres Júnior; Sassara, 2016)

Assim, escolhemos analisar as manchetes de dois dos jornais impressos de maior circulação do Brasil, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Tendo em vista sua ampla distribuição e públicos, esses jornais produzem um efeito cascata no restante da mídia, pautando outros veículos de comunicação e o debate público, o que os torna importantes fontes de análise. A ideia é coletar e analisar as manchetes desses veículos que se relacionam à crise dos Yanomami, no intervalo de tempo determinado, a fim de entender o espaço e a abordagem dedicados ao assunto pelos jornais brasileiros. As manchetes são analisadas numa perspectiva qualitativa e as demais chamadas de capa relacionadas à questão Yanomami serão analisadas quantitativamente.

Vale destacar as limitações do jornal impresso, que, no Brasil de hoje, são acessíveis apenas a uma pequena parcela da população. Como bem disse a jornalista Sônia Bridi, em relação à cobertura jornalística da pauta Yanomami: “Qual é o alcance de um jornal escrito? É o alcance de uma elite bem informada. Ele pode ajudar a influenciar essa elite” (Bridi, 2023). Apesar disso, o jornal impresso já está disponível, hoje, em formato digital - oferecendo assinaturas mais baratas -, lido até mesmo nos celulares.

Apresentação dos dados

Na *Folha de S. Paulo*, foram encontradas 60 edições compreendidas no intervalo de tempo analisado. Dessas, apenas três apresentaram manchetes sobre a crise Yanomami, representando um total de 5% da amostra, valor significativamente baixo, considerando a gravidade e dimensão do assunto - que foi destaque até mesmo na imprensa internacional.

Tabela 2 – Manchetes sobre os Yanomami na *Folha de S. Paulo*

Data	Edição	Título da manchete
26/01/2023	34.266	“Inquérito da PF vai investigar genocídio contra yanomamis”
31/01/2023	34.271	“Barroso manda apurar genocídio indígena na gestão Bolsonaro”
09/02/2023	34.280	“Governo inicia desmonte de garimpo na terra yanomami”

Fonte: Elaborada pelas autoras.

O número em *O Globo* é mais otimista ao olhar para as chamadas de capa sobre o assunto: foram registradas 34. Considerando manchetes e chamadas de capa, um total de 25 edições trouxe matérias sobre a crise, representando mais de 40% da amostra. No entanto, apesar de numerosas, as chamadas ocuparam, em geral, espaços de baixo destaque na capa, em letras pequenas e nas regiões laterais ou inferiores. Ainda, no período de análise do mês de março, não foi registrada nenhuma manchete ou chamada de capa sobre o assunto. Ou seja, apesar da crise e seus desdobramentos terem sido noticiados, a relevância dada aos fatos foi baixa.

Tabela 3 – Manchetes sobre os Yanomami em *O Globo*

Data	Edição	Título da manchete
25/01/2023	32.678	“MPF acusa governo Bolsonaro de impedir retirada de garimpeiros”
26/01/2023	32.679	“PF investiga suspeita de genocídio contra ianomâmis”
27/01/2023	32.680	“Ianomâmis: STF diz que gestão Bolsonaro descumpriu decisões”
06/02/2023	32.690	“Operação contra garimpo terá 500 homens e fará cerco logístico”

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Como apontado pela jornalista Sônia Bridi, sobre a falta de relevância dada pelos veículos de comunicação às questões socioambientais, “a última fofoca política é mais importante do que a preservação da civilização. Qualquer coisa é mais importante do que a preservação da civilização” (Bridi, 2023). Já Kátia Brasil, co-fundadora da *Amazônia Real*, agência de jornalismo independente e investigativo, diz que a ideia de criar um veículo especializado na cobertura de pautas da Amazônia surgiu pelo desinteresse dos leitores e, consequentemente, dos jornais, em cobrir tais temas: “Não interessava à Avenida Paulista ler matéria sobre a Amazônia [...] Tinha pesquisas, inclusive, no jornal, de que os leitores da *Folha* queriam saber no máximo do Rio de Janeiro ou Brasília; [sobre] o resto do Brasil, não tinham interesse” (Brasil, 2023).

Também foi possível notar o uso da fotografia: muitas vezes, o assunto não foi manchete ou destaque em palavras, mas utilizaram-se fotos comovedoras em destaque para abordar a questão, como imagens de crianças Yanomami desnutridas, garimpeiros deixando as terras ou operações de combate ao garimpo pelas autoridades. Assim, pode-se refletir sobre como, nessa situação, a fotografia sobre a tragédia Yanomami pode construir um sentido mais potente do que os títulos e textos, tornando o leitor mais conectado e inserido naquele cenário (Tavares; Vaz, 2005). Ainda segundo esses mesmos autores, “a foto funciona no jornal como se fornecesse provas” (Tavares; Vaz, 2005, p. 131).

Chama a atenção também a distribuição temporal das reportagens: o assunto apareceu no mês de janeiro, acompanhando o pontapé inicial das denúncias da crise e constado em 10 das 11 edições do jornal analisadas

no mês. Para se ter uma noção, de um total de 37 manchetes/chamadas coletadas, 18 concentram-se nos 11 dias do mês de janeiro que foram analisados.

Além disso, não foi registrada nenhuma ocorrência do assunto nas capas do dia 25 de fevereiro ao dia 21 de março. Isso mostra a falta de continuidade dos jornais impressos em tratar da emergência Yanomami: passado o alvoroço inicial, as notícias sumiram das capas dos jornais, mesmo com os povos Yanomami ainda sofrendo graves consequências do garimpo e do descaso governamental. Para Júnior Hekurari, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e da Associação Urihi, “O assunto do povo yanomami não pode morrer [...] Mostrando, a gente vai estar forte [...] Tem que ser mostrado” (Hekurari, 2023).

Ao focar nas manchetes, também podemos tirar importantes conclusões sobre a cobertura jornalística do tema na *Folha*. A primeira manchete relacionada à crise apareceu em 26 de janeiro, cinco dias após a visita de Lula à terra Yanomami, evento que marcou a explosão das denúncias e, consequentemente, o auge do assunto na imprensa nacional.

O título da manchete, “Inquérito da PF vai investigar genocídio contra yanomamis”, revela que o assunto só recebeu relevância principal no jornal ao tomar um foco político e virar investigação da Polícia Federal. Vale destacar dois aspectos: os agentes e a (suposta) neutralidade do jornal em relação aos fatos. Dentre os agentes citados no título, vemos a Polícia Federal (PF), de um lado, e os Yanomami, do outro: os Yanomami sofreram a ação do genocídio, e a PF é representada como mediadora do conflito.

O jornal, no entanto, omite o agente responsável ou causador do genocídio, ocultando também seu posicionamento político. Já na segunda manchete, do dia 31 de janeiro, intitulada “Barroso manda apurar genocídio indígena na gestão Bolsonaro”, acompanhamos o surgimento de novos agentes. O ministro Barroso, então vice-presidente do STF, ocupa o lugar de mediador do conflito, enquanto a gestão Bolsonaro aparece como responsabilizada pelo crime. A terceira e última manchete da *Folha* apresenta um novo foco, abordando a questão do garimpo no título “Governo inicia desmonte de garimpo na terra yanomami”. Na abordagem, podemos ver que o jornal se preocupou em trazer uma visão sobre as causas da crise e como o poder público se articula para sanar o problema.

Já no jornal *O Globo*, de 60 edições analisadas, foram encontradas quatro manchetes, representando cerca de 7% da amostra e se aproximando do encontrado na *Folha*. As chamadas de capa, no entanto, foram inferiores em número às da *Folha*, somando 21 matérias. Essas chamadas, porém, tiveram, em geral, um destaque maior do que o verificado na *Folha*, com títulos em letras maiores e em posições de mais visibilidade da capa. No total, 20 edições, das 60 analisadas, trouxeram o assunto da crise dos Yanomami por meio de manchetes ou chamadas de capa, representando $\frac{1}{3}$ da amostra. Esses dados mostram que *O Globo* se preocupou em noticiar a crise como um assunto de alta relevância - apesar da baixa quantidade de manchetes, as chamadas de capa foram numerosas e receberam certo destaque.

Em relação à distribuição temporal, vemos o padrão observado na *Folha*: a concentração foi em janeiro, com o assunto novamente presente em 10 das 11 edições analisadas no mês. De um total de 26 manchetes/chamadas coletadas sobre o assunto, 13 aconteceram em janeiro. Em março, foi registrada apenas uma chamada de capa. Assim como na *Folha*, podemos verificar a falta de continuidade do jornal: após o pico de cobertura em janeiro, a quantidade de notícias sobre o tema na capa caiu para zero em pouco mais de um mês.

Em relação às manchetes, surgem, num primeiro momento, em três dias seguidos: 25, 26 e 27 de janeiro. Os títulos, respectivamente, “MPF acusa governo Bolsonaro de impedir retirada de garimpeiros”, “PF investiga suspeita de genocídio contra ianomâmis” e “Ianomâmis: STF diz que gestão Bolsonaro descumpriu decisões”, trazem novamente como agentes os órgãos oficiais, o governo Bolsonaro, os garimpeiros. Os Yanomami aparecem como protagonistas da crise. Fica nítido, por exemplo, o posicionamento do veículo, ao trazer, logo na primeira manchete, menção ao governo Bolsonaro como acusado e responsável pelos acontecimentos. Na segunda, no entanto, o jornal omite a informação de quem seria o responsável pelo genocídio. O governo Bolsonaro volta a ser mencionado na terceira manchete, cujo título atribui, novamente, responsabilidade à antiga gestão.

Por último, em 6 de fevereiro, o assunto é, mais uma vez, manchete, com o título “Operação contra garimpo terá 500 homens e fará cerco logístico”. Aqui, apesar de não fazer menção direta aos Yanomami, o jornal

trata de uma das diversas questões ligadas à crise, o garimpo nas terras indígenas, e como o poder público está se articulando para combatê-lo.

Considerações sobre a cobertura em jornais impressos nacionais

Após a análise dos dados, podemos concluir que a cobertura feita pelos jornais impressos sobre a crise dos Yanomami foi de baixa prioridade, com poucas manchetes e chamadas ocupando posições inferiores e de baixo destaque nas capas. Apesar disso, como apontou Hekurari (2023), a imprensa desempenhou um papel essencial na denúncia e visibilidade da crise para o restante do país e do mundo: “[...] Assim que eu mostrei todas essas informações, a imprensa foi muito rápida para mostrar que o povo yanomami estava abandonado pelo Governo Federal [...] Nos últimos cinco anos, a imprensa ajudou muito a salvar o povo Yanomami. [...] a imprensa nos ajudou a sair da UTI, hoje, estamos em sala de observação.” (Hekurari, 2023).

Por outro lado, para a jornalista Kátia Brasil, o jornal ainda está muito focado na cobertura factual: “Esse é o grande problema da imprensa nacional. Ela continua na pauta oficial. Parece que só aquilo que sai na nota oficial é o verdadeiro, né? Não é. Eu preciso ouvir quem está na terra indígena, as lideranças” (Brasil, 2023). Como visto nas análises, não há uma cobertura focada em questões socioambientais - as manchetes que trataram da crise Yanomami são de enquadramento político.

Além disso, trazem fatos sobre como os órgãos oficiais do governo estão lidando com a crise, mas não mostram a perspectiva dos povos indígenas, ou mesmo dos gestores dos governos passado ou atual. Por último, também vimos que a imprensa não se mostrou contínua em relação ao assunto, que perdeu força nas capas dos jornais ao longo do tempo. Para Kátia, “a grande imprensa cobriu aquele momento, mas está falhando agora, nesse momento. A cobertura da grande imprensa é sazonal” (Brasil, 2023).

Para Alexandre Hisayasu, a troca de governo pode ajudar na cobertura jornalística do tema, que tem como próximos passos manter sua função de vigilância do Estado: “A cobertura pode se aprofundar mais com o novo governo. A partir de agora, a gente precisa cobrar mais pelas promessas que foram feitas” (Hisayasu, 2023).

Jornais da Região Norte: *A Crítica* (Manaus, AM) e *Folha de Boa Vista* (Roraima)

Foram selecionadas duas publicações locais da região amazônica: o jornal *A Crítica*, baseado em Manaus (AM), e a *Folha de Boa Vista*, da capital roraimense. Ambos foram indicações de pessoas que vivem e acompanham notícias na região. Em uma busca mais apurada, decidimos que os dois títulos fariam parte deste capítulo por serem os veículos mais tradicionais e mais consumidos pela população local.

A *Crítica* foi fundado em 1946, sendo o segundo periódico em circulação mais antigo do Estado do Amazonas. O jornal faz parte da Rede Calderaro de Comunicação, que possui também uma rede de televisão (TV *A Crítica*, afiliada da *Rede Record*) e a rádio *Jovem Pan FM Manaus*. O jornal impresso é publicado de segunda a sexta – a edição de sexta-feira é considerada edição “do final de semana”, e, por isso, não há circulação do impresso aos sábados e domingos.

Já a *Folha de Boa Vista* é o jornal mais antigo de Roraima e sua história se confunde com a do estado (Teixeira *et al.*, 2018). O jornal circulou pela primeira vez no dia 21 de outubro de 1983, na antevéspera da transição do regime militar para a redemocratização. Desde 2020, não circula mais de forma impressa, mas mantém a estrutura do impresso, em uma versão digital no site. O jornal é publicado de segunda a sábado. O site atinge a marca de 60 mil acessos diários¹⁴. Por isso, ao nos referirmos às edições da *Folha de Boa Vista*, chamaremos de “impresso”, mesmo sabendo que o jornal não é mais produzido, de fato, em papel. A manutenção da formatação de jornal impresso, mesmo que disponibilizada em meio digital, é importante porque mostra ao público como o veículo hierarquiza as notícias, ou seja, como destaca seu conteúdo.

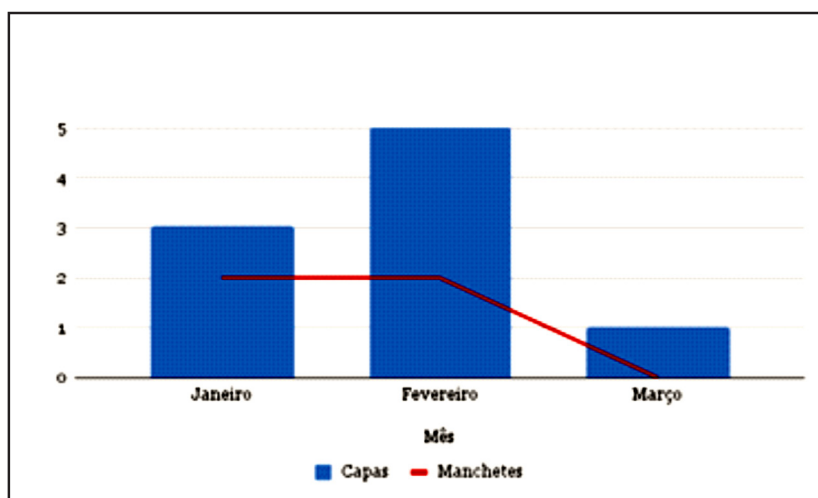
Para Orlandi (2005), o sentido do discurso não é indiferente ao meio em que ele circula. Dessa forma, percebe-se como o formato de jornal clássico, que compreende uma capa com o título da publicação, uma manchete, foto de destaque e outras chamadas para reportagens, é relevante para a formação de sentido do que é jornalismo e contribui para a produção de um efeito de verdade sobre o leitor.

14 Segundo dados disponibilizados pela própria publicação em seu site: <https://folhabv.com.br/formulario/Expediente/10>

A Crítica

Foi realizado um levantamento de 42 edições do jornal, sendo que apenas quatro continham manchetes de capa relacionadas à crise dos Yanomami. A presença do assunto na capa do jornal foi contabilizada em nove edições – incluindo aquelas com manchetes. Ao contrário dos outros veículos analisados (em que a cobertura teve mais destaque em janeiro), no caso de *A crítica*, o tema ganhou mais destaque no mês de fevereiro e perdeu força em março (quando não houve nenhuma manchete), como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Quantidade de reportagens sobre os Yanomami em *A Crítica*



As manchetes foram as seguintes:

Tabela 4 – Manchetes de *A Crítica* sobre os Yanomami

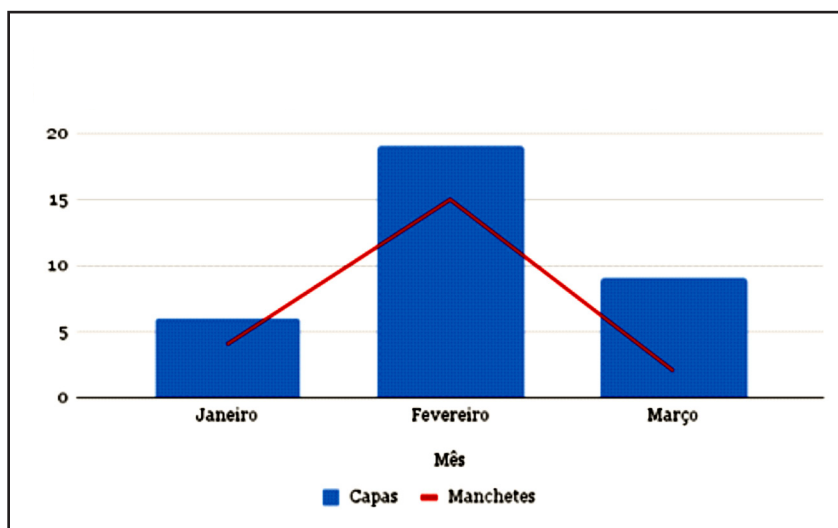
Data	Título	Subtítulo/Linha fina
24/01/2023	“PF apura crimes”	MJ aponta indícios de genocídio, omissão de socorro, peculato e desvios na gestão da saúde indígena
31/01/2023	“STF manda apurar crime de genocídio”	Ministro Luís Roberto Barroso acolhe pedido da Apib e determina apuração de diversos crimes relacionados
02/02/2023	“SSP-AM monitora a fuga de garimpeiros”	Governo do Estado acompanha operação na terra Yanomami, em Roraima, e monitora o possível ‘exôdo’
09/02/2023	“‘Êxodo’ Garimpeiro”	Operação federal começa a expulsar os 20 mil garimpeiros do território do povo indígena Yanomami, onde há uma crise humanitária

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Folha de Boa Vista

Na publicação roraimense, nas 50 edições analisadas, encontramos 21 manchetes dedicadas à crise dos Yanomami. O assunto apareceu na capa 34 vezes, incluindo as chamadas. Assim como em *A Crítica*, o mês de fevereiro contabilizou maior presença do tema do que janeiro e março, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Quantidade de reportagens sobre os Yanomami na *Folha de Boa Vista*



Fonte: Elaborada pelas autoras.

As manchetes foram as seguintes:

Tabela 5 – Manchetes da *Folha de Boa Vista* sobre os Yanomami

Data	Título	Subtítulo/ Linha Fina
21/01/2023	“Presidente Lula visita Roraima neste sábado”	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, na tarde desta sexta-feira (20), que virá a Roraima neste sábado (21) para oferecer o suporte do governo federal aos indígenas do Estado após sites revelarem situações de quadro de desnutrição na Terra Yanomami
23/01/2023	“Ministério da Saúde declara emergência na Terra Indígena Yanomami”	A ministra da Saúde, Nísia Trindade, declarou emergência em saúde pública na Terra Indígena Yanomami, em virtude da crise de desnutrição na região. No mesmo contexto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou um comitê nacional para enfrentar a problemática. Portaria e decreto foram publicados em edição extra do Diário Oficial da União dessa sexta-feira (20)
26/01/2023	“PF abre inquérito para apurar crimes contra indígenas Yanomami”	A Polícia Federal (PF) instaurou inquérito, por determinação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para apurar os responsáveis pela crise humanitária na Terra Indígena Yanomami. Serão investigados crimes de genocídio, omissão de socorro, crimes ambientais e peculato. A investigação tramitará em Roraima, sob sigilo
31/01/2023	“MPF abre apuração sobre omissão do Estado brasileiro na crise Yanomami”	O Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimento para apurar a responsabilidade do Estado brasileiro na crise humanitária do povo Yanomami em Roraima.
01/02/2023	“‘É exagero’, dizem garimpeiros sobre uso das Forças Armadas em operação”	Após o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmar nesta terça-feira, 31, que o Exército, Marinha e Aeronáutica vão combater o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami com o uso de força, se for necessário, o Movimento Garimpo é Legal se manifestou a respeito da ação e disse que é um ‘exagero’.
02/02/2023	“TJ identifica 2 crianças Yanomami em processo de adoção após relato do CIR”	Duas crianças Yanomami estão em processo de adoção. Os casos foram identificados pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), após o Conselho Indígena de Roraima (CIR) relatar a perda da guarda dos pais e a ida de meninas e meninos indígenas para abrigos

POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL:
Sentidos da crise humanitária dos Yanomami

04/02/2023	“Leilão de cassiterita extraída ilegalmente da TI Yanomami será no dia 24”	A Agência Nacional de Mineração (ANM) marcou para o dia 24 de fevereiro, às 10h, no auditório do Crea-RR (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), o leilão de cerca de 400 toneladas de cassiterita extraídas do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, apreendidas em operações policiais
06/02/2023	“Com bloqueio aéreo, garimpeiros deixam reserva Yanomami a pé ou pelo rio”	Com o bloqueio aéreo e o reforço no monitoramento da Terra Indígena Yanomami, garimpeiros se veem obrigados a deixar a região. Em vídeos compartilhados nas redes sociais, os relatos são de caminhadas de 30 dias e barcos lotados para deixar a região.
08/02/2023	“Garimpeiros bloqueiam pista de pouso por alto valor no transporte aéreo”	Em vídeos compartilhados nesta terça-feira (07), garimpeiros estariam bloqueando a pista de pouso, conhecida como Jeremias, devido ao alto valor cobrado para o transporte aéreo em saída da Terra Indígena Yanomami, norte de Roraima.
10/02/2023	“Mesmo com operação, garimpeiros dizem em ato que ‘não vão desistir’”	As operações de órgãos federais para a retirada de garimpeiros do território Yanomami, não desmotivou a classe. Em audiência pública na tarde desta quinta-feira (9), os mineradores ilegais disseram que “não vão desistir”
13/02/2023	“Garimpo é encontrado a menos de 15 km de comunidade Yanomami isolada”	Um acampamento de garimpo foi descoberto a menos de 15 quilômetros da casa comunitária do povo Moxihatëtëa, na Terra Yanomami. O grupo é considerado isolado, sem contato até com as outras comunidades indígenas.
14/02/2023	“Novo coordenador do DSEI-Y é suspeito de desviar dinheiro de indígena”	O novo coordenador do Distrito Sanitário Indígena Yanomami (Dsei-Y), Leandro Alves Lacerda, é investigado por suposta apropriação indébita. A Folha tentou contato com Lacerda por telefone e mensagens, mas ainda não obteve retorno e o espaço está aberto para manifestação.
15/02/2023	“Operação mira grupo que teria movimentado R\$ 422 mi do garimpo ilegal”	A Polícia Federal iniciou na manhã desta terça-feira (14) a operação Avis Aurea para investigar uma organização criminosa, com participação de empresários, advogados e um servidor municipal de Boa Vista, suspeita de movimentar mais de R\$ 422 milhões proveniente do comércio de ouro do garimpo ilegal da Terra Indígena Yanomami, em Roraima.
16/02/2023	“Operação da PF que mira esquema bilionário de ouro ilegal tem alvo em RR”	A Polícia Federal iniciou na manhã desta quarta-feira (15), em 12 cidades brasileiras como Boa Vista, a Operação Sisaque, para desmontar uma grande organização criminosa de contrabando de ouro extraído de garimpos ilegais da região amazônica

POVOS ORIGINÁRIOS DO BRASIL:
Sentidos da crise humanitária dos Yanomami

18/02/2023	‘Operação destruiu 40 balsas e 4 aeronaves, e achou 27 ton de cassiterita’	Em apenas uma semana, a Operação Libertação resultou na inutilização de diversos materiais da garimpagem ilegal na Terra Indígena Yanomami, entre eles, 40 balsas, uma embarcação, quatro aeronaves, 11,2 toneladas de cassiterita, um garimpo do minério e uma base de suporte logístico, além de barracas, veículo e um trator esteira.
21/02/2023	“Mais de 5 mil atendimentos médicos foram feitos em um mês aos indígenas”	Mais de 5 mil atendimentos médicos ao povo yanomami foram realizados desde o início da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) ter sido declarada na terra indígena localizada no oeste de Roraima e norte do Amazonas. A informação foi divulgada hoje (20) pelo Ministério da Saúde
22/02/2023	“Mais de 180 ton de cassiterita foram apreendidas em seis meses em Roraima”	Em um levantamento realizado pela FolhaBV, cerca de 183,8 toneladas de cassiterita foram apreendidas em Roraima, no período de junho de 2022 a fevereiro de 2023. O mineral é advindo de garimpagem ilegal em Terra Indígena (TI) Yanomami e foi apreendido após as operações de combate ao garimpo e à crise humanitária enfrentada pelos indígenas
24/02/2023	“Forças Armadas completam mil horas de voo em um mês na Operação Yanomami”	Nesta quinta-feira (23/02), as Forças Armadas completaram mil horas de voo e transportaram mais de 150 toneladas de cargas para Terra Indígena Yanomami. Os suprimentos são organizados na Base Aérea de Boa Vista, onde as ações da Operação Yanomami estão concentradas.
25/02/2023	“Garimpeiro arremata segundo maior lote em leilão que arrecada R\$ 12,3 mi”	Um garimpeiro venceu um lote de R\$ 1,7 milhão, o segundo maior do leilão de 449,3 toneladas de cassiterita extraídas do garimpo ilegal da Terra Indígena Yanomami
09/03/2023	“Movimento pede ajuda do Governo do Estado para retirada de garimpeiros”	Desde que teve início a Operação Libertação, no dia 10 de fevereiro, milhares de garimpeiros deixaram a Terra Yanomami, de barco, avião e até mesmo a pé em uma viagem de aproximadamente 30 dias no meio da floresta.
17/03/2023	“Em um dia, PF destrói cinco acampamentos de garimpo”	Cinco acampamentos de garimpo ilegal na Terra Yanomami, foram destruídos pela Polícia Federal, somente na quarta- -feira (15). A ação contou com apoio do Comando Conjunto das Forças Armadas, pela Operação Libertação

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Análise qualitativa

É surpreendente notar a ausência do assunto na imprensa local – que está mais perto da crise, geograficamente, e que teria mais interesse em cobrir atentamente o que acontece em seu território – em alguns momentos-chave do desenrolar da crise Yanomami. Na perspectiva da Análise de Discurso (AD), considera-se que o silêncio também é parte do discurso a ser analisado (Orlandi, 1993). Assim como as palavras, o silêncio pode dizer muito. A ausência do conteúdo nas capas de jornais também contém uma mensagem.

Seja deliberadamente ou não, é fato que 78% das capas do jornal *A Crítica*, em três meses, não fizeram menção ao que estava acontecendo na reserva indígena Yanomami. Pode-se justificar essa ausência de diversas formas, como será discutido nas conclusões desta análise, mas, para alguns autores, pode ser vista como um padrão de manipulação praticado pela imprensa.

Em “Padrões de manipulação na grande imprensa”, Perseu Abramo (2003) considera o silêncio (ou ausência) de alguns assuntos na imprensa como um padrão de manipulação: Ao revisitar o trabalho de Abramo 30 anos depois da publicação original, Christofolletti identifica que essa prática ainda está presente na cobertura nacional sobre vários assuntos – inclusive, na crise Yanomami. As principais consequências das manipulações na imprensa, escreve Abramo, é que a imprensa não reflete a realidade. Para o autor, a maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade, mas essa relação é indireta.

De certa forma, a imprensa cria uma realidade artificial, quando decide por não expor em suas capas a realidade dos fatos relacionados à crise humanitária que assola o território indígena Yanomami diariamente (ou com maior frequência). A imprensa opta, assim, por criar uma versão da realidade. As capas de jornais podem ser consideradas, portanto, um tipo de linguagem (Orlandi, 2005), ou seja, uma tentativa de retratar a realidade, mas que não é a realidade em si – aquela em que a crise é contínua. Nas capas dos jornais, a crise existe apenas às vezes, nem sempre é prioridade para ser noticiada – ou melhor, nem sempre é considerada um fato jornalístico relevante.

O mundo real, no entanto, “não se divide em fatos jornalísticos e não jornalísticos”, ressalta Abramo (2017, p. 40), “pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que esse estabelece com aquele” (p. 41). O que determina o que é um fato “jornalístico” não é a realidade do fato, mas sim a relação que o jornalista – ou a imprensa, de forma mais geral – estabelece com aquela realidade.

Relacionando essa ideia com os conceitos de AD, pode-se dizer que o jornalista parte determinante na produção de sentido do discurso que será veiculado em suas capas. Essa ideia conversa diretamente com as ideias de Pêcheux ([1969] 1997) sobre a importância da relação entre sujeitos na construção de sentido do discurso. Dessa forma, o sentido do discurso jornalístico veiculado (ou não) nas capas dos jornais locais também depende das relações que os próprios jornalistas locais e seus leitores têm com o ambiente e com o que ali acontec, assim como a linha editorial adotada pelos veículos.

A decisão sobre o que é importante e deve ser noticiado na capa – que é a vitrine do jornal – dialoga com a Teoria do Newsmaking (Pena, 2005), que aponta que “a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la” (p. 128), e que o processo de produção de notícia é planejado como uma rotina industrial. Assim como em uma fábrica, algumas matérias-primas são mais nobres do que outras – e, portanto, têm mais valor (ou seja, recebem mais destaque, como uma manchete).

Para Kátia Brasil, o que acontece em muitas redações é o que ela chama de “ditadura do release”, ou seja, os jornais priorizam a publicação de textos escritos por assessorias de imprensa – que trabalham para clientes –, em vez de reportagens feitas por jornalistas da própria redação.

Essa percepção de Brasil é corroborada pelo levantamento publicado em 2023 pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro): 95% dos veículos locais que fazem cobertura socioambiental na região da Amazônia Legal reproduzem materiais de assessorias de imprensa e agências públicas de notícias. Outro dado interessante do levantamento é que 25% dos veículos não publicam notícias sobre povos indígenas.

Conforme informado na introdução deste capítulo, *A Crítica* não envia repórteres a Roraima há mais de uma década, porque, além dos custos de

viagem serem elevados, não existe identificação do público leitor – e, talvez, produtor de conteúdo jornalístico – com o que acontece nas comunidades indígenas. “É cultural”, aponta Aruana Brianezi¹⁵, diretora de conteúdo de *A Crítica*, em entrevista para este capítulo. “Existe um problema de identidade, parte da população local não se vê como parte da Amazônia”, diz Kátia Brasil, também em entrevista. “Veem a floresta como um inimigo”, afirma.

A noção de identificação (do leitor com a notícia, no caso) “é um processo em que o interlocutor se vê, por uma interpelação ideológica, projetada no discurso ‘do’ e ‘sobre’ o outro”, escreve Ormaneze (2017, p. 202). “Ele se vê tanto representado quanto projetado naquilo que é dito por outrem sobre determinado assunto ou pessoa”, continua o pesquisador.

No conteúdo apresentado pelos jornais *A Crítica* e *Folha de Boa Vista*, não há elementos que possibilitem a identificação – e, consequentemente, a humanização – de leitores com a notícia. Como veremos a seguir, quase todas as manchetes focam em noticiar fatos brutos, em vez de contar a história de indivíduos que sofreram com a crise dos Yanomami.

É possível notar essa escolha pelo factual a partir dos agentes citados nas manchetes. Entre os principais estão os agentes considerados pela prática jornalística como os oficiais: Polícia Federal (PF), Ministério Público Federal (MPF), Forças Armadas, Tribunal de Justiça (TJ), Ministério da Saúde, Supremo Tribunal Federal (STF), Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o presidente Lula. Esses agentes estampam a maior parte das capas de jornais como sujeitos das ações noticiadas. Outros citados são os garimpeiros – ora sendo colocados como “vilões” da narrativa, ora como “vítimas”, de certa forma, “sendo expulsas” do território Yanomami e tendo que “deixar a reserva” a pé ou pelo rio –, e os indígenas, como reais vítimas da crise humanitária. As fontes são quase sempre oficiais. Os indígenas raramente têm voz para contar sua própria história.

Tanto no Estado do Amazonas como um todo quanto em Manaus, políticos são detentores de canais e empresas de comunicação. Esse fato faz com que os jornais necessitem manter certa neutralidade na linha editorial e na abordagem dos fatos para fidelizar as fontes (Teixeira, *et al.* 2018). Além de produzir reportagens baseadas em releases e informações de “fontes oficiais”, o enfoque das reportagens autorais também não se

15 Entrevista concedida às autoras do capítulo. Todas os depoimentos da jornalista, caso explicitado diferentemente, referem-se a essa entrevista.

volta para o povo Yanomami em si. Em matéria exclusiva feita pela *Folha de Boa Vista* em 22 de fevereiro, o jornal mostrou um levantamento sobre a quantidade de cassiterita apreendida em Roraima. O jornal roraimense teve quatro edições (06, 10, 13 e 15 de fevereiro) com três ou mais chamadas relacionadas à crise Yanomami. Esse tipo de escolha demonstra como o tema pautou quase a edição inteira do jornal ao longo do mês de fevereiro.

Considerações sobre a cobertura em jornais impressos locais/regionais

A partir do levantamento dos dados, entrevistas e pesquisa bibliográfica, podemos compreender que o jornalismo local tem dois papéis importantes na cobertura da crise Yanomami. O primeiro é relativo à fiscalização do poder público. Ao expor os agentes responsáveis pelas investigações, punições e andamento de operações, fica clara a postura do jornalismo em cumprir seu papel social de denúncia e cobrança por melhorias sociais. Entretanto, seja por motivos de natureza política ou econômica, os jornais locais analisados não cumprem sua função de informar à sociedade os fatos e problemas que envolvem os povos indígenas.

Em segundo lugar, vemos que a mídia local também é um agente importante na construção da identidade local e do imaginário popular e da formação da opinião pública. Apesar de o Norte do país ainda ser líder em desertos de notícias, ou seja, ter a maior porcentagem de cidades sem cobertura jornalística alguma – no total, 63,1% do território nortista não tem nenhum veículo local, cobrindo pautas e produzindo conteúdo de interesse público – existe uma tentativa de levar ao menos aquilo que é factual para os leitores locais. O acesso à informação é fundamental para geração de conhecimento – e consequentemente, poder: “O conhecimento é, portanto, uma forma de emancipação social, essencial para a conquista da cidadania” (Caldas, 2011, p. 19).

Sites de notícia: G1 e UOL

Os últimos dados sobre o consumo de notícias no Brasil reportado pelo *Digital News Report* indicam que a fonte principal de notícia atualmente são as mídias *on-lines*, entre elas os jornais digitais e as redes sociais. O

levantamento, produzido pelo Instituto Reuters, com o Estudo de Jornalismo da Universidade de Oxford e outras parcerias acadêmicas pelo mundo, analisou que, em 2022, ocorreu o fenômeno “mídia de mudança”, em que os usuários de mídias tradicionais (impresso e televisão) diminuíram significativamente e os usuários *on-line* permanecem no mesmo nível, devido ao uso de dispositivos inteligentes, principalmente, celulares. Outro fator que alavancou o consumo de notícias *on-line* no país foi o baixo custo de produção e de divulgação, motivo que, em primeiro lugar, atrai a corporação jornalística, e a atenção do público, acessado por um volume maior de informações.

Nesse ambiente corporativista, as empresas jornalísticas que operam no digital utilizam, principalmente, as manchetes para atrair o público e aumentar o número de acessos no site. Em consonância com o objetivo geral deste capítulo, que envolve analisar o espaço de destaque que os jornais digitais dedicaram a informar a crise Yanomami, esta seção busca quantificar e qualificar as manchetes sobre a crise indigenista envolvendo esse povo, a fim de encontrar as consistências e inconsistências nas perspectivas do jornalismo (corporação) que produziu as matérias sobre os sujeitos envolvidos no acontecimento, principalmente as vítimas (Yanomamis). Os dados que serão considerados nesta análise são a quantidade de manchetes e os agentes citados.

Para compreender o destaque que os sites de notícia deram à crise Yanomami, começamos por uma análise quantitativa, coletando *homepages* no período elencado para a pesquisa, por meio do site *Web Archive* (<https://web.archive.org>), uma biblioteca digital de sites financiada e ligada a fundações de recursos informáticos gratuitos pela internet.

Como os sites atualizam constantemente suas páginas durante o dia, e o *Web Archive* coleta cada atualização, definimos um recorte mais profundo para a nossa análise: as *homepages* de cada dia foram coletadas no primeiro horário de almoço disponível, embora em alguns dias não houvesse atualizações nesse horário definido.

Entre o conteúdo coletado, selecionamos todos os assuntos referentes à crise Yanomami que foram destacados pelas manchetes, chamadas de capa, linhas finas e boxes. Por conta do *scroll* infinito¹⁶ utilizado no portal

¹⁶ *Scroll* infinito é a técnica de design digital de páginas de internet em que o usuário pode rolar a barra na vertical infinitamente, sem precisar clicar em nenhum link para ter acesso ao conteúdo da página.

do *G1*, as notícias mais recentes e de mais destaque são as mostradas na primeira tela de visualização, sem nenhum tipo de rolagem. Por esse motivo e pela extensão de conteúdos, definimos que a análise seria realizada até o primeiro box horizontal de publicidade. No caso do portal *UOL*, ocorreu até o segundo box horizontal de publicidade, que divide o site entre as notícias de interesse público (espaço analisado) e interesse do público.

Nosso objetivo, na perspectiva da análise qualitativa, é identificar os agentes citados na construção da manchete, baseando-se no método de pesquisa sobre análise de cobertura midiática da Luminar (Spannenberg; Alves; Guedes, 2019). Os dados coletados foram exportados para uma planilha *Excel*, onde foram categorizados por data, horário, título, região, tema e tipo de conteúdo. Para alcançar as respostas sobre as manchetes, filtramos as planilhas e, na compilação, buscamos responder à pergunta: Quem são os agentes citados em cada título?

No contexto abordado no objetivo desta seção, vimos que a competitividade pela audiência é um caminho incansável pela cooperação jornalística, e uma das estratégias mais utilizadas para chegar ao cume dos acessos *on-line* são as manchetes.

Serão as manchetes mais atrativas que conquistarão os cliques dos usuários numa época em que a divulgação do material noticioso ocorre com extrema velocidade e durabilidade, e, principalmente, com uma concorrência violenta. Segundo Evans (1974), a manchete atraente é aquela escrita de forma breve, capaz de conquistar a atenção do leitor e de expor a história narrada.

A manchete também é a primeira leitura e impressão que o consumidor tem sobre o assunto do texto, por isso, ao determinar quais serão as fontes escolhidas logo na primeira página, deve-se levar em conta o caráter de confiabilidade, postumamente percebido e lembrado pelo público. Por isso, não é estranho encontrar manchetes com fontes e instituições oficiais, focadas mais em marcar a confiabilidade nas pessoas do que em noticiar a diversidade de vozes.

O primeiro site analisado é o *G1* (<https://g1.globo.com/>), criado pelo *Grupo Globo*, que, além de ser o único financiador do site, é um conjunto de empresas que produzem e distribuem mídia e comunicação no Brasil e no mundo. Para explicar como os profissionais chegam ao conteúdo

jornalístico, o *Grupo Globo* assinala que mantém um padrão da busca pela verdade e da objetividade por meio da posterior comprovação histórica. Para desafiar a ideia relativista das múltiplas verdades, padrões editoriais do veículo seguem a perspectiva de que, embora não seja possível uma objetividade total, existem técnicas que permitem chegar ao conhecimento minimizando a subjetividade.

O portal também afirma que não adere a nenhuma luta político-ideológica, nem que é um jornal de partido político, pois não pratica o jornalismo sob algum viés partidário nem com o propósito de ganhar seguidores. Nesse aspecto, se define como um jornal que “tenta traduzir a realidade, no limite das possibilidades, livre de prismas” (Grupo Globo, 2011, *on-line*). No que se refere aos gêneros textuais, principalmente, aqueles em que a essência é a opinião (tal como opinião, editorial, crônica), o jornal tenta publicar sempre visões contraditórias para contrapor pensamentos.

O segundo site é o *UOL* (<https://www.uol.com.br/>), um conglomerado de produção de conteúdo, tecnologia, meios de pagamento e outros serviços que se autossustentam. De acordo com a própria página, a *homepage* do *UOL* recebe mensalmente 114 milhões de visualizações. Seus princípios editoriais são resumidos em 12 tópicos: 1) veracidade, 2) relevância, 3) informações exclusivas, 4) priorização de temas de interesse público e interesse do público, 5) promoção de valores, 6) abordagem de assuntos com disposição crítica e sem tabus, 7) diversidade, 8) ponderação de acusação em notícias, 9) apartidarismo, 10) independência editorial do financeiro e de patrocínios, 11) diferenciação das publicações de opinião e notícia, contra censura e 12) correção de erros.

Em seus princípios editoriais, o *UOL* não publicou nada sobre a profissão jornalística, nem sobre o profissional jornalista: “pautam-se pelas regras de conduta do Manual de Redação da *Folha de S. Paulo...*” (*UOL, on-line*), mas definiram os três tipos de texto que publicam no site, sendo eles: 1) a reportagem, relato de acontecimentos; 2) a análise, relato do relato; e 3) a opinião, defesa de ideias do autor.

Análise das manchetes

A seguir, apresentamos as manchetes produzidas pelo *G1* que tinham como tema os Yanomami:

- **“Lula viaja a Roraima após decretar emergência por casos de desnutrição”** - às 12h01, no dia 21/01, em Brasília, na seção Política.
- **“Garimpo aumentou 787% em terras indígenas em seis anos, aponta Inpe. Atividades ilegais foram detectadas nas Terras Indígenas Yanomami, em Roraima, e em seis reservas do Pará”** - às 12h50, no dia 11/02, na seção Meio Ambiente.
- **“PF faz operação contra envolvidos no comércio ilegal de ouro da Terra Yanomami. Funcionário de companhia aérea ajudava no transporte do mineral, diz polícia. Advogados e servidor público também são investigados”** - às 12h, no dia 14/02, em Roraima.
- **“PF fez 6 operações contra garimpo ilegal na Amazônia em menos de 1 mês. Maior ação ocorreu no Pará nesta semana e teve 44 alvos, entre pessoas e empresas, que movimentaram R\$ 4 bilhões”** - às 12h01, no dia 17/02, em São Paulo, na seção meio ambiente.

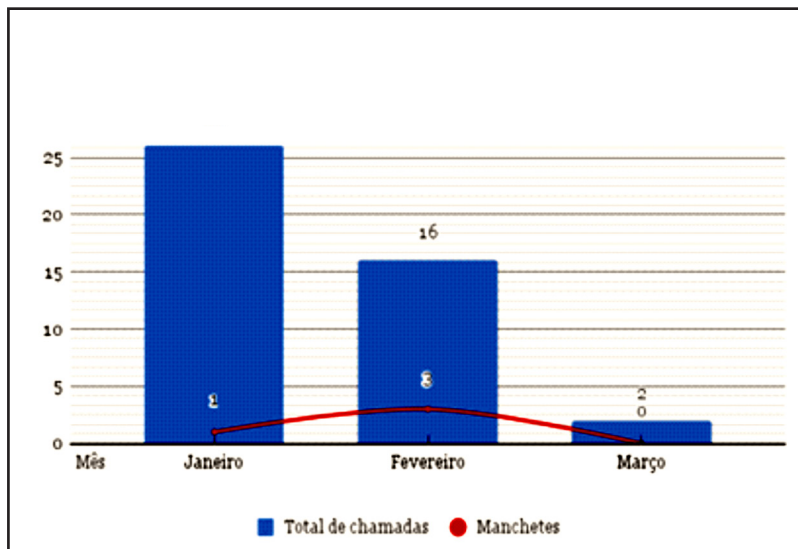
UOL

- **“Sakamoto: Criança indígena morta pela fome é o puro suco do governo Bolsonaro”** - às 12h12, no dia 21/01, na seção de opinião.
- **“Ação do garimpo contra yanomamis tem ataque a posto médico e estupro. De 2018 a 2021, área de exploração ilegal cresceu de 1.200 para 3.272 hectares”** - às 12h02, no dia 24/01, na seção de Reportagem, publicada por colunista.
- **“Crise faz casa de auxílio a yanomamis se tornar hospital improvisado em RR. Centro para 200 indígenas atende 700 e encara casos graves de malária e desnutrição”** - às 12h02, no dia 25/01, em Boa Vista, com link para a Folha de S. Paulo.
- **“Mais rico, garimpo na terra Yanomami amplia uso do transporte aéreo. Para MPF, monitorar trânsito de embarcações nos rios não tem mais a eficácia de antes”** - às 12h09, no dia 28/01, em São Paulo, na seção de Política.
- **“‘Se sua irmã dormir comigo, te dou ouro’: como ocorre o assédio contra yanomamis. Além do abuso, aliciamento é estratégia para garimpeiros entrarem em terra indígena”** - às 12h03, no dia 30/01, em São Paulo, na seção Cotidiano.
- **“Garimpo em terra yanomami cresceu 54% no último ano de Bolsonaro. Vitória de Lula e promessa de fiscalização levaram criminosos para o ‘tudo ou nada’”** - às 12h16, no dia 01/02, em São Paulo, na seção Meio Ambiente.

- **“Governo dá início a operações contra o garimpo na Terra Yanomami. Ibama destrói aeronaves e estruturas de logística; houve apreensão de armas e barcos”** - às 18h14, no dia 08/02, na seção Cotidiano, com link para a Folha de S.Paulo.
- **“Salles se exime de crise yanomami e diz que falar em genocídio é exagero. Deputado foi ministro do Meio Ambiente de Bolsonaro até ser exonerado, em 2021”** - às 12h, no dia 09/02, em São Paulo, na seção Política.
- **“Governo Bolsonaro foi alertado sobre fome e cortou comida de yanomamis. Ofícios do Ministério da Saúde informaram a situação nutricional crítica dos indígenas”** - às 12h29, no dia 12/02, na seção Reportagem.

Na coleta dos conteúdos das *homepages* do jornal *G1*, verificamos que, entre os dois meses analisados, apenas 44 abordaram o assunto “crise dos Yanomami”. Esses conteúdos foram divididos entre manchete, linha fina da manchete, linha fina comum, chamada de capa e box. Do total publicado, quatro chamadas foram manchetes, sendo uma em janeiro e três em fevereiro:

Gráfico 6 - Quantidade de matérias sobre os Yanomami no *G1*

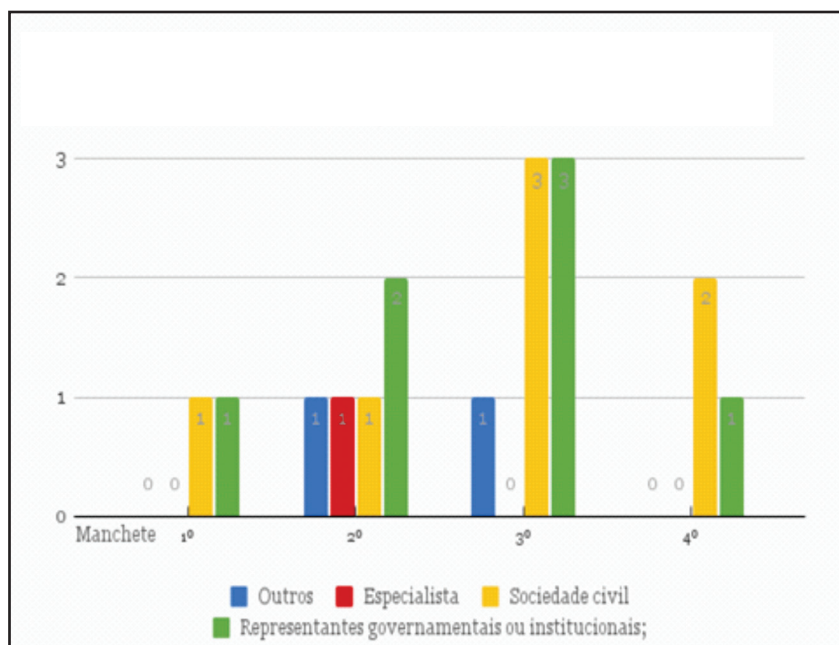


Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outro fator que percebemos é que, com a distância temporal da crise dos Yanomami, menos notícias foram elaboradas sobre o assunto. Pode-se comparar os dados sobre janeiro, em que 26 notícias foram realizadas

e publicadas na *homepage* do site, enquanto, em fevereiro, o número caiu para 16, e, em março, para apenas duas notícias. A condição temporal ofereceu espaço para novos temas e acontecimentos nacionais e internacionais, como o carnaval, a guerra na Ucrânia, o Oscar e o Big Brother Brasil. (BBB 2023).

Gráfico 7 - Agentes mencionados nas manchetes do G1



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Noutra compilação de dados sobre quantos e quais foram os agentes citados, analisamos que, nas quatro manchetes, são citadas fontes de autoridade, com representação governamental, como o atual presidente da República, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Polícia Federal. O número de fontes indicadas como sociedade civil surpreendeu, pois também esteve presente em todas as manchetes, embora sempre em conotação negativa (são os acusados de praticarem a atividade ilegal do garimpo).

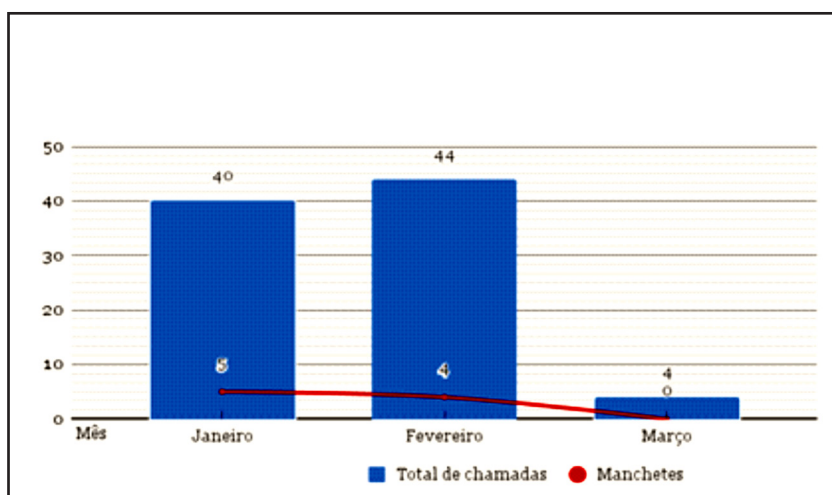
No caso das vítimas da crise, os próprios Yanomami, são citadas apenas na primeira manchete, sob a nomeação de “casos de desnutrição”, por isso incluímos no tópico de “outros” no gráfico. Por fim, a fonte especialista foi encontrada uma vez na segunda manchete, quando o verbo “detectar” é utilizado para apresentar uma ação do Inpe.

Outra característica notada é que apenas uma das quatro notícias foi escrita por jornalistas do *G1* na região de Roraima. As demais têm origem em São Paulo e Brasília, sendo uma sem localização mencionada.

UOL

No site *UOL*, coletamos 88 conteúdos no período de dois meses, sendo fevereiro o mês com mais publicações sobre o assunto, com 44 chamadas, seguido de janeiro, com 40 chamadas, e março, com duas chamadas:

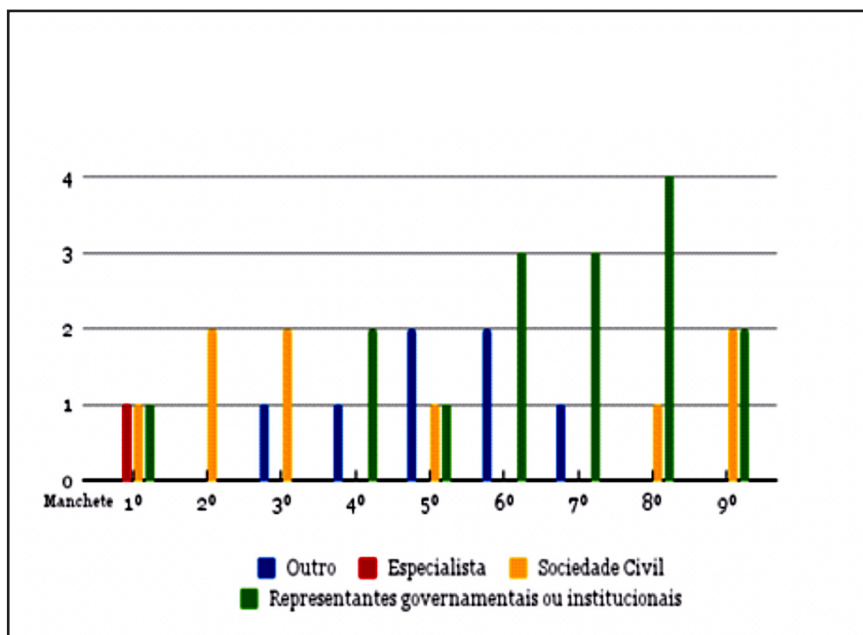
Gráfico 8 - Quantidade de matérias sobre os Yanomami no *UOL*



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Esses dados revelam que o fluxo de notícias no *UOL* não seguiu o mesmo parâmetro apontado anteriormente no *G1* sobre a questão de longevidade do assunto ocorrido, pois foi no mês subsequente à crise dos Yanomami, em fevereiro, que houve maior quantidade de chamadas. O número de manchetes não segue o mesmo fluxo, pois tem uma alta quando a crise é descoberta e uma baixa quando o tema já não é mais considerado “novo” aos critérios do jornalismo.

Gráfico 9 - Agentes mencionados nas manchetes do UOL



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na análise de agentes citados, observamos que 77,7% das manchetes têm algum representante governamental ou institucional, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro. O espaço dado às notícias com fontes da sociedade civil foram seis manchetes somente, com citações indiretas dos próprios Yanomami. Já os garimpeiros ilegais e funcionários que ajudaram na formação da crise foram incluídos em “outros”, e estão presentes em cinco manchetes. Percebemos que a fonte especialista também foi citada uma única vez, assim como no *G1*, por ser um artigo e o nome do colunista ser a primeira palavra no texto, no caso, “Sakamoto”, em referência ao jornalista articulista Leonardo Sakamoto.

Considerações sobre a cobertura dos sites

A coleta de dados desta pesquisa sobre manchetes em jornais digitais demonstrou distanciamentos entre as teorias e as práticas jornalísticas, no que se refere aos agentes envolvidos e os citados; à data de eclosão e à quantidade de publicações; e quanto a equívoco de termos.

Com base no preâmbulo do *G1*, o portal conseguiu entregar o básico para se manter nessa premissa. No entanto, quando aborda a questão da verdade filosófica e a coloca como refém da comprovação histórica, falha diante da quantidade e da periodicidade das matérias publicadas. Se a verdade for comprovada apenas desse modo, como diz o preâmbulo, então, a diminuição drástica de matérias sobre os Yanomami poderia ser utilizada para não comprovar historicamente a crise, o que é um argumento refutável.

Além disso, por ser o jornal digital líder em audiência no Brasil e presente em todas as regiões do país (inclusive, em Roraima - Boa Vista), é incompreensível que apenas uma manchete seja feita na região onde ocorreu o genocídio. Esse contexto mostra que a maior parte das manchetes noticiou materiais indiretos à crise, que não precisam da presença física no local, relativos ao cenário político e não à saúde, ao contrário das pesquisas realizadas em televisão e jornais impressos.

Percebe-se, também, que as manchetes do *UOL* são elaboradas no Sudeste do Brasil, com foco principal em política e meio ambiente. Outro fator observado é que duas matérias manchetadas são artigos, logo, não informam nada de novo, e duas outras são *links* para o jornal *Folha de S.Paulo*, que faz parte do conglomerado *UOL*. Como o jornal se descreve como uma rede para informar e entreter, seu papel é bem realizado, pela quantidade de matérias publicadas em janeiro e fevereiro. Assim como no jornal anterior, a queda da quantidade de notícias é um fator negativo, mas que está previsto no 3º artigo da “Missão e Compromisso”, em que é declarada a priorização de temas de interesse público e interesse do público, nos quais, pelo visto, a crise dos Yanomami não se encaixa a partir de março.

Uma estratégia que o *G1* utiliza para fidelizar e aumentar o público por meio das manchetes são as fontes oficiais. A fonte mais citada é a Polícia Federal, considerando os títulos de “PF”, “polícia” e “Polícia Federal” com uma conotação positiva, pois esses agentes foram lembrados sempre que faziam o trabalho de fiscalização e operação de desestruturação de garimpeiros ilegais. Em nenhum momento foi considerada a pesquisa sobre a ação da Polícia Federal no ano de 2022, antes de eclodir a crise. De modo semelhante, o *UOL* se apoia nos agentes oficiais, mas com certa diversidade de tom, embora seja pessimista.

São citadas as terras indígenas em devastação e o ex-presidente Jair Bolsonaro como o culpado.

Um agente interessante a ser observado é o especialista, pois ocorre uma única vez em cada portal, embora seja ele quem determina a situação do local e dos indígenas. Apesar de não considerarmos no gráfico, a Polícia Federal é tratada, muitas vezes, como agente especialista, incumbindo um destaque humanista a essa representação governamental. No *UOL*, encontramos uma manchete com o nome do colunista em destaque, indicando a possibilidade de especialização em temas indigenistas.

Por fim, nos agentes citados como “outros”, destacou-se a presença de duas fontes indiretas: as vítimas e os criminosos. As vítimas são os Yanomami, que sofrem com as consequências de garimpeiros ilegais, por isso estão sempre citados em polaridade negativa. Embora esse seja o tema que estrutura todas as manchetes e dê o conteúdo noticioso, em nenhuma manchete (seja no *G1* ou no *UOL*), houve citações diretas ou entrevistas com o povo Yanomami, revelando uma falsa diversidade de vozes. Nesse material analisado, as vítimas são restritas a conceitos pré-estruturados de fotojornalismo e de fotografias de satélite, sem, no entanto, demonstrarem nenhum diálogo com o povo sofrido.

A presença de agentes criminosos na maioria das manchetes revela destaque aos crimes e aos personagens participantes nas políticas públicas desenvolvidas para os Yanomami. Nesse caso, as notícias focam em descobrir quem são os garimpeiros e como eles realizaram o desmatamento da terra Yanomami e o abuso dos indígenas, no lugar de saber como esses indígenas estão e como o governo trabalhará para devolver, em completo, dignidade a eles.

Outro aspecto detectado é o uso indiscriminado do termo “garimpeiro” como sinônimo de extrativismo. O garimpo, quando está vinculado dentro de um sistema ilegal da mineração, marginaliza a profissão legal, que é prevista pela Lei nº 11.865/2008, do Estatuto do Garimpeiro, e proíbe a lavra em jazidas que não são consideradas livres, como as terras indígenas. Desse modo, além de fomentar a busca por notícias de criminosos, os jornais incentivam uma visão equivocada/distorcida da profissão dos garimpeiros.

Considerações finais

O jornalismo não é o grande herói, aliás, o afastamento da imprensa do assunto, a falta de notícias sobre preservação dos povos originários e do meio ambiente revela o outro lado da moeda.

Este trabalho demonstra que o jornalismo continua sendo fundamental no cotidiano das pessoas, na vida e em sua preservação. Quando houve denúncias de que crianças indígenas morrem de fome, delirando por causa da malária, vimos a presença do jornalismo. Ainda que, para muitas vidas, tardiamente, a presença do poder público e a mobilização social para levar ajuda humanitária se faz presente.

O jornalismo profissional precisa ter o entendimento de que alguns temas, como meio ambiente, do qual os povos originários fazem parte, inclusive, essencial para a preservação das florestas, devem estar sempre no radar. Não é papel direto do jornalista salvar vidas, mas, nesse caso, sim, o trabalho de vários profissionais da imprensa ajudou no socorro aos Yanomami em Roraima e pode fazer mais.

Referências

- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 1ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- AZUBEL, L. L. R. “**Jornalismo de revista: um olhar complexo**”. RuMoRes, vol. 7, nº 13, julho de 2013, p. 257–74. www.revistas.usp.br, <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.58942>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BARROS, J. D. A. O Jornal como Fonte Histórica/Petrópolis: Editora Vozes, 2023, pag, 9.
- LOOSE, E. B.; CAMANA, A.; BELMONTE, R.V. A (não) cobertura dos riscos ambientais: debate sobre silenciamentos do jornalismo. **Revista Famecos**, [S. l.], v. 24, nº 3, p. ID26545, 2017. DOI: 10.15448/1980-3729.2017.3.26545. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistafamecos/article/view/26545>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- BRASIL, K. Entrevista concedida a Katia Marchena, Fernanda Andrade e Letícia Naísa. Campinas, 12 de maio de 2023.
- BRIDI, S. Entrevista concedida a Katia Marchena e Fernanda Andrade. Campinas, 11 de abril de 2023.

CALDAS, G. O exercício do jornalismo é um ato político de resistência. In: BUENO, W. (Org.). **O jornalismo na comunicação organizacional: temáticas emergentes**. São Paulo: Jorcom/Comtexto Comunicação e Pesquisa, 2023, p. 62-71.

CALDAS, G. **O valor do conhecimento e da divulgação científica para a construção da cidadania**. Revista Comunicação & Sociedade, São Bernardo do Campo; v. 33, nº 56, p. 7-28, 2011.

CHRISTOFOLETTI, R. **Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois**. RuMoRes, [S. l.], v. 12, nº 23, p. 56-82, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2018.144229. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229>. Acesso em: 10 jun. 2023.

FERREIRA, B. M. S. **“Tchau, querida!”**. O enquadramento noticioso na cobertura do impeachment da primeira mulher na Presidência do Brasil. Dissertação de Mestrado em Comunicação - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2017.

FERREIRA DE CERQUEIRA, A. A. A representação da morte nas capas das revistas semanais Veja e IstoÉ. **Em Questão**, vol. 13, nº 1, 2007, pp. 73-85.

HEKURARI, J. Entrevista concedida a Katia Marchena, Fernanda Andrade e Jhonatan Gonzaga. Campinas, 17 de maio de 2023.

HISAYASU, A. Entrevista concedida a Katia Marchena, Fernanda Andrade e Letícia Naísa. Campinas, 02 de maio de 2023.

HOMRICH, L. N. **As funções discursivas da edição no telejornalismo: uma análise sobre as reportagens na cobertura dos atentados em Santa Catarina**. 2015. Disponível em: <https://my.visme.co/view/z43kpxv1-data-stories-ed-33-noticias-e-informacao-em-pauta>. Acesso em: 10 jun. 2023.

JUSTINO, G. **Caso yanomami: o que é e por que se fala em genocídio indígena**. Um Só Planeta. 2023. Disponível em: Caso yanomami: o que é e por que se fala em genocídio indígena | Sociedade | Um só Planeta (globo.com). Acesso em: 10 jun. 2023.

JÚNIOR, J. F.; SASSARA, L. O. **O cão que nem sempre late: o Grupo Globo e a cobertura das eleições presidenciais de 2014 e 1998**. Compolítica, vol. 6, nº 1, outubro de 2016, p. 30-64. www.compolitica.org, <https://doi.org/10.21878/compolitica.2016.6.1.94>. Acesso em: 12 jun. 2023.

LONGHI, R. **Opinião e diagramação**. Jornalismo e Política, vol. 3, nº 1, 2006.

UOL. Missão e Compromisso. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/missao-e-compromisso/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MORAES, C. H. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital**. 2015. Tese de Doutorado em Comunicação e Informação – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MOREIRA, F. B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado**

de São Paulo e O Globo. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

NEWMAN, N. *et al.* Reuters Institute. **Digital News Report 2022**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2020. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

NETLAB/UFRJ. Panorama da Infodemia Socioambiental: uma análise multiplataforma do ecossistema brasileiro de mídia digital (2021-2023). Disponível em: <https://www.netlab.eco.ufrj.br/blog/panorama-da-infodemia-socioambiental-uma-analise-multiplataforma-do>. Acesso em: 10 jun. 2023.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

ORMANEZE, F.; FABBRI JUNIOR, D. **Uma âncora é um outro falar?** Pré-construído e efeitos de sustentação sobre homossexualidade no webprograma 'Põe na Roda'. In: IV Seminário Internacional sobre Análise de Discurso (IV Siad), 2016. Anais do IV Siad. Belo Horizonte: Nade/Fale/UFGM, 2016. v. 1. p.9.

ORMANEZE, F. **Do estético ao ideológico na análise das narrativas jornalísticas**: o caso das histórias de vida. In: SOSTER, D.A.; PICCININ, F.Q. (orgs.). Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017, p. 200-211.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso (AAD-69)**. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1969].

PRINCÍPIOS EDITORIAIS DO GRUPO GLOBO. Rio de Janeiro, 6 ago., 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 10 jun. 2023.

RAMOS, P.; REIS, J.; BENEVENUTO, F. **Uma Análise da Polaridade Expressa nas Manchetes de Notícias Brasileiras**. In: Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining (Brasnam). Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2016 . p. 187-198. ISSN 2595-6094. DOI: <https://doi.org/10.5753/brasnam.2016.6454>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SALES, M. A. **A notícia como ela é**: uma análise do discurso de manchetes on-line. 2017. 176 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20747>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SCHWAA, R. T., & DE MELLO BRANDÃO TAVARES, F. (2009). **O tema como operador de sentidos no jornalismo de revista**. Galáxia, (18), 180-193.

SOUSA, J. P. **Fotojornalismo**. Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Porto, 2002.

SPANNENBERG, A. C.; ALVES, N. C.; GUEDES, B. M. **Leitura crítica da mídia como instrumento da cidadania:** apontamentos sobre a cobertura jornalística de políticas públicas e a necessidade de educar para os meios. *Esferas*, nº 13, p. 72-84, 14 mar. 2019.

TAVARES, F. M. B.; VAZ, P. B. F. **Fotografia jornalística e mídia impressa:** formas de apreensão. *Revista Famecos*, vol. 12, nº 27, 2005, p. 125-38. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2005.27.3329>. Acesso em: 10 jun. 2023.

TEIXEIRA, A. C. A. S. C.; ALMEIDA, S. F. **Jornalismo investigativo de intervenção nas instituições:** estudo de caso de cobertura de morte de bebês em maternidade de Roraima. *In: Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo*, 5, 2018, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: Abraji, 2018. Disponível em: https://projetos.abraji.org.br/seminario/PDF/5/CAROLINACRUZ_SIMAOALMEIDA_Abraji_2018.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

TOMÁS, L. M. N. **Manaus e o manauara na prática discursiva do jornal A Crítica.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

CAPÍTULO 4

CONECTANDO COMUNIDADES: Redes sociais e mídias digitais como ferramentas para a mobilização indígena

Andressa Cristiani Piconi
Jhonatan Dias Gonzaga

Introdução

Para a definição do título deste capítulo, não poderia ser diferente, fizemos uma consulta ao ChatGPT¹, plataforma de *chatbot on-line* com inteligência artificial, desenvolvido pela OpenAI, já que estamos abordando a questão do uso das novas tecnologias no jornalismo.

Solicitamos ao ChatGPT que criasse um título e subtítulos para uma matéria sobre as oportunidades e desafios das novas tecnologias para o jornalismo e para os povos indígenas.

Ele nos retornou com uma lista de opções e o resultado vocês podem conferir no título atribuído a este capítulo e nos subtítulos 6.1 e 6.2. Refletindo assim, o que concordamos, em utilizar as novas ferramentas tecnológicas como um instrumento de apoio para o desenvolvimento das atividades profissionais.

Acreditamos que essas ferramentas podem contribuir, e muito, não só para o jornalismo, como para qualquer outra área profissional. Entretanto, a decisão final deve ficar sempre com o ser humano, pois é ele que deve responsável pelo resultado e pela produção de conteúdo a partir dessas novas tecnologias, o que pode impactar a vida de muitas pessoas.

¹ Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Diante disso, apresentamos o tema do uso das novas tecnologias, especialmente, as mídias sociais, e como elas impactam a vida de profissionais do jornalismo e das comunidades, em especial, as indígenas. Destacamos o uso de fotografias pelas etnias, como forma de registrar suas histórias e memórias, cultura, manifestação e instrumento de empoderamento social.

Transformando a narrativa: novas tecnologias e jornalismo

O jornalismo enfrenta uma série de desafios com o uso das novas tecnologias, em especial, na maneira como as notícias são produzidas, disseminadas e consumidas, apesar de essas tecnologias oferecerem também inúmeras vantagens e facilidades.

Lidar com a velocidade da informação é um dos principais desafios para o jornalismo. Com as redes sociais e os dispositivos móveis, as notícias se espalham rapidamente e alcançam um público global em questão de segundos. Isso exige que os jornalistas tenham agilidade e precisão na apuração dos fatos, evitando a disseminação de informações incorretas ou não verificadas (*fake news*), pois torna-se mais difícil distinguir entre notícias verdadeiras e falsas.

A adaptação às novas formas de consumo de notícias também é um desafio para o jornalismo, pois os hábitos de leitura mudaram significativamente, as pessoas consomem notícias de maneira fragmentada e, muitas vezes, não se aprofundam nos assuntos. Segundo Santaella (2013, *on-line*), “a atenção é irremediavelmente uma atenção parcial contínua”, pois “o acesso à informação tornou-se livre e contínuo, a qualquer hora do dia e da noite”.

As novas tecnologias também oferecem oportunidades para o jornalismo. Elas permitem a criação de formatos multimídia inovadores, a interação com o público por meio das redes sociais e a ampliação do alcance das notícias.

Durante o maior evento de tecnologia do mundo, o Web Summit Rio, realizado em maio de 2023, diversos especialistas discutiram a questão do uso de sistemas baseados em inteligência artificial, como o ChatGPT, para a produção de conteúdo. E o que eles disseram é que essas ferramentas podem atuar como assistentes aos jornalistas, pois a precisão das infor-

mações produzidas por tais sistemas ainda não é confiável, o que torna necessária a presença de um jornalista, com sua aptidão humana, para validar as informações, bem como corrigi-las (Nalin, 2013).

Já para Rodrigo Ratier, jornalista e professor de Jornalismo Digital da Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), a questão da credibilidade da informação põe em risco a profissão do jornalista, pois, hoje, com as novas tecnologias e redes sociais, qualquer pessoa pode criar e divulgar informações, gerando os fenômenos das *fake news*: “[...]vivemos num contexto de pós-verdade, em que as emoções importam mais do que a razão[...]” (*apud* Oliveira, 2022).

E, acrescenta: “além da produção jornalística em si, o profissional deve estar apto a fazer várias atividades”, criando conteúdos em formatos multimídia, para atrair a atenção do leitor e conquistar o mercado (*apud* Oliveira, 2022).

Já para Dalben & D’Andréa (2017, p. 9),

o uso de sistemas de produção automatizada de notícias só se viabiliza se inserido em um contexto social mais amplo onde se estabelecem relações de interdependência entre jornalistas e profissionais de outras áreas afins com as tecnologias que os cercam.

Por isso é importante que o jornalista desenvolva novas habilidades ou até mesmo atue em uma equipe multidisciplinar, diante da facilidade de automatização das notícias e da produção de conteúdo em diferentes formatos.

A relação entre os jornalistas e as novas tecnologias na elaboração de conteúdos tem um impacto significativo em diversas comunidades, especialmente nas dos povos indígenas, pois oferece tanto oportunidades quanto desafios para a cobertura jornalística das questões indígenas.

As novas tecnologias permitem que os jornalistas documentem e divulguem as histórias e as lutas dos povos indígenas de uma forma mais ampla e acessível, ajudando a aumentar a conscientização sobre as questões indígenas e a promover a solidariedade e o apoio. Isso porque, por exemplo, as redes sociais permitem que os jornalistas compartilhem informações, fotos, vídeos e relatos diretamente com o público, alcançando pessoas em todo o mundo, sem intermediários. Isso reforça a possibilidade de atuação

de forma ética e responsável ao cobrir questões indígenas, com respeito à cultura, aos valores e aos direitos dos povos indígenas, buscando a sua inclusão, a fim de evitar a disseminação de estereótipos, a reprodução de preconceitos, bem como de *fake news*.

Um dos desafios da elaboração de conteúdo que envolvem as questões dos povos indígenas é a falta de acesso às tecnologias digitais em comunidades remotas. Muitas dessas comunidades, como é o caso dos povos Yanomami, ainda enfrentam barreiras de conectividade e infraestrutura, o que dificulta a participação ativa no meio digital.

Com acesso à internet e a dispositivos móveis, os indígenas podem compartilhar suas próprias histórias, perspectivas e experiências, sem depender exclusivamente dos veículos de comunicação tradicionais ou não, dando a oportunidade de combater estereótipos e narrativas que, muitas vezes, permeiam as notícias divulgadas.

Audiovisual e redes sociais digitais como ferramentas de luta

O rápido avanço das novas tecnologias tem impactado as comunidades indígenas, tendo em vista que seu uso por essas populações, gera debates e reflexões sobre os possíveis benefícios e desafios que surgem nesse contexto.

“Ainda existe quem acredite que indígenas não podem ter celular, não podem estar nas redes sociais, que suas aparências têm que seguir os estereótipos criados no imaginário pela história contada pelo colonizador”. É o que pondera Txai Sauí, coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental - Kanindé e do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, em coluna publicada no jornal *Folha de S. Paulo* (2022, *on-line*).

Segundo ela, na mesma entrevista, “essa ideia de que não podemos ter celular está ligada a uma percepção de pobreza e de falta de inteligência que são vinculadas aos povos originários”.

O uso das tecnologias pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação cultural, o acesso à informação e a promoção dos direitos indígenas, mas é necessário minimizar os riscos e desigualdades associados a esse acesso, valorizando a autonomia e buscando sempre reconhecer as especificidades das comunidades indígenas.

Por meio de plataformas digitais, mídias sociais e recursos audiovisuais, é possível documentar e transmitir conhecimentos tradicionais, línguas indígenas, práticas artísticas e histórias ancestrais produzidas por eles mesmos. Assim, a voz de diferentes comunidades e etnias pode ecoar para além de suas aldeias. Isso permite a preservação de elementos culturais únicos, o fortalecimento do senso de identidade indígena e melhora o acesso à informação e ao conhecimento, conectando comunidades remotas.

Em entrevista realizada com o fotógrafo Renato Soares², que trabalha retratando o cotidiano dos indígenas há mais de 30 anos, ele relata que, há uns 25 anos, conheceu um jovem, da comunidade indígena Kamaiurá, que pediu a ele uma filmadora para que pudesse gravar as histórias dos indígenas mais antigos, pois um dia eles iriam morrer e, com as gravações, as crianças da comunidade poderiam ouvir mais vezes e aprender mais rápido.

Os relatos orais entre os povos originários para a manutenção das línguas e culturas, praticados por diferentes gerações de indígenas, ganham uma nova dimensão com a tecnologia. O uso dos recursos audiovisuais pode possibilitar o registro documental de suas histórias, tradições e modos de vida por eles mesmos. Além disso, podem representar fontes de denúncia de problemas enfrentados por essas comunidades e pedidos de socorro em situações de risco, como a dos Yanomami.

Soares também relatou que os indígenas usam as tecnologias a favor do que eles querem e precisam, usam para o aqui e agora, sempre buscando a felicidade, e acrescenta que temos muito o que aprender com isso, pois nem sempre fazemos da mesma forma.

O uso de tecnologias de monitoramento ambiental, por exemplo, permite o acompanhamento dos recursos naturais e a detecção de atividades ilegais, como desmatamento e poluição, tornando-se aliado na luta pela sustentabilidade ambiental.

Um exemplo disso é a utilização de drones e aparelhos de GPS por várias comunidades indígenas, em diferentes partes do Brasil, para monitorar e proteger as florestas e seus territórios. Essa ação permite que eles possam usar os drones para fotografar e comprovar eventuais crimes

2 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

ambientais e denunciar às autoridades brasileiras, sem se arriscarem a se aproximar do local, bem como mapear as atividades ilegais e invasões em seus territórios (Jucá, 2022).

Os indígenas são orientados quanto ao uso desses equipamentos por ONGs e indigenistas, como Bruno Pereira, assassinado em junho de 2022, enquanto levava materiais coletados por indígenas de cinco etnias do Vale do Javari, no Amazonas, para denunciar crimes à Polícia Federal (Jucá, 2022).

Felipe Spina, do WWF Brasil, afirma que “há pouca ação dos responsáveis por combater o desmatamento na Amazônia. Nesse contexto, fica ainda mais importante que os próprios grupos indígenas tenham maneiras de, por conta própria, monitorar e tentar defender seus territórios” (Jucá, 2023, *on-line*).

Segundo o indígena Ubiratan Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, o uso dessas novas tecnologias contribui para o monitoramento das florestas e “[...] É uma atividade que não vai parar nunca. [...] Não estamos mantendo a floresta só para a gente, mas para o mundo” (*apud* Jucá, 2022).

Além disso, as tecnologias digitais podem capacitar as comunidades indígenas, fornecendo ferramentas para se expressarem, compartilharem suas perspectivas e construir redes de apoio. No entanto, é importante garantir que haja acesso às tecnologias, diminuindo as desigualdades existentes e a exclusão social.

O uso das novas tecnologias tem proporcionado oportunidades significativas para o registro das histórias dos povos indígenas e para a valorização e promoção da literatura e artes indígenas, bem como a difusão da música, dança e outras formas de expressão cultural.

Diversas ferramentas digitais têm sido utilizadas para preservar e compartilhar o conhecimento ancestral, a cultura e as experiências dessas comunidades, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Uma das formas mais eficazes de registro é por meio de recursos audiovisuais, como vídeos e documentários. Com equipamentos acessíveis, como celulares e câmeras digitais, é possível capturar e registrar as narrativas e os relatos dos povos indígenas, bem como as práticas culturais, cerimônias e tradições. Esses registros audiovisuais permitem preservar a autenticidade das histórias e compartilhá-las com um público mais amplo, tanto dentro quanto fora das comunidades indígenas.

As tecnologias digitais também têm facilitado o acesso a plataformas de compartilhamento de conteúdo, como blogs, sites e redes sociais. Os povos indígenas podem criar seus próprios canais de comunicação *on-line*, para contar suas histórias e compartilhar suas perspectivas.

Alguns exemplos de pesquisas e projetos que utilizam redes sociais para o registro da história dos povos indígenas:

a. Aldeias Conectadas - É um projeto-piloto da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), que instalou torres de radiodifusão para a transmissão de internet via rádio em algumas aldeias na região de Aquidauana. A ideia do projeto partiu de alunos e de professores indígenas da universidade, durante a pandemia, em 2020, para ampliar o acesso aos alunos que estavam isolados nas comunidades indígenas, sem internet e sem poder acompanhar as aulas (UFMS, 2021);

b. Mídia Indígena (Mídia Índia)³ - É o maior veículo de comunicação formado por indígenas na difusão das pautas e temas transversais à causa indígena, desde 2015. Atua por meio de redes sociais digitais como *Facebook* e *Instagram*, bem como mantém um *website*, no qual é possível acessar webséries, *podcasts*, informações sobre eventos, notícias e conhecer os trabalhos realizados pelas comunidades indígenas;

c. Hutukara⁴ - Website da Associação Yanomami, que tem como finalidade a defesa do Território Yanomami, a proteção da integridade física da Terra Yanomami e todos os recursos naturais nela contidos;

d. Povos Indígenas no Brasil⁵ - Portal criado em 1997, como parte do portal do Instituto Socioambiental (ISA), com informações sobre os povos e a temática indígena. Nele é possível encontrar o Web Indígena⁶ - website que traz a relação de organizações indígenas existentes no Brasil;

e. Rede Wayuri⁷ - Rede de comunicação indígena localizada em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, fundada em 2017, com a finalidade de combater as *fake news* por meio de redes sociais. Atualmente, conta com mais de 100 *podcasts* gravados.

3 Mídia Indígena (Mídia Índia), disponível em: <https://www.midiaindigena.org/> Acesso em: 10 jun. 2023.

4 Hutukara, disponível em: <http://www.hutukara.org/> Acesso em: 10 jun. 2023.

5 Povos Indígenas no Brasil, disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 10 jun. 2023.

6 Web Indígena, disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Web_ind%C3%ADgena Acesso em: 10 jun. 2023.

7 Rede Wayuri, disponível em: <https://redewayuri.org.br/> Acesso em: 10 jun. 2023.

Há também um projeto conjunto da USP, por meio do Centro de Inteligência Artificial (C4AI), e da IBM Research que tem como objetivo empregar as tecnologias de Inteligência Artificial (IA) para criar e desenvolver ferramentas que auxiliem a documentação, preservação, vitalização e uso das línguas indígenas brasileiras, bem como adaptar as tecnologias de IA para essas línguas, sempre em parceria com as comunidades de povos indígenas. De acordo com os pesquisadores envolvidos, os primeiros protótipos de pesquisa poderão ser testados no segundo semestre de 2023 (Santos; Fontes, 2023).

Além disso, as tecnologias digitais têm sido utilizadas para a criação de arquivos e bancos de dados que preservam a memória e a cultura dos povos indígenas. Por meio de registros fotográficos, documentos digitais e registros audiovisuais, é possível criar acervos virtuais que guardam e organizam informações importantes sobre a história, as línguas, as tradições e as conquistas dos povos indígenas. Esses arquivos digitais são uma fonte valiosa de pesquisa e ensino, permitindo que as futuras gerações acessem e aprendam sobre suas raízes culturais.

Em entrevista realizada com o jornalista e assessor de imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Fábio Gallacci⁸, ele relata a experiência que viveu em 2014, junto a uma comunidade indígena no norte do Xingu, no Estado do Mato Grosso, os Ikpeng. Quando chegou ao local para fazer uma matéria para o *Correio Popular*, Gallacci relata que logo levou um “choque”, ao ver meninos usando tênis e celulares de última geração, o que descaracteriza a imagem do indígena que muitos de nós temos enraizada em nossas mentes, desconstruindo o estereótipo que aprendemos nas escolas: “A gente tem uma visão um pouco preconceituosa, deturpada, de que o indígena tem que andar sem roupa no meio do mato, caçando, e não é bem assim. Ele tem o direito de ser o que ele quiser”.

Apesar de toda a distância da localização geográfica da comunidade, os Ikpeng tinham uma parabólica, vários celulares que utilizavam para se comunicar entre si e com as comunidades próximas e para fazer minidocumentários, filmagens de hábitos e gravar os mais velhos falando o idioma deles, para não se perder, relata Gallacci. O jornalista conta ainda que “eles comentaram que têm o hábito de manter um banco de imagens,

8 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

para que isso seja preservado, para que a cultura deles seja preservada. Isso é muito interessante”.

Gallacci também relata outra experiência que teve em 2016, junto às comunidades ribeirinhas do Rio Negro, em Manaus, onde notou que os mais jovens tinham vergonha de se identificar como indígenas e se negavam a aprender a língua dos ancestrais. Ele menciona que, hoje, isso mudou: “A gente vê uma política muito forte de valorização do povo indígena e eu acho que muita gente, principalmente mais jovem, se engajou nisso, de não ter orgulho da sua origem, da sua raiz, da sua vida e a Internet mostra para eles como é importante, como é rico eles abraçarem a própria cultura”.

Ele destaca ainda que, mesmo naquela época, quando a questão das *fake news* não era tão evidente, pelo fato de os indígenas da comunidade Ikpeng “estarem fazendo uso da tecnologia, eles estavam combatendo esse tipo de coisa, se informando cada vez mais e chegando a um termo que eu acho que é o perfeito, que é o uso da ferramenta tecnológica para preservar, manter viva e, principalmente, compartilhar, divulgar e disseminar a sua cultura”.

Um exemplo de uso de recursos audiovisuais para documentar a cultura, os cantos e rituais, que são importantes dentro das comunidades indígenas, é o trabalho do cineasta indígena Takumã Kuikuro, que pertence ao povo Kuikuro e vive na Terra Indígena do Xingu, em Mato Grosso, uma das maiores reservas do país, que abriga aproximadamente em 27.000 quilômetros quadrados, 7 mil indígenas de 16 etnias (Monitchele, 2023).

Takumã lançou o curta “*A Febre que Mata*”, no fim de 2022, que mostra como o ambiente, o povo indígena e os animais estão doentes. Ele destaca que “o audiovisual é uma ferramenta de luta dentro da comunidade indígena: por meio dele, denunciemos e mostremos o que realmente acontece dentro da nossa comunidade. É uma ferramenta de resgate de cultura e de luta” (*apud* Monitchele, 2023). Além disso, busca incentivar os indígenas a mostrarem sua cultura através do cinema, pois é importante que se tornem protagonistas de suas histórias: “Eles sabem a narrativa, entendem a língua, [...] sabem realmente o que está acontecendo e a importância de suas culturas. Assim, não perdemos a nossa cultura” (Monitchele, 2023).

Na comunidade indígena Tatuyo, no Amazonas, a jovem Maira Gomes Godinho, conhecida na internet como Índia Cunhaporanga, tem mais de 6,5 milhões de seguidores em sua rede social, com os quais compartilha a rotina diária de sua família e comunidade (Queiroz, 2023). Segundo ela, esse compartilhamento de costumes diários nas redes sociais “É importante para que daqui a dez anos nós ainda possamos estar vivos para contar e continuar mostrando os nossos costumes, nossas histórias e falar das nossas raízes sem medo” (Queiroz, 2023).

Ela relata que a comunidade só passou a ter acesso à internet em 2019, por meio da *HughesNet*, que opera serviços de comunicações via satélite para áreas remotas, a pedido de seu pai, para que as crianças da comunidade pudessem estudar e fazer as pesquisas escolares (*apud* Queiroz, 2023).

O acesso à internet facilitou não somente os estudos, mas também o pedido e o atendimento médico, em caso de emergências, pois, segundo Cunhaporang (*apud* Queiroz, 2023), “hoje em dia, através da internet, você consegue fazer uma ligação e pode falar com a emergência ou o hospital para ir buscar alguém que está doente ou precisando de alguma ajuda”, além de contribuir na arrecadação de dinheiro para a construção de um poço artesiano para que pudessem ter acesso à água limpa (Queiroz, 2023).

Assim como Cunhaporanga, existem diversos influenciadores e criadores de conteúdos digitais nas comunidades indígenas que usam as redes sociais, os *podcasts*, músicas e artes para compartilhar suas tradições e culturas como meios de conscientização e de ativismo sobre as questões indígenas.

“Começa a surgir um movimento que faz a gente se entender enquanto comunidades, tirando estereótipos de povos tribais e trazendo comunidades à frente de tecnologias que agem a favor da própria cultura, sem perder quem nós somos”, é o que relata a ativista e comunicadora indígena Alice Pataxó, indicada pela *BBC*, em 2023, entre as 100 mulheres mais influentes e inspiradoras do mundo, em entrevista à *CNN Rádio*.

As novas tecnologias

têm sido utilizadas pelos povos indígenas para se organizar e realizar reivindicações em defesa de sua identidade cultural, em um verdadeiro processo de empoderamento.[.] As tecnologias que foram utilizadas como forma de inserir o indígena na sociedade

sob a perspectiva do homem branco ganham novas configurações, dando vozes a esses povos, além de ser utilizadas como instrumento de luta contra o esquecimento e a negação de suas origens, na forma de preservação dos seus costumes; ferramenta para resistir, reivindicar, resgatar, manter aspectos culturais, conquistar e manter direitos, ter acesso ao conhecimento (Mesquita; Pesce; Hessel, 2019, p. 19).

Fotografia: fonte de documentação histórica

Existem várias pesquisas e projetos que utilizam fotografias para o registro da história dos povos indígenas, realizados, por exemplo, por fotógrafos como Renato Soares e Claudia Andujar, que terão seus trabalhos detalhados ainda neste capítulo. Os fotógrafos indígenas, como Priscila Tapajowara, primeira mulher indígena formada no curso de Produção de Audiovisual pela Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom), de São Paulo, é um exemplo. Os indígenas têm buscado formação em diferentes áreas do conhecimento e a fotografia é uma delas. Isso porque desempenha um papel crucial na preservação cultural e no compartilhamento das histórias e experiências dessas comunidades ao longo do tempo.

É importante ressaltar que a utilização das novas tecnologias no registro das histórias dos povos indígenas deve ser feita em parceria e com o consentimento informado das comunidades. É fundamental que a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas sejam respeitadas, garantindo que eles tenham controle sobre o uso e a divulgação das informações coletadas.

Juliana Sangion⁹, professora, jornalista e responsável pela Comunicação Social da Comissão de Vestibulares (ComVest) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), foi a responsável pela aplicação da prova do primeiro vestibular indígena realizado pela Unicamp, em 2018, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, local de maior porcentagem de população indígena do país. A aplicação do exame resultou num documentário¹⁰. Ela relata que foi seu “primeiro contato com jovens indígenas e que nesse município havia uma rede de comunicação por *WhatsApp* que

9 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

10 Documentário Memórias do Primeiro Vestibular Indígena, disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/tv/sao-gabriel-bruno-e-dom/2023/04/24/memorias-do-primeiro-vestibular-indigena> Acesso em: 10 jun. 2023.

funcionava muito bem, por meio da Rede Wayuri. Por meio dessa rede, jovens comunicadores indígenas do Alto Rio Negro produzem *podcasts* e combatem *fake news* via *WhatsApp*, num lugar onde a questão tecnológica ainda é deficitária, não por culpa deles e sim do poder público. O sinal da internet é ruim, enfim, não há acesso tão disponível como aqui no Sudeste, por exemplo, e em outras regiões do país”.

Em 2019, quando esses estudantes indígenas começam a chegar à Unicamp, ela inicia um projeto chamado *Ecoa Maloca*¹¹, junto com Germana Barata, no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Unicamp. Esses *podcasts* são produzidos com estudantes indígenas da Unicamp, com o objetivo de serem os mediadores do diálogo entre a universidade e a população de São Gabriel da Cachoeira.

Sangion destaca, durante a entrevista, que é importante desconstruir um pensamento que está muito relacionado aos povos indígenas, que é a questão de eles perderem suas origens por conta do uso das novas tecnologias. Ela menciona que onde existe (acesso às novas tecnologias) “eles fazem uso e eles não deixam de ter as suas raízes, de preservar a sua cultura e os seus costumes, porque uma coisa não anula a outra”. É importante avançarmos nessa questão e discutirmos como eles podem fazer uso dessas novas tecnologias, pois, “ser indígena não significa estar parado no tempo, como os livros de história da Educação Básica perpetuaram ao longo de séculos”.

A jornalista também observa que “o uso da tecnologia pelos povos indígenas está sendo essencial, porque eles viveram nos últimos anos aqui no Brasil um desgoverno, um governo muito anti-indígena, e, fazer uso de algumas tecnologias, como redes sociais, internet, para disseminar informações relevantes da defesa das causas indígenas, dos territórios e do combate aos preconceitos se tornou crucial”.

Ela destaca, ainda, que o uso da tecnologia assume hoje um papel importantíssimo, especialmente para os jovens indígenas. “Um exemplo muito contemporâneo são os influenciadores digitais indígenas. Esses jovens, essas mulheres indígenas, têm feito um uso excepcional das ferramentas digitais, das redes sociais, compartilhando ideias e engajando as pessoas. Fazendo ecoar esse discurso tão importante de reflexão a respeito dos povos indígenas na atualidade aqui no Brasil”, explica.

11 Projeto Ecoa Maloca, disponível em: <https://www.ecoamaloca.labjor.unicamp.br/>.

A jornalista finaliza a entrevista com uma frase para refletirmos: “Os saberes ancestrais podem salvar a nossa sociedade [...] é sobre isso, é sobre espalhar esse pensamento ancestral para salvar o nosso mundo”.

É fundamental, portanto, reconhecer os desafios e preocupações relacionados ao uso das novas tecnologias pelos povos indígenas. Isso inclui considerar a apropriação cultural, que ocorre quando uma cultura adota elementos específicos de outra, levando, muitas vezes, a um tipo de exploração; a proteção da privacidade e da propriedade intelectual; a preservação das tradições orais e a transmissão de conhecimentos entre as gerações. Além disso, deve-se ter cuidado para não reforçar estereótipos ou impor modelos ocidentais de desenvolvimento tecnológico. As tecnologias devem ser adotadas com a participação ativa e informada das comunidades indígenas, respeitando sua autonomia.

Tecnologia: uma flecha forte

O uso da internet pelos povos Yanomami pode trazer uma série de benefícios e oportunidades, como, por exemplo: o acesso à informação; a comunicação e conexão entre diferentes comunidades indígenas e organizações parceiras, especialmente, neste momento em que esses povos estão vivendo uma crise humanitária; o compartilhamento e preservação da sua cultura, língua e conhecimentos tradicionais. Porém, os desafios são grandes, tanto de infraestrutura mínima tecnológica como de infraestrutura básica, como acesso à energia elétrica, devido à localização geográfica de seu território ser isolada.

Os dados preliminares do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que o Brasil tem cerca de 27 mil indígenas da etnia Yanomami (Brasil, 2023). Muitas dessas comunidades Yanomami enfrentam desafios de acesso à eletricidade e à infraestrutura de internet, especialmente, em áreas remotas e isoladas, o que dificulta o uso da internet e a dependência de provedores de serviços e plataformas digitais que podem impor limitações.

Em fevereiro de 2023, em parceria com a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), o governo federal instalou, em caráter emergencial, antenas móveis de internet banda larga via satélite na terra Yanomami, em Roraima. Segundo reportagem publicada na revista *Veja*, por Vetto-

razzo (2023), o governo pretende discutir, ainda neste ano, uma forma de instalação permanente desses equipamentos, com o objetivo de apoiar o atendimento médico na região. A instalação desses equipamentos, além de ajudar na área de saúde, permitirá novas formas de comunicação aos indígenas para defenderem seus direitos.

Em entrevista com Junior Hekurari Yanomami¹², líder do povo Yanomami, único indígena da etnia com o qual conseguimos contato para elaborar este trabalho, ele relatou que o uso da internet nas comunidades é hoje de apenas 5%, e os demais não têm conhecimento e nem acesso à tecnologia. Ou seja, segundo Hekurari, que é presidente da Associação Yanomami Urihi e do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami, 95% do seu povo não acessa a internet.

Dessa porcentagem, quem acessa a internet são funcionários do governo para envio de dados de informações essenciais e de saúde para órgãos governamentais para que os indígenas possam ter conhecimento da situação em que estão.

Segundo Junior Yanomami, a internet instalada na comunidade Surucucu foi doada pelo fotógrafo e cinegrafista Gabriel Chaim e “é utilizada para facilitar a comunicação com informações dos pacientes em atendimento, denúncias e remoção de pacientes para Boa Vista”, visando a facilitar os atendimentos e comunicação com outras unidades e profissionais de saúde.

Na associação que preside, a Urihi, eles também utilizam as redes sociais e a internet para estabelecer comunicação com o governo, para repasse de informações e especialmente de denúncias relacionadas à identificação de notícias falsas publicadas sobre a comunidade Yanomami, com vistas a barrar o aumento do discurso de ódio.

Júnior Yanomami relata também que, por meio dos celulares, os povos Yanomami acompanham o que está sendo publicado sobre eles na imprensa. “A cada matéria que faço, gravo e mostro”. Ele disse que exibe para toda a comunidade, utilizando um celular ou um *data show*, as imagens e notícias que são publicadas sobre os Yanomami nas mídias e redes sociais, para que todos possam ter conhecimento do que está acontecendo e sendo noticiado, especialmente, as *fake news*.

12 Entrevista concedida aos autores. Todas as citações a esse nome se referem a essa entrevista.

Hekurari informa que os Yanomami têm interesse em usar celulares e internet, “mas o problema é como chegar, instalar e manter” esse acesso, “porque internet é caro”.

A língua também é uma barreira para o acesso às informações pelos povos Yanomamis, pois muitos deles não sabem ler ou falar português, o que dificulta o entendimento, sendo necessário ter um tradutor para repassar as informações. A educação bilíngue, que já vem sendo aplicada em algumas comunidades, é importante para garantir o contato e a comunicação dos indígenas, bem como a manutenção de suas línguas.

As *fake news* representam um desafio significativo, pois podem disseminar estereótipos negativos, desinformação e preconceitos em relação aos povos Yanomami e outras comunidades indígenas. As notícias falsas distorcem questões importantes relacionadas à saúde, educação e direitos indígenas, aumentando ainda mais a marginalização dessas comunidades.

Combater as *fake news* e os seus impactos negativos nos povos Yanomami requer fortalecer, também, a alfabetização digital entre as comunidades indígenas, promovendo a capacidade de identificar informações verdadeiras e falsas.

Essa é a luta que Júnior Yanomami realiza todos os dias, a de combater as diversas *fake news* sobre a situação em que atualmente vivem os Yanomami e disseminar a cultura de seu povo, bem como levar a cultura e as notícias de outras comunidades aos Yanomami.

Quando perguntado sobre como é a reação dos povos Yanomami em relação às *fake news*, Hekurari avalia “que a sociedade tem pessoas ruins, que não querem ajudar. Por que tanto essa raiva com a gente? A gente não quer nada, a gente simplesmente quer ser cuidado”. Ele ainda enfatiza que “nós Yanomami ajuda o outro, mesmo quem a gente não conhece, a gente ajuda, a gente doa, a gente acolhe a pessoa para morar junto”.

Ele destaca que o uso das redes sociais para denunciar a presença do garimpo ilegal e a crise humanitária que os povos Yanomami estão vivendo foi fundamental, considerado por ele “como uma flecha forte”, pois está contribuindo muito para que possam ser ouvidos e notados por órgãos nacionais e internacionais no combate a esses problemas.

Mas não é só Hekurari que se preocupa em repassar informações e conhecimento para o povo Yanomami usando os recursos tecnológicos.

Morzaniel Iramari, considerado o primeiro cineasta Yanomami, ganhou o prêmio Melhor Documentário da Competição Brasileira com o curta-metragem “Mâri hi - A Árvore do Sonho (2023)”, em maio deste ano. O curta conta com a participação do líder e xamã Davi Kopenawa e aborda o conhecimento dos Yanomami sobre os sonhos (G1, 2023).

Além do uso das antenas de internet, há o projeto Expansão Radiofonia¹³, da Hutukara Associação Yanomami (HAY), iniciado em 2005, que busca ampliar a rede de comunicação por radiofonia entre a etnia, possibilitando mais velocidade à comunicação, principalmente quando envolve denúncias de exploração ilegal em suas terras.

O governo publicou, em janeiro de 2023, de forma preliminar, o Relatório “Missão Yanomami” (Brasil, 2023), resultado de uma missão exploratória do Ministério da Saúde, com um diagnóstico que aponta a necessidade de medidas imediatas como a instalação de Internet na Casai e no Polo Base de Surucucu. A curto prazo, o documento propõe que seja instalada também nos polos-base prioritários, visando a enfrentar a crise humanitária que atinge o território Yanomami.

Com a necessidade de uso de celulares por funcionários de saúde não indígenas e por alguns Yanomami, as fotografias e filmagens têm se tornando cada dia mais familiares aos Yanomami em algumas regiões e sido instrumentos de memória e de manifestação social.

A fotografia como instrumento de memória

A fotografia desempenha um papel fundamental como instrumento de memória e nos movimentos sociais dos povos indígenas. Ao longo dos anos, as imagens fotográficas têm sido uma poderosa ferramenta para documentar e preservar a história, cultura e lutas dessas comunidades, ao mesmo tempo em que são usadas para criar conscientização e promover mudanças sociais.

A fotografia permite que os povos indígenas registrem sua história, momentos significativos, celebrações culturais, rituais, tradições e a vida cotidiana das comunidades. Essas imagens se tornam um registro histórico

13 Projeto Expansão Radiofonia, da Hutukara Associação Yanomami (HAY). informações disponíveis em: <http://www.hutukara.org/index.php/projetos/projeto-expansao-radiofonia> Acesso: 9 jun. 2023.

valioso, ajudando a preservar a identidade cultural e a transmitir conhecimentos ancestrais para as gerações futuras.

Além disso, a fotografia tem sido um poderoso meio para a expressão e mobilização dos movimentos sociais indígenas. Ela é usada para denunciar violações de direitos humanos, injustiças sociais, discriminação e problemas ambientais que afetam as comunidades indígenas. As imagens fotográficas são compartilhadas em mídias sociais, exposições, documentários e campanhas de conscientização.

Através da fotografia, os povos indígenas têm a oportunidade de recontar suas próprias narrativas, desafiando estereótipos e visões distorcidas que, muitas vezes, prevalecem na sociedade, reivindicando sua história e identidade.

No entanto, é importante ressaltar que o uso da fotografia nos movimentos sociais indígenas deve ser pautado no respeito e os fotógrafos devem estabelecer relações de confiança com as comunidades, envolvê-las no processo de criação das imagens e garantir que sejam representadas de forma digna e respeitosa.

Portanto, a fotografia desempenha um papel crucial como instrumento de memória e nos movimentos sociais dos povos indígenas. É uma ferramenta poderosa para documentar, preservar e promover a cultura, história e lutas dessas comunidades, ao mesmo tempo em que permite a expressão, a conscientização e a mobilização para a defesa de seus direitos e reivindicações.

Iconografia Yanomami: ética, limites e possibilidades

Eu não gosto do uso da imagem Yanomami no processo de concorrência de premiação de direitos humanos. Somos contra. Queremos a revogação dessa premiação, porque não fomos consultados, não autorizamos

(Dario Vitório Kopenawa Yanomami)

As fotos são meios de tornar “real” (ou mais real) assuntos que as pessoas socialmente privilegiadas, ou simplesmente em segurança, talvez preferissem ignorar

(Susan Sontag)

A crise sobre a população Yanomami - causada pela negligência das autoridades governamentais - tem sido documentada pela imprensa principalmente por imagens. Em maio de 2021, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou a notícia “Foto de criança expõe crise na assistência à saúde dos yanomamis”, que, como o título sugere, exhibe uma imagem bastante chocante: uma menina, em uma rede, em estado de desnutrição grave, com as costelas em evidência e o rosto identificado.

A fotografia foi utilizada para expor a falta de medicamentos e assistência à comunidade: “É uma criança da aldeia Maimasi, a dois dias a pé da Missão Catrimani. Ela está sem assistência há muito tempo, com malária e verminose. O pessoal das equipes de saúde tem receio de denunciar essa situação, pois podem ser punidos”, informa uma das fontes consultadas pela reportagem.

Não é difícil encontrar imagens semelhantes em outros veículos. Na verdade, com o pico de denúncias no início de 2023, o imaginário social brasileiro se viu repleto de fotos de crianças e adultos Yanomami em situação de desnutrição, porém, nem todos os jornais tiveram o cuidado de não mostrar o rosto dos cidadãos retratados. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, no artigo 17, que é dever de todos zelar pela preservação da imagem das crianças em situação de vulnerabilidade.

Esse entendimento sobre não publicar imagens dessa natureza gera muitos debates, uma vez que fotos de crianças para escancarar tragédias são bastante marcantes na história e na memória. Um dos registros mais memoráveis sobre a Guerra do Vietnã mostra Kim Phuc Phan Thi, em 1972, correndo nua e com os braços abertos após um ataque por uma bomba química.

Em 2015, a foto do corpo de um menino sírio encontrado morto em uma praia da Turquia circulou por todo o mundo. Otimista, o jornal britânico *The Independent* informou que “se essas imagens com poder extraordinário de uma criança síria morta levada a uma praia não mudarem as atitudes da Europa com relação aos refugiados, o que mudará?”.

Da mesma forma, podemos aplicar o questionamento ao tema deste livro: As imagens do início do ano - que mostram as condições precárias enfrentadas pelos Yanomami - teriam o potencial de sensibilizar e alertar a sociedade sobre a realidade daquela população? Existe um modo ético de

fotografar populações vulneráveis? O que torna uma foto tão impactante? Como as imagens suscitam reflexões sobre a condição dos seres humanos?

Até aqui, você, leitor, deve ter percebido que usamos muitas perguntas. Algumas são retóricas. Outras, inspiradoras. O que você precisa saber é que não pretendemos respondê-las neste capítulo. Pelo contrário: o objetivo é possibilitar a formulação de novas perguntas e refletirmos sobre as tensões na fotografia sobre os povos Yanomami.

Diante da dor dos outros

Susan Sontag - escritora, ensaísta, crítica de arte e ativista norte-americana - tem contribuições importantes para o pensamento da ética fotográfica e os retratos da dor. No livro “Diante da Dor dos Outros”, publicado em 2003, ela aborda a representação da violência e do sofrimento na mídia, bem como a relação complexa entre as imagens de guerra e a recepção ao espectador contemporâneo.

A obra suscita uma reflexão profunda sobre a natureza das imagens de guerra e a maneira como elas são recebidas e interpretadas pela sociedade. Com um trabalho de pesquisa histórica extensa, a autora traz exemplos de momentos em que as fotografias foram cruciais para a sensibilizar (ou anestesiar) a opinião pública diante das imagens de corpos feridos. Para Sontag, a função da fotografia é gerar documentos, ao mesmo tempo em que se criam obras de arte visual.

Sontag utiliza uma palavra essencial para entendermos a relação entre fotografia e sofrimento: o outro. Quem seria esse “outro” fotografado em outro país, continente? E quando o “outro” mora ao lado, haveria mais compaixão? Quando fotógrafos fazem a cobertura imagética de tragédias, há um “acordo” nas redações para evitar a exposição de imagens muito chocantes de corpos desfigurados, a fim de assegurar o suposto bom senso, os parâmetros do ECA e da ética jornalística. Entretanto, “Quando se trata dos outros, essa dignidade não é tida como necessária” (Sontag, 2003, p. 61).

Quanto mais remoto ou exótico o lugar, maior a probabilidade de termos imagens frontais completas dos mortos e dos agonizantes. Assim, a África pós-colonial existe na consciência do público em geral no mundo rico - além da sua música sensual - sobretudo como

uma sucessão de fotos inesquecíveis de vítimas com olhos esbugalhados, desde as imagens da fome em Biafra (Sontag, 2003, p. 61).

Em geral, as fotos que retratam ferimentos graves mostram corpos marginalizados. Elas circulam pela sociedade sem questionamento de sua natureza e necessidade. O desrespeito à dignidade do corpo na imprensa e na iconografia obedece aos mesmos padrões do colonialismo, conforme a autora. Afinal, os seres humanos considerados o 'outro', apesar de não serem inimigos, são entendidos como pessoas para serem vistas, e não como semelhantes a nós que também veem e sentem.

Essa praxe jornalística é herdeira do costume secular de exibir seres humanos exóticos - ou seja, colonizados: africanos e habitantes de remotos países da Ásia foram mostrados, como animais de zoológico, em exposições etnológicas montadas em Londres, Paris e outras capitais europeias [...]. A exibição, em fotos, de crueldade infligidas a pessoas de pele mais escura continua a promover o mesmo espetáculo, esquecida das ponderações que impedem essa exposição quando se trata de nossas próprias vítimas de violência (Sontag, 2003, p. 62-63).

O primeiro registro fotográfico teve origem em 1839, conforme Sontag, mas foi no século XX - marcado por guerras - que a fotografia demonstrou todo o seu potencial. No início, era necessário que a fotografia fosse planejada, ou seja, os equipamentos fotográficos exigiam tempo de exposição exato, até mesmo um minuto para tirar fotos. Com a evolução tecnológica, as câmeras ficaram mais compactas e exigindo menos tempo de exposição, a morte passou a ser vista com mais frequência - o que demarcou a autoridade e distinção da fotografia com a pintura.

Desde quando as câmeras foram inventadas, em 1839, a fotografia flertou com a morte. Capturar a morte em curso era uma outra questão. Mas depois que a câmera se emancipou do tripé, a fotografia adquiriu um imediatismo e uma autoridade maiores do que qualquer relato verbal para transmitir os horrores da morte em massa (Sontag, 2003, p. 24).

A autoridade da mensagem fotográfica é inegável até hoje. Inclusive, uma das grandes preocupações em relação às tecnologias de Inteligência

Artificial diz respeito à manipulação imagética, criação de novos rostos, vídeos manipulados com finalidades de desinformação, etc. As pessoas confiam em fotos, e compreendem o mundo e suas mazelas a partir delas. Porém, também cabe refletir sobre a sobreposição da fotografia frente a outras formas de mensagem e, principalmente, frente às denúncias.

A entrevista com Junior Yanomami apresentada acima deixou mais evidente o apelo da fotografia para sensibilizar os jornalistas a colocarem os olhos sobre a situação dos povos indígenas. Em 2019, ele encaminhava diversos documentos que demonstravam a gravidade da malária entre os povos indígenas, porém, era ignorado pelo Ministério da Justiça e pela Funai.

“E eu fazia o documento e encaminhava para secretário do Ministro da Saúde, ministro da Justiça e Funai. Esse diálogo não *tava* chegando bem. O pessoal falava que eu *tava* mentindo, documento com informações incorreto e que não era isso”, relembra. Com o descaso dos setores do governo que deveriam zelar pela saúde e qualidade de vida dos povos indígenas, Junior procurou o *G1* de Roraima em busca de apoio. Ele conta como foi a aproximação com os jornalistas:

“Levei documentos e fotos mostrando que, só naquela semana, havia morrido 12 crianças”, relembra. “Eu preciso de ajuda, eu preciso mostrar pro Brasil e pedir apoio da sociedade civil. Quando foi publicado, a mídia nacional e a mídia internacional entraram em contato comigo”.

No jornalismo, as imagens têm uma autoridade própria, especialmente quando analisamos veículos puramente imagéticos, como a televisão e as redes sociais. Inclusive, a confiança nas imagens é um dos temas fundamentais da filosofia da fotografia, tal como escreve Vilém Flusser:

Imagens são mediações entre homem e mundo. O caráter mágico das imagens é essencial para a compreensão das suas mensagens. Imagens são códigos que traduzem eventos em situações, processos em cenas. Não que as imagens externalizem eventos; elas substituem eventos por cenas. E tal poder mágico, inerente à estruturação plana da imagem, domina a dialética interna da imagem, e nela se manifesta de forma incomparável (Flusser, 2009, p. 8).

Ao mesmo tempo em que as imagens têm esse ‘caráter mágico’ e são uma forma de mostrar credibilidade aos discursos, também podemos discutir os perigos da dependência jornalística em relação a elas. Um fato noticioso só tem valor quando existem imagens? Os povos indígenas no Brasil, conforme demonstra Junior Yanomami, têm denunciado as injustiças, o descaso, a fome e o genocídio pelas falas, pelas fotografias, pelas redes sociais, por cartas, por documentos técnicos enviados aos ministérios.

Mas, até quando os jornais ficarão reféns de imagens para “comprovar” o cenário? É uma reflexão importante: Se não tivéssemos tantas imagens chocantes dos Yanomami do começo de 2023, a repercussão das denúncias teria sido a mesma?

Preocupar-se com a retratação imagética dos povos indígenas nos meios de comunicação também é uma demanda elaborada pelos próprios indígenas, mas nem sempre eles são respeitados. O jornalismo precisa de mais preparo para lidar com as diferenças culturais que envolvem recepção e circulação da fotografia. Cada comunidade indígena tem um modo de pensar sobre a produção de imagens, e, várias vezes, a cultura desses povos foi desrespeitada pelo ritmo ininterrupto de produção de informações.

Um caso emblemático que mostra esse descompasso ocorreu em janeiro de 2023. A foto de uma idosa Yanomami em estado grave de desnutrição circulou por diversos jornais, mas ela faleceu pouco tempo depois da divulgação das imagens. Por isso, a Associação Yanomami Urihi solicitou a remoção e a interrupção do compartilhamento da foto imediatamente. A associação reconheceu o caráter emergencial que ocasionou a utilização das imagens, ao mesmo tempo em que fez um apelo pelo respeito à cultura.

“Entendemos a importância de levar ao mundo a situação drástica, mas, por questões culturais, a sua imagem não poderá mais ser divulgada” (Associação Yanomami Urihi, 2023). Ou seja, o entendimento dos meios de comunicação foi que a divulgação desenfreada da foto ajudaria a mostrar ao mundo o descaso que a população Yanomami enfrentava. Porém, para a cultura Yanomami, após o falecimento de alguém, não é permitido mencionar o nome da pessoa, a comunidade costuma queimar os pertences e, portanto, a circulação de fotos não é mais permitida.

O professor e ativista indígena Daniel Munduruku elucida a questão, em entrevista ao jornal Deutsch Welle:

Isso tem muito a ver com a compreensão que muitos povos indígenas têm de que, ao morrer, a gente precisa esquecer a pessoa que morreu. A fotografia, de uma certa maneira, traz a pessoa [morta] de novo para o cenário dos vivos. E isso causa um conflito espiritual e um sentimento de que houve quebra na espiritualidade (Mundukuru, 2023).

Portanto, a ética para a retratação fotográfica dos povos indígenas deve ser pensada no pêndulo entre demonstrar a realidade vivida por eles, ao mesmo tempo em que as tradições culturais envolvendo a imagem são respeitadas. Nesse sentido, os fotógrafos Renato Soares e Claudia Andujar podem ajudar, com seus trabalhos, a compreender a relação entre os Yanomami e as fotografias.

Olhares fotográficos

É quase impossível abordar a fotografia Yanomami sem falar sobre a extensa e importante obra de Claudia Andujar. Nascida na Suíça, em 1931, a fotógrafa conquistou prestígio internacional pelo seu trabalho de documentação e defesa dos povos indígenas no Brasil.

Em 1971, Andujar conheceu os indígenas em Roraima, durante uma reportagem, e passou a dedicar sua carreira ao registro fotográfico e à defesa dos Yanomami. Suas fotos mostram a vida cotidiana, rituais, costumes e, inclusive, como as ameaças dos garimpeiros afetam a saúde e a vida das comunidades.

Por esse motivo, Claudia Andujar recebeu vários prêmios por seu trabalho, como o Prêmio Nacional de Fotografia do Brasil, em 2018. Na introdução do livro repleto de fotografias, ela explica que as fotografias estabelecem um vínculo afetivo:

Minha relação com os Yanomami, fio condutor de minha trajetória de fotógrafa e de vida, é essencialmente afetiva. Esse sentimento, ao longo do tempo, levou-me a compartilhar meu tempo de fotógrafa com atividades em defesa dos direitos territoriais e de sobrevivência desse povo. Uma tarefa árdua e que requer muita perseverança. (Andujar, 1998, p. 11)

Outro aspecto interessante sobre a trajetória de Claudia Andujar é a maneira pela qual a artista e fotógrafa utiliza as imagens para entender questões metafísicas e os sonhos dos Yanomami. Na década de 70, a fotografia ainda era analógica e pouco instantânea, se compararmos com os dispositivos atuais.

Por esse motivo, além de aprender as linguagens, ela utilizou os desenhos para dialogar. Ela relembra que o processo de fotografar não permitia resultados imediatos, uma vez que a revelação necessitava de laboratórios na cidade. Conforme Andujar explica, não há superioridade aparente da fotografia em relação às outras formas imagéticas de comunicação e expressão. A fotografia é apenas mais uma possibilidade, não a única:

Por esta razão, entre 1974 e 1977, recorri ao grafismo. Através de desenhos produzidos por eles, tentei me aproximar da visão do seu mundo. Até esta época, somente fotografava, acompanhando muitos rituais e participando de longas caminhadas na floresta. Em 1975, começamos a conversar, a partir dos desenhos, já que o resultado do meu trabalho de fotografia só pude apresentar nos anos 80.

Os desenhos se mostraram mais eficientes para conversarmos a respeito da visão do mundo Yanomami. Em 1976, levei papel e canetas hidrográficas, além de meu equipamento de fotografia, e os deixava desenhar livremente (Andujar, 1988, p. 13).

O livro “Marcados”, de Claudia Andujar, é uma coletânea de mais de 80 fotos de indígenas Yanomami entre os anos de 1981 a 1983. As fotos são resultado de um trabalho da fotógrafa com dois médicos: Rubens Brando e Franciso Pascalichio, visando a realizar um levantamento do estado de saúde dos grupos que mantinham contato com os brancos, pois uma epidemia de sarampo matou centenas de indígenas Yanomami em 1976. As fotos mostram crianças, adultos e idosos carregando um número para identificação, ou seja, marcados.

Quando chegamos, em janeiro de 1981, encontramos três das oito moradias vazias, inclusive, o recém-aberto posto da Funai. Em nossa bagagem, entre outras coisas, trazíamos uma grande caixa de isopor com barras de gelo, para manutenção das vacinas. Carregamos as caixas através da mata até as comunidades (Andujar, 2009, p. 146).

A trajetória e o currículo de Claudia Andujar demonstram que o trabalho do fotógrafo que registra pessoas indígenas é - ou deveria ser - indissociável do ativismo e da defesa dos direitos dessa população. Além das fotos, a obra 'Marcados' contribui para a documentação histórica, ultrapassando os objetivos únicos de fotografia. É um movimento duplo: marcar e documentar.

Claudia descreve as vias de acesso às diferentes regiões, dá conta dos mais variados meios de transporte usados, enumera aldeias, recenseia seus habitantes, os doentes, os mortos, discrimina as vacinas feitas, expõe o modo de vida dessas populações em relação ao uso da terra, apresenta números, mapas, e, valendo-se da riqueza de seu conhecimento empírico dos Yanomami, faz suas próprias considerações com vista à demarcação do território - luta da qual participou durante 20 anos (Senra, 2009, p. 139).

Essa dupla função do fotógrafo também está presente no discurso de Renato Soares¹⁴, fotógrafo e documentarista, que concedeu uma entrevista aos autores do capítulo. O fotógrafo começou a trabalhar com fotografia em 1986, principalmente por meio de viagens para retratar as diferentes expressões culturais dos grupos étnicos brasileiros.

A primeira coisa que gostaríamos de saber sobre seu trabalho diz respeito à forma como aborda as comunidades e os procedimentos de autorização. Antes de iniciar seus registros fotográficos, Renato entra em contato com representantes das comunidades para entender como a fotografia e a documentação podem ser úteis. Além disso, ele também solicita autorizações aos indivíduos retratados por meio de contrato de cessão de direito de imagem. Os recursos obtidos pela comercialização das imagens retornam às comunidades, pelo repasse de 33% do valor.

“Você tem que ver o outro, entender e ter respeito. Nós temos a mania de impor o que nós queremos ver. Em situação de calamidade, a máquina vai para a bolsa e eu vou estender o meu braço, colocar meu carro à disposição e ajudar na minha maneira”, recomenda o fotógrafo. Em sua página do Instagram, não há imagens de tristeza ou mazela.

Finalizar um capítulo denso como este não é tarefa fácil. Como você percebeu, não existe um guia definitivo em relação à fotografia dos povos

14 As fotos de Renato Soares estão disponíveis no site: <https://www.renatosoares.com.br>

indígenas. Nitidamente, o respeito às tradições, o pedido de autorização e o cuidado com a circulação das imagens são fundamentais. Susan Sontag elabora questionamentos que todo fotógrafo/jornalista deve ter em mente antes de captar a imagem de grupos marginalizados.

Tais imagens não podem ser mais do que um convite a prestar atenção, a refletir, aprender, examinar as racionalizações do sofrimento em massas propostas pelos poderes constituídos. **Quem provocou o que a foto mostra? Quem é responsável? É desculpável? É inevitável? Existe algum estado das coisas que aceitamos até agora e que deveria ser contestado? (Sontag, 2003, p. 97, grifos nossos).**

Com essa provocação em mente, reconhecemos a importância do olhar crítico diante das fotografias que aparecem cotidianamente nos meios de comunicação de massa. Assim, as tecnologias podem ser um meio de emancipação e fortalecimento - tal como relatado para a captura e compartilhamento das culturas indígenas.

Referências

- ANDUJAR, C. **Marcados**. São Paulo, SP: CosacNaify, c2009. 154 p., il.
- ANDUJAR, C. **Yanomami**. São Paulo, SP: DBA Artes Gráficas, 1998. 103 p., il.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório: Missão Yanomami**. Brasília, jan. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomamiversao_FINAL_07_02.pdf Acesso em: 9 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **IBGE conclui o Censo Demográfico na Terra Indígena Yanomami**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/ibge-conclui-o-censo-demografico-na-terra-indigena-yanomami> . Acesso em: 2 jun. 2023.
- DALBEN, S.; D'ANDRÉA, C. **Cartografando o Jornalismo Automatizado: redes sociotécnicas e incertezas na redação de notícias por robôs**. [Apresentação de trabalho]. V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, Abraji, Universidade Anhembi-Morumbi, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3zNwT9J>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- DEUTSCHE WELLE. **Por que os yanomami não querem ter fotos suas compartilhadas**. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/por-que-os-yanomami-nao-querem-ter-fotos-suas-compartilhadas/a-64536528> . Acesso em: 12 jun. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Foto de criança expõe crise na assistência à saúde dos yanomamis.** 2021. Disponível em: https://ds.saudeindigena.icict.fiocruz.br/bitstream/bvs/4744/1/CP11_10121%20Foto%20de%20criança%20expõe%20crise%20na%20assistência%20à%20saúde%20dos%20yanomamis.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta:** ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, c2002. 82 p. (Conexões, 14).

G1. **Primeiro cineasta Yanomami ganha prêmio em festival internacional de documentários.** G1, Roraima. 25 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/04/25/primeiro-cineasta-yanomami-ganha-premio-em-festival-internacional-de-documentarios.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2023.

GARCIA, A.; BRITO, L. **Ativismo indígena nas redes sociais aproxima realidades distintas, diz comunicadora.** CNN Rádio. 20 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/ativismo-indigena-nas-redes-sociais-aproxima-realidades-distintas-diz-comunicadora/>. Acesso em: 8 jun. 2023.

JUCÁ, B. **Indígenas recorrem a drones, GPS e aplicativos para proteger a floresta.** Jornal Folha de São Paulo. 16 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/07/indigenas-recorrem-a-drones-gps-e-aplicativos-para-protetger-a-floresta.shtml>. Acesso em: 4 jun. 2023.

MESQUITA, A.; PESCE, L.; HESSEL, A. **Cultura indígena e tecnologias digitais da informação e comunicação:** uma narrativa sobre formação e empoderamento. Revista Educação & Linguagem, v. 22, n. 1, p 5-21, jan.-jun. 2019. ISSN Impresso:1415-9902. ISSN Eletrônico: 2176-1043.

MONITCHELE, M. **Indígenas devem ser protagonistas de suas próprias histórias, diz cineasta.** Revista Veja. 28 mar. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/comportamento/indigenas-devem-ser-protagonistas-de-suas-proprias-historias-diz-cineasta>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NALIN, C. **ChatGPT e jornalismo são tema de debate:** Veja o que dizem especialistas. Revista digital Época Negócios. 04 maio 2023. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/especiais/web-summit/noticia/2023/05/chatgpt-e-jornalismo-sao-tema-de-debate-veja-o-que-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em: 8 jun. 2023.

OLIVEIRA, L. **Credibilidade, desinformação e isenção:** como a Internet mudou o jornalismo? Jornal da USP. 21 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/jornalismo-digital-traz-reflexoes-sobre-credibilidade-desinformacao-e-isencao-na-comunicacao>. Acesso em: 8 jun. 2023.

QUEIROZ, J. **Jovem indígena faz sucesso no TikTok compartilhando rotina de sua aldeia.** Estadão. 06 mar. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/comportamento/jovem-indigena-faz-sucesso-no-tiktok-compartilhando-rotina-de-sua-aldeia>. Acesso em: 5 jun. 2023.

SANTAELLA, L. **Desafios da Ubiquidade para a Educação.** Revista Ensino Superior Unicamp, v.9, p.19-28, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/desafios-da-ubiquidade-para-a-educacao>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SANTOS, F.; Fontes, H. **Projeto que utiliza inteligência artificial pretende fortalecer línguas indígenas no Brasil.** Jornal da USP. 31 maio 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/noticias/projeto-que-utiliza-inteligencia-artificial-pretende-fortalecer-linguas-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SAUÍ, T. **O que é ser indígena.** Jornal Folha de São Paulo. 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/txai-surui/2022/04/o-que-e-ser-indigena.shtml>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SONTAG, S. **Diante da dor dos outros.** Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. 107 p.

UFMS. **Aldeias Conectadas amplia acesso à internet na região de Aquidauana.** Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. 26 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufms.br/aldeias-conectadas-amplia-acesso-a-internet-na-regiao-de-aquidauana/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

VETTORAZZO, L. **Governo instala antenas de internet em terras Yanomami.** Revista Veja. 09 fev. 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/governo-instala-antenas-de-internet-em-terras-yanomami>. Acesso em: 04 jun. 2023.

CAPÍTULO 5

A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): A ausência dos indígenas

Murilo Ferreira de Sant'Anna
Valentina Melgar Bermúdez
Vanessa Lourenço de Souza

Metas e compromissos ambientais em âmbito global são movimentos recentes, iniciados na segunda metade do século XX, ganhando força, especialmente, no começo da década de 1990, com a realização da Eco-92, no Rio de Janeiro (RJ), quando 179 países assumiram compromissos com o meio ambiente e o estabelecimento do conceito definitivo de desenvolvimento sustentável. Mas o movimento ambiental possui raízes históricas que se iniciaram na tumultuada década de 1960, agitada pelo temor da poluição por radiação, devido à corrida armamentista para tecnologias nucleares, gerada pela Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Para amplificar ainda mais essa década, a bióloga e escritora Rachel Carson publicou em 1962 o livro “Primavera Silenciosa”, alertando para os riscos do uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos, o que colocou ainda mais em dúvida o modelo de desenvolvimento econômico que se desenhava.

Para entender a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é necessário, primeiramente, um resgate histórico para que se possa compreender como essa pauta global foi constituída e como chegamos até o momento atual, com 17 ODS divididos em diversas

áreas, mas que excluem os povos originários. Caso sejam cumpridas, essas metas colocarão nosso planeta num outro patamar de desenvolvimento e justiça social, com impactos para toda a população mundial no que tange ao bem-estar coletivo. Sim, a meta é ambiciosa, mas essa agenda ambiental é um acúmulo de experiências e conhecimentos reunidos em 50 anos de debates e negociações globais, liderados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Para iniciar essa viagem pela história da defesa do meio ambiente, é importante registrar o momento em que a opinião pública começa a ter contato com a necessidade de preservar nosso planeta, devido às suas características únicas. Isso se dá com a publicação, pela Agência Espacial norte-americana (Nasa), da primeira foto em cores da Terra, em 1969, registrada pelo astronauta William Anders, tripulante da Missão Apollo 8. Foi nesse momento que a população mundial teve acesso, pela primeira vez, à imagem de como era o seu orbe natal visto do espaço, inserido numa gigantesca galáxia. Essa fotografia mostrou como a Terra é única, com um ecossistema frágil e interdependente, cuja premência de preservação e proteção começou a ser despertada na consciência coletiva do mundo.

Essa consciência ambiental ganhou força no início dos anos 1970 e contornos de um fenômeno global. A preocupação com o uso saudável e sustentável do planeta se intensificou, o que levou a ONU a convocar a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia), de 05 a 16 de junho de 1972. A declaração final do evento, também conhecida como Declaração de Estocolmo, contém 26 princípios que representam um Manifesto Ambiental, que estabeleceu as bases para uma nova agenda ambiental dentro das Nações Unidas.

No trecho a seguir, extraído do documento de 1972, é possível verificar a preocupação, à época, com os impactos causados ao meio ambiente pela ação humana:

Chegamos a um ponto na História em que devemos moldar nossas ações em todo o mundo, com maior atenção para as consequências ambientais. Através da ignorância ou da indiferença podemos causar danos maciços e irreversíveis ao meio ambiente, do qual nossa vida e bem-estar dependem. Por outro lado, através do maior conhecimento e de ações mais sábias, podemos conquistar uma

vida melhor para nós e para a posteridade, com um meio ambiente em sintonia com as necessidades e esperanças humanas¹.

Aproveitando-se da articulação gerada pelo engajamento do evento em Estocolmo, a Assembleia Geral da ONU criou, em dezembro de 1972, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Meio Ambiente), para coordenar ações nessa área em âmbito global. Mais tarde, em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex-primeira ministra da Noruega, que, na época, trazia visões de saúde que extrapolavam a área médica, para chegar até o meio ambiente e o desenvolvimento humano. Essa comissão publicou, em 1987, um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, que trouxe ao debate público pela primeira vez o termo “Desenvolvimento Sustentável”.

A partir do Relatório Brundtland e de suas recomendações, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992. Conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra, apresentou ao mundo um conjunto de ações intituladas de Agenda 21, que deveriam ser realizadas para a implantação de um desenvolvimento sustentável.

Em seguida, vieram a Cúpula da Terra+5, em 1997; a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002; a Estratégia de Maurício, em 2005, nas Ilhas Maurício, que trouxe para o debate mundial, há quase duas décadas, a questão das mudanças climáticas; no ano 2000 foi assinada a Declaração do Milênio, contendo oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Entretanto, essas metas não foram totalmente alcançadas, o que levou a ONU a realizar a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em sua sede na cidade de Nova York, em 2015. Nessa reunião, foram definidos os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que formam uma plataforma de metas a serem atingidas nos 15 anos seguintes, intitulada Agenda 2030. O documento é alicerçado pelos princípios da Carta das Nações Unidas, principalmente, pelo respeito ao Direito Internacional, além de ter como base os documentos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005.

1 Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Nota-se que a Agenda 2030 é o resultado de uma sequência de compromissos globais na área ambiental, social e de desenvolvimento sustentável, que não foram atendidos, seja por motivos políticos ou econômicos, e que são continuamente renovados, sempre com uma nova roupagem. No documento de apresentação da Agenda 2030 e dos ODS, intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a ONU justifica seu novo conjunto de metas e objetivos da seguinte maneira:

Os desafios e compromissos contidos nestas grandes conferências e cúpulas são inter-relacionados e exigem soluções integradas. Para resolvê-los de forma eficaz, é necessária uma nova abordagem. O desenvolvimento sustentável reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, o combate às desigualdades dentro dos e entre os países, a preservação do planeta, a criação do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e a promoção da inclusão social estão vinculados uns aos outros e são interdependentes.

Para cada um dos 17 objetivos da Agenda 2030, existem metas que os países membros da ONU se comprometeram a implementar até o ano de 2030. Porém, esforços têm sido empenhados no mundo todo diante da dificuldade de implementação dessas metas.

Mas, será que os ODS conseguem abarcar todos os desafios necessários para um desenvolvimento sustentável que atenda às necessidades e anseios de todos os setores sociais, principalmente aqueles mais marginalizados na nossa sociedade? Essa plataforma de desenvolvimento sustentável é voltada a todos ou a quais camadas da sociedade?

É inegável que a Agenda 2030 e os ODS impactarão a sociedade, se implementados, mas é preciso que alcancem o maior espectro social possível, principalmente, as camadas mais vulneráveis, como os povos originários, por exemplo, que sequer estão presentes nos 17 objetivos. E, nas 169 metas propostas pelos ODS, apenas duas se relacionam de forma direta com comunidades indígenas. Seria esse contingente suficiente para fazer o desenvolvimento sustentável chegar até os territórios indígenas?

Figura 1 - Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030



Fonte: ONU.

Brasil: governo e sociedade estão comprometidos com as metas?

Em que medida a ausência dos povos originários, guardiões das florestas, na Agenda 30, representa um real “esquecimento” nas metas mundiais de Desenvolvimento Sustentável? De que forma essa realidade representa interesses políticos e econômicos de ocupação e invasões das terras indígenas por ruralistas ou garimpeiros, como ocorre no Brasil? Marginalizados desse movimento global pela preservação do planeta, a vice-cacique da Aldeia Tekohá Djey, de Paraty (RJ), Neusa Martine Kunhã Takuá, demonstra a aflição dos indígenas brasileiros com a situação. Ela pertence à comunidade indígena Guarani Mbyá e Nhandeva, no Rio Pequeno, que é composta por 43 pessoas, vivendo em oito hectares:

Tem sido muito angustiante para nós esse momento difícil, e esse espaço é importante para levarmos para o mundo o que estamos sofrendo e, através disso, conseguirmos pessoas para nos ajudar a continuar protegendo a mata, nossas vidas e nossas crianças.

Figura 2 - Neusa Martine Kanhã Takuá



Fonte: Instagram/Tekohá Djey.

O depoimento de Neusa e a emoção demonstrada pela sua fala soam como um pedido de socorro, que ganha eco também em outras terras indígenas. Em quase uma hora de entrevista, a indígena relatou medos, ataques ao seu território, falta de assistência à saúde das mulheres, violência e desrespeito à preservação do meio ambiente, com o qual ela e seus irmãos de aldeia estão sofrendo e defendendo-se com a própria vida. O irmão da vice-cacique foi assassinado em 2018, por disputas envolvendo a defesa da terra indígena de invasões.

A realidade de Neusa não é um caso pontual, que ocorre apenas na aldeia Tekohá Djey, em Paraty (RJ). Essa é uma constante em vários territórios indígenas espalhados por todo o país, causando insegurança entre as pessoas que moram nessas terras e delas depende o seu sustento.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIM), 62% das 1.393 terras indígenas estão com pendências para a sua regularização, o que abre espaços para especulações imobiliárias e turísticas, a exploração sem regulação das riquezas naturais presentes nessas áreas, como a questão do garimpo ilegal, que vem devastando as terras indígenas, em particular, as dos Yanomami.

O crescimento da violência nas terras indígenas também chama a atenção. Segundo o Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil - dados 2021, elaborado pelo CIM, o número de casos de violência contra os indígenas é o maior dos últimos nove anos. Em 2021, foram registrados 355 casos de violência contra os indígenas, entre assassinatos, abuso de poder, racismo e outros. Em 2020, foram 304 ocorrências.

Esse cenário é preocupante frente a qual modelo de desenvolvimento sustentável se discute para o país e de que forma esse desenvolvimento se relaciona com toda a sociedade brasileira, principalmente, com as camadas sociais mais vulneráveis, como os povos indígenas.

O relato de Neusa, que se soma a outros tantos indígenas que se sentem ameaçados no Brasil, não é uma realidade que está no mesmo compasso da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E estamos falando apenas de um recorte dessa ampla agenda. No que tange aos povos originários, será que os ODS também conseguem atingir todos os anseios e necessidades dessa comunidade? Como falamos anteriormente, em apenas dois objetivos os indígenas são citados: no de número 2 - “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, e no número 4 - “Educação de Qualidade”.

No Brasil, a implementação dos 17 ODS também não vai bem. De acordo com o levantamento mais recente, divulgado em junho de 2022, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, intitulado “VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil”, o país está atrasado no cumprimento das metas dos ODS em mais de 80%. O documento foi organizado por 101 especialistas, de 48 organizações da sociedade civil, com base em dados oficiais.

O ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável –, por exemplo, que cita os povos indígenas na meta 2.3, estabelece “até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive, por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola”.

O Relatório Luz considerou esse item como em estágio de retrocesso, devido ao apagão de dados ao processo de desinvestimento ou esvaziamento de políticas públicas que favoreciam essa meta, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que previa o acesso de famílias vulneráveis a alimentos saudáveis produzidos por agricultura familiar e distribuídos por equipamentos públicos de assistência social.

A iniciativa foi substituída pelo Programa Alimenta Brasil, que exige uma contrapartida de 30% do valor recebido anualmente em forma de doação de produção, após três meses de ingresso, o que dificultou o acesso das famílias produtoras, em meio a três importantes crises: sanitária (Covid-19), econômica e a mais severa crise hídrica da última década.

O programa de construção de cisternas na área rural também sofreu com cortes de investimentos, o que agrava ainda mais a produção agrícola em áreas com problemas de escassez hídrica e comunidades vulneráveis, impactando o ODS 2 - “Fome Zero e Agricultura Sustentável” e o ODS 6, “Água e Saneamento Básico”.

No ODS 4 – “Educação de Qualidade” –, os povos indígenas são mencionados na meta 4.5: “Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade”. Mas, de acordo com o Relatório Luz, entre as mais de 6 milhões de pessoas fora da escola em 2020, o número de negras e indígenas é três vezes maior do que o número de brancas, o que manteve em retrocesso a meta 4.5.

Ainda dentro dessa meta, o relatório aponta para a evasão escolar de meninas devido a situações como a gravidez precoce; casamento infantil; trabalho doméstico; responsabilidade financeira precoce; violência de gênero em casa; assédio; preconceito e insegurança territorial (inclusive no caminho ou na escola). No caso de adolescentes, ainda há o agravante da falta de acesso a absorventes, o que compromete a ida delas para a escola. Em enquête realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 2021, com 1,7 mil crianças e adolescentes que menstruam, 62% afirmaram que já deixaram de ir à escola ou a algum outro lugar de que gostam por causa da menstruação, e 73% sentiram constrangimento nesses ambientes.

Neusa Kanhã Takuá também relata a dificuldade de campanhas sobre saúde da mulher chegarem até a aldeia e a necessidade de investimentos para essa área. “Na aldeia, nós criamos uma associação comunitária. A gente busca desenvolver projetos sustentáveis no território, como o que aborda a prevenção da saúde da mulher indígena, e a saúde mental, além da violência contra as mulheres e a saúde das crianças”, observa. Esse cenário enfrentado pelas mulheres indígenas não é mencionado no ODS 5 - “Igualdade de Gênero” -, que possui metas sobre saúde das mulheres, combate à violência de gênero e empoderamento feminino, mas sem mencionar diretamente uma meta específica que atenda às realidades das mulheres indígenas.

Outro problema importante nos territórios indígenas lembrado por Neusa é a falta de acesso ao saneamento básico, que, no Brasil, é crônica há décadas, também para a população urbana, em muitos casos. Segundo o Instituto Trata Brasil, seriam necessários R\$ 507 bilhões para se atingir a universalização do saneamento até 2033, a preços de dezembro de 2020, o que significa mais que dobrar o valor investido anualmente na área, passando de R\$ 17,1 bilhões para R\$ 36,2 bilhões.

O Instituto promove todos os anos o Painel Saneamento Brasil, que em seu mais recente levantamento mostra que 33,2 milhões de pessoas no país estão sem acesso à água tratada, e, no caso de coleta de esgoto, os números são ainda piores, com 92,8 milhões de pessoas sem acesso a sistemas de saneamento básico, o que equivale a cerca de 43% da população brasileira.

Quando se trata de saneamento rural, os números são ainda mais alarmantes. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o abastecimento de água em propriedades rurais é realizado por meio de poços e nascentes, sem tratamento adequado. Em 75% dessas residências, não há tratamento de esgoto.

Quanto ao saneamento em terras indígenas, o levantamento mais recente encontrado data de 2009 e foi realizado pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que constatou: Apenas 35,48% das aldeias possuem abastecimento de água, seja com atendimento domiciliar ou coletivo. Na pesquisa não foram mencionados a situação de coleta e o tratamento de esgotos. Esse cenário demonstra como a ausência da causa indígena nas metas do ODS 6 – Água Potável e Saneamento – é prejudicial para essas comunidades.

O não cumprimento dos ODS pelo Brasil foi classificado como preocupante pela pesquisadora Laura Cury, cofacilitadora do Grupo de Trabalho (GT) da Sociedade Civil para a Agenda 2030 e assessora de relações internacionais da ACT Promoção em Saúde, em entrevista ao portal *Brasil de Fato*, na ocasião do lançamento do Relatório Luz. “É uma análise bastante preocupante de como está a implementação, ou, no caso, a não implementação dessa agenda em território nacional, que efetivamente diz respeito à qualidade de vida das pessoas e à preservação do planeta”², ressaltou.

Laura ainda lembrou, na mesma entrevista, que as metas dos ODS abordam temas que estão intimamente ligados à Constituição Brasileira e já deveriam fazer parte da agenda política do Brasil, independentemente dos acordos de metas internacionais, como a Agenda 2030. Como explica: “A Constituição fala de acesso à saúde, educação, moradia, da promoção de direitos humanos. Isso está previsto constitucionalmente. É uma agenda que faz total sentido para o Brasil e faz sentido em todos os contextos”.

Direitos Constitucionais

A Constituição Federal de 1988 estabelece, inclusive, diversas garantias aos povos indígenas no que tange a direitos sobre temas como saúde, educação e posse de “terras tradicionalmente ocupadas”. Em particular, o capítulo VIII da Carta Magna atenta, no artigo 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, *on-line*).

No entanto, a relação entre indígenas e o Congresso Nacional ficou claramente comprometida, em maio de 2023, com a aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) Nº 490, sobre o marco temporal, que restringe a demarcação de terras indígenas às áreas que já estavam tradicionalmente ocupadas por esses povos em 5 de outubro de 1988, quando a Constituição foi promulgada. Para serem consideradas terras tradicionalmente ocupadas, pela proposta do Marco Temporal, seria preciso comprovar que elas já eram habitadas em caráter permanente para

2 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/30/brasil-esta-atrasado-em-mais-de-80-das-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu>. Acesso em: 20 jun. 2023.

uso produtivo e de preservação do meio ambiente, à reprodução física e cultural, em 1988.

Indigenistas e representantes dos povos originários afirmam que o marco temporal colocará em risco as aldeias, por criar instabilidades sobre o uso do território, e enfraquece direitos indígenas. O Ministério dos Povos Indígenas liberou nota, na ocasião da aprovação do PL 490, repercutida pelos veículos de imprensa, em que diz:

O PL 490 representa um genocídio legislado, porque afeta diretamente povos indígenas isolados, autorizando o acesso deliberado em territórios onde vivem povos que ainda não tiveram nenhum contato com a sociedade, nem mesmo com outros povos indígenas, cabendo ao Estado brasileiro atuar também pela proteção dos territórios onde vivem esses povos.

A bancada ruralista na Câmara dos Deputados explica o marco temporal como uma maneira de dar garantias e estabilidade à produção agrícola. Ao portal *UOL*, em 31 de maio de 2023, a deputada federal indígena Sílvia Waiãpi (PL-AP) justificou seu voto a favor do PL e do estabelecimento de um marco temporal, “já que não podemos voltar na história de 1500 e nem os que estão aqui são culpados pela sua descendência”.

Outro revés nos interesses dos povos indígenas foi a aprovação, em 1º de junho de 2023, pelo Senado Federal, da Medida Provisória (MP) 1.154, que reestruturou a Esplanada dos Ministérios no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ampliando de 23 para 37 pastas. Porém, a MP havia sofrido mudanças durante a sua aprovação na Câmara, indicadas pelo relator, o deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que esvaziou o Ministério dos Povos Indígenas, chefiado por Sônia Guajajara (PSOL-SP), retirando da pasta e passando ao Ministério da Justiça a demarcação de terras indígenas, o que é um retrocesso.

Neusa Kanhã Takuá tem usado as mídias sociais para buscar apoio da comunidade brasileira em prol das pautas indígenas e contra o marco temporal. Em vídeo publicado no perfil da aldeia no *Instagram*, ela solicitou: “Peço apoio a toda sociedade brasileira para unir forças e derrubar o PL 490, que é para matar os povos indígenas, nós não vamos sobreviver sem terra, sem ar, sem árvore; a maior biodiversidade está dentro das terras indígenas e nós protegemos isso com nossas vidas e não queremos mais ser massacrados”.

Esse é um ponto em que a Aldeia Tekohá Djey se destaca. Seu ativismo nas redes sociais tem buscado alterar a forma como a sociedade enxerga os povos indígenas e como se relaciona com a sua cultura. No *Instagram*, eles possuem 1.567 seguidores, com 442 *posts* que retratam a vida na aldeia e a defesa dos direitos indígenas, em todas as suas pautas de interesse.

Ainda que a Agenda 2030 não contemple com mais ênfase as causas indígenas, eles buscam no net-ativismo uma maneira de ser ouvidos e ganhar forças com o apoio da comunidade, para pressionar por políticas públicas que defendam os seus direitos.

No estudo “O poder criativo do net-ativismo de povos originários no Brasil”, publicado na Revista Brasileira de Ciência da Comunicação, que examina o conteúdo de *posts* no *Instagram* da Mídia Índia, em 2019, os pesquisadores identificaram que os indígenas têm buscado nas mídias digitais formas de combater estereótipos, em busca do reconhecimento pelas políticas públicas que os afetam.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo, Danilo Rothberg, Nayla Brisoti Barbeta, Ana Beatriz Grandini Casali da Silva e Thais Aparecida de Mello Barion, relatam no artigo que a forma etnocêntrica como os povos originários são tratados, são vistos por essas comunidades, como uma violência à sua cultura e que eles encontram no net-ativismo uma forma de reverter isso:

A rede social foi explorada de modo a se constituir como um espaço de engajamento *on-line* e abertura para vozes silenciadas. Os conteúdos devem servir à projeção de identidades como contraposição e resistência, em um ativismo dirigido contra injustiças e exclusões.

As articulações dos povos indígenas em defesa de seus direitos são um dos diversos movimentos sociais, num país de fronteiras continentais e com tantos contrastes de desenvolvimento como o Brasil, que necessita se organizar entre pares para sensibilizar a sociedade como um todo, para unir esforços e pressionar governos por políticas públicas inclusivas que conectem suas pautas. Assim como os povos originários, outras camadas sociais também são marginalizadas desse dito “desenvolvimento sustentável” e não veem suas necessidades primárias atendidas, seja pela Agenda

2030, seja pelas próprias políticas públicas, em geral, que deveriam cumprir os preceitos da Constituição.

Recomendações

No documento, “Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, a ONU indica seis recomendações que as organizações políticas deveriam praticar para incorporar os ODS aos Programas de Governo:

- O primeiro passo é conhecer e entender os ODS e suas 169 metas e como elas se conectam com as linhas programáticas e ideológicas;
- A próxima etapa consiste em fazer um diagnóstico da situação do país, entendendo os desafios do país e como eles podem ser superados com as propostas dos ODS;
- Na terceira fase, a visão de desenvolvimento e como ele pode transformar a sociedade, através da aceleração dos ODS e o desenvolvimento resiliente, inclusivo e integral;
- No quarto passo, estabelecer os objetivos programáticos em função dos ODS;
- Em seguida, estabelecer um planejamento estratégico, que integre os ODS, segundo suas prioridades estratégicas;
- Por fim, como sexto e último passo, promover mecanismos de prestação das contas, do cumprimento dos ODS.

Como apontado no Relatório Luz, há uma dificuldade de o Brasil atingir essas metas e as camadas sociais mais marginalizadas, como os povos indígenas, negros, mulheres, pobres e LGBTQIA+ serão mais afetadas pelas consequências desse modelo de desenvolvimento econômico desigual e insustentável. O futuro e a sua conta não chegarão? Já chegaram e são evidentes, só não estão sendo sentidos ainda pelas camadas do topo da pirâmide social e por aqueles que têm a caneta na mão, com o poder de estabelecer as políticas públicas do país.

A Agenda 2030 e a causa indígena

Para perceber a presença dos povos indígenas no discurso e atuação da Agenda 2030, foi realizada uma análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as atividades apresentadas na página da ONU no Brasil. Observa-se um panorama geral, com pontos de atenção especial a grupos em situação de vulnerabilidade. No entanto, os povos indígenas não são mencionados diretamente nos ODS. Devemos ter em mente que esse grupo não é universalmente definido e muito menos homogêneo.

De acordo com a própria ONU, existem mais de “476 milhões de povos indígenas” reconhecidos, “que vivem em 90 países ao redor do mundo”. No Brasil, o Instituto Socioambiental (ISA) reporta que são reconhecidos 266 povos indígenas, compostos por 1,7 milhão de pessoas, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Dentre essas pessoas, aproximadamente 867 mil vivem na área conhecida como Amazônia Legal, nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e na parte oeste do Maranhão (ISA, 2023).

A análise da Agenda 2030 foi realizada por meio da revisão completa das atividades-chave nos nove estados mencionados anteriormente e em nível nacional. Cabe destacar que, dos 17 objetivos e 169 metas, não há menção direta a esse grupo, só há referências indiretas quando se fala de forma geral sobre grupos em situação de vulnerabilidade, comunidades locais e quando se faz referência à etnia e à raça. Assim, para determinar em que medida as populações indígenas são incluídas ou integradas nas atividades nacionais, foram selecionadas e anotadas as atividades que mencionam diretamente as populações indígenas e abarquem um ou mais dos estados de interesse.

Entre todas as atividades nacionais, apenas duas mencionam as populações indígenas. A primeira trata da meta 4.7, relacionada à Educação, e refere-se à salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural das comunidades indígenas próximas às fronteiras na Amazônia. A segunda é direcionada à população de mulheres indígenas, quilombolas e de zonas rurais, refere-se às metas 5.1 e 5.5, sobre igualdade de gênero; e 10.2, sobre desigualdade.

Da mesma forma, entre as atividades de âmbito nacional, 15 foram realizadas na área da Amazônia Legal. Dessas, oito se propuseram a estabelecer medidas e práticas sociais, econômicas e produtivas, em prol da sustentabilidade:

- Reforçar os processos de gestão participativa dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico sustentável, a conservação da biodiversidade e a manutenção das reservas de carbono nas zonas úmidas da Amazônia (15.9);
- Rastreio e certificação por meio da Plataforma de Sustentabilidade da Agropecuária Brasileira (16.7 e 16.a);
- Desenvolvimento sustentável da aquicultura (12.2);
- Manutenção de ecossistemas costeiros e marinhos saudáveis (PPG) (5.c, 14.2, 14.c);
- Desenvolvimento de Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil (3.9, 12.4);
- Reforço da capacidade institucional para tratar a diversidade, a inclusão e a sustentabilidade socioambiental (4.1);
- Programa de Assistência à Aplicação da Lei para a Redução do Desflorestamento Tropical (Leap) (12.2, 15.1, 15.2, 16.b);
- Pagamentos baseados em resultados de redução das emissões resultantes do desflorestamento, da degradação florestal e atividades adicionais relacionadas com a gestão sustentável das florestas e a conservação e aumento das reservas de carbono florestal (Redd+) alcançados pelo Brasil no bioma Amazônia em 2014 e 2015 (2.3, 15.2).

Três delas centram-se no desenvolvimento econômico, promovendo:

- O trabalho digno para as pessoas em situação de vulnerabilidade (8.8, 5.2, 5.1);
- O turismo em sítios do património cultural e natural, da economia criativa e de outras políticas de turismo e desenvolvimento sustentável (4.7, 8.3, 11.4);
- A 7ª Fase do Programa de Pequenos Subsídios no Brasil para construir resiliência socioecológica e econômica nos biomas Cerrado e Caatinga (2.3, 2.4, 2.5, 2.a, 5.5, 5.1).

Outras três têm por objetivo a integração e a adaptação dos sistemas para estabelecer:

- Medidas de resposta sustentável, proteção social/integração, contextos humanitários/bater pandemias (3.3);
- Cadeias de valor para medicamentos fitoterápicos (2.3, 2.5, 15.2);
- Inteligência territorial da governança agroambiental no Brasil, a cargo. Integração transetorial entre gestão e território visando resultados em larga escala das políticas públicas agroambientais (15.3).

E só uma visa à melhor adaptação das políticas públicas à população plural do Brasil:

- Apoio ao desenvolvimento de Políticas Públicas com recurso e informação sobre Dinâmica Populacional (1.2, 1.3, 1.4, 3.1, 3.2, 3.7, 10.2, 11.7, 13.1, 17.18).

Nos estados da Amazônia Legal, o total de atividades observadas foi 47, dentre as quais selecionamos aquelas que foram direcionadas à: I. população indígena; II. conservação de recursos naturais na região; III. regulação das práticas produtivas; IV. controle e mitigação dos impactos da Covid-19 na região; V. políticas baseadas nos dados populacionais.

Considerando esses pontos, foram observadas 19 atividades:

I. Atividades que especificam como alvo as populações indígenas, ou tem como eixo a igualdade de raça e etnia (4);

- Projeto Covid-19: Apoio a medidas de emergência e ações de recuperação para enfrentar a Covid-19 nos territórios indígenas da Região Amazônica. Nos estados do Amazonas, Maranhão e Roraima (1.5, 3.1, 3.3, 3.4, 3.7, 3.8, 3.b, 3.d, 5.5, 10.2);
- Intervenções especializadas em nutrição para crianças indígenas menores de cinco anos nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dseis) prioritários. Fortalecendo as capacidades dos gestores, Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e Dseis, profissionais e famílias indígenas em nutrição e alimentação saudável. Amazonas, Pará e Roraima (2.2);

- Direitos Humanos das Mulheres Indígenas e Quilombolas: Uma questão de governança. A UN Women trabalha em parceria com redes de mulheres indígenas e a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) para garantir a integração dos direitos das mulheres nos processos de governança. O projeto também visa abordar as desigualdades e discriminações enfrentadas por elas relacionadas aos impactos do desmatamento e mudanças climáticas, promovendo sua participação nas ações climáticas. Maranhão e Pará (10.2, 5.1, 5.5, 5.c);

- Programa do UNFPA para melhorar e dar apoio geral às atividades de Gênero, Raça e Etnia no Brasil. Maranhão, Distrito Federal, Rio de Janeiro. (1.4, 3.1, 3.2, 3.7, 4.5, 5.1, 5.2, 5.5, 10.2, 17.4);

II. Atividades de promoção da conservação, da gestão e do desenvolvimento sustentável; (5)

- Projeto de Gestão Sustentável da Amazônia (Papes). O objetivo é reduzir a pobreza rural e a degradação ambiental, melhorando os meios de subsistência e a segurança alimentar de comunidades rurais por meio da conservação da Floresta Amazônica. A intervenção visa a aumentar a resiliência de 64.000 pessoas, reduzindo cerca de 6 milhões de toneladas de CO2 equivalente. O projeto beneficia 20.000 famílias de agricultores, incluindo 2.500 comunidades indígenas e tradicionais, com ênfase na participação de mulheres e jovens. Maranhão (1.1, 1.4);

- Apoio ao programa de governação fundiária da região do Matopiba no Brasil. Por meio de capacitação e aplicação de marcos legais e ferramentas técnicas para regularizar terras e fortalecer a segurança jurídica de agricultores familiares e tradicionais em Matopiba, visando a proteger comunidades vulneráveis e seus sistemas agrícolas tradicionais (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) (1.1, 1.2);

- Removendo o desmatamento da cadeia de suprimentos de soja na região de Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) (8.4, 8.2);

- Combate aos Crimes Transnacionais de Conservação na Amazônia (CTCCA). O projeto tem como objetivo melhorar a cooperação regional e capacidade dos atores do sistema de fiscalização e justiça para detectar, interromper, investigar e processar crimes transnacionais de conservação na Amazônia, como tráfico de animais selvagens, desmatamento e pesca ilegais, e crimes relacionados a minerais. Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso (21-22. 13.2, 14.4, 15.1, 15.7, 16.b);

- Unido - Parceria da OIT, do Pnud e da Unep para Ação na Economia Verde (Page). Mato Grosso (8.4).

III. Atividades centradas na melhoria da gestão das atividades econômicas e de produção (3).

- O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), da Ifad, busca reduzir os níveis de pobreza e desigualdade no semiárido, promover a articulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais, além de qualificar os produtores para o desenvolvimento da produção sustentável, incentivando a replicação de boas práticas. Maranhão, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo (1.4, 2.3, 4.4);
- Reforço da resiliência dos meios de subsistência das populações rurais através da promoção de circuitos curtos não agrícolas no pós-pandemia de COVID-19. FAO. Maranhão, Bahia, Goiás, Minas Gerais e Piauí (1.4, 1.5, 2.1);
- Construção da metodologia de governança para políticas territoriais. FAO. Pará e Ceará (1.2, 1.4, 2.1, 2.3).

IV. Atividades destinadas a dar resposta à Covid-19 (5).

- A IOM apoia o Brasil para mitigar o impacto e as consequências da disseminação do Covid-19 e aumentar a resiliência das populações brasileiras vulneráveis. Amazonas, Pará e Roraima (3.8, 6.2)
- Apoio à capacidade local de gestão de casos de Covid-19 e à prestação de cuidados essenciais às populações mais vulneráveis da Região Amazônica. Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso (3.8, 3.b, 3.c, 3.d);
- Resposta aos surtos de Covid-19 na bacia do Norte da Amazônia. Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. (3.8, 3.b, 3.c, 3.d);
- Assistência da Unops para a aquisição de produtos farmacêuticos para a resposta à Covid-19 no Estado do Acre. Acre e Rio Branco (3.8);
- Assistência técnica da Unops para a resposta à pandemia de Covid-19 em Rondônia (3.8).

V. Atividades centradas numa melhor adaptação das políticas públicas. (2)

- Conhecimento, Evidência & Política Social a cargo do Unicef. Melhoria de políticas baseadas em evidências para abordar as causas da exclusão de meninos e meninas e fortalecer os sistemas de proteção social. Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Sergipe e Espírito Santo (1.3);
- Políticas intersetoriais para crianças e adolescentes, Unicef. O governo, nos níveis nacional e subnacional, melhorou sua capacidade de implementar políticas intersetoriais de proteção social com ênfase nas crianças mais vulneráveis. Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Sergipe, São Paulo e Espírito Santo (1.3, 10.2).

Um dado geral importante é que todas as atividades foram realizadas entre 2021 e 2022, não havendo registro de atividades a serem realizadas ou em continuidade a partir de 2023 ou anteriores a 2020.

Para concluir, mais algumas observações: em Tocantins não foi relatada nenhuma atividade específica, mas o estado é mencionado em várias atividades destacadas nos outros. Também nos objetivos 6. Energia acessível e limpa; 8. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Cidades e comunidades sustentáveis; e 11. Consumo e produção sustentável, não foram relatadas atividades na área da Amazônia Legal, nem atividades em nível nacional que atendessem à população indígena. (ONU, 2015).

Relação entre indígenas, água e garimpo

Quando procuramos por “garimpo” no *Google*, a primeira resposta que encontramos é referente à enciclopédia *on-line Wikipédia*, a qual define o termo como sendo uma “[...] atividade extrativa - que pode ser rudimentar ou mecanizada - de substâncias minerais como ouro, diamantes ou outros tipos de minério”. Apesar dessa definição ser amplamente difundida pela população, as consequências ambientais e sociais causadas pelo garimpo não são relatadas. Para entender melhor tais consequências, assim como a relação que os povos Yanomami têm com o garimpo, precisamos investigar como os garimpos ilegais afetam o meio ambiente, assim como as

populações que vivem nessas regiões e sobrevivem da agricultura familiar e do extrativismo.

A Terra Indígena Yanomami foi homologada em 1992 e se localiza no extremo Norte do Brasil, entre os estados de Roraima e Amazonas, como mostrado na figura a seguir:

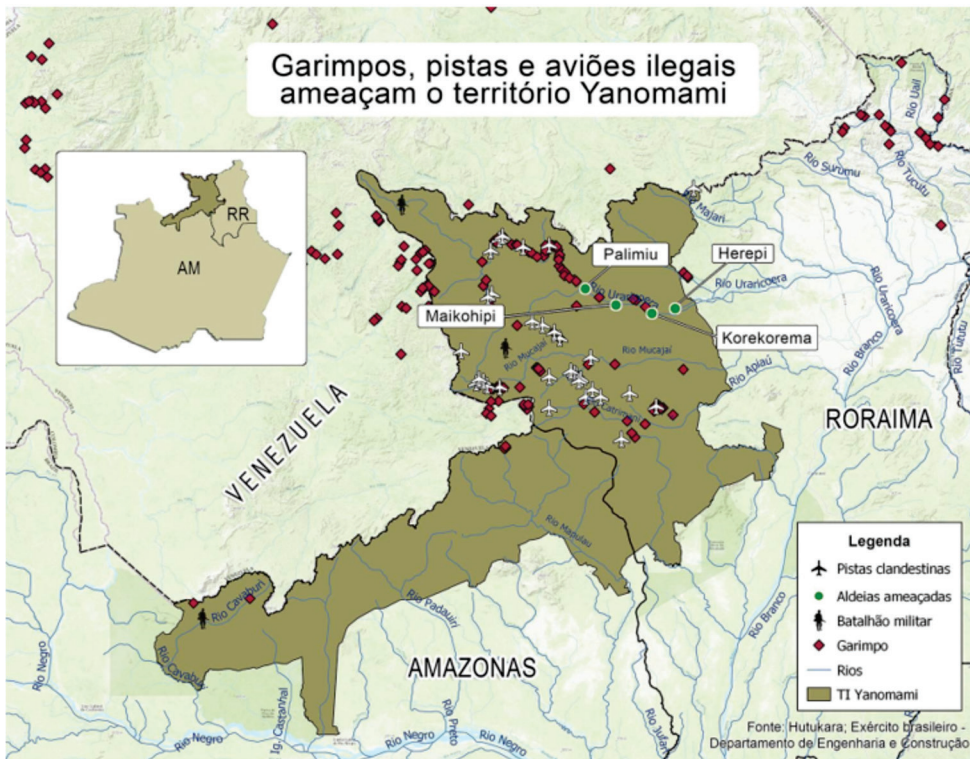
Figura 3 - Território Indígena Yanomami



Fonte: G1, 28 jan. 2023.

Observando a imagem a seguir, podemos perceber que as atividades de garimpo estão concentradas nos leitos dos rios, sendo o Rio Uraricoera o mais afetado. Esse tipo de prática ocorre, pois essa região é considerada um plácer, isso é, formada pela concentração natural de minerais de alto valor econômico (Ramos, 2020). O ouro presente nessas montanhas, onde se encontram as nascentes dos rios, solta-se das rochas por conta do intemperismo, em forma de pequenos grãos, que se acumulam no fundo dos rios. Os garimpeiros fazem a extração desse ouro nas margens dos rios.

Figura 4 - Áreas onde o garimpo provoca crise sanitária na Terra Indígena Yanomami



Fonte: Amazônia Real 2021/Arte: Giovanny Vera.

Apesar desse tipo de extração parecer simples e inofensivo, ele causa inúmeros impactos ambientais, a começar pela retirada da mata ciliar das margens dos rios para a instalação de maquinários como dragas, bicos de jato e retroescavadeiras, causando um desequilíbrio ambiental e assoreamento do leito dos rios. Há também o problema decorrente do processo de escavação dos leitos, que causa mudanças nos fluxos fluviais, podendo alterar o seu curso, afetando todo o ecossistema da região.

O maior problema do garimpo, porém, é a presença do mercúrio, pois o metal é utilizado como uma forma de aglutinar mais facilmente os grânulos de ouro, formando um amálgama de ouro com mercúrio. Posteriormente, esse amálgama é queimado e o ouro é separado, enquanto o mercúrio se transforma em gás, que precipita na forma de metilmercúrio por toda a região (De-Paula, 2006; Ramos, 2020). No processo de extração do ouro, estudos demonstram que 20% do mercúrio manipulado é despejado nos rios, enquanto os outros 80% evaporam para a atmosfera (Ramos, 2020).

O mercúrio é um metal barato, que, ao entrar em contato com o ouro, não altera a composição química desse, além de ter uma temperatura de ebulição muito mais baixa que a do ouro, tornando-o bastante viável para ser utilizado no garimpo. Em contrapartida, o mercúrio é uma substância que interage facilmente com moléculas biológicas, acumulando-se dentro dos tecidos dos organismos. Esse processo é chamado de bioacumulação e pode ocorrer de duas maneiras: a primeira é por meio do contato direto com o mercúrio no ambiente, principalmente, pela inalação do gás presente na atmosfera; a segunda forma de contaminação é pela alimentação. Esse segundo processo é bastante prejudicial a toda a cadeia alimentar, uma vez que um animal predador irá acumular em seu organismo uma concentração muito maior de mercúrio que o encontrado em suas presas.

Como a maior parte do mercúrio utilizado no garimpo afeta diretamente o ciclo da água, seja ele jogado diretamente nos rios ou devolvido ao lençol freático através da precipitação, o ambiente aquático é o mais prejudicado por todo o processo. No caso dos indígenas Yanomami, que usam a pesca como sua maior fonte de proteína (Ramos, 2020), a bioacumulação de mercúrio em seus corpos é muito alta.

O problema de ter uma bioacumulação de mercúrio no ambiente está relacionado à toxicidade e à capacidade mutagênica desse metal. No corpo humano, a exposição prolongada ao mercúrio pode causar centenas de problemas de saúde, detectados por sintomas como vômitos e diarreias, câncer de pulmão, fígado e rins, problemas de fertilidade e anomalias cromossômicas, até coma e morte.

Se temos conhecimento de todos os problemas ambientais e sociais que a prática do garimpo causa, principalmente nas comunidades mais próximas, por que esses problemas continuam ocorrendo? Quantos Yanomami precisarão morrer para que algo seja feito?

Desenvolvimento sustentável e respeito aos povos originários

Segundo a ONU, “desenvolvimento sustentável é [aquele] que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades”, ou seja, desenvolver uma sociedade que utilize os recursos naturais renováveis

sem degradar os ecossistemas para que as próximas gerações possam fazer o mesmo.

Para que o desenvolvimento sustentável ocorra, precisamos ter o governo, a sociedade e o setor privado trabalhando em conjunto para que haja um crescimento econômico que permita a inclusão social de comunidades marginalizadas e que se preocupe com proteção ambiental. Quando comparamos, porém, esse tipo de desenvolvimento com a realidade brasileira, percebemos o quão distante estamos desses objetivos, conforme demonstrado no tópico “O atendimento dos ODS pela sociedade brasileira e o engajamento da política nacional com a Agenda 2030”.

Ao analisarmos a definição da ONU sobre desenvolvimento sustentável, percebemos uma preocupação muito grande com a sociedade do futuro. O desenvolvimento sustentável, porém, deve ser entendido como algo importante para as pessoas do presente, pois são elas que já estão sofrendo com os efeitos da exploração não consciente dos recursos naturais, que causa falta d’água, escassez de alimento, dificuldade de acesso à saúde, entre outros problemas. Nesse sentido, temos aqui um primeiro exemplo da importância do desenvolvimento sustentável, isso é, evitar esses cenários.

Durante a entrevista com Neusa Kanhã Takuá, ela relatou o problema da escassez de água que sua comunidade enfrentou há dois anos, por causa do desmatamento nas regiões de nascentes de rios dentro das terras indígenas, para a construção de *resorts* em Paraty (RJ). Ela contou como seu falecido irmão, ao entender o problema, iniciou por conta própria o reflorestamento dessa região, com o plantio de 1.500 árvores nativas da Mata Atlântica e 500 árvores frutíferas, conseguindo, assim, recuperar essas nascentes.

Hoje em dia, Neusa continua esse projeto de reflorestamento, e, no ano passado, sua comunidade bateu o recorde de 3 mil mudas plantadas em toda a extensão territorial pertencente a ela. Outro exemplo de como as comunidades indígenas são essenciais para a preservação do meio ambiente se dá nos relatos da aldeia Kalipevy, da terra indígena Tenondé Porã, do povo Guarani, localizada no norte da cidade de São Paulo.

Dentro das terras dessa comunidade encontra-se a única cachoeira de água potável da Grande São Paulo, recuperada pelos indígenas. Esses

relatos mostram a preocupação das comunidades indígenas com a recuperação dos ambientes naturais e o quanto preservá-las é importante para toda a população, pois foi graças às ações de reflorestamento que a falta de água na região foi atenuada.

Outro ponto importante do desenvolvimento sustentável é uma produção de alimentos mais respeitosa com a natureza, que não utilize agrotóxicos ou outros processos da monocultura, principal causadora do empobrecimento de nutrientes do solo, retirados da cobertura vegetal, causando a erosão e o desequilíbrio ecológico. A agrofloresta ou sistema agroflorestal (SAF) é a representação desse tipo de produção agrícola não invasiva. O SAF reúne as culturas de importância agrônômica em consórcio com as plantas que integram a floresta, ou seja, em vez de desmatar uma região para fazer uma monocultura de milho, a plantação de milho é integrada à de mandioca, feijão e outros alimentos. Tudo dentro da floresta.

A importância de se utilizar esse sistema está em preservar a biodiversidade local e evitar o uso de agrotóxicos, pois, quando temos um ambiente equilibrado, não há a propagação de pragas nas plantações. Apesar desse conceito de SAF ser algo relativamente novo na comunidade acadêmica, existem relatos de plantações desse tipo sendo utilizadas pelas comunidades tradicionais da Amazônia há mais de 4 mil anos.

Neusa Kanhã Takuá fala brevemente sobre esse tipo de plantação “dentro da floresta”, nas palavras dela, onde sua comunidade planta mandioca, cana de açúcar, hortaliças e muitas variedades de milho guarani. Essas variedades são importantes, pois, são os milhos selvagens, que eram cultivados pelas comunidades tradicionais brasileiras e que, por conta da colonização e, posteriormente, da monocultura e do melhoramento genético, acabaram se perdendo. Em uma visita realizada à aldeia indígena Kalipety, a cacique Jera relatou que sua comunidade conseguiu recuperar as variedades de milho a partir de doações realizadas por indígenas guaranis do Paraguai, que haviam preservado essas sementes e a forma de cultivo.

Figura 5 - Variedades de milho guarani da Aldeia indígena Kalipety



Fonte: Vanessa Lourenço de Souza.

Podemos observar, tanto nos relatos de Neusa Kanhã Takuá quanto nos da comunidade de Kalipety, que a recuperação dos ambientes degradados foi realizada sem a ajuda governamental, e, por esse motivo, o processo foi mais demorado e custoso para a população local. Neusa menciona também que sua comunidade precisa de ajuda para comprar materiais agrícolas como enxadas, galochas, lanternas e, principalmente, mudas de plantas, pois os materiais que eles possuem são escassos, normalmente, provenientes de doações.

A demarcação das terras indígenas, o cumprimento das leis para pessoas físicas ou jurídicas que invadem essas terras, o saneamento básico, o acesso à Educação e à Saúde são alguns dos exemplos de medidas governamentais que podem melhorar a vida dessas populações. É notável, pelo acima mencionado, que preservar essas populações e garantir seus direitos de existir em determinado local gera benefícios para a sociedade como um todo. Assim, uma ação efetiva dos governos para ajudar as comunidades tradicionais vai ao encontro com o esperado quando falamos de desenvolvimento sustentável.

Ainda que existam outros pontos a serem debatidos sobre desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente nos últimos anos tem se mostrado politicamente atraente no âmbito mundial, como pudemos observar no início do Governo Lula 3 (2022), quando a reativação do

Fundo da Amazônia trouxe R\$ 3 bilhões em investimentos noruegueses para serem aplicados em projetos de preservação da região. A participação de Lula na COP 27, em 2022, também gerou grandes expectativas entre os países participantes, pois esperava-se que, com o novo mandato, o Brasil retornasse como ator propositivo sobre a questão climática no cenário internacional. Esses exemplos evidenciam a importância do desenvolvimento sustentável não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também por seu valor político na contemporaneidade.

Pudemos observar ainda que, graças às ações de preservação das comunidades indígenas brasileiras, mesmo os ambientes mais degradados estão sendo recuperados e essa conservação é importante tanto para as comunidades locais quanto para toda a sociedade. Isso mostra que é preciso haver uma ação conjunta entre os governos, setores privados e toda a sociedade, para conseguirmos de fato implementar políticas de desenvolvimento sustentável, e, enfim, colhermos seus bons frutos.

Paradigma dos direitos humanos

Quando falamos de povos indígenas, a quem é que nos referimos? Como é que os identificamos? E, mais importante, como é que eles se identificam?

Falamos de um termo ambíguo, imposto a grupos que, de uma forma ou de outra, foram confrontados com uma alteridade que, ao nomeá-los, os uniu. Em princípio, sob um único conceito, a descendência. Nesse sentido, a Convenção nº 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (OIT, 1989) reconhece duas identidades que pertencem a esse grupo:

- “Os povos tribais, definidos pelo fato de as suas condições sociais, culturais e econômicas os distinguirem de outros setores da comunidade nacional, para além de serem regidos, ainda que parcialmente, por uma legislação especial própria.
- Povos indígenas, que descendem de populações que habitavam, na altura em que foram estabelecidas as atuais fronteiras estatais, a região geográfica atualmente abrangida por um ou mais Estados-nação e que conservam algumas das suas próprias instituições sociais, económicas, culturais e políticas” (OIT, 1989, p. 20).

Em termos comunitários, as definições acima são exatas, uma vez que apontam para mais do que um identificador externo para determinar quem pertence ou não a esse grupo. No entanto, não são satisfatórias em nível individual. Não abrangem os aspectos identitários de uma só pessoa, nem têm em conta o livre desenvolvimento da personalidade de quem pertence a esse grupo no contexto do mundo globalizado. A identidade, nesse caso, a identidade indígena, não deve ser limitada pela permanência numa comunidade nem deve ser um aspecto limitativo para quem a possui.

Embora a coexistência de ambas as visões do mundo, a individualizada e a comunitária, não pareça possível, a liberdade de autodeterminação, juntamente com os aspectos acima referidos, permite vislumbrar um caminho a seguir. Na própria Convenção, encontramos isso refletido no parágrafo 2. “O conhecimento da sua identidade indígena ou tribal deve ser considerado um critério fundamental [...]” (pp. 20-21).

Da mesma forma, na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), os artigos 3, 4 e 5 definem os direitos à autodeterminação, à autonomia e ao autogoverno, especificando que “[...] determinam livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural. Têm o direito à autonomia ou autogoverno em questões relacionadas com os seus assuntos internos e locais” e a “[...] preservar e reforçar as suas próprias instituições políticas, jurídicas, económicas, sociais e culturais, mantendo o seu direito de participar plenamente, se assim o desejarem, na vida política, económica, social e cultural do Estado”.

São esses direitos que provocam maior discrepância e desconforto na população que não se considera indígena, pois parece que defendem os direitos das comunidades em detrimento dos do indivíduo, violando mesmo os direitos do indivíduo. Não é o caso; no âmbito dos Direitos Humanos, há uma série de princípios que orientam a sua interpretação. Os eixos principais são aqueles que afirmam que os Direitos Humanos são universais, inalienáveis, indivisíveis, interdependentes e progressivos. Isso implica que não se sobrepõem uns aos outros, nem uns têm mais peso do que outros, ou seja, ao aplicar o princípio hermenêutico do Pro Persona, os direitos de cada membro da sociedade terão sempre maior peso do que os da sociedade como um todo etéreo.

No mesmo sentido, o Artigo 46 da Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas estabelece o seguinte: “1. Nada do que está contido nesta Declaração será interpretado no sentido de conferir a um Estado, povo, grupo ou pessoa qualquer direito de participar de uma atividade ou realizar um ato contrário à Carta das Nações Unidas, nem será entendido no sentido de autorizar ou encorajar qualquer ação destinada a quebrar ou prejudicar, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes” (Da versão em espanhol).

Finalmente, de um ponto de vista crítico, propomos que se podem observar três posições antagônicas. A primeira, denominada “tradicionalista”, refere-se à visão que relega esses povos a um passado vivo que deve ser preservado a todo o custo, encerrando-os num espaço-tempo conceitualmente tradicional, no qual desempenham apenas o papel de objeto de estudo e/ou de causa. A partir dessa posição, o objetivo é preservar o que é reconhecido como tradições e outros aspectos culturais determinados como autóctones pertencentes a um ou mais grupos indígenas.

O discurso baseia-se no fato de, historicamente, as populações indígenas terem sido desestruturadas pelas imposições da conquista e da colonização. Isso constrói e alimenta a ideia de que a sua cultura passada foi perturbada e precisa ser reconstruída e preservada (Said, 1978).

O problema com essa posição e abordagem é que, por um lado, faz lembrar os primeiros estudos antropológicos, nos quais existia a figura do Explorador (o observador) e do Selvagem (o observado) (Barley, 1989). Por outro lado, vê a cultura como algo estático, que não se move, e que se exprime através de tradições. O termo tradição é igualmente problemático, pois implica um *habitus* socialmente enraizado, que perdura no tempo e é transmitido entre gerações. No entanto, a linha que separa a tradição da modernidade/contemporaneidade parece, por vezes, ser um pouco tímida.

A segunda refere-se à perspectiva que procura “incluí-los” no mundo contemporâneo, rejeitando tudo o que não vem dele, de forma forçada, e ignorando o fato de que essa mesma sociedade os discrimina profundamente e os julga com base no racismo e no classicismo. O problema dessa visão é talvez o mais óbvio, pois, é, provavelmente, a mais difundida das posições. Implica a integração das populações indígenas, sobretudo nas

expectativas de produtividade do trabalho. Ignora diferenças estruturais que têm, de fato, uma causalidade histórica, como o acesso à educação escolar, o uso da língua oficial, entre outras (De Oliveira, 2006).

Por fim, a última posição a ser explorada é a da omissão. Essa é a que ignora os problemas específicos, as realidades materiais e as causas, e se concentra em soluções gerais que abrangem toda a população, num “deveria ser” ou numa imagem ideal do país ou da sociedade que evita falar de realidades e, sobretudo, ignora as causas que as constroem.

Atendimento às necessidades dos povos indígenas

A simples junção dos conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade pode parecer contraditória. É importante ressaltar que o esforço ativo do Estado em prol do Desenvolvimento Sustentável implica na contemplação e na reestruturação da própria ideia de desenvolvimento. Para que ela seja compatível com o adjetivo que a define. Além disso, regido pelo eixo principal sustentabilidade, requer a contemplação e a participação de todos os atores sociais que compõem o Estado em questão. Assim, a elaboração de um plano requer, intrinsecamente, a inclusão e a participação dos povos indígenas, no plural, considerando e compreendendo as necessidades e os interesses dos múltiplos grupos que os compõem.

Com relação à definição de termos, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em sua resolução sobre desenvolvimento, 51/240, de 1997, afirma que: “O desenvolvimento é uma das principais prioridades das Nações Unidas. [...] é um empreendimento multidimensional para alcançar uma melhor qualidade de vida para todos os povos”. E, continua, indicando a importância de “desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental” como “componentes interdependentes e mutuamente reforçados do desenvolvimento sustentável” (p. 2).

Novamente nesse ponto, é importante destacar a observação de que há diferentes maneiras de abordar o desenvolvimento, com metas e abordagens que dependem dos interesses subjacentes do Estado. Além disso, chama a atenção o fato de ser estabelecido como um dos eixos mais importantes de atuação da ONU, o que denota o posicionamento de pelo menos a maioria dos Estados Partes.

O Brasil, de acordo com o *Commodities & Development Report 2021: Escaping from the Commodity Dependence Trap through Technology and Innovation*, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), não é dependente da produção e exportação de *commodities* (p. 43). Pelos padrões internacionais, isso significa que a porcentagem de sua economia que depende de *commodities* não é excessiva. Isso é desejável, pois, geralmente, indica diversificação em termos econômicos e limita o impacto que as recessões e outras mudanças de mercado podem ter nas economias nacionais.

Em termos gerais, diz-se que um país é dependente das *commodities* quando pelo menos 60% de suas receitas de exportação provêm desse setor (Unctad, 2021, p. xi). O mesmo relatório refere-se ainda que: “[...] a dependência de *commodities* está associada a problemas como crescimento lento, estrutura econômica não diversificada, baixo desenvolvimento humano, volatilidade da renda, instabilidade macroeconômica, doença holandesa, instabilidade política, má-governança política e econômica, fluxos financeiros ilícitos, baixo desenvolvimento social, bem como alta exposição a choques, incluindo aqueles resultantes de mudanças climáticas e pandemias como a doença do novo coronavírus de 2019 (Covid-19)” (Tradução livre do original em inglês).

É nesse contexto que se destacam a recente crise humanitária e as consequentes resoluções tanto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) quanto da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Em 17 de julho de 2020, a CIDH, por meio de sua Resolução 35/2020, concedeu medidas cautelares a membros dos povos indígenas Yanomami e Ye’kwana, após as alegações e dados apresentados pela Hutukara Associação Yanomami e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos.

A resolução se baseia nos dados apresentados tanto pelos petionários quanto pelo Estado, que responderam à solicitação de informações da CIDH. Em primeiro lugar, os petionários informaram que a Terra Indígena Yanomami (TIY) está localizada na região interfluvial Orinoco-Amazonas, com uma população total de quase 26.000 pessoas, distribuídas em 321 aldeias, incluindo grupos em isolamento voluntário. Os Yanomami e Ye’kwana enfrentam um risco específico, devido à pandemia da Covid-19. A alta incidência de doenças respiratórias nessas aldeias é mencionada, com um aumento de 6% nas mortes de crianças de 0 a 14 anos e um aumento

de 300% na população acima de 50 anos. Casos e mortes por Covid-19 foram relatados na TIY, e são observadas deficiências no sistema de saúde indígena nesse território, que foi avaliado como o segundo mais crítico entre os 34 distritos de saúde indígena do país.

Em resumo, os Yanomami e os Ye'kwana da TIY enfrentam riscos significativos em relação à pandemia da Covid-19. Eles têm comorbidades e deficiências no sistema de saúde, com um aumento nas mortes por doenças respiratórias. Além disso, as medidas de prevenção e o plano de contingência não consideram as particularidades socioculturais desses povos, nem protegem adequadamente os grupos em isolamento voluntário em uma região afetada pela mineração (p. 1-4).

No que diz respeito ao Estado, a resolução afirma que foram tomadas medidas em relação à situação dos povos indígenas Yanomami durante a pandemia da Covid-19 e para proteger seu território. As diferentes ações estão listadas nas páginas 4-8 do Relatório. No entanto, após análise, a resolução é clara e conclui a favor dos solicitantes. Posteriormente, em dezembro do mesmo ano, a comissão concedeu, mais uma vez, medidas cautelares aos povos.

Dois anos depois, em 18 de maio de 2022, juntamente com a Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Redesca), a comissão expressou novamente sua preocupação com a crise humanitária causada pela discriminação étnico-racial e pela invasão de extrativistas ilegais no território Yanomami no Brasil, e solicitou medidas provisórias à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Em 1º de julho, a CIDH decidiu conceder essas medidas:

A presente solicitação de medidas provisórias não se origina em um caso perante a Corte, mas sim no contexto de duas medidas cautelares adotadas pela Comissão Interamericana [...] em benefício de dois membros dos Povos Indígenas Yanomami e Ye'kwana que se encontram na Terra Indígena Yanomami, e dos membros do Povo Indígena Munduruku que se encontram nos Territórios Munduruku, Sai Cinza, Kayabi, Praia do Índio do Mangue, Sawré Myubu e Sawré Bapin, respectivamente.

É importante destacar alguns pontos. Primeiramente, nenhuma das resoluções dos órgãos acima mencionados é vinculante, ou seja, ficam a

critério do Estado, e nas mãos daqueles que o representam, as ações que devem ou não ser tomadas com base nessas resoluções. Como princípio geral, a boa-fé é presumida com relação à vontade de implementar acordos internacionais de Direitos Humanos. Por outro lado, nessa mesma estrutura, a responsabilidade de responder sempre recai sobre o Estado. São as ações ou omissões do Estado que levarão à garantia ou à possível violação de direitos.

De um ponto de vista social, podemos encontrar esperança ao olhar para a história do Brasil e compreender como, no passado, dois espaços que convergem e entram constantemente em conflito aparente conseguiram se unir. A proteção ambiental e os direitos dos trabalhadores não são questões antagônicas; basta olhar para a experiência de Chico Mendes, seringueiro, sindicalista, ativista político e líder ambientalista, assassinado a tiros em 1988 a mando de fazendeiros do Acre. Embora as posições e demandas dos movimentos que pressionam por demarcações territoriais, por exemplo, não tenham sido plenamente atendidas, é inegável o diálogo e o caminho que se estabeleceu.

No entanto, a resposta para a inclusão de diferentes grupos e etnias e a construção plural não se encontram fora das comunidades nem longe das pessoas. É nesse sentido que vale a pena estabelecer metas e objetivos que possam ser adaptados às exigências, necessidades e mudanças culturais e sociais emergentes. As necessidades de comércio, de produção e de desenvolvimento não podem ser postas de lado por razões protecionistas, mas esses objetivos e vias de desenvolvimento podem ser repensados, para que compreendam as necessidades dessas “outras realidades”.

Referências

Agência Brasil. **Ministério dos Povos Indígenas diz que marco temporal é “genocídio”**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/ministerio-dos-povos-indigenas-diz-que-marco-temporal-e-genocidio>. Acesso em: 06 de agosto de 2023

AZEVEDO, V.; SEABRA, C. Relator fortalece ministérios do centrão e desidrata política ambiental de Lula. **Folha de São Paulo**. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/relator-fortalece-ministerios-do-centrao-e-desidrata-politica-ambiental-de-lula.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2023

FAGUNDES, M.; SOARES, G. Senado aprova MP da Esplanada no limite do prazo. **Poder 360**. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/senado-aprova-mp-da-esplanada-no-limite-do-prazo/>. Acesso em 11 jun. 2023.

GTAGENDA 2030 – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. **VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. 2022. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/06/rl_2022-completoweb-30_06_01.pdf. Acesso em: 01 maio 2023.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Com quase 35 milhões de habitantes sem água, Brasil precisará mais que dobrar investimentos para universalizar o saneamento**. 2021. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/com-quase-35-milhoes-de-habitantes-sem-agua-brasil-precisara-mais-que-dobrar-investimentos-para-universalizar-o-saneamento/>. Acesso em: 01 maio 2023

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Desigualdade de três dígitos: O Ranking do Saneamento 2023 destaca que o tratamento de esgoto é 340% maior nos 20 municípios mais bem colocados do que nos 20 piores do Brasil**. 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/03/Press-release-ATUALIZADO-Ranking-do-Saneamento-2023-2.pdf>. Acesso em: 1 maio 2023.

ONU. **A ONU e o Meio Ambiente**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 01 jun. 2023.

ONU. **Transformando nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 30 maio 2023.

ROTHBERG, D.; BARBETA, N. B.; SILVA, A. B. G. C.; BARION, T. A. de M. O poder criativo do net-ativismo de povos originários no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 45, p. e2022121, 2022. DOI: 10.1590/1809-58442022121pt. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4308>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UNICEF. **UNICEF leva absorventes e informação a mais de 55 mil adolescentes e jovens que menstruam no Norte e Nordeste**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-leva-absorventes-e-informacao-mais-de-55-mil-adolescentes-e-jovens-que-menstruam>. Acesso em 09 jun.2023

UOL. **Deputada indígena que votou pelo marco temporal: ‘Não voltaremos a 1500’**. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/31/deputada-indigena-que-votou-pelo-marco-temporal-nao-voltaremos-a-1500.htm>. Acesso em 10 jun. 2023.

VIVAS, F.; FALCÃO M. STF pode julgar marco temporal nesta quarta; indígenas acompanharão no plenário. **G1**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/06/07/stf-pode-julgar-marco-temporal-nesta-quarta-indigenas-acompanharao-no-plenario.ghtml>. Acesso em: 07 jun. 2023.

BARCA, S., BENÍTEZ, C., MILANEZ, F. **El común y la violencia política en la Amazonía Brasileña: la lucha de la Aliança dos Povos da Floresta**. Universidade de Salamanca. 2022

BARLEY, N. **El antropólogo inocente**. Barcelona, Editorial Anagrama. 1989.

DE OLIVEIRA, J.P. **Pluralizando tradiciones etnográficas: sobre un cierto malestar en la antropología**. Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil. 1ed. Rio de Janeiro. 2006. (P. 201-218).

CIDH Nº 015/2023

CIDH RESOLUÇÃO 35/2020

CIDH RESOLUÇÃO 2022/07

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010**. 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 12 jun 2023.

ISA. **Dónde están**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/es/Demarcaciones>>. Acesso em: 12 jun. de 2023.

Oficina del Alto Comisionado en Derechos Humanos. **Los pueblos indígenas y el sistema de derechos humanos de las Naciones Unidas**. 2013. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/fs9Rev.2_SP.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ONU. **Los pueblos indígenas**. Disponível em: <<https://www.un.org/es/fight-racism/vulnerable-groups/indigenous-peoples>> Acesso em: 12 jun. 2023.

ONU. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ONU. **Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los pueblos indígenas**. 2007. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_es.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

OIT. **Convenio Núm.169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales**. 1989. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_345065.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2023.

SAID, E. W. **Orientalism**. 1978. New York, Pantheon Books.

UNCTAD. **COMMODITIES & DEVELOPMENT REPORT**. 2021. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/ditccom2021d1_en.pdf?utm_source=UNCTAD+Media+Contacts&utm_campaign=74d5614a19-EMAIL_CAMPAIGN_2020_06_10_03_40_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_1b47b7abd3-74d5614a19-64976393>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Amazônia Real. **Crianças Yanomami foram as maiores vítimas**. Disponível em: <<https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-2/>> Acesso em: 10 jun. 2023.

Green Peace. **Garimpo ilegal: quais são os impactos e prejuízos deste crime?** Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garimpo-ilegal-quais-sao>>

os-impactos-e-prejuizos-deste-crime/#:~:text=Primeiramente%2C%20%C3%A9%20preciso%20lembrar%20que,e%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20de%20habitats%20naturais> Acesso em: 10 jun. 2023.

ONU. **Sustainable Development Goals**. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>> Acesso em: 11 jul. 2023.

Wikipédia. **Agrofloresta**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Agrofloresta>> Acesso em: 11 jul. 2023.

UOL. **Lula vai à COP27**: O que é esse evento e qual importância dele para o país? Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/11/05/lula-vai-a-cop27-o-que-e-esse-evento-e-qual-importancia-dele-para-o-pais.htm>> Acesso em: 12 jun. 2023.

G1. **Noruega investe R\$ 3 bilhões no Fundo Amazônia, reativado pelo presidente Lula**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/03/noruega-investe-r-3-bilhoes-no-fundo-amazonia-reativado-pelo-presidente-lula.ghtml> > Acesso em: 12 jun. 2023.

DE-PAULA, V. G.; LAMAS-CORRÊA, R.; TUTUNJI, V. L. Garimpo e mercúrio: impactos ambientais e saúde humana. **Universitas: Ciência da Saúde**, v. 4, n° 1-2, p. 101-110, 2006.

SOUZA, H. E.; JÚNIOR, Z. O. Degradação e violência na Terra Indígena Yanomami: análise do contato entre o indígena e o garimpeiro. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 10, n° 3, p. 225-238, 2022.

RAMOS, A. R. A.; de OLIVEIRA, K. A.; RODRIGUES, F. S. Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades. **Revista Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-22, 2020.

CAPÍTULO 6

DA CRISE HUMANITÁRIA AOS AVANÇOS POLÍTICOS: Reflexões para o futuro

Letícia Larieira
Thaís Popets

Como um exercício de reflexão acerca da representação dos indígenas Yanomami na cultura brasileira, mídia, jornalismo e educação, ao longo do livro foram debatidos diversos aspectos relacionados à crise humanitária infligida à população originária. Para estabelecer conexões entre as discussões propostas e apontar para questões do futuro dos povos indígenas, este capítulo contextualiza a tragédia que se abateu sobre o povo Yanomami com base na definição de crise humanitária. Além disso, busca respostas para a resolução da crise à luz dos Direitos Humanos e reflete sobre os possíveis futuros para a segurança, bem-estar e cidadania dessas populações.

O presente capítulo também indica os caminhos para os quais as políticas públicas brasileiras têm apontado em relação aos povos originários e faz reflexões a partir de alguns conceitos relacionados à problemática, como futuro ancestral e desenvolvimento sustentável. Aborda ainda questões contemporâneas da proteção aos indígenas, relatando eventos políticos recentes e problemáticas identificadas na pesquisa.

Entre os métodos de pesquisa utilizados, estão a análise de reportagens sobre a crise dos Yanomami, entrevistas com advogados e ativistas, além de consulta bibliográfica sobre crise humanitária, genocídio, emergência humanitária, futuro ancestral, Direitos Humanos, direitos indígenas e desenvolvimento sustentável.

Crise humanitária e genocídio dos Yanomami: Uma tragédia anunciada

Conforme relatado ao longo desta publicação, o povo Yanomami sofreu com diversos acontecimentos que trouxeram prejuízos à saúde, ao bem-estar e à segurança daquela população. Entre os desastres, muitas vezes, de origem multifatorial, estão a desnutrição e a fome, as ameaças de segurança e a contaminação ambiental devido ao garimpo, as doenças decorrentes da falta de condições de saúde, além de crimes sexuais contra crianças e adolescentes da comunidade.

Diante desse cenário, é fundamental analisar os acontecimentos infligidos aos Yanomami à luz de definições do direito internacional e dos Direitos Humanos para termos como genocídio, violações de direitos e crise humanitária, para compreender a extensão dos danos causados à população indígena.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), uma crise humanitária pode ser definida como “qualquer circunstância em que a necessidade humanitária é suficientemente vasta e complexa, requerendo ajuda e recursos externos, além de uma resposta multissetorial com o engajamento de um amplo campo de atores humanitários” (Oxfam Brasil, 2021, *on-line*)¹. Ainda de acordo com o organismo internacional, a emergência humanitária pode ser caracterizada como “uma situação que ameaça a vida e o bem-estar de uma população e requer ação extraordinária para garantir sua sobrevivência, cuidado e proteção”.

Nesse âmbito, podemos relacionar a definição com eventos trágicos e desastres de toda natureza, que ameaçam uma determinada população. Por sua vez, a divisão da ONU para Redução dos Riscos de Desastres (2009) define “desastres” como “uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, envolvendo vastos impactos e perdas materiais, econômicos ou ambientais, excedendo a habilidade da comunidade afetada em responder ao acontecimento com seus próprios recursos”.

Conforme exemplificam Townes, Gerber e Anderson (2018), uma emergência humanitária pode ser causada tanto por um desastre de proporções locais, como um tornado que atinge uma pequena comunidade rural ou

1 Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-a-importancia-do-trabalho-humanitario-pelo-mundo-e-nossas-acoes-no-brasil/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

um evento de proporções nacionais, como uma guerra. Ainda segundo os autores, conforme entendimento também da ONU, para ser configurado como crise humanitária, um desastre deve exceder as capacidades de resposta locais, requerendo ajuda externa.

De acordo com classificação de Townes, Gerber e Anderson (2018), os desastres podem ser classificados em duas categorias: naturais e provocados por ação humana. Dentre os desastres naturais, existem três subcategorias: de impacto repentino (como terremotos, tornados, tsunamis, erupções vulcânicas etc); de impacto progressivo (fome, seca, infestação de pestes, desmatamento etc); e doenças epidêmicas (como visto recentemente com a Covid-19). Já em relação às ações humanas, existem duas subcategorias: industriais ou tecnológicas (poluição, incêndios, explosões etc.); e emergências complexas (guerras, conflitos civis, agressões armadas).

Consideradas as definições e categorizações acima, e analisando os eventos ocorridos aos Yanomami relatados ao longo deste livro, podemos concluir que a população se encontrou diante de uma crise humanitária, que ainda persiste, apesar de melhorias que já foram implantadas. Ao considerarmos os eventos relatados, como a negligência do governo federal com a população Yanomami e o garimpo ilegal na área (desastres decorrentes da ação humana), além da pandemia que acometeu todo o país (desastre de ordem natural), podemos considerar que os eventos ocorridos na região impactaram negativamente a saúde, a segurança e o bem-estar da população. A gravidade dos acontecimentos levou à necessidade de intervenção externa. Portanto, há todos os elementos que configuram a situação como uma crise humanitária nos termos definidos pela ONU.

Apesar da emergência humanitária estar em curso há alguns anos, as notícias sobre a situação dos Yanomami veiculadas no início de 2023 causaram espanto em boa parte da população brasileira, que, até então, desconhecia a problemática. A exposição do tema na mídia gerou todo tipo de comoção na sociedade, como notas de repúdio de diversas organizações envolvidas com a defesa dos Direitos Humanos, manifestações nas redes sociais, intensa cobertura da imprensa e até mesmo campanhas de arrecadação de recursos a serem destinados à população Yanomami.

À primeira vista, principalmente, para as gerações mais jovens, a questão pode parecer um problema inédito, exclusivo de nossos tempos. Entretanto, há diversos indícios de que a negligência em relação ao povo

Yanomami e outras etnias indígenas tem sido uma tragédia recorrente ao longo da história brasileira, sendo uma crise anunciada desde o século passado, com vários atores alertando para uma iminente, e recorrente, tragédia.

Reportagem da *Folha de S. Paulo*, em 4 de dezembro de 2021, intitulada “Yanomamis² revivem ameaça de extermínio com garimpo e omissão governamental”, traz elementos que demonstram a recorrente negligência à população indígena. A reportagem demonstra que, já nos anos 1980, portanto, há quatro décadas, o povo Yanomami sofria com a invasão de garimpeiros ao seu território e as consequências da prática do garimpo ilegal, como a proliferação de doenças e a poluição da floresta, que comprometiam as fontes de alimentação e água, além da precarização dos serviços públicos de assistência na região.

O texto ressalta, por exemplo, que a malária e a desnutrição, decorrentes da negligência das autoridades da época, causaram a morte de cerca de 15% dos indígenas entre 1987 e 1989, chegando a dizimar quase metade da população em algumas tribos. Dada a gravidade da situação emergencial, em 1991, o governo federal reconheceu a obrigação do Estado em proteger esse povo, criando o Distrito Sanitário Especial Indígena na região, sistema de assistência à saúde responsável em atender à população³.

Além dos indícios de negligência históricos relatados, a tragédia seguiu em curso em anos recentes, apesar dos dispositivos de proteção. Durante o governo do presidente Michel Temer, ainda em 2016, um decreto bloqueou recursos para órgãos federais e cortou em 38% os valores repassados à Fundação Nacional do Índio (Funai), o que gerou preocupações para entidades e ativistas indígenas. Eles alegavam que os cortes poderiam comprometer a sobrevivência, a saúde e a segurança de comunidades isoladas (Amazônia Legal, 2016).

Com órgãos de proteção aos indígenas sucateados, a questão se tornou ainda mais grave durante o governo Bolsonaro: segundo reportagem da *BBC Brasil* com base em dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, o número de mortes por desnutrição de indígenas aumentou 331% durante os quatro anos de governo, em comparação com os quatro anos anteriores⁴.

2 Foi mantida, aqui, a grafia utilizada pelo jornal.

3 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei>. Acesso em: 12 jun. 2023.

4 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Devido a esse cenário, a questão já era uma preocupação anunciada por diversos órgãos e atores antes mesmo da explosão de notícias sobre o tema no início de 2023. De acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, o primeiro alerta do Ministério Público Federal ao Executivo sobre insegurança alimentar nas comunidades Yanomami data de 2020, e não pararam por aí. Em maio de 2021, Luís Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a União adotasse protocolos de segurança emergenciais na terra Yanomami, mediante à já sabida ameaça de ataques violentos à população, além da presença de invasores na terra.

No ano seguinte, órgãos públicos seguiram emitindo alertas ao governo federal em relação à situação. O Ministério Público Federal, inclusive, realizou perícia técnica no local e enviou relatório ao STF no mesmo ano, levando a nova notificação ao Executivo Federal. No total, estima-se que o governo Bolsonaro tenha recebido (e ignorado) ao menos sete alertas de diferentes organizações e entidades, como evidencia o relatório preliminar do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, publicado em 30 de janeiro de 2023, conforme demonstrado no trecho a seguir:

Foram identificados sete processos administrativos em que, mesmo diante de vários alertas sobre as violências sofridas pelo povo Yanomami entre os anos de 2019 e 2022, com o envio de recomendações e pedidos da ONU (Organização das Nações Unidas), da CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos), do MPF (Ministério Público Federal), entre outras entidades, o MMFDH (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos) se eximiu de responsabilidade, seja redirecionando casos de sua competência à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ao Ministério da Justiça, entre outros órgãos do governo, seja simplesmente manifestando não ser o tema de sua atribuição e devolvendo os casos aos remetentes⁵.

De acordo com reportagem do portal de notícias *UOL*, de janeiro de 2023⁶, o governo não teria somente ignorado os alertas, mas também mentido sobre as ações que estaria tomando: o Poder Executivo enviou

5 Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_mdhc_relatorio_omissaommfdh-yanomami-2019-2022_v2. Acesso em: 12 jun. 2023.

6 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/23/governo-bolsonaro-disse-para-onu-que-ianomamis-estavam-sendo-atendidos.htm>. Acesso em: 12 jun. 2023.

cartas a entidades internacionais - que demonstraram preocupação com a situação -, relatando que os Yanomami estavam sendo atendidos pelos serviços de saúde e recebiam alimentos da União.

Apesar de já expressivo, o número de alertas ignorados tende a se ampliar ainda mais: sob nova direção em 2023, a Funai produziu documentos sobre a crise durante os anos de 2019 e 2022 que já foram enviados ao Poder Legislativo e somam mais de 590 páginas. O órgão também tornou públicas mais de 1,3 mil páginas de inquéritos abertos pelo Ministério Público Federal cobrando medidas do governo federal durante o período. Esses dados foram divulgados em reportagem da agência *A Pública*⁷.

Devido à negligência com a saúde e a segurança dos Yanomami, bem como a falta de resposta aos alertas de diferentes órgãos, em 30 de janeiro de 2023 o STF abriu inquérito para investigar suposto crime de genocídio do governo federal contra os Yanomami. Na abertura da investigação, o ministro do STF Luís Roberto Barroso declarou que os órgãos devem apurar “a possível participação de autoridades do governo Jair Bolsonaro na prática, em tese, dos crimes de genocídio, desobediência, quebra de segredo de Justiça e de delitos ambientais relacionados à vida, à saúde e à segurança de diversas comunidades indígenas”.⁸

O ministro cita a palavra “genocídio”. Convém uma análise desse conceito, à luz de documentos oficiais. A Convenção de Genocídio da ONU estabeleceu, em 1948, uma definição e o classificou como um crime. Posteriormente, com a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), ficou estabelecido que indivíduos que cometessem tal crime poderiam ser julgados pelas cortes locais e pelo TPI.

Segundo a convenção, o genocídio pode ser descrito como a tentativa de destruir, completamente ou em partes, uma população de determinada nacionalidade, grupo étnico, raça ou religião. Esse extermínio pode ser realizado de forma a “causar sérios danos físicos ou mentais contra membros de um grupo” ou “impor a um grupo, deliberadamente, condições de vida projetadas para causar a sua destruição completa ou em partes (ONU, 1948), entre outros tipos de violações. O documento foi ratificado por 153 países, incluindo o Brasil.

7 Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/baixo-orcamento-culpa-terceirizada-como-a-funai-de-bolsonaro-respondia-a-crise-yanomami/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

8 Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=501416>. Acesso em: 12 jun. 2023.

De acordo com a legislação brasileira, o genocídio também é reconhecido como um crime passível de punição pelo Judiciário nacional. A Lei nº 2.889, de 1956, que define e pune o genocídio, assim como a Convenção de Genocídio da ONU, determina que pode ser configurado como tal crime “causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo” e “submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial”⁹. Em 1993, garimpeiros foram julgados e condenados por genocídio pelo Massacre de Haximu¹⁰, quando executaram indígenas na fronteira entre o Brasil e a Venezuela. A tragédia acendeu o debate sobre o tema no país e é um marco no entendimento sobre extermínio no Brasil.

Em seu livro “What is Genocide?”, Martin Shawn Devon (2014) ressalta que o entendimento acerca do que significaria, enfim, uma população sofrer um genocídio, vem se transformando nas últimas décadas, ampliando o debate sobre Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, a acusação de genocídio é frequentemente utilizada de forma política em narrativas e mobilizações, “servindo como uma ferramenta para a controvérsia, onde um lado acusa e o outro nega as acusações” (Devon, 2014, p. 49).

Apesar das discussões que percorrem a sociedade sobre o assunto, a investigação e a possível punição de autoridades e atores responsáveis pela crise humanitária e genocídio impostos aos Yanomami seguem em curso.

A causa indígena à luz da legislação brasileira

Considerados os relatos de violações de direitos do povo Yanomami e o descaso em relação ao seu bem-estar e segurança, conforme descritos ao longo deste livro, é fundamental abordar quais são os direitos indígenas, de acordo com a legislação brasileira.

Marco para a defesa dos povos indígenas, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2008) reconhece que, ao mesmo tempo que esses povos são iguais aos outros, eles detêm características diversas e que devem ser respeitadas e garantidas.

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l2889.htm. Acesso em: 12 jun. 2023.

¹⁰ Massacre de Haximu foi uma chacina de indígenas Yanomami, promovida por garimpeiros de ouro em 1993, em Roraima. Trata-se do primeiro e único crime do Brasil a ser julgado como um genocídio, resultando na morte de 16 índios.

No Brasil, os principais direitos garantidos aos povos Yanomami são: Direito à terra (art. 231, § 4 da CF), Direito à diferença (art. 210, §2 da CF), Direito à Educação (Decreto 6.861) e Direito à Saúde (Lei 9.836/99).

1. Direito à terra: Os Yanomami têm o direito de ocupar e usufruir de suas terras tradicionais. No Brasil, a Terra Yanomami é reconhecida como terra indígena demarcada, o que garante sua posse e proteção legal.

2. Direito à diferença: Os Yanomami têm o direito de preservar e praticar sua cultura, incluindo suas tradições, língua, rituais, medicina tradicional e formas de organização social.

3. Direito à saúde: Os Yanomami têm o direito a serviços de saúde adequados e culturalmente apropriados. Isso inclui acesso a cuidados médicos, programas de prevenção e tratamento de doenças, e respeito às práticas de medicina tradicional.

4. Direito à Educação: Os Yanomami têm o direito a uma Educação de qualidade, que respeite sua língua e cultura. Isso implica o acesso a escolas adequadas e a programas educacionais que valorizem e promovam sua identidade cultural.

Mas por que os indígenas têm tratamento específico na Legislação? A resposta é simples: além de já habitarem o território brasileiro antes da colonização, o que lhes garante direitos como a qualquer brasileiro, o povo indígena, no sentido amplo, ajuda na preservação da natureza, das florestas e elementos naturais, bem como culturais. Assim, a lei visa, com o princípio da igualdade, a dar tratamento isonômico a toda a sociedade, e, para tanto, aqueles que sofrem com qualquer tipo de ameaça e, por isso, são mais vulneráveis ou que têm determinada função na sociedade são abarcados por legislações especiais, a fim de ser igualados aos demais indivíduos.

Conforme já foi retratado em capítulos anteriores, mesmo já existindo facilidade de acesso à cultura indígena, essas populações são retratadas de maneira totalmente estereotipada. Logo, se não houvesse leis específicas para protegê-los, a cultura dos povos originários brasileiros basicamente estaria à beira da morte.

Exemplo disso é que, quando perguntamos ao *ChatGPT*¹¹ sobre os “povos Yanomami”, uma de suas explicações foi exatamente a seguinte:

Infelizmente, os Yanomami enfrentaram muitos desafios e ameaças ao longo dos anos. A invasão de seu território por garimpeiros ilegais em busca de ouro tem sido uma grande preocupação. Essa invasão tem levado a conflitos violentos, destruição ambiental, disseminação de doenças e desequilíbrios sociais entre os Yanomami.

Além disso, doenças introduzidas pelos não indígenas representam uma séria ameaça para a saúde dos Yanomami, que têm pouca imunidade a essas enfermidades. A malária, por exemplo, tem sido uma das principais causas de morte dentro das comunidades Yanomami.¹²

A presença dessas informações sobre os Yanomami no ChatGPT é mais uma prova de que informações sobre ameaças a esse povo e sua cultura já circulam há algum tempo. Isso porque, o sistema de inteligência artificial estava, no momento dessa consulta, alimentado com informações que circulavam pela internet até 2021.

Nunca mais um Brasil sem nós

Com a vitória eleitoral do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado, em 11 de janeiro de 2023, o Ministério dos Povos Indígenas, que tem como ministra Sonia Guajajara, líder indígena e deputada federal pelo Estado de São Paulo. É a primeira vez, em toda a história brasileira, que é criado um ministério dedicado exclusivamente à causa indígena, sendo considerado como um aceno do Poder Executivo na defesa dos povos originários e no comprometimento com a sua representatividade no governo federal.

Na cerimônia de posse, Sonia Guajajara ressaltou o caráter histórico da criação do Ministério e pontuou a importância que a pasta teria para a causa indígena, para os Direitos Humanos e para o meio ambiente.

11 O *ChatGPT*, por princípio tecnológico, reúne, via inteligência artificial informações disponíveis na Internet em relação ao assunto pesquisado. Dessa forma, ao consultarmos o sistema, é importante ter clareza de que os discursos organizados pelo GPT são frutos de informações que circulam pela rede de forma hegemônica. Trata-se de um recurso que ainda divide opiniões a respeito de benefícios e malefícios.

12 Pesquisa realizada no *Chat GPT* em 5 de junho de 2023 pelas autoras deste capítulo.

“Sabemos que não será fácil superar 522 anos em quatro, mas estamos dispostos a fazer deste momento a grande retomada da força ancestral da alma e espírito brasileiros; nunca mais um Brasil sem nós”, ressaltou Guajajara, na ocasião¹³.

Segundo o *website* oficial do novo ministério, a pasta tem como objetivos:

atuar na implementação da política indígena e indigenista, a partir do reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; bem viver dos povos indígenas e proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato¹⁴.

Portanto, o ministério deve atuar em questões urgentes para a segurança e o bem-estar das populações originárias, como a demarcação de terras indígenas, combate ao garimpo nas terras já demarcadas e garantia de orçamento e estrutura destinados ao sistema de saúde que atende essa população.

A Constituição Federal permite o garimpo, em seu art. 174, e menciona que o Poder Público deve favorecer tal prática. Assim, sendo o garimpo legal, o que ocorre nas terras indígenas é a extração ilegal, ou seja, feita em zona maior do que a permitida e sem regulamentação pelo governo.

Importante também destacar que, para a saúde, a segurança e os demais pontos sejam efetivamente melhorados, é importante que haja mais facilidade de acesso à terra Yanomami, pois, conforme já foi relatado pela ministra Sonia Guajajara em uma de suas entrevistas, a pista de pouso Surucucus, no Território Yanomami, não comporta aviões de grande porte, necessários para levar, por exemplo, mantimentos, itens de saúde e afins para a área.

Assim, para que todas as ações sejam efetivas, além da questão orçamentária, que é de grande prioridade, o acesso deve ser melhorado, pois, sem isso, muitos planejamentos não poderão ser efetivados.

13 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/com-presenca-de-lula-sonia-guajajara-assume-ministerio-dos-povos-indigenas-em-cerimonia-no-planalto.ghtml>. Acesso em: 14 jun. 2023.

14 Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 14 jun. 2023.

Por fim, para garantir a segurança desses povos, pelo menos, a curto prazo, a presença de forças policiais pode ser uma alternativa. Logo, cabe ao governo garantir segurança, a fim de evitar os invasores e restaurar a posse e o controle das terras aos indígenas.

Futuro ancestral, avanços e retrocessos

Em seu livro “Futuro Ancestral” (2022), o ativista indígena e escritor Ailton Krenak, que se tornou, em outubro de 2023, o primeiro indígena a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL), opõe-se à noção contemporânea de que o futuro é essencialmente tecnicista, urbano e hipertecnológico. Para ele, a ideia de futuro é uma abstração, já que são projeções com base nas condições presentes. “Para começar, o futuro não existe - nós apenas o imaginamos (...) estamos vivendo cada vez mais a projeção de futuros improváveis” (Krenak, 2022, p. 96-97).

Em oposição a essa visão esperada pela maior parte da sociedade, mas, que, conforme destaca o autor, não considera os desafios climáticos e uma possível extinção da espécie humana devido a essas condições, Krenak ressalta um outro tipo de futuro possível: o futuro ancestral. “Se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (p. 11).

Ao criticar a urbanização, ele ressalta as mazelas que esse processo significa para a cultura e a sobrevivência dos povos originários.

Nossa tecnologia para produzir pobreza é mais ou menos assim: a gente pega quem pesca e colhe frutos nativos, tira do seu território e joga nas periferias da cidade, onde nunca mais vai poder pegar um peixe para comer, porque o rio que passa no bairro está podre. Se você tira um Yanomami da floresta, onde ele tem água, alimento e autonomia, e bota em Boa Vista, isso é produção de pobreza (Krenak, 2022, p. 56-57).

Elaborando a sua defesa de futuro a partir dessas visões, envolvendo uma ética de conservação do meio ambiente e sustentabilidade, Krenak explana que, para que haja futuro, é fundamental voltarmos às nossas origens, à terra, aos costumes tradicionais e a uma maior harmonia com a natureza, trazendo-a para o centro. Para isso, ele defende que as próximas gerações, provavelmente, serão mais capazes de se colocar em prol

da conservação e um novo futuro possível. “Temos que reflorestar nosso imaginário e, assim, quem sabe, a gente consiga se reaproximar de uma poética de urbanidade que devolva a potência da vida” (Krenak, 2022, p. 70-71).

Evocando esse conceito, Sonia Guajajara também abordou a ideia de futuro ancestral, em seu discurso de posse. A ministra destacou que é necessário mudar a narrativa corrente sobre os povos originários, e é preciso dar cada vez mais visibilidade a essas populações. “Estamos nas cidades, nas aldeias, nas florestas, exercendo os mais diversos ofícios que vocês puderem imaginar. Vivemos no mesmo tempo e espaço que qualquer um de vocês, somos contemporâneos deste presente e vamos construir o Brasil do futuro, porque o futuro do planeta é ancestral”, afirmou¹⁵.

Considerações finais

Ao trazermos a ideia de futuro ancestral para medidas e ações práticas, encontramos alguns caminhos para a efetivação do conceito proposto e da efetivação de direitos dos indígenas de forma alinhada a um futuro sustentável e tecnológico. Carneiro da Cunha (1994) sugere que os povos indígenas podem ser integrados a cadeias produtivas, colaborando com a economia, e ações de preservação do meio ambiente, envolvendo-se em desafios contemporâneos e mantendo seus modos de vida e culturas. A autora defende criar modelos de parceria a partir de ações estratégicas que sejam capazes de congregiar essas diferentes frentes:

O futuro dos índios no Brasil dependerá de várias opções estratégicas, tanto do Estado brasileiro e da comunidade internacional quanto das diferentes etnias (...) Temos hoje, no Brasil, a possibilidade de estabelecer um planejamento estratégico que beneficia o país e abre espaço para um papel importante das populações tradicionais da Amazônia (...) As sociedades indígenas, vivendo em suas formas tradicionais e em territórios suficientemente amplos, têm preservado e enriquecido seu meio ambiente, já que dependem dele (...) Fazem-se assim convergir os direitos dos índios com os interesses da sociedade brasileira como um todo. (Cunha, 1994, p. 74)

15 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/com-presenca-de-lula-sonia-guajajara-assume-ministerio-dos-povos-indigenas-em-cerimonia-no-planalto.ghml>. Acesso em: 14 jun. 2023.

A partir dessa ótica, e do que foi abordado no Capítulo 5, essa simbiose entre a preservação do meio ambiente praticada pelos indígenas e a atividade econômica nas regiões em que eles vivem indica um possível desenvolvimento sustentável que remeta ao futuro ancestral prospectado: voltado à terra, com populações originárias atuando em seus territórios ao mesmo tempo em que haja acordos para o desenvolvimento econômico sem o esgotamento de recursos naturais.

O PL 490/07 amplia as possibilidades de exploração comercial de terras indígenas, ficando permitidas atividades econômicas nas terras, desenvolvidas pelos povos indígenas ou não. Na prática, isso pode significar o uso da terra para agropecuária ou atividades turísticas, comprometendo o equilíbrio ambiental e a conservação da floresta. O projeto também propõe que os povos originários terão permissão para a utilização de agrotóxicos nessas áreas. Por fim, determina que os processos de demarcação de terras indígenas devem ter a participação de outros atores envolvidos, como os produtores rurais. Como se pode perceber, a lei do marco temporal, como tem sido chamada, envolve não só aspectos ligados à cultura e aos direitos indígenas, mas relaciona-se com um modelo de desenvolvimento de áreas rurais, da agricultura e do extrativismo no Brasil.

Considerando as características do projeto de lei, diversos ativistas em defesa dos povos indígenas e organizações de Direitos Humanos protestam contra sua aprovação. Na ocasião da aprovação do texto pela Câmara, a ministra Sonia Guajajara declarou que o PL significaria um “genocídio legislado”:

O PL 490 representa um genocídio legislado, porque afeta diretamente povos indígenas isolados, autorizando o acesso deliberado a territórios onde vivem povos que ainda não tiveram nenhum contato com a sociedade, nem mesmo com outros povos indígenas, cabendo ao Estado brasileiro atuar também pela proteção dos territórios onde vivem estes povos¹⁶.

Outra ameaça atual e iminente aos povos indígenas é o narcogarimpo, que consiste em atividades ilegais de garimpo e extração mineral comandadas por facções criminosas. Segundo relatório da Hutukara Associação Yanomami,

16 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/ministerio-dos-povos-indigenas-diz-que-marco-temporal-e-genocidio>. Acesso em: 13 jun. 2023.

alguns ataques a indígenas em território Yanomami foram perpetrados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores organizações criminosas do Brasil, que, entre suas atividades, realiza tráfico de drogas.

De acordo com o documento, o grupo está envolvido com a exploração de ouro na região, e tem aliciado jovens indígenas para as ações criminosas. Com uma organização de tamanha proeminência e conhecida violência, surgem novamente receios em relação à segurança e à saúde dos Yanomami, que seguem vulneráveis às influências de grupos criminosos e perigosos que têm se infiltrado na região.

Devido a esses retrocessos, antecédidos por tantos supostos avanços na política indigenista no Brasil, o futuro das políticas de proteção e direitos dos povos originários segue em aberto e ameaçado. O futuro ancestral e sustentável, abordado ao longo do livro, por vezes, segue como um projeto inalcançável, e o bem-estar e segurança dos indígenas continuam sendo violados, perpetuando as ações de genocídio e extermínio dessa população no Brasil.

Como visto, especialmente em decorrência de negligência do governo federal, os povos indígenas sofrem uma crise humanitária diante dos diversos acontecimentos trágicos que marcaram a história brasileira, levando a implicações que vão desde problemas de saúde até a dizimação de grupos étnicos inteiros.

Apesar de todos os problemas relatados e constatados, apenas em 2023, a maior parte da população tomou conhecimento dos pedidos de ajuda dos povos Yanomami e de tudo que vêm enfrentando, através da divulgação pela mídia.

Será que o futuro é mesmo ancestral?

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Agência Brasil EBC**. Entenda PL do marco temporal de terras indígenas aprovado pela Câmara. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/entenda-pl-do-marco-temporal-de-terras-indigenas-aprovado-pela-camara>. Acesso em: 31 maio 2023.

BIERNATH, A. **BBC**. Porque governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os Yanomami. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>. Acesso em: 25 maio 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 maio 2021.

PIMENTEL, C. **Agência Brasil**. Geral Ministério dos Povos Indígenas diz que marco temporal é “genocídio”. Brasília: x, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/ministerio-dos-povos-indigenas-diz-que-marco-temporal-e-genocidio>. Acesso em: 30 maio 2023.

FARIAS, E. **Amazonia real**. Corte de verbas no orçamento de Temer ameaça índios isolados da Amazônia. Brasil: x, 2016. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/corte-de-verbas-no-orcamento-de-temer-ameaca-indios-isolados-da-amazonia/>. Acesso em: 25 maio 2023.

GENERAL ASSEMBLY. **Un.org**. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. x: x, 2023. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocities-crimes/Doc.1_Convention%20on%20the%20Prevention%20and%20Punishment%20of%20the%20Crime%20of%20Genocide.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Static**. Relatório Gestão Bolsonaro. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/01/relatorio-gestao-bolsonaro-yanomami.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI. **Yanomami sob ataque**. Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e proposta para combate-lo. Brasil: x, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/yal00067.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

RUPP, I. **Nexo Jornal**. O que é o narcogarimpo. E como ele atinge os indígenas. Brasil: x, 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/04/12/O-que-%C3%A9-o-narcogarimpo.-E-como-ele-atinge-os-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CHADE, J. **UOL**. REPORTAGEM Governo Bolsonaro disse para ONU que yanomamis estavam sendo atendidos. Paris: x, 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/01/23/governo-bolsonaro-disse-para-onu-que-ianomamis-estavam-sendo-atendidos.htm>. Acesso em: 17 maio 2023.

FELLET, J.; PRAZERES, L. **BBC News**. Sob Bolsonaro, mortes de yanomami por desnutrição cresceram 331%. Brasília: x, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw011x9rpldo>. Acesso em: 25 maio 2023.

CUNHA, M. C. O futuro da questão indígena. **Brasil: x**, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PTkcvwctSL79NTcmSF3BT7C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2023.

ANDERSON, M.; GERBER, M. **Google**. Introduction to Humanitarian Emergencies. United States: Cambridge, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5cFWDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=humanitarian+emergency+definition+&ots=zIqAKZqGO-&sig=U39CoGyq08ycnGeswAGUnJjQSPg>

&redir_esc=y#v=onepage&q=humanitarian%20emergency%20definition&f=false. Acesso em: 17 maio 2023.

MPF. **Mpf.mp**. Massacre de Haximu. Roraima: x, 1948. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/rr/memorial/atuacoes-de-destaque/massacre-de-haximu>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARTIN SHAW. **Google**. What is Genocide?. UK: x, 2015. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=qt4DCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=genocide+%5B&ots=tMSigzPjiZ&sig=v5RBxg4GDGWEzBcoKNG5ss8CLaI&redir_esc=y#v=onepage&q=genocide%20%5B&f=false. Acesso em: 25 maio 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gov.br**. Distrito Sanitário Especial Indígena. Brasília: x, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei>. Acesso em: 17 maio 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Gov.br**. Tribunal Penal Internacional. Brasil: x, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/temas-juridicos/tribunal-penal-internacional>. Acesso em: 25 maio 2023.

MÁRCIO FALCÃO, FERNANDA VIVAS E LUIZ FELIPE BARBIÉRI. **G1.Globo**. MP diz que há 5 meses alerta sobre insuficiência de ações do governo para proteção dos Yanomami. Brasília: x, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/26/mp-diz-que-ha-5-meses-alerta-sobre-insuficiencia-de-acoes-do-governo-para-protecao-dos-yanomami.ghtml>. Acesso em: 25 maio 2023.

MARIANA CARNEIRO. **Estadão**. Primeiro alerta do MPF. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mariana-carneiro/primeiro-alerta-do-mpf-sobre-fome-de-yanomamis-sob-bolsonaro-ocorreu-em-2020/>. Acesso em: 25 maio 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Acnur**. Declaração das Nações Unidas. Rio de Janeiro: ONU, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 17 maio 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Planalto.Gov**. LEI Nº 2.889, DE 1º DE OUTUBRO DE 1956.. Brasil: x, 1956. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/12889.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Planalto.Gov**. LEI No 9.836, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999.. Brasil: x, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19836.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Planalto.Gov**. DECRETO Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009.. Brasil: x, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 25 maio 2023.

PEDRO HENRIQUE GOMES, VINÍCIUS CASSELA, KELLEN BARRETO, LETÍCIA CARVALHO E ELISA CLAVERY. **G1**. Em discurso de posse, Sônia Guajajara homenageia indigenista assassinado e diz que momento é de 'retomada da força ancestral'. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/>

com-presenca-de-lula-sonia-guajajara-assume-ministerio-dos-povos-indigenas-em-cerimonia-no-planalto.ghml. Acesso em: 11 jan. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Gov.Br.** Ministério dos Povos Indígenas. Brasília: x, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/acesso-a-informacao/institucional>. Acesso em: 31 maio 2023.

PEDRO HENRIQUE GOMES, VINÍCIUS CASSELA, KELLEN BARRETO, LETÍCIA CARVALHO E ELISA CLAVERY. **G1.** Em discurso de posse, Sônia Guajajara homenageia indigenista assassinado e diz que momento é de ‘retomada da força ancestral’. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/com-presenca-de-lula-sonia-guajajara-assume-ministerio-dos-povos-indigenas-em-cerimonia-no-planalto.ghml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

RUBENS VALENTE. **apublica.** Baixo orçamento, culpa terceirizada: como a Funai de Bolsonaro respondia à crise Yanomami. Brasil: x, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/05/baixo-orcamento-culpa-terceirizada-como-a-funai-de-bolsonaro-respondia-a-crise-yanomami/>. Acesso em: 25 maio 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Portal STF.** Barroso determina que União adote medidas de segurança nas Terras Indígenas Yanomami e Munduruku. Brasil: x, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=466417>. Acesso em: 25 maio 2023.

SHELL, Harrison. Which Jobs Will Be Most Impacted by ChatGPT? 2023. Disponível em: <https://www.visualcapitalist.com/cp/which-jobs-artificial-intelligence-gpt-impact/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

UNISDR. **UnisDr.org.** Disaster Risk Reduction. United States: x, 2009. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/7817_UNISDRTerminologyEnglish.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.

UNITED NATIONS. **Treaties.** Human Rights. Paris: ONU, 2023. Disponível em: https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=IV-1&chapter=4&clang=_en. Acesso em: 17 maio 2023.

UOL. **Folha de S. Paulo.** Yanomamis revivem ameaça. Paris: x, 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/12/yanomamis-revivem-ameaca-de-extermínio-com-garimpo-e-omissão-governamental.shtml>. Acesso em: 17 maio 2023.

UNITED NATIONS. **Un.org.** The Genocide Convention Background. Paris: x, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide-convention.shtml>. Acesso em: 17 maio 2023.

UNICEF. **Core Commitments.** Humanitarian Practice. [S.l.]. UNICEF, 2023. Disponível em: [https://www.corecommitments.unicef.org/cc-1-1#:~:text=%5B1%5D%20A%20humanitarian%20crisis%20is,international%20humanitarian%20actors%20\(IASC\)](https://www.corecommitments.unicef.org/cc-1-1#:~:text=%5B1%5D%20A%20humanitarian%20crisis%20is,international%20humanitarian%20actors%20(IASC)). Acesso em: 17 maio 2023.

CAPÍTULO 7

CUIDANDO DA VIDA, PRESERVANDO A FLORESTA E OS SABERES ORIGINÁRIOS: As ações dos Expedicionários da Saúde em Terra Yanomami

(Entrevista a Fabiano Ormaneze e Graça Caldas)

O Estado brasileiro é o responsável legal por cuidar da existência e sobrevivência dos povos originários, desde a Constituição de 1988. Entre eles estão os Yanomami, cuja crise humanitária foi exposta/escancarada à opinião pública após a visita do presidente Lula à região, em janeiro de 2023. Mas a sobrevivência das diferentes etnias, incluindo a dos Yanomami, deve-se, também, à atuação e trabalho voluntário de diferentes ONGs na região, entre elas, a ONG Expedicionários da Saúde (EDS). Criada em 2003, tem como slogan: “Cidando da vida, preservando a floresta”. Liderada desde sua fundação pelo ortopedista Ricardo Affonso Ferreira, a base da EDS fica no distrito de Joaquim Egídio, em Campinas (SP). Lá, com o apoio de sua equipe, organiza anualmente as expedições para levar ações de saúde, que incluem cirurgias de catarata, de hérnia e de retirada de pedras na vesícula, além de atendimento ginecológico especial às mulheres indígenas para o combate ao câncer de colo de útero e de mama. A família do ortopedista tem várias gerações de médicos e Ferreira aprendeu cedo a conviver com os indígenas e a entender que uma de suas missões era melhorar a saúde deles. Os recursos são limitados. Dependem de doações indicadas no site <https://eds.org.br>.

Além do apoio incondicional à saúde dos Yanomami, o médico e seus colaboradores criaram um modelo de “Complexo Hospitalar Móvel” que

virou referência. Ferreira faz questão de afirmar que a ONG não é ativista e que respeita os saberes ancestrais. “Somos médicos, não temos ação política”. Desde sua criação, até fevereiro de 2024, a ONG realizou 54 expedições em uma área de 500 mil km² e contou com a participação de 300 voluntários de diferentes formações. Todos com o mesmo objetivo: melhorar a saúde e a qualidade de vida dos indígenas. Os dados registrados no site da ONG mostram que já foram realizados 72.305 atendimentos médicos; 128.982 exames e procedimentos variados; 9.936 cirurgias e doados 6.911 óculos de grau, que mudaram a vida dessas pessoas.

Abaixo, os detalhes da conversa de quase duas horas com Ferreira, em que pudemos constatar seu entusiasmo e brilho nos olhos ao descrever, contar a história das ações da instituição ao longo de duas décadas, trabalho que pretende continuar até completar 75 anos, em 2032, quando espera estar na retaguarda da ONG, orientando seus novos gestores e equipe. E ele pede respeito aos povos originários, com os quais está certo de que temos muito a aprender.

Depois de várias viagens e ações à Amazônia, os Expedicionários da Saúde fizeram uma ação emergencial na Terra Yanomami, após a visita do presidente Lula, em janeiro de 2023. Qual foi a realidade que vocês encontraram?

Nós já estávamos atuando lá com os Yanomami há anos. Em 2022, ano antes de a crise ser conhecida pela projeção que ganhou na imprensa e com a visita do presidente Lula à região, nós mandamos três expedições para lá, mas nosso envolvimento na área já tem mais de 10 anos. A presença do Lula só mostrou uma situação que todos nós já sabíamos, mas que não podíamos comentar, porque no antigo governo estava muito difícil de trabalhar lá, e não podíamos comentar. É importante deixar bem claro que, independentemente de qual governo, nós nunca tivemos recursos financeiros governamentais, de jeito nenhum. A grande questão é o Estado não atrapalhar nosso trabalho. A visita do Lula escancarou o problema para todo mundo, aquilo que a gente estava vendo desde 2022. Fome, malária, ausência de medicamento em todos os cantos, tudo muito desestruturado. Os garimpeiros estavam invadindo todos os polos-base. Existia praticamente um garimpeiro para cada indígena na região. Como o Estado começou a dar cada vez menos, houve uma simbiose entre os

garimpeiros e os indígenas. Os Yanomami começaram a trabalhar para os garimpeiros, que era quem trazia a comida, que trazia tudo. Era como eles viviam, não tinha outra maneira, a não ser convivendo. Mas era uma relação muito corrupta.

*“A visita do Lula escancarou o problema
para todo mundo,
aquilo que a gente estava vendo desde 2022.”*

Quando se fala de conviver, dá a impressão de uma convivência harmônica... O senhor fala de simbiose. Em Mariana (MG), havia uma relação de dependência entre os moradores e a Vale do Rio Doce, mesmo depois do desastre de 5 de novembro de 2015, que matou pessoas e poluiu o Rio Doce. Como era essa relação entre garimpeiros e indígenas?

Eles têm que conviver no mesmo lugar, mas é uma relação completamente diferente do que pode parecer. Me parece uma coisa totalmente diferente disso que acontecia em Mariana. Os Yanomami são um povo de recente contato. A realidade deles é muito pior, é outra realidade. O homem branco, para esses indígenas, é uma não pessoa, é como se fosse um extraterrestre. E não é só a relação de trabalho, há também a exploração sexual de meninas indígenas, que existe desde sempre e continua existindo.

O senhor mencionou que, para os Yanomami, o branco é uma não pessoa. Nesse contexto, como é ser o médico que chega lá, levando tratamento, saúde, uma realidade que eles desconhecem? Como é estabelecer essa relação?

Você tem que estabelecer relações com eles, né? Você vai primeiro conversar com eles. É o que a gente faz antes, cada vez que vai uma expedição. Conversa-se com eles, vê o que que eles querem, se as lideranças aceitam que a gente vá. Nosso trabalho é, principalmente, cirúrgico, então, nós vamos atuar em duas patologias, que os xamãs não conseguem resolver. Uma delas é, por exemplo, a catarata, outra é a hérnia... Agora, é a hérnia. São coisas que os xamãs não conseguem resolver.

Como é essa relação do saber tradicional do xamã e da medicina que vem de fora? Existe um conflito?

A gente tenta fazer tudo com muito respeito ao que xamã faz e colocá-lo para trabalhar conosco, junto. Geralmente, o xamã é mais velho, é mais idoso e tem catarata. Então, primeiro, vamos operar a catarata desse xamã. Se a gente conseguir abrir os trabalhos com o xamã, o restante vai junto.

Isso significa que o senhor também reconhece a existência de plantas medicinais como tratamento?

Eu desconheço, mas tenho respeito. Se eles sugerem tratamentos tradicionais, podem continuar fazendo, porque essa é a tradição. Podem continuar fazendo. Essa é tradição, é como eles vivem. Eu digo que só estou lá para ajudar, não para atrapalhar ninguém. Eu não estou lá para transformar nada, não quero transformá-los em brancos, nada. Eu só quero que eles consigam enxergar.

*“Não quero transformá-los em brancos, nada.
Só quero que eles consigam enxergar.”*

O senhor citou há pouco a invasão territorial pelos garimpeiros. Como o senhor avalia a proposta do marco temporal, que restringe as terras indígenas só às áreas que estavam demarcadas até a promulgação da Constituição, em 1988?

Eu acho ridículo, porque eles estavam lá sempre. Como que se estabelece uma data? Estabelece-se uma data e diz para alguém que está lá há mil anos que ele não pode estar mais. Infelizmente, algumas coisas é possível mudar, outras, você só pode criticar. É a mesma coisa que estou falando há mais de 20 anos sobre o soro antiofídico¹.

Qual o problema com o soro antiofídico?

Eu estou falando há mais de 20 anos que o soro precisa ser liofilizado, que é em pó, sem precisar de geladeira para conservar. O Brasil tem a tecnologia, mas é muito caro. Só que as pessoas que tomam a decisão estão

¹ Soro antiofídico é utilizado para picadas de cobras.

em Brasília, lá tem energia... E, ali em volta, tem também. Mas lá no Norte não é todo lugar que tem energia. Aliás, poucos lugares têm energia, nas aldeias indígenas, pouquíssimas têm energia elétrica.

Além da catarata, da hérnia e das pedras na vesícula, a ação dos Expedicionários se volta para outras doenças?

Vou dar um exemplo mais ou menos do que a gente faz. Nós fazemos uma ação chamada “Expedição das Mulheres - Mulheres na Floresta”. Vai um grupo nosso de ginecologista, com antropólogo, com enfermeira, para cuidar de umas 300 mulheres durante o período de uma semana, mais ou menos. Todas vão ser avaliadas na busca por câncer de colo de útero. Se encontrado, é feita a retirada de lesões. Nós levamos um laboratório junto. A mesma coisa ocorre com câncer de mama.

Qual a incidência dessas doenças entre as mulheres indígenas?

É bem maior do que entre as mulheres brancas. Nós demoramos muito tempo para descobrir qual era a função da ginecologia dentro das nossas expedições, a gente não tinha a menor ideia. Desde o início, era clara a importância da cirurgia de catarata, fazer com que as pessoas enxergassem, atuar naquilo que modificava diretamente a vida delas. É o caso das hérnias. Como os indígenas poderiam, por exemplo, viver na floresta sem enxergar, sem poder fazer força? Ao longo dos anos, outras especialidades foram se unindo a nós. No começo, eram quatro médicos. Hoje, são 35.

As doenças que começaram a ser tratadas pelas outras especialidades já existiam entre os indígenas ou são mais recentes, causadas pelo contato maior com os brancos?

Em 2022, nós fizemos a nossa primeira grande expedição, por demanda deles, pedindo cirurgia por videolaparoscopia de vesícula. Antigamente, uma cirurgia dessa era aberta, punha sonda, ficava-se muitos dias internado, dava um monte de problema. Hoje, com a videolaparoscopia, é tranquilo. Patologia de vesícula é só de homem branco, é causada pela comida, pela modificação da alimentação. Os Xavante têm bastante, mas, lá na Cabeça

do Cachorro² começou agora há pouco tempo. Há 20 anos, praticamente não tinha. A mesma coisa acontece com o aumento da incidência dos casos de HPV, que causa o câncer do colo de útero. A contaminação acontece pelos garimpeiros, pelo Exército, pelos indígenas que vão até a cidade e voltam para a aldeia... Como nós acreditamos que as ações não podem ser tomadas de fora, antes do trabalho da ginecologia, há um momento em que é realizada uma conversa, perguntando o que elas querem, o que elas precisam... A antropóloga se senta para elas conversarem, sem nenhum homem em volta, para estarem mais à vontade.

Como fica a comunicação com os indígenas? O discurso médico, em geral, já é inacessível a boa parte da população. Para o indígena, que tem outra cultura, outra etnia, como fica a relação médico-paciente?

Primeiramente, há um intérprete, porque em muitas aldeias não tem ninguém que fala português. A gente vai devagar, não faz perguntas complexas, porque eles, com certeza, vão falar que sim, mas não estarão entendendo nada. E há muitos pontos a debater e a decidir, antes mesmo da expedição. É preciso ver, por exemplo, se a pista de pouso é boa, se o chefe daquela região é bom, se o povo vai poder ajudar a gente. A gente tem que respeitar os costumes deles.

Quando uma expedição termina, já existe uma expectativa de quando ela vai voltar para aquela etnia?

Geralmente, uns cinco anos. Na Cabeça do Cachorro, acontece em menos tempo. A gente faz uma por ano, mas em diferentes regiões.

O senhor comentou que, sempre quando alguém chega e faz algo pelos indígenas, gera-se um incômodo. Os Expedicionários da Saúde já fizeram muito. Eles incomodam os garimpeiros?

A gente cuida de quem aparece na nossa frente, sempre como princípio. Nós já tomamos conta de gente das Farp (Forças Armadas Revo-

2 A região localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, conhecida como Cabeça do Cachorro, é uma área situada no extremo noroeste do Brasil, Estado do Amazonas, fronteira com a Colômbia e a Venezuela. É assim chamada por causa do desenho formado pela linha da fronteira brasileira com os países vizinhos, que lembra o formato da cabeça de um cachorro com a boca aberta.

lucionárias da Colômbia]. Não houve nenhuma repressão a nós pelos garimpeiros, mas eu também faço uma coisa: se eles vêm por um lado, eu vou pelo outro. Não bato de frente com eles.

Em 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados na região. No caso deles, o que aconteceu foi esse enfrentamento?

Eles estavam lá para isso. Eles eram ativistas. A EDS não é ativista. Nós não temos ativismo nenhum. Exemplo típico: o *Greenpeace* nos ajudou bastante durante a Covid-19. Foi um período de muita mortalidade, muito grave, proporcionalmente ao número de casos. Houve o colapso do oxigênio em Manaus, não havia nenhuma usina de oxigênio em funcionamento em São Gabriel da Cachoeira³. Um dos nossos conselheiros, o Luís, teve a ideia do concentrador de oxigênio. Nós abrimos, em 260 lugares na Amazônia, enfermarias onde havia o concentrador de oxigênio. Só que tem que mandar tomada, tem que mandar o gerador, tem que mandar o rádio para se comunicar, tem que fazer tudo... Tem que ter água. Então, a gente inventou essas enfermarias. E tem que ir adaptando esses espaços às características de cada etnia. Por exemplo: os Caiapó dormem em cama; os Yanomami, em rede... O *Greenpeace* nos ajudou bastante. Eles tinham um avião lá, nos ajudou bastante. Mas nós destacamos que não éramos ativistas, não queremos nosso nome envolvido, nem com um lado, nem com outro. Nós somos médicos, não temos ação política. No segundo semestre de 2023, quando o Brasil estava na polarização entre Lula e Bolsonaro, deixávamos claro que, nas expedições, não se falava de política. Nosso negócio é saúde.

*“Nós somos médicos,
não temos ação política.”*

3 São Gabriel da Cachoeira é o terceiro maior município brasileiro em extensão territorial. Localizado no Amazonas, tem população de 51.795 habitantes, de acordo com o Censo de 2022.

Em que medida o fato de a crise dos Yanomami ter virado notícia e o surgimento do Ministério dos Povos Indígenas pode ter contribuído para melhorar a situação dos indígenas?

Eu não sei. O que eu sei é que os garimpeiros estão voltando todos e já não tem mais ninguém para combater. Então, todo aquele processo que a gente viu antes está acontecendo tudo de novo. Em relação ao Ministério dos Povos Indígenas, eu acho muito bonito. Eu acho que é muito bonito o Lula ter apontado indígenas para ocupar todas essas funções, mas é ação afirmativa. Se ela não sair do papel, não adianta. É superbonito ter a ministra. É um símbolo, a imprensa gosta. Só isso. Precisa sair do papel.

*“O Ministério dos Povos Indígenas
é uma ação afirmativa.
Se não sair papel, não adianta.”*

No Brasil, considerando todas as etnias, a população indígena estava sendo dizimada e voltou a crescer. A que o senhor atribui esse aumento?

Eu acho que uma das grandes coisas foi a Constituição de 1988 realmente estabelecer que os indígenas eram um trabalho do governo federal. Houve, primeiro, a presença do Departamento de Saúde Indígena, depois, a Secretaria. Foi quando se começou a vacinar mais essas pessoas, a cuidar melhor dessas pessoas.

Se eu perguntar para um médico o que é uma doença, ele me responderia cientificamente. E, se eu fizer essa pergunta a um Yanomami, o que o senhor acha que ele vai me responder?

Ele vai responder que são os espíritos, que são os invasores que têm, que têm veneno.

Então, para um Yanomami, ser médico é também ser um curandeiro, ser um xamã?

Com certeza, com certeza. Eu sou agnóstico. Eu não estou nem aí. O que eu quero é poder cuidar dos caras mesmo, então.

E a morte, o que é para um Yanomami?

Depende do que você foi em vida. E, para os Yanomami, os mortos vão para as montanhas, para ficar observando os vivos, que estão lá embaixo. Existe uma interação. Eles usam alucinógenos, a partir de um cipó. Com isso, eles vão para a montanha e conversam com os espíritos. Os ritos após a morte variam um pouco. Depois da morte, leva-se a pessoa para perto da oca e se chora durante dois dias, enquanto se prepara o fogo, se queima o corpo. Depois, a cinza é colocada dentro da oca, em um potinho. Depois de um tempo, eles fazem um mingau de banana, se coloca a cinza, e eles comem aquilo ali. E ninguém mais fala sobre o assunto. É uma civilização paralela, com seus valores, com os quais nós só temos a aprender, e muito. Não é nem mais, nem menos que a nossa, é só paralela. Outra coisa que me chama muito a atenção é a generosidade que existe entre eles.

*“É uma civilização paralela,
com seus valores,
com os quais só temos
a aprender, e muito.”*

Como o senhor define essa generosidade?

Eles vivem em perfeita coletividade, tudo é partilhado. Vou dar um exemplo. Se você distribuir uma bolacha para as crianças, não é necessário pedir que elas dividam. Elas mesmas saem avisando aos outros que têm bolacha e partilham. Isso é da cultura deles, eles aprendem desde cedo.

E, agora, um pouco da sua história à frente dos Expedicionários. O que faz um médico bem-sucedido, como uma clínica cheia, decidir se dedicar a um projeto como esse?

Eu sou de família de médicos, meus dois avós são médicos, tenho vários tios que são médicos. Eu sempre aprendi com eles que eu tinha que dividir. Eu já tinha 45 anos. Por meio da minha avó, eu tinha tido um pouco de contato com indígenas Yanomami. Ela me deu um livro, e ela tinha uma fazenda no Paraná, que tinha indígenas, ela sempre contava história. Nós íamos para a fazenda no Paraná, meu avô era cardiologista. Ele com um caminhãozinho, parava na fazenda com medicamentos, e

fica atendendo por uns dois meses, tudo de graça. Tinha fila. Meu outro avô era do Piauí, ele fez residência na Europa e se tornou médico em um navio, sendo médico durante o período das Guerras dos Bôeres⁴, entre a Inglaterra e o colonos holandeses da África do Sul.

Se um médico hoje chegasse aqui e dissesse que quer fazer parte dos Expedicionários. O que o senhor diria a ele?

Escute mais do que você faz. Você não sabe tudo. Você visita. Respeite seu próximo. E respeite o indígena. Ele é daquele jeito, você é do seu jeito. Respeite.

4 As Guerras dos Bôeres foram dois confrontos armados na Cidade do Cabo, África do Sul, em que os colonos de origem holandesa e francesa, chamados bôeres, se opuseram ao Exército Britânico, que pretendia se apoderar de minas de diamante e ouro encontradas no território. Em consequência das guerras, os bôeres ficaram sob o domínio britânico, com a promessa de autogoverno. A primeira das Guerras dos Bôeres ocorreu entre 1880 e 1881, garantindo a independência da República Bôer em relação à Grã-Bretanha. O segundo conflito ocorreu entre 1899 e 1902, levando à criação da União Sul Africana, pela anexação das repúblicas Boeres e do Estado Livre de Orange às colônias britânicas do Cabo e de Natal.

CAPÍTULO 8

ANCESTRALIDADE, PRESENTE!: **A universidade contra o apagamento da cultura indígena**

Juliana Sangion

E escrevo este relato prestes a iniciar as filmagens do longa-metragem documental *Ancestralidade, Presente!*, com financiamento da Agência Nacional do Cinema (Ancine), e poucos dias após participar da aplicação das provas de um vestibular especificamente pensado para estudantes indígenas no Brasil – o que talvez justifique um texto sob forte influência do impacto que a floresta, seus povos, sua grandiosidade e a imensidão de seus rios causam em mim.

Esta será, portanto, uma tentativa de falar sobre a relação dos não indígenas com os indígenas no Brasil, de um ponto de vista bastante pessoal, porém, ampliado a partir de diferentes perspectivas que me foram abertas nos últimos anos. É um convite à reflexão a respeito do papel de educadores, formadores de opinião, professores, jornalistas, gestores, estudantes, comunicadores etc., em relação a um universo que, apesar de muito brasileiro, tem sido fortemente apagado há séculos – que é o universo formado pelas culturas e os saberes dos povos indígenas.

Lembro-me de uma reunião na Universidade de São Paulo (USP), em 2019, para a qual fui convidada a fazer um breve relato sobre a experiência do vestibular indígena, então, recentemente adotado pela Unicamp, na tentativa de ampliar a discussão na USP com vistas à adoção da mesma modalidade de ingresso – o que ainda não aconteceu. Na ocasião, me chamou

a atenção a fala de um dos professores, Eduardo Natalino, da Faculdade de Educação da USP, que estava fazendo sua apresentação.

Ele comentava que deveria, antes de tudo, haver uma mudança de paradigma na representação dos povos indígenas nos livros didáticos da Educação Básica, que sempre os representou como “estáticos na história”, bem ao modo de uma visão eurocêntrica de mundo, para a qual tais culturas teriam parado no tempo. Passamos uma vida escolar toda aprendendo, nos livros didáticos, que o tempo não passou para os povos originários. Sabemos da invasão, das relações com os europeus, da mandioca, do tupi antigo, da caça e da pesca e, de que mais mesmo...?

Para completar, a fala do professor me provocava mais ao questionar: Por que aqui no Brasil vemos algumas outras culturas, como os Maias, Incas e Astecas como mais “desenvolvidas” que nossas diversas etnias? Inclusive, por aqui, o senso comum costuma saber muitas mais informações e curiosidades sobre essas culturas de nossos vizinhos do que sobre qualquer um dos cerca de 300 povos indígenas brasileiros.

Vestibular indígena: Unicamp e UFSCar

Mas, voltando ao início do meu (tardio) despertar para todas essas questões, é preciso abordar a iniciativa da Unicamp, a partir de demandas de movimentos organizados estudantis e da sociedade, de criação de um vestibular voltado especificamente para a seleção de estudantes indígenas. Atuando como gestora de comunicação e jornalista na comissão que organiza as formas de ingresso na universidade, na Comissão Permanente para o Vestibular da Unicamp (Comvest), pude acompanhar de perto todo o desenrolar dessa pauta, que, desde o começo, chamou minha atenção de modo especial.

O Vestibular Indígena Unicamp foi criado no âmbito das políticas de inclusão aprovadas pela Unicamp no final de 2017, e que começaram a valer a partir do final de 2018, para ingresso no ano de 2019. Foi a modalidade de seleção que apresentou maior aumento proporcional de demanda e de vagas na Unicamp, passando de 66 vagas oferecidas no primeiro ano para 130 em 2024. Desde sua implantação, os campi passaram a receber estudantes que contribuem não apenas para uma universidade com mais

diversidade étnica, mas para a significativa expansão da troca de saberes e de conhecimentos científicos e culturais.

Um dos impactos dos cinco primeiros anos da convivência com os saberes indígenas na academia é que o conhecimento dos povos originários contribui para transformar a visão de ciência. Durante a realização do Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas (Enei), em julho de 2022, foram apresentadas e debatidas mais de 100 pesquisas de estudantes indígenas da pós-graduação, para os quais fazer ciência é também sinônimo de resistência, segundo eles próprios afirmaram: “O conhecimento dos povos originários contribui para transformar a visão de ciência.”

Comparadas às vagas do Vestibular Unicamp, as 130 vagas oferecidas pelo Vestibular Indígena equivalem a 5% do total. A relação candidatos por vaga é de 26,7, contra 24,3 no vestibular geral. Com inscrições gratuitas, a procura pela modalidade tem despertado interesse de cada vez mais estudantes indígenas. Na primeira edição, em que foram oferecidas 66 vagas, inscreveram-se 610 estudantes. Ano a ano, nas cinco edições, esses números foram aumentando. Na segunda edição do Vestibular Indígena, a comissão de vestibulares registrou 1.675 inscritos. Já na terceira edição, a modalidade registrou 1.697 inscritos, sendo o segundo ano consecutivo em que o número ficou acima dos 1,5 mil candidatos.

Desde a edição para ingresso em 2022, a Unicamp e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se uniram para oferecer o vestibular indígena. A decisão das universidades de unificar o vestibular para estudantes indígenas teve como objetivo facilitar o seu ingresso, a partir da constatação de que há uma intersecção entre os estudantes que buscam vagas em ambas as universidades. Dessa maneira, tanto as inscrições como a prova passaram a ser realizadas de forma conjunta e operacionalizadas pela Comvest. A UFSCar já havia feito 14 edições da modalidade de ingresso para estudantes indígenas, e, a Unicamp, três edições.

No primeiro ano de unificação com a UFSCar, o número de inscritos passou para 2.805 candidatos. Em 2023, houve novo recorde, com 3.480 inscritos, e, na edição de 2024, foram registrados 3.350 candidatos, disputando 130 vagas na Unicamp e outras 65 vagas na UFSCar.

De acordo com dados da Comvest, em relação às carreiras, as mais procuradas pelos estudantes indígenas têm sido aquelas da área da Saú-

de/Ciências Biológicas. Tanto na Unicamp, como na UFSCar, cursos como Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Odontologia e Fisioterapia encabeçam a lista dos mais buscados no Vestibular Indígena.

Saúde e educação

Em minhas visitas às comunidades indígenas na região do Alto Rio Negro (AM), de onde vem boa parte dos estudantes que se matriculam na Unicamp por meio desse vestibular, a explicação que ouço para a escolha das carreiras tem relação com as principais demandas sociais por lá, exatamente nas áreas de Saúde e Educação. Conhecer a realidade de perto, ao longo desses últimos anos, me possibilitou entender o tamanho da falta de investimento do poder público nas regiões onde vive a maioria dos estudantes indígenas que atualmente estão na Unicamp. Daí a vontade de muitos deles em adquirir e trocar conhecimento e retornar às suas regiões para ajudar a transformar a realidade dessas comunidades.

A primeira vez em que estive na Amazônia foi no final de 2018, para aplicação das provas da primeira edição do Vestibular Indígena no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), de onde era, inclusive, a maioria dos inscritos para o exame. Foi uma oportunidade para conhecer uma realidade bem distante da minha, momento de estreitar os laços com organizações, educadores, estudantes e lideranças indígenas da região do Alto Rio Negro. Foi, também, quando me dei conta de quão tardiamente começava minha relação com os povos indígenas do Brasil, apesar de eu ser brasileira e ter quase 50 anos, então!

Quando recebi o convite para participar da aplicação da prova, como jornalista e professora de audiovisual, entendi em seguida que seria praticamente um dever documentar aquele momento. Isso porque a ida da Unicamp a São Gabriel da Cachoeira, o município com maior população indígena do Brasil, marcava um movimento histórico, pois nenhuma universidade paulista havia se deslocado para levar a aplicação de exames de seleção à região. Nem mesmo a UFSCar, que já realizava as provas no Amazonas, costumava ir a São Gabriel, mas apenas a Manaus. A questão é que a capital amazonense está a nada menos que 850 quilômetros de distância de São Gabriel, floresta adentro, o que significa de três a quatro dias de barco pelo Rio Negro. Tal deslocamento, caro, inviabiliza em mui-

tos casos a participação de estudantes do Alto Rio Negro nos exames de seleção para instituições de outras regiões do país.

Documentário

Foi então que propus à Secretaria Executiva de Comunicação da Unicamp que, junto com a equipe da Comvest, viajassem também profissionais de imagem. A ideia era produzir um documentário e fotos, que posteriormente seriam organizadas em uma exposição na universidade. Fui acompanhada por meu colega, o repórter cinematográfico João Ricardo “Boi”, cujo olhar foi essencial para contar a história que havíamos imaginado. Assim, durante os dias em que estivemos por lá, além de participar da logística para organização do vestibular em si, percorremos algumas comunidades indígenas, em busca de conhecer e documentar o dia a dia dos estudantes que haviam se inscrito para realizar as provas.

Dessa maneira, guiados a partir do olhar desses estudantes, fomos apresentados à região do Alto Rio Negro. O município de São Gabriel da Cachoeira está localizado no noroeste do Estado do Amazonas, tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. O Rio Negro — que nasce na Colômbia — é o maior rio de águas pretas do mundo e o principal afluente do Solimões, com o qual se encontra em Manaus, para formar o Amazonas. Para os povos indígenas, é um rio sagrado.

São Gabriel da Cachoeira, assim como boa parte dos municípios que integram a Amazônia Legal, está sob a pressão de questões que envolvem a demarcação de territórios, explorações ilegais de recursos naturais, riscos da mineração, lógicas econômicas exploratórias, entre outras.

Por outro lado, a cidade é uma das mais ricas em diversidade étnico-cultural, com 23 povos indígenas, que se espalham em cerca de 750 comunidades, nas diferentes calhas dos rios. Um dos patrimônios da região, reconhecido oficialmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), é o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro¹, que abrange as plantas cultivadas, os espaços, as redes sociais, a cultura material, os sistemas alimentares, os saberes, as normas e os direitos.

1 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/dossie_19__sistema_agricola__web__12jul19.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

De acordo com o Iphan,

os povos indígenas que habitam a região noroeste do Amazonas — ao longo da calha do rio Negro e das bacias hidrográficas tributárias — detêm o conhecimento sobre o manejo florestal e os locais apropriados para cultivar, coletar, pescar e caçar, formando um conjunto de saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano. O Sistema acontece em um contexto multiétnico e multilinguístico em que os grupos indígenas compartilham formas de transmissão e circulação de saberes, práticas, serviços ambientais e produtos (Brasil, 2022, *on-line*).

No Alto e Médio Rio Negro são faladas 16 línguas, sendo quatro cooficializadas em São Gabriel da Cachoeira: Baniwa, Tukano, Nheengatu e Yanomami. Em 2018, a bacia do Rio Negro foi reconhecida internacionalmente como a maior área úmida preservada do planeta e ganhou o título de Sítio Ramsar Rio Negro, como é denominada a Convenção Internacional destinada à preservação de áreas úmidas em todo o mundo, vitais para a sobrevivência da vida e para a manutenção da biodiversidade.

***Purãga Pesika* – um encontro de boas-vindas**

O documentário *Purãga Pesika* – um encontro de boas-vindas², uma produção de 71 minutos, mostra a rotina de estudos e as expectativas dos estudantes em relação à prova e à vida universitária em Campinas. O nome do filme, na língua Nheengatu, significa “bem-vindos”. O filme só foi concluído alguns meses depois do retorno de São Gabriel a Campinas. Isso porque não sabíamos quais estudantes seriam aprovados no vestibular, assim, foi necessário acompanhar o que aconteceu com cada “personagem” do documentário e como começou, de fato, a vida universitária de alguns deles. Nossa proposta não foi apenas registrar o primeiro vestibular indígena da Unicamp, mas que o filme fosse uma ferramenta de discussão de questões como inclusão e diversidade dentro do cenário social e político do país.

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OV5SW6Yp-4k>. Acesso em: 14 jan. 2024.

O filme foi lançado em junho de 2019, no Sesc-Campinas, com uma discussão sobre a temática abordada e com a presença dos próprios estudantes indígenas que participaram da produção.

Foi durante as gravações de *Purãga Pesika* que conheci Daniela Yepá, uma jovem da etnia Tukano, que na época fazia parte da Rede Wayuri de Comunicadores Indígenas e que havia – para minha surpresa – ajudado a divulgar, pelo *WhatsApp*, a notícia de que a Unicamp estaria em São Gabriel da Cachoeira para levar as provas do vestibular aos estudantes da região e que, portanto, o deslocamento até Manaus ou outra capital não seria necessário. Daniela estava inscrita para o curso de Midialogia, em primeira opção, e Estudos Literários, em segunda opção. Nossa identificação foi imediata, Dani se tornou uma das personagens principais do documentário e teve papel fundamental na minha vida pessoal. Mas, a essa parte da história, voltaremos um pouco mais adiante.

Minha primeira ida ao Rio Negro foi também minha primeira vez na Amazônia. Aplicar as provas e produzir o documentário era pouco, diante de um universo de novidades e realidades às quais eu era apresentada. Esse impacto, visual-sensorial-afetivo, me deslocou do meu lugar de pessoa não indígena e, ao mesmo tempo, me fez questionar qual era o meu papel – o nosso papel, eu diria – em um contexto em que os povos originários têm seus direitos constantemente violados.

Como mais um singelo fruto dessa história, o *Jornal da Unicamp* me convidou a produzir uma série de episódios em áudio, sobre minhas impressões dessa jornada com aqueles que seriam futuros estudantes da universidade, em seu território e a partir de traços das culturas indígenas de seus (suas) povos/etnias. Batizamos a série³ de “Diário de São Gabriel”, composta por oito episódios sonoros, que foram publicados de novembro a dezembro de 2018, no Portal da Unicamp.

As imagens fotográficas produzidas pelo fotógrafo Antônio Scarpinetti, que acompanhou a aplicação do primeiro vestibular indígena no Amazonas, renderam uma linda exposição, que ocupou os espaços do Centro de Convenções da Unicamp e do Centro Cultural CIS Guanabara, em 2019⁴. São imagens do cotidiano de algumas comunidades ribeirinhas

3 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/especial/vestibular-indigena>. Acesso em: 14 jan. 2024.

4 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/eventos/2019/05/09/exposicao-fotografica-no-cis-guanabara-mostra-cotidiano-ribeirinho-do-amazonas>

ao longo do Rio Negro, as quais tivemos a oportunidade de conhecer por meio da conexão com os estudantes que fariam a prova. A seguir, estão trechos de reportagem publicada no site da Unicamp em que constam falas de Scarpinetti sobre a exposição e seu trabalho. Os trechos mostram nosso envolvimento e como fomos impactados por essa experiência:

Estar no lugar certo, na hora certa e saber manejar os dispositivos de abertura e de velocidade de uma câmera fotográfica, muitas vezes, são requisitos para a produção apenas de um bom registro fotográfico. Porém, há um componente que distingue um mero registro fotográfico de uma fotografia que atinge o status de arte, um ingrediente que não se encontra em nenhum manual técnico de fotografia: a sensibilidade. (...) “Confesso que é difícil escolher uma foto que seja mais significativa entre muitas selecionadas para narrar em pequenos recortes todo esse cotidiano em que nos envolvemos”, explica Scarpinetti. (Jornal da Unicamp, 2019, *on-line*).

Fazer do Rio Negro pano de fundo para a foto é inserir nesse olhar uma das maiores riquezas de seus moradores. “O rio é a principal via de transporte das famílias. Nele vemos pequenas embarcações, conhecidas como rabetas, que permitem o deslocamento entre as diversas comunidades e a cidade ao longo da calha do Alto Rio Negro. O rio é uma extensão de seus habitantes e de suas moradias: ali as crianças brincam, os adultos lavam as roupas, tomam banho, enfim, suas águas permitem a sobrevivência dessas pessoas. Nosso acesso às comunidades visitadas foi nesse contexto e boa parte das fotos da mostra foi produzida nesse cenário sem igual da Amazônia e no cotidiano dessas populações ribeirinhas”, afirma Scarpinetti. (Jornal da Unicamp, 2019, *on-line*).

Chegada e permanência dos indígenas

A chegada dos primeiros alunos indígenas aos cursos de graduação da Unicamp, em 2019, movimentou os campi de tal forma que a universidade, seu corpo docente e discente, passaram a olhar mais de perto para a pauta dos movimentos indígenas, mas, não apenas. Todos fomos convocados, uns mais que outros, a perceber como se dá nossa relação com pessoas indígenas, fomos convocados a olhar para o preconceito pessoal e estrutural e a acolher a diversidade em nosso cotidiano. Os desafios que

têm se colocado, desde então, são enormes. A começar pelas questões da adaptação desses estudantes tão distantes de seus territórios, passando pelas políticas de permanência estudantil e chegando ao enfrentamento dos preconceitos.

Quando soube que havia sido aprovada para o curso de Estudos Literários, Dani Yepá fez contato comigo, eufórica para contar a novidade. Assim como os demais estudantes indígenas, ela teria a vaga na moradia estudantil, mas a convidei para morar comigo e meus três filhos e a acolhemos em nossa casa. Dani passou, então, a fazer parte da nossa família. Foram anos em que tivemos a chance de aprender sobre respeito, ancestralidade, diversidade, sobre algumas línguas indígenas, sobre diferenças culturais entre as etnias, sobre a alimentação na região do Rio Negro e tantas outras coisas.

Parceria

O vínculo se manteve, mesmo depois que Dani deixou nossa casa, e rendeu parcerias pessoais e acadêmicas, incluindo um convite e ida à Índia para debater a experiência do vestibular indígena, em um encontro tribal, em 2020. Mais recentemente, escrevemos juntas um capítulo sobre as principais lideranças indígenas mulheres no Brasil, para o livro *Still I Rise*⁵. Fui convidada para o evento de lançamento na cidade de Jamshe-dpur e retornei à Índia, em novembro de 2022. O livro será traduzido para algumas línguas indígenas do Brasil.

No capítulo “The Rise of the Amazons”, abordamos a trajetória de seis mulheres indígenas brasileiras e seu recente papel de relevância no cenário sociopolítico nacional: Sonia Guajajara, Célia Xakriabá, Elizângela Baré, Vanda Witoto, Txai Suruí e Joênia Wapichana. As duas primeiras, inclusive, haviam sido eleitas deputadas, em um feito histórico, compondo a chamada “Bancada do Cocar” – um coletivo de representantes indígenas no Poder Legislativo. Já no governo do presidente Lula, Guajajara assumiu o inédito Ministério dos Povos Indígenas.

O livro faz parte de um projeto em que jovens líderes indígenas, com papel relevante em suas comunidades na Índia, relatam suas experiências de impacto para o empoderamento de povos originários. É também um

5 Disponível em: https://samvaad.tatasteelfoundation.org/uploads/gallery/still_i_rise.pdf

painel de vozes indígenas e não indígenas comprometidas com projetos e movimentos de rupturas positivas. Foi uma experiência muito enriquecedora trocar informações e ideias com jovens indígenas de um país tão distante do nosso, mas com anseios e potenciais tão parecidos. Falar da iniciativa do vestibular na Índia foi gratificante, na medida em que pude perceber o interesse e a motivação de jovens indígenas de lá.

Diversidade e saberes indígenas

Algo que dá a dimensão da importância de trazer a diversidade e os saberes indígenas para a academia é que algumas dessas importantes líderes estiveram na universidade para interagir com a comunidade acadêmica e ampliar o debate, por exemplo, sobre questões climáticas, biodiversidade, além do relevante debate sobre o marco temporal. Inclusive, no ano em que a Unicamp recebia seus primeiros estudantes indígenas, foi realizada a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, em Brasília. Daniela estava por lá e encontrou várias lideranças indígenas.

Célia Xakriabá⁶ esteve na Unicamp em julho de 2022 para participar do Enei e debater principalmente as políticas públicas na área da educação, além de outros temas importantes da pauta indígena. Nas redes sociais e nas manifestações públicas, sua principal mensagem ao mundo é que já não há mais tempo e que toda a humanidade precisa compreender que a demarcação dos territórios indígenas é hoje uma das soluções para a crise climática.

Um chamado pela Terra

Dos encontros que tivemos, Daniela e eu, com mulheres que são lideranças indígenas, um dos mais marcantes foi com Sonia Guajajara. Ela figurou, no ano de 2022, na lista que a revista norte-americana *Time* publica anualmente como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo. A atual ministra foi selecionada na categoria “Pioneira”. Guajajara é reconhecida por sua atuação na luta pelos direitos dos povos indígenas e na defesa do meio ambiente. Daniela e eu estivemos com Guajajara quando ela veio à

⁶ Célia Nunes Correa, também conhecida como Célia Xakriabá, é uma professora ativista indígena do povo Xakriabá em Minas Gerais, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSol).

Unicamp, durante sua campanha eleitoral, para apresentar suas propostas aos estudantes. Seu slogan era “Um chamado pela Terra”, que ela definiu como sendo a conexão entre a luta indígena com o aquilo que é a luta pelo meio ambiente.

Precisamos reafirmar essa compreensão de que é importante proteger o modo de vida dos povos indígenas. Não é possível pensar em uma democracia brasileira enquanto as populações indígenas e negras continuarem sub-representadas. Vejo a educação, assim, como a política, como caminho para provocar mudanças na sociedade e, por isso, entendo a representatividade indígena como fundamental.

Conforme as novas turmas de ingressantes indígenas foram chegando, a cada ano, o movimento dos estudantes foi ganhando corpo e toda a comunidade acadêmica tem sido convidada a conhecer, mas também a refletir mais sobre os povos indígenas no Brasil e toda a pauta política atual. Nesse sentido, em 2023, fui convidada a integrar um grupo de trabalho que discutiu ações para melhorar as políticas de permanência estudantil voltadas aos estudantes indígenas na Unicamp. Ao final, foram sugeridos alguns pontos simples, mas muito importantes para resolver problemas como a integração entre eles e os não indígenas, o tempo ocioso em época de férias, por exemplo, quando a maioria está em Campinas, mas não tem acesso a atividades de esporte, cultura e lazer, a falta de conhecimento a respeito de pesquisas acadêmicas e eventos organizados pelos estudantes indígenas, entre outros.

Ecoa Maloca

Em 2019, a pesquisadora Germana Barata, do Labjor/Unicamp, e eu pensamos em criar um produto de comunicação em que os estudantes indígenas pudessem estabelecer um diálogo entre as culturas indígena, científica e acadêmica. Foi então que nasceu o *podcast Ecoa Maloca*⁷, que já está em sua quinta temporada e pode ser ouvido pela plataforma Spotify.

O projeto do *podcast* entende que a diversidade é fator essencial para o aumento de vários indicadores de qualidade nas universidades e para a produção do saber científico. Ao receber estudantes indígenas, a Unicamp tem a oportunidade da troca de conhecimento científico em suas investi-

7 Disponível em: <https://www.ecoamaloca.labjor.unicamp.br/>

gações e pesquisas. Além disso, a divulgação científica pode ser uma aliada no incentivo aos jovens para a carreira científica.

Assim, o *Ecoa Maloca*, produzido por estudantes indígenas da Unicamp - que recebem uma bolsa para atuar no projeto -, sob a coordenação da professora Germana e minha, pretende fazer ecoar as vozes desses estudantes.

A produção tem sido uma oportunidade de vários aprendizados, tanto para os estudantes quanto para nós, coordenadoras. Apesar de a equipe ser reduzida, ela conta com um grande grupo de apoio de estudantes indígenas que se comunicam com frequência por *WhatsApp* e outras redes, sugerindo pautas e fontes de informação.

Em outubro de 2022, recebemos a notícia de que o *Ecoa Maloca* havia sido selecionado para integrar a exposição Nhande Marandu – Uma História de Etnomídia Indígena, do Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. A exposição ficou aberta para visita até o final de abril de 2023 e divulgou produções contemporâneas de diferentes povos indígenas, mostrando como eles já fizeram e fazem comunicação analógica e digital.

O fio condutor da exposição foi a autoria indígena, a partir de múltiplas linguagens. O *Ecoa Maloca* integrou a seção do segmento “áudio e oralidade”, que reuniu obras com a perspectiva da autorrepresentação e que transcendem o modelo branco ocidental eurocêntrico. Em fevereiro de 2023, junto com a equipe do *podcast*, tive a oportunidade de visitar pessoalmente nosso trabalho sendo visto pelo público no Museu do Amanhã, o que foi muito gratificante.

O ano de 2023 foi, para mim, muito frutífero para dar sequência e consolidar minha história entrelaçada às pautas indígenas. No início de 2024, tive a oportunidade de retornar a São Gabriel da Cachoeira, para mais uma aplicação do Vestibular Indígena. Diferentemente da primeira vez e passados alguns anos do ingresso da primeira turma de estudantes na Unicamp, o contexto era outro. As lideranças e organizações do Rio Negro tinham demandas sobre as questões da permanência e da saúde mental dos estudantes indígenas em Campinas. Assim, participei de algumas reuniões e tive a oportunidade de ouvir e refletir mais sobre tais aspectos.

Dessa vez, mais familiarizada com as temáticas, com a região e com as pessoas, incluindo os estudantes e suas famílias, passei a olhar o contexto de outra maneira, sempre atravessada por minhas relações pessoais com vários estudantes, mas muito mais consciente da importância do papel da comunicação em desconstruir certos estereótipos. Assim, produzi uma série de reportagens para o Portal Unicamp, denominada “De Volta a São Gabriel”⁸. Comigo estava o fotógrafo Felipe Bezerra, que realizou um lindo e emocionante trabalho experimental com imagens da região⁹. Nos relatos, procurei representar um pouco da realidade pós-pandêmica que encontrei ao chegar à cidade. Falei também sobre a importância e a história de algumas mulheres que, para mim, simbolizam, ao mesmo tempo, uma força gigantesca e uma delicadeza infinita. Falei sobre os desafios da inclusão dos estudantes no Ensino Superior e sobre o modo de vida de algumas famílias, cujos filhos e filhas haviam vindo para a universidade. As escolhas das pautas a serem abordadas diz muito sobre mim e sobre aquilo em que acredito.

Foi muita sorte estar acompanhada de pessoas que, como eu, estão abertas a novas abordagens. Transcrevo, abaixo, um pequeno trecho do texto “Cartografia sentimental de um Brasil que nasceu antes”¹⁰, que o fotógrafo Felipe Bezerra produziu ao retornar da viagem ao Rio Negro:

A vida aparente de São Gabriel da Cachoeira é diferente do que imaginava antes de chegar a uma cidade conhecida por ser tão indígena. A ignorância, aliada aos imaginários superficiais, pode nos sugerir que haverá encontros com indígenas pintados, práticas ritualísticas ancestrais quase que nas ruas, porte de zarabatanas, flechas, arcos e outras armas e ferramentas típicas das caricaturas oriundas das atribuições anacrônicas que se faz do indígena. A constatação vem das perguntas que ouvi de quem soube que eu iria ao Amazonas – “Será que lá tem indígena de verdade (sic)? Será que lá fazem ayahuasca? Arco e flecha?” –, questões, acho, pouco relevantes e desinteressantes até para quem perguntava, percebia eu. Mas, sim, lá tem indígena de verdade. Como poderia ser diferente? Todos os indígenas são de verdade (Bezerra, 2023, *on-line*).

8 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/especial/de-volta-sao-gabriel>

9 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/especial/de-volta-sao-gabriel/cartografia-sentimental-de-um-brasil-que-nasceu-antes>

10 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/especial/de-volta-sao-gabriel/cartografia-sentimental-de-um-brasil-que-nasceu-antes>

Ancestralidade, presente!

De volta a Campinas, foi em 2023 que recebi, com meu colega e cineasta Cauê Nunes, a notícia de que nosso projeto para rodar um longa-metragem documental havia sido aprovado pela Ancine. O filme vai mostrar o dia a dia de alguns dos primeiros estudantes que deixaram seus territórios e comunidades para viver em Campinas, após terem sido aprovados na Unicamp.

“Ancestralidade, Presente!” pretende trazer o ponto de vista de cada um dos personagens, que, por meio dos dilemas, alegrias e angústias pessoais e cotidianos, mostrarão a história de sua passagem pelo ambiente universitário, pela cidade no interior de São Paulo, e as relações com familiares, amigos, professores e colegas indígenas e não indígenas.

Na narrativa, serão os próprios estudantes indígenas que conduzirão a trama, a partir de suas vivências e lutas diárias, passados alguns anos do ingresso. A partir dos relatos e vivências que o documentário irá mostrar no presente, fica posta também a discussão de temas de fundo. Um deles é a própria trajetória de cada um dos personagens, que, ao longo do documentário, vai aparecer em forma de relatos inseridos em situações do cotidiano, convidando o espectador a uma reflexão sobre questões mais amplas como diversidade étnico-racial, inclusão social, preconceito, decolonialidade. O filme deve ser lançado no início de 2026.

Nossa ideia é trazer para o filme (sem dar muito *spoiler*) uma representação que mostre de que maneira alguns dos estudantes têm se apropriado de elementos da cultura não indígena, como o próprio idioma português, como instrumento das disputas e das lutas em um Brasil ainda bastante eurocêntrico. Nem de longe se trata de questionar a legitimidade das apropriações, mas sim mostrar como em alguns casos e contextos ela é essencial para a resistência dos povos indígenas.

Recentemente, em janeiro de 2024, voltei ao Amazonas para fazer o lançamento de uma publicação da Editora da Unicamp, em parceria com a Comissão de Vestibulares, que reúne os melhores textos de redação produzidos por candidatos ao vestibular. A novidade é que, desde a última edição, o livro passou a incluir redações do Vestibular Indígena da Unicamp-UFSCar e não apenas do vestibular geral. Por essa razão,

embarquei na missão de organizar um pequeno evento, em São Gabriel da Cachoeira, com a participação de professores e alunos das escolas do município e de alguns estudantes da Unicamp que são da região e estavam por lá de férias. Além da entrega de exemplares aos educadores presentes, os relatos desses estudantes para encorajar outros jovens a ingressar nas universidades públicas foram emocionantes e me fizeram pensar na responsabilidade que tem sido incentivar esses deslocamentos.

Não se trata somente de um deslocamento geográfico - que já seria suficiente motivo para um estranhamento -, mas, sobretudo, um deslocamento cultural e afetivo. Tenho refletido muito a esse respeito. A adaptação pode ser bem difícil, sem falar na falta de acolhimento e no preconceito enfrentado. Apesar de ser uma oportunidade aos estudantes indígenas, ingressar em uma universidade pública de qualidade e renome, essa situação costuma gerar muita angústia. Nós, não indígenas, precisamos, portanto, avançar bastante nesse entendimento e assumir um compromisso.

Revendo a gravação de um relato que fiz em abril de 2023, no qual tive a chance de contar um pouco da minha experiência, por meio de uma série que mostrou o trabalho de repórteres da Unicamp na Amazônia, me dou conta de meu envolvimento ao longo destes últimos anos com as temáticas indígenas e, mais que isso, com as pessoas. A minha relação nunca foi com a pauta. A minha relação sempre se estabeleceu a partir de uma troca com as pessoas. Percebo que, por sorte e entrega, eu também me desloquei. No vídeo, que está disponível pelo YouTube¹¹ e no portal da Unicamp, comento como voltei transformada da primeira viagem imersiva. É uma transformação que tem sido contínua para mim, ano a ano, desde então. O Brasil tem hoje cerca de 75 mil estudantes indígenas em universidades, o que significa um crescimento, se comparado a 2007, quando esse número era de 7 mil estudantes. Isso só aumenta a responsabilidade e o compromisso que mencionei acima. Pouco mais de uma centena deles estão chegando à Universidade Estadual de Campinas no momento em que finalizo este relato. Como mulher não indígena, mas comprometida e tocada pela força dos povos originários e pelos ancestrais desta terra e deste país, sou grata pela oportunidade transformadora que tive e assumo o compromisso de integrar a luta pelos direitos dos povos originários no Brasil.

11 Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/tv/sao-gabriel-bruno-e-dom/2023/04/24/memorias-do-primeiro-vestibular-indigena>

Referências

BEZERRA, F. Cartografia sentimental de um Brasil que nasceu antes. **Jornal da Unicamp**. 14 fev. 2023. **Disponível em:** <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/especial/de-volta-sao-gabriel/cartografia-sentimental-de-um-brasil-que-nasceu-antes>. **Acesso em:** 14 jan. 2024.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Oficina sobre o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro fomenta ações de Salvaguarda**. 25 jul. 2022. **Disponível em:** <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/oficina-sobre-o-sistema-agricola-tradicional-do-rio-negro-fomenta-acoes-de-salvaguarda>. **Acesso em:** 14 jan. 2024.

JORNAL DA UNICAMP. **Exposição fotográfica no CIS-Guanabara mostra cotidiano ribeirinho do Amazonas**. 9 maio 2019. **Disponível em:** <https://www.unicamp.br/unicamp/eventos/2019/05/09/exposicao-fotografica-no-cis-guanabara-mostra-cotidiano-ribeirinho-do-amazonas>. **Acesso em:** 14 jan. 2014.

CAPÍTULO 9

YANOMAMI E A FOTOGRAFIA: Em busca da imagem identitária

Celso Bodstein

“A fotografia é a literatura do olhar.”

Remy Donnadieu

O Yanomami não gosta de fotografia. Yanomami crê que a fotografia rouba alma e turva as trajetórias da espiritualidade. Essa população não habita o mundo das representações tal qual o fazemos, domados pelos simulacros que convencionam e qualificam as pessoas e as coisas. A realidade para o Yanomami é o conceito da terra-floresta e de seus entes integrados, onde humanos e não humanos não se distinguem. Experimentam a vida assim, de forma *direta*, sem intermediações valoradas pela imagem técnica, pela fotografia, em particular. Após a morte, o Yanomami queima todos os pertences de quem se foi. Não se pronuncia nem mesmo seu nome e muito menos permite que fotografias continuem circulando. É a forma que garante a quebra de todos os vínculos com o terreno, abrindo caminho de renascimento para o próximo ciclo.

Portanto, frequentemente, o que vemos nas telas e telinhas envolvendo o povo Yanomami são registros desautorizados, desrespeitosos, profanadores. É que o fotojornalismo de caça, em louvor às vias da legitimação, frequentemente troca a percepção de uma intrincada cosmografia pelo enquadramento expiatório do *valor-notícia*. É a foto-denúncia, de inflexão mínima, que deixa de fora da enunciação muitos sinais afetos a um regime imagético mais abrangente. São imagens, é possível vê-las assim, de virtuosidade fomentadora de consternações públicas, necessárias

sobretudo às pautas da eficácia jornalística. À medida em que nos defrontamos repetidamente com essas imagens feitas por *napëpës* (não indígenas) - variações de estereótipos visuais e incompletudes - corremos o risco de desenvolver uma *fadiga da compaixão*. O que colabora, de fato, para a lenta recuperação do estado de direito dos povos indígenas.

II

Yanomami não gosta de fotografia, mas fotografar tornou-se inevitável como forma de resistência. A ideia de manter controle sobre a visualidade implicou na produção própria de imagens. Elas confrontam depoimentos de garimpeiros, que negam extermínio, invasões, estupros e o que mais fazem em terra Yanomami. São imagens endereçadas à Polícia Federal ou ao Ministério Público, com repercussão nacional e internacional. São circunstanciais e geralmente logo apagadas dos dispositivos, já que não pretendem constituir acervo (a oralidade dá conta de manter as praxes). Constituem uma autorreferência *naïf* que, ao abrir mão de rebuscamentos da pós-produção, fornecem sinceras declarações. A pouca edição do material não cuida prioritariamente de equilibrar cores ou otimizar texturas, mas de preservar rostos, desfocando-os nas circunstâncias em que aparecem em corpos feridos ou mortos. Criam, assim, uma identidade que se estabelece na dor do coletivo.

E se tais imagens se mantêm vivas nas redes e nos acervos do poder público, não têm uso social dentro da etnia. São como fractais do holocausto endereçadas ao consumo externo. Relevante refletir sobre como esses autorretratos nos fitam. O Yanomami está lá, emoldurado, com pouco retoque, olhando do avesso que se espanta ante um mundo ganancioso e indecifrável. Ao nos submeter a reflexos efêmeros, eventualmente, se destacam na mediatização das tragédias sociais do cotidiano.

A fotografia, diz o xamã, não dá conta de penetrar os mistérios e segredos de seu povo, e é preciso todo cuidado para que não se torne signo de maldição.

III

Complexidade. Qual a possibilidade de nossos fotógrafos-artistas-documentaristas produzirem conhecimento abundante sobre os Yano-

mami? O que pode, de fato, a fotografia destinada a romper a produção do belo imediato? Quando olhamos para uma imagem que se pretende reveladora de tramas sociais, o que vemos de fato? Tecituras verossímeis? O inalcançável tornado alegoria? Cenas que, quanto mais distantes de ser possíveis a olho nu, nos iludem com revelações inautênticas? Se essas questões incomodam, talvez possamos amenizá-las. A pergunta que passa a valer é: O que nos é dado desejar dessas fotografias? Qual imagética nos remete a um grau de excelência?

Talvez a fotografia autoral, investida de modernidade e tecnologia, possa nos auxiliar na busca das imagens radiantes (de hipótese identitária) do Yanomami. De saída, é essencial que cada clique aconteça a partir de consentimentos. E que o registro seja ferto de mestiçagem, amálgama de muitas percepções: da cosmogonia complexa, das idiossincrasias, das texturas do olhar, dos labirintos do herói, das sublimações, anseios e ritos de sua fragilizada e mitológica existência. É desejo que essa fotografia conceba, em seu universo de exclusividades, signos do tempo Yanomami nas distensões estranhas à nossa estabilidade. Que os registros não sejam síntese conformista de moralidades, nem nos estacione no ponto de vista de nossa *mente habilitosa*.

Na busca dessa compreensão, eliminamos de imediato o senso de que a marca indicial de uma fotografia carrega sua substância primordial (ênfase no discurso imediato da ação). Mirar ontologias na alma dos símbolos complexos é uma boa sequência. Ernest Cassirer (2001) postula que, para se conhecer características do *humano diverso*, deve-se sistematizar quatro enunciadores culturais: *linguagem* (compreensão de signos), *estética* (a apropriação conotativa do real), *técnica* (com a qual se consubstancia a natureza em cultura) e *mitos* (onde imanências e transcendências ditam um destino). Uma busca de intuições que se dá na escuta ativa, na observação paciente, na abordagem respeitosa e confiante. Essa a fotografia em queo autor coloca *de si* não o pintor naturalista, cujo talento está na exaltação das *formas* da natureza, mas como aquele que busca ficcionalizações sinceras como resultado de sua bricolagem. Para esse fotógrafo, toda pulsão é vestígio valioso que se aproveita na confecção de narrativas isentas de causalidades fáceis. Em seu lugar, desvela a chance de essa imagem afetar nossa imaginação simbólica.

Gilbert Duran (2012), discípulo de Bachelard, vê o imaginário (o cofre mental em que guardamos e colecionamos imagens) como um espaço onde o consciente e o inconsciente se encontram e interagem. Isso se dá numa espécie de choque de memórias e em dinâmicas de ressignificações. O imaginário molda a forma como as pessoas se relacionam com o mundo ao seu redor e como criam significado em suas vidas. A imaginação simbólica pode nos preencher de epifanias, êxtases estéticos. Pode também conduzir a um emaranhado das penas existencialistas, dolorosas do sentir. Nesse universo imprevisível nos aproximamos do outro. A fotografia radiante, antes de sublinhar traços do mundo, pode ser base da fenomenologia com que investigamos manifestações desse cosmo, vozes das estruturas profundamente enraizadas na psique humana. É a imagem que inspira o pensamento autônomo, resiliente, em reconhecimento e a serviço da grandeza humana. Quantas fotografias já nos tocaram assim? Estariam na contemporaneidade dos processos imagéticos da divulgação científica?

Fica, portanto, descartada a fotografia que resulta dos deslocamentos invasivos de câmeras, das câmeras ocultas ou mal anunciadas, indiscretas ou profanas, das paletas insistentes nos efeitos dos exotismos cromáticos, da transformação de personagens em protagonistas do caos. Nessa fotografia de viés utilitarista, o ônus é transformar fotógrafos e editores de arte em *funcionários* de um moto regressista de representações.

Cabe ao fotógrafo o ofício de atribuir ao simbólico e ao arquetípico potência visual capaz de influenciar a consciência e o comportamento.

IV

Cláudia Andujar lançou *estetizações* (ato de *esculpir* o tempo) a aspectos da vida Yanomami, redundando em celebrações visuais surpreendentes. Sua produção é ampla e dirigida à mídia segmentada, do Brasil e de fora. É referida como *artista*, portanto, liberta de compromissos epistemológicos formalizados para o registro do alheio. Pertence a uma tradição que inclui as ideias de Müller-Pohlee sobre *fotografia estendida* (aquela que transgride a gramática do fazer fotográfico) e a plasticidade surrealista de Man Ray. O preto-e-branco faz sua ótica prioritária, às vezes, com a utilização dramática de luz e sombras, outras, sob caudas de expressionismos caligarianos, outras, ainda, alternando os predicados conotativos do médio

e alto contraste. O uso meticuloso do p/b desnuda índices e apaga a ótica corriqueira, originária das vibrações que colorem e fornecem a visualidade do cotidiano. Quando as cores são suprimidas, o olhar não se dispersa e é convocado aos secretos das linhas de luz feito relevos, que transfiguram entes e requalificam humanidades. Resplandece um ethos Yanomami. Algumas dessas fotos são tingidas de rubro ou lilás.

O requinte visual recicla a antropologia visual. Não há privilégios para a imagem-flagrante. Cláudia Andujar cuida meticulosamente do *mise-en-scène*. Dirige, manipula e sobrepõe imagens, usa ângulos oblíquos, longa exposição, desfoques, granulações, filme infravermelho, grande angular, baixa velocidade de obturação, flash, performances e intencionalidades. Andujar decompõe o movimento. Acrescenta-lhe arestas. Suas fotos constantemente evocam universos oníricos, latentes, fantasmagóricos, às vezes, em presentificações do êxtase da ayahuasca sagrada e da *yäkoana*, alucinógeno consumido em rituais de iniciação xamânicos. A apreciação de suas coleções de imagens suscita pensamentos decoloniais. Os retratos, inúmeros, trazem a comovente cartografia da face Yanomami misteriosa.

V

As escolhas e procedimentos da fotógrafa preenchem a narrativa que Deleuze concebe como *fabulação*. No contexto da fotografia, o conceito se opõe a metodologias de investigação visual que perseguem a imagem *definitiva*, repleta de certezas, comprobatória ou certificadora. Em sua gênese, a fabulação em Deleuze refere-se não apenas ao ato de criar histórias como um fenômeno estilístico, mas de criar linhas outras como uma força motriz que permeia todos os aspectos da vida e do pensamento. Assim, não se trata simplesmente de inventar fábulas ou mitos, mas de engajar-se em processo contínuo de criação de narrativas que dão forma à realidade. É a busca de transcender a tensão entre verdade e ficção, propondo que a criação de histórias é uma forma fundamental de produção de sentido. Deleuze crava uma ética desestabilizadora quando empenha que “...o artista é criador de verdade, pois a verdade não tem que ser alcançada, encontrada nem reproduzida, ela deve ser criada. Não há outra verdade senão a criação do Novo (Deleuze, 2011).

A fabulação proposta por Cláudia Andujar, ao libertar a fotografia dos planos de embalsamento da história, não se faz relicário. Sem necessitar mais do realismo extraído de uma *essência da forma*, seu ato fotográfico nos insere num ideário Yanomami, hipótese identitária, em expressão que é, sobretudo, política.

VI

Quando fabula, a fotografia requer olhar que acenda sua poética. Jacques Rancière (2012) convoca aos predicados do *espectador emancipado*, aquele que se liberta das categorias *a priori* dos cenários sociais que habitualmente condicionam a experiência estética. Nesse plano, a imagem abre mão de uma representação do mundo, para alimentar tensões desestabilizadoras das formas convencionais de percepção. O espectador emancipado não apenas contempla a obra de arte, mas a reinventa através de sua própria *aisthesis*. Essa supressão do papel de coadjuvante do espectador transforma a experiência estética em ato político, uma vez que desafia as formas culturais e sociais que regulam nossa visão de mundo.

Ao assumir um papel ativo na interpretação da obra, o observador-participante reivindica a “partilha do sensível” e sua capacidade de contribuir para o diálogo estético e político. A fotografia, nesse contexto, se engaja em ato de resistência, tornando-se ferramenta poderosa para a autodeterminação individual e coletiva.

Esse agora coautor de significados, ao engajar-se nas infinitas enunciações que a imagem lhe concede, passa a frequentar o universo de uma *Cultura Visual* profetizada por Josep Catalá (2005), em superação ao que o autor identificou como *Cultura da Imagem*. Nessa última, a fotografia é *transparente* (emana realismos verossímeis), *mimética* (almeja copiar as linhas do mundo, autenticando-as), *ilustrativa* (dando primazia e complementariedade ao texto) e *espetacularizada* (que ativa emergencialidades do sentir). Trata-se da tipificação da imagem em categorias clássicas, que tanto tonificou a chamada Sociedade do Espetáculo descrita por Debord (2003), em que a imagem capitalizada se converte também em fetiche de mercado. Como mecanismo, essa fotografia midiática lança-se ao jogo das adesões polarizando emissor e receptor. A recepção torna-se passiva. O destinatário recebe a imagem como a *informação* que o situa, supre, dá

coerência e organiza as estruturas do mundo. Não há interatividade nem muito a fazer, senão, consumi-las como hábito irrefletido.

Na *Cultura Visual*, por sua vez e em curso, a imagem ganha superlativos de uma epistemologia complexa, e se revigora. Ela agora é *opaca* (perde a pretensão de transparência e não cria marcas de um aqui-agora factualizado. Permanece aberta a deslocamentos temporais), *expositiva* (ao contrário da mimética, não impõe linhas naturalistas, mas encaminha hermenêuticas), *reflexiva* (que propõe investigação profunda de percepções visuais aliadas à escrita). É preciso, por exemplo, ler muito sobre o Yanomami para que a percepção fotográfica se expanda e não se impregne de ilusões), e *interativa* (integrada a sons, textos e a outros elementos, lançando-a à experiência sinestésica e transmidiática).

Diante do pacto com tais qualidades, a fotografia vista como opaca, expositiva, reflexiva e interativa mostra-se ideal para evidenciar as linhas narrativas da fabulação, clareando a ontologia do sensível. Essa imagem abissal não pertence a um tipo restrito de produção e acesso. Qualquer imagem pode ser tomada dessa forma. Na verdade, trata-se de um dinamismo na forma de ver. O olhar não se encontra mais diante de uma fotografia *janela estática* para o mundo, limitada pela moldura ideológica do enquadramento, que esgota rapidamente seus significados. A fotografia, no novo contexto, passa a permitir o olhar do explorador que encontra suas rotas de fuga, seus deslocamentos e abstrações (que se fazem na desenvoltura de novas sinapses). Um “antes” e um “depois” atribuídos à temporalidade da imagem, como roteiro da habilidade cognitiva, permitindo *penetrá-la*.

Retira, portanto, a imagem do terreiro da alienação, envolvendo-a na consciência que une corpo, alma e mundo, e que ressignifica práticas comunicativas. Resultado? Fotos que semostam de toda maneira eficazes na elaboração do conhecimento, principalmente, quando alinhadas a outras, constituindo constelações de sentidos, alternativos à saturação imagética da pós-modernidade.

Mas Lúcia Santaella (2007), contudo, adverte: “Só pessoas fluidas, ambíguas, em estado de permanente devir, transformação e constante autotransgressão podem se adaptar a esses territórios”.

Referências

- CATALÀ, J. D. M. **La imagen compleja**: la fenomenologia de las imagenes en la era de la cultura visual. BellaTerra: Universitat Autònoma de Barcelona. Servei de Publicacions, 2005.
- CATALÀ, J. D. M. **A forma do real**. São Paulo, Summus, 2011.
- CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**: a linguagem. Vol 1. São Paulo, MartinsFontes, 2001.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro. Contraponto Editora, 2009.
- DELEUZE, G. **A Imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo. Perspectiva, 2007.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. 2ª ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo, Martins Fontes, 2012.
- FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.
- RANCIÈRE, J. **O espectador emancipado**. Lisboa, Orfeu Negro, 2010.
- SANTAELLA, L. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?** São Paulo: Paulus, 2005.
- SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Graça Caldas

Jornalista, graduada pela UFRJ. Pesquisadora do Labjor/IEL/Unicamp. É coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Educação, Ciência e Sociedade. Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e pós-doutora em Política Científica pelo DPCT/IG/Unicamp. Integra do Conselho Editorial do *Jornal da Ciência* da SBPC. Foi diretora acadêmica da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC) em três gestões. Trabalhou em diferentes veículos de comunicação, inicialmente, no Rio de Janeiro, desde 1969 - *Diário de Notícias*, *Revista Pais e Filhos*, *TV Globo* - e, depois, em Campinas - *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e na assessoria de imprensa da Prefeitura de Campinas e da Unicamp. Foi professora de Jornalismo da PUC-Campinas e PUC-SP. Participou do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Umesp, por 14 anos, onde dirigiu também a Faculdade de Jornalismo e Relações Públicas e coordenou o curso de Jornalismo. Tem vários artigos publicados nas áreas de Jornalismo e Divulgação Científica. Já orientou mais de 40 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado. É organizadora, entre outros trabalhos, do livro “Vozes e Silenciamentos em Mariana” (Labjor/Nudecri/Unicamp). E-mail: gcaldas@unicamp.br.

Fabiano Ormaneze

Jornalista pela PUC-Campinas, com especialização pela Academia Brasileira de Jornalismo Literário (ABJL). Mestre em Divulgação Científica e Cultural pelo Labjor/Unicamp e em Linguística/Análise de Discurso pela mesma universidade. Pós-doutorado em Ciências, Tecnologia e Inclusão pela UFF. É professor-permanente do Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do LabJor e do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta), onde é também coordenador de Curadoria. Trabalhou como repórter e editor em vários veículos, além de assessoria de imprensa. É autor de diversos trabalhos, publicados em livros, revistas e anais de congressos, no Brasil e

no Exterior, sobre temáticas relacionadas à comunicação, à linguagem, à divulgação científica e ao discurso. Entre outros trabalhos, publicou os livros “Do Jornalismo Científico ao Literário: Biografia, Discurso e Representação” (Editora Pontes) e as biografias de Madalena Paraguaçu, Mário Juruna, Milton Santos e João do Rio (Editora Mostarda).

E-mail: ormaneze@unicamp.br.

Margarethe Steinberger-Elias

Professora associada da Universidade Federal do ABC (UFABC), onde participou da estruturação da universidade desde 2006. Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. Graduada e mestre em Letras-Linguística pela PUC-RJ. Na pós-graduação, atuou como membro permanente dos Programas de Engenharia da Informação e de Ensino de Ciências. Orientou mais de 40 trabalhos com foco em redes discursivas. Já atuou em diversas instituições de ensino como professora, desde 1974, entre elas, a PUC-SP e a FUB. Criou e coordenou oito cursos de especialização, além de ter atuado como jornalista e correspondente internacional. Entre suas diversas publicações está o livro “Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina” (Editora Cortez).

E-mail: mborn@uol.com.br.

SOBRE OS AUTORES

Andressa Cristiani Piconi

Doutoranda em Tecnologia pela Faculdade de Tecnologia (FT) da Unicamp. Mestre em Engenharia da Computação pela Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (Feec) da Unicamp. Tecnóloga em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia (Fatec) de Americana. Coordenadora de Serviços da área de Tecnologia da Informação e Analista de Desenvolvimento de Sistemas do Arquivo Central do Sistema de Arquivos (AC/Siarq) da Unicamp. E-mail: andressa@unicamp.br.

Caroline Neves

Jornalista pela PUC-Campinas. Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Desenvolve pesquisa sobre as estruturas culturais da pós-modernidade e suas relações com o contemporâneo. Também já pesquisou sobre o primeiro vestibular indígena na Unicamp. Tem formação na área de audiovisual e design gráfico. Atuou na assessoria de imprensa da Prefeitura de Jundiaí, em agências publicitárias e em editoras. E-mail: carolnevespereira@gmail.com.

Fernanda Quaglio de Andrade

Graduada em Ciências Biológicas pela Unicamp. Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Desenvolve pesquisa na área de comunicação da ciência, como foco em gênero e diversidade. Atuou como redatora na Agência Bori e no Blog Impacto. E-mail: fernandaquaglio@gmail.com.

Fernando Henrique da Silva

Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Unip, pós-graduado em Gestão de Comunicação Digital e Mídias Sociais pela Universidade Anhembi Morumbi. Mestrando em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Uni-

camp. Integra a comunicação do Observatório Nacional de Segurança Viária, atuando na divulgação de estudos, pesquisas e ações relacionadas à promoção da segurança no trânsito entre a sociedade civil, a iniciativa privada e órgãos do governo. Desenvolve pesquisa na área de divulgação científica e comunicação. E-mail: fernandoh.jornalismo@gmail.com.

Jhonatan Dias Gonzaga

Jornalista freelancer de Saúde e Ciência. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrando em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Desenvolve pesquisa sobre Comunicação Pública da Ciência. Membro associado à Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência. Repórter na editoria América Latina e Caribe no site Scidev.Net. Atuou como repórter convidado na Agência Bori, Portal Drauzio Varella e Sensus Comunicação.

E-mail: jhonatandias.jor@gmail.com.

Katia Marchena

Graduada em Jornalismo pela Universidade Braz Cubas, pós-graduada em Sociologia, Política e Mídia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FespSP), MBA em Gestão de Marketing e Mídias Digitais pela Fundação Getulio Vargas (FGV), mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Jornalista há 30 anos, com passagem pelas TVs *Globo*, *SBT*, *Record*, *Bandeirantes*, *CNT*, *Rede TV* e *Rádio CBN*. Pesquisadora e coautora de livros e artigos sobre *fake news*.

E-mail: katiahmarchena@yahoo.com.br.

Leticia Larieira

Mestranda do Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Pós-graduada em Relações Internacionais pela Fundação Getulio Vargas, e em Marketing, Branding e Growth pela PUC-RS. Bacharel em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Trabalha como coordenadora de comunicação no Instituto Ayrton Senna, atuando na articulação e comunicação de projetos educacionais e divulgação científica com a sociedade civil, secretarias de Educação e atores governamentais. Tem experiência na área de Comunicação e Imprensa com ênfase em Educação, Políticas Públicas e ESG. Email: leticialarieira@hotmail.com.

Letícia Naísa

Jornalista pela PUC-SP e especialista em jornalismo científico e divulgação científica pelo LabJor. Foi *trainee* de jornalismo diário no *Estadão* e de jorna-

lismo de ciência e saúde na *Folha de S. Paulo*. Atuou como repórter no *Grupo Folha*, na revista *Exame* e no *UOL*. Ministra aulas de Jornalismo no projeto Repórter Paraisópolis, do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, e é colaboradora da Agência Bori e da Revista Pesquisa Fapesp.
E-mail: leticianaisa@gmail.com.

Magali Cristina Rodrigues Lameira

Graduada em Jornalismo pela Unip. Graduada em Educação Física pela Metrocamp. Mestranda em Educação Física e Sociedade pela Faculdade de Educação Física (FEF), da Unicamp. Já atuou em vários veículos de comunicação, em diversas áreas, entre eles *Record*, *SBT*, *Rede Família* e *Rede Conecta*. Desenvolve pesquisa na área de divulgação científica e esporte.
E-mail: magalilameira@hotmail.com.br.

Mariana Vicente Zilli

Jornalista pela PUC-Campinas e mestranda em Divulgação Científica e Cultural no LabJor/Unicamp. Pesquisa sobre a diversidade sexual no Jornalismo alternativo da época da ditadura militar brasileira. Coautora do livro-reportagem “As seis cores do amor: Histórias de famílias homoafetivas”. Foi voluntária no Projeto Atlas da Notícia, do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor).
E-mail: marianavzilli@gmail.com.

Murilo Ferreira de Sant’Anna

Jornalista e educador, graduado pela PUC-Campinas e mestrando em Ensino das Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (ProfCiamb) - Associada Universidade de São Paulo (USP). Gerente de comunicação do Consórcio Intermunicipal Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. Participou da cobertura de importantes eventos sobre água e sustentabilidade, como os fóruns mundiais da Água em Marselha, na França (2012), e Brasília (2018); a Rio+20 (2012) e as assembleias da Rede Internacional de Organismos de Bacias (Riob), em Fortaleza (2014) e Mérida, no México (2017), além da Conferência sobre Água da Organização das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos (2023).
E-mail: murilofsan@gmail.com.

Pedro Augusto dos Santos

Graduado em Pedagogia pela Unicamp, com especialização em Matriz Africana pelo Cepima-Fazenda Roseira. Especialista em Design Gráfico pelo Instituto de Artes da Unicamp. Há cinco anos, desenvolve trabalho editorial antirracista na Anansi Lab. Aluno do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural do LabJor, com pesquisa na área de transmídia.

E-mail: santos.pedrodias@gmail.com.

Thais Popets Alves

Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Escola Superior de Advocacia. Foi aluna especial do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural no LabJor/Unicamp. Desenvolveu um *podcast* chamado “Direito Simplificado”, bem como realizou pesquisa com relação à responsabilidade civil dos autores de *fake news* durante a pandemia do Covid-19 e atualmente é uma das colaboradoras no blog do escritório em que atua, chamado “Aho”.

E-mail: thaispopets@hotmail.com.

Valentina Melgar Bermúdez

Graduada em Direitos Humanos pela Universidade do Claustro de Sor Juana (USCJ), na Cidade do México. Especializou-se no acompanhamento de movimentos sociais e políticos, assim como em casos de violações de direitos civis e políticos. Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Atuou como coordenadora do projeto de Observação Eleitoral do Centro de Direitos Humanos Fray Francisco de Vitoria O.P. a.C., com a Rede Universitária e Cidadã pela Democracia (RUCD), nas eleições presidenciais do México em 2018.

E-mail: v203034@dac.unicamp.br.

Vanessa Lourenço de Souza

Graduada com bacharelado e licenciatura em Ciências Biológicas pela Unesp. Mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo LabJor/Unicamp. Já atuou como divulgadora científica em astronomia pelo projeto de extensão “Escola dos Astros” e desenvolveu pesquisa laboratorial com fungos extremófilos da Antártica. Atua como divulgadora científica nas redes sociais na área de astrobiologia.

E-mail: lourencovlds@gmail.com.

SOBRE OS AUTORES CONVIDADOS

Celso Bodstein

Doutor em Multimeios pela Unicamp, mestre em Educação, especialista em Filosofia Analítica e graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela PUC-Campinas. É docente no Programa de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural da Unicamp. Foi diretor de Cultura na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo de Campinas e diretor dos museus municipais da cidade. Atuou ainda como editor de Cultura e Turismo no jornal *Correio Popular*, e na *Rádio Educativa* de Campinas, entre outros veículos, além de ter sido professor do curso de Jornalismo da PUC-Campinas durante 30 anos. E-mail: cbodstein@yahoo.com.br.

Juliana Sangion

Doutora em Multimeios pela Unicamp, com especialização em Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Jornalista pela PUC-Campinas. Cursou extensão em Roteiro na Escola Internacional de Cinema e Televisão de Cuba, com bolsa do Ministério da Cultura. Docente da PUC-Campinas. Dirigiu e roteirizou o longa documental “Purãga Pesika – um encontro de boas-vindas” (2019). É autora do livro “Vale a Pena Ver de Novo? O impacto de 20 anos da Globo Filmes nas relações entre TV e Cinema no Brasil” (Traçado Editorial). Gestora do Departamento de Comunicação do Vestibular da Unicamp e uma das coordenadoras do *podcast* “Ecoa Maloca”, contemplado com edital do CNPq, na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, em 2019. E-mail: juliana.sangion@comvest.unicamp.br.

